

ANAIS DOS ENCONTROS SOBRE EDUCAÇÃO

março a novembro de 2015

Administração Superior

Carlos André Mariani Bittencourt

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Roberto Moreira Caçando

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ruth Lies Scholte Carvalho

Ouvidora do Ministério Público

Élida de Freitas Rezende

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica

Mauro Flávio Ferreira Brandão

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Geraldo Flávio Vasques

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional

Paulo de Tarso Morais Filho

Chefe de Gabinete

José Carlos Fernandes Júnior

Secretário-Geral

Simone Maria Lima Santos

Diretora-Geral

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Danielle de Guimarães Germano Arlé

**Diretora do Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional**

Marcelo de Oliveira Milagres

**Coordenador Pedagógico do Centro
de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Jairo Cruz Moreira

Assessor da Coordenadoria Pedagógica do CEAF

Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro

Assessor da Coordenadoria Pedagógica do CEAF

Tereza Cristina Santos Barreiro

Superintendente de Formação e Aperfeiçoamento

João Paulo de Carvalho Gavidia

Diretor de Produção Editorial

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Procuradoria-Geral de Justiça

PGJMG

ANAIS DOS ENCONTROS SOBRE EDUCAÇÃO

março a novembro de 2015

Organizadores

Celso Penna Fernandes Júnior

Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema

Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick

Belo Horizonte, 2016

Copyright©2016 – Procuradoria - Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais/ Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/ Diretoria de Produção Editorial

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer forma de armazenagem de informação sem a autorização por escrito dos editores, ressalvada a hipótese de uso por entes de direito público que poderão reproduzir livremente, sem necessidade de prévia autorização, desde que citada a fonte.

Diretoria de Produção Editorial

Av. Álvares Cabral, 1.740 - Santo Agostinho - 3º Andar

30170-916 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3330-8262

E-mail: dipe@mpmg.mp.br

www.mpmg.mp.br

E56a Encontros sobre educação (2015: Belo Horizonte, MG)

Anais dos encontros sobre educação, março a novembro de 2015 [livro eletrônico]/ organizadores Celso Penna Fernandes Júnior, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick. Belo Horizonte: Procuradoria-Geral de Justiça, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2016.

ISBN 978-85-61532-18-5

Evento realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional(CEAF), Belo Horizonte, MG

1. Ministério Público – Minas Gerais – encontros 2. Educação I. Título

CDU 34:37

Ficha Técnica

Editoração: João Paulo de Carvalho Gavidia

Produzido, editorado e diagramado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CEAF) em 2016.

Revisão:

Amanda Carvalho Montanari (estágio supervisionado)

Fernanda Cunha Pinheiro da Silva

Larissa Vasconcelos Avelar

Lucas Carvalho Santiago (estágio supervisionado)

Luiz Carlos Freitas Pereira

Projeto gráfico e diagramação:

João Paulo de Carvalho Gavidia

Lúcio Guimarães Silva (estágio supervisionado)

Conteúdo de responsabilidade da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa Dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível de Belo Horizonte e PROEDUC.

Transcrição PJIJ reunião com representantes do conselho do Ministério Público em 9 de março de 2015.

7

II encontro pela educação promovido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Tema: afroconsciência e a lei 10.693/2003.

52

Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Transcrição áudio educação infantil no Ministério Público, em 29/05/2015, exercício 2015.

97

Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Transcrição do 4º Encontro pela educação: violência escolar, 30 de junho de 2015.

142

Transcrição do Encontro sobre educação no Ministério Público em 28 de agosto de 2015.

184

Transcrição do 6º Encontro pela educação: Educação Infantil - Direito de Todas as Crianças - Diversas abordagens pelo Ministério Público. Em 20 de novembro de 2015

206

TRANSCRIÇÃO PJIJ REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO CONSELHO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 9 DE MARÇO DE 2015.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Bom dia a todos. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação – PROEDUC, apoio e engajamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF e parceria do Movimento Conspiração Mineira pela Educação, tem a satisfação de recebê-los neste primeiro encontro. A proposta é um ciclo de debates e palestras voltado para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à educação, através da realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento. Os encontros fazem parte da comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chega aos seus 25 anos no dia 13 de julho deste ano. Um bom encontro a todos.

Para a abertura deste encontro, convidamos para a mesa o Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucio-

nal, Geraldo Flávio Vasques, representando o Procurador-Geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: A Coordenadora Estadual de Defesa da Educação, Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: O Promotor de Justiça da Infância e Juventude em Belo Horizonte, Celso Penna Fernandes Júnior.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: A Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Professora Sueli Maria Baliza Dias.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: O Conselheiro Presidente da Conspiração Mineira pela Educação, Evando José Neiva.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: E o Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo e palestrante de hoje, Claudio de Moura Castro.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos neste momento o Hino Nacional Brasileiro.

[Execução do Hino Nacional Brasileiro]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Gostaríamos de agradecer e destacar as seguintes presenças: do diretor do Centro de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro, José Osvaldo Lasmar; do diretor da faculdade Face(F), Dr. Ricardo Guimarães; do diretor da Educalis(F), Professor Aécio Lira. Gostaríamos de agradecer também aos servidores do Ministério Público aqui presentes, promotores, senhoras e senhores. Para a abertura deste encontro, ouviremos a Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Bom dia a todos. Início cumprimentando a esta seleta mesa, os colegas servidores, promotores e convidados. É com enorme satisfação e alegria que nós abrimos e lançamos o projeto denominado “Encontro sobre Educação no Ministério Público”, criado em parceria com a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação, destacada por suas atribuições específicas no âmbito educacional, e a Conspiração Mineira pela Educação. Então, é com enorme satisfação que nós vamos ter encontros

mensais para discutir temas atuais e relevantes da área da Educação. A educação apresenta essa característica da essencialidade, de ser um direito fundamental, posto a nós pela Constituição, e que por isso há essa interface e essa relevância de atuação do Ministério Público. O Ministério Público nacional está preocupado com a área da Educação. Em nível nacional, nós temos uma recomendação do Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG – para que cada estado, cada Ministério Público tenha a sua promotoria de origem, o seu centro de apoio ou coordenadoria na área da Educação, e nós estamos lutando bravamente para que isso aconteça. Aqui, em Minas Gerais, já faz três anos e meio que nós temos a Coordenadoria da Educação, sob minha responsabilidade e que foi uma iniciativa do Dr. Alceu José Torres Marques, então Procurador-Geral de Justiça. E agora nós já temos, criada por lei, por iniciativa do nosso atual Procurador-Geral, Dr. Carlos André Mariani Bittencourt, a Promotoria de Justiça da Educação, que será instalada assim que possível. E, em nível nacional, nós estamos também, pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos e pela Copeduc – Comissão Permanente da Educação – discutindo e brigando pela área da Educação. Eu terei a honra e a satisfação de coordenar essa comissão nacional por um ano, tendo sido eleita na semana passada, em Salvador. É um grande desafio e uma grande responsabilidade termos nas mãos a discussão das atribuições da Educação no Ministério Público mineiro e nacional. Então,

é com esta fala e com esta responsabilidade de estarmos discutindo a atribuição da Educação em cenário nacional que lançamos este projeto – “Encontro sobre Educação no Ministério Público” –, aqui, em Minas Gerais.

Temos também a preocupação de lembrar, sempre, que o Ministério Público, enquanto agente de transformação social, tem este direito às mãos para ser trabalhado. Pela Educação, também iremos fazer grandes e relevantes transformações sociais. Evidentemente, a Educação é um carro-chefe, uma fala-chefe do Ministério Público. Daí a importância e a relevância deste próprio debate na área da Educação, nas suas várias vertentes. Isso é inovador, e toda inovação, muitas vezes, causa resistência, desconforto, incômodo. Vamos tratar de matérias que estavam sendo tratadas em outras áreas, mas a fala da Educação tem de ser uma fala de parceria, solidariedade e interdisciplinaridade para que possa acontecer. A Constituição mesmo coloca que a promoção da Educação é feita de forma parceira – família, Estado, comunidade, entorno –, todos nós discutindo, trabalhando e operacionalizando a Educação lá na ponta. E é com grande alegria que recebemos o Professor Dr. Cláudio de Moura Castro aqui no Ministério Público, pela relevância de seu trabalho. Vou falar um pouquinho sobre o que eu trouxe depois, na hora dos debates, mas eu queria já deixar claro e mostrar, assim, o quanto que nós gostamos e admiramos a fala do senhor.

Eu, que fiz Direito e Letras há mais de 25 anos, na década de 1980, antes da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e já tinha esta preocupação e este entusiasmo com a área da Educação, uma vez li um artigo do senhor na revista *Veja* de 1º de dezembro de 1999. O texto me chamou tanto a atenção que eu o cortei da revista e o guardei e, nos meus guardados, eu o achei e falei comigo mesma: vou levar para dizer que eu realmente guardei e vou mostrar pelo amarelinho da folha. O tema é: a Universidade do Distrito Federal. Depois vamos falar um pouquinho da propriedade dos assuntos que o Professor Dr. Cláudio de Moura Castro nos coloca. E eu queria fechar minha fala para fazer uma colocação a respeito do dia de ontem, que foi o Dia Internacional da Mulher. Temos aqui a nossa secretária municipal da Educação, que já estava me contando que, sábado, recebeu comendas pelo dia, o que nos deixa muito felizes, porque ela nos representa muito bem na sua forma, na sua postura, na sua elegância, na sua competência dentro da Secretaria Municipal de Educação, aqui de Belo Horizonte. E, dentre as inúmeras mensagens que todas nós pudemos ter recebido – de parabéns, de felicitação, de conquistas e de trabalho – nós, também, dentro de um grupo de promotores de justiça, fizemos uma de reflexão perto do final do dia – isso foi interessante, depois tantos parabéns, de tantos votos de bênçãos e de proteção,, que é aquilo em que acredito em primeiro lugar – sobre

o trabalho da mulher promotora de justiça. Este trabalho nem sempre é fácil e, muitas vezes, nós o fazemos na raça. Em nível nacional – eu não falo só de Belo Horizonte –, muitas mulheres promotoras de justiça têm trabalhado com violações de direitos, com desrespeito, com ameaça, com adoecimentos – o que não é fato raro. Temos também uma grande preocupação com o desrespeito a princípios constitucionais – como o do promotor natural, o da independência funcional – que, às vezes, acontece. Foi uma reflexão sobre a nossa postura e o nosso trabalho. E, no que diz respeito a essa reflexão, eu recebi de uma colega uma mensagem que cabe na área da Educação e que eu queria reproduzir aqui para que pudéssemos pensar. É uma fala muito conhecida de todo mundo, expressa por uma filósofa ativista, marxista revolucionária do século XX, em que ela – a Rosa Luxemburgo – diz o seguinte: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Por sua luta ela foi fuzilada, assassinada, mas que essa fala represente também um pouco da nossa fala da Educação. Por um mundo onde a escola possa refletir o mundo em que vivemos. Que sejamos socialmente iguais, que tenhamos direitos sociais iguais, e que isso venha também da escola. Humanamente diferentes, que a escola possa abarcar essa diversidade em todos os seus níveis. E totalmente livres, que tenhamos a possibilidade e a liberdade de interpretar os conteúdos curriculares também de acordo com os nossos pensamen-

tos. Então este encontro é, para nós, muito importante, porque estamos iniciando uma etapa de formação de um pensamento crítico na área da Educação dentro do Ministério Público, para os nossos profissionais, para os nossos promotores, para os nossos convidados e colocando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – isto já vem acontecendo – na perspectiva nacional de discussão da Educação. Então, Dr. Cláudio, é um prazer imenso recebê-lo, e eu fiz só essa introdução para mostrar para o senhor a preocupação do Ministério Público nacional na área da Educação, as parcerias que queremos fazer e estamos fazendo, e que possamos realmente discutir, debater Educação com afinco, de modo muito informal, que possamos aprender muito com esses encontros, que serão mensais. Eu gostaria muito de agradecer a presença de todos, a parceria com a Conspiração Mineira pela Educação, a parceria que existe desde sempre com a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível, e que tenhamos todos um ótimo encontro. Muito obrigada pela presença.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o promotor da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Celso Penna Fernandes Júnior.

SR. CELSO PENNA FERNANDES JÚNIOR: Bom dia a todos, bom dia à mesa, ao Dr. Geraldo Vasques, Procura-

dor de Justiça representando o Dr. Procurador-Geral do Ministério Público, ao professor Evandro aqui do meu lado, parceiro nosso da Conspiração Mineira pela Educação, à Dra. Maria Elmira, da Proeduc, à professora e secretária municipal da Educação, Sueli Baliza, e ao nosso convidado, o palestrante professor Claudio de Moura Castro. Bom, queria fazer um breve histórico da origem desta ideia, que nós tivemos na promotoria, junto com a Dra. Maria Elmira, da Proeduc, de fazer encontros sobre educação, com o Ministério Público. Nós tivemos a ideia cerca de quatro anos atrás, quando fizemos, na Promotoria da Infância, um ciclo de debates – não é era uma coisa sistemática –, que durou mais ou menos um ano, sobre a temática da infância e juventude de um modo geral – educação, saúde, assistência social, enfim, todas as políticas que envolvem crianças e adolescentes. E convidamos professores, políticos, pessoas que tinham alguma coisa a dizer a respeito do tema. Desde o início do ano passado, 2014, nós vínhamos pensando e tentando fazer um outro ciclo de debates. Nós pensamos bastante e chegamos à conclusão de que seria interessante fazer um ciclo de debates sobre a Educação. Nós achamos, pensando também a atuação do Ministério Público. A gente acha que o Ministério Público ainda precisa aprofundar e refletir sobre esse papel dele dentro do cenário educacional brasileiro. De um modo geral, tanto no âmbito público, quanto no âmbito privado. Educação, no meu modo de ver, é um sis-

tema educacional, que envolve escolas públicas, escolas privadas, sistema público, sistema privado, e o Ministério Público tem de ter uma posição e refletir sobre qual o papel que ele vai desempenhar perante a sociedade dentro desse cenário que é brasileiro, mas que na prática a gente sabe que acaba atingindo as pessoas lá onde elas vivem, na escola que elas acabam tendo que estudar. Então, isso é muito importante para todo mundo, para a sociedade brasileira de um modo geral. A Educação, como a gente sabe, pelo menos da boca para fora, é a política pública mais importante do país. Todo mundo diz isso, nunca vi ninguém falar nada contra a Educação. Só que a gente sabe que, na prática, as coisas nem sempre funcionam como a teoria diz que deveriam funcionar. Então eu acho que o Ministério Público tem uma responsabilidade sobre isso. A gente precisa mudar a nossa maneira de atuar diante desse cenário, em que se gasta dinheiro com Educação e nem sempre o retorno é aquele que se espera. Então eu espero que, neste ciclo de debates mensais durante todo o ano de 2015, a gente possa discutir aqui, na Procuradoria, neste Salão Vermelho, a política educacional brasileira e a sua relação com o Ministério Público. Então, eu espero, né, que começando agora, convidamos o professor Cláudio de Moura Castro, é uma grande honra recebê-lo aqui e a gente sabe, tenho certeza que isso vai ser muito bom para todos nós.

Eu gostaria só de fazer uma lembrança, por fim, de que este ciclo de debates também é feito em homenagem à Lei 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, neste ano, em julho, vai completar 25 anos de edição. Acho muito difícil o Ministério Público atuar na política educacional brasileira sem ter como retaguarda o Estatuto da Criança e Adolescente, que é a lei que protege a criança e o adolescente brasileiros. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se refere à Educação Básica – não ao ensino superior, mas à Educação Básica –, aplica imediatamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. E esse estatuto é importantíssimo para a defesa da Educação Básica brasileira, pública e privada. Então, gostaria só de lembrar que este ciclo de debates que começa hoje é uma homenagem e uma lembrança que nós fazemos aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos agora o presidente da Conspiração Mineira pela Educação, Evandro(F) José Neiva.

SR. EVANDO JOSÉ NEIVA: Muito bom dia. Registrando a honra que nós sentimos em estar neste encontro, o primeiro de uma série que já está em curso, e representando, como tantos outros companheiros aqui, o nosso movimento, a Conspiração Mineira pela Educação. Quando eu olho

para o tema 1 – quem vai consertar a Educação brasileira? –, digo que a Conspiração vai ‘concertar’ a Educação brasileira. Eu não poderia ser tão presunçoso assim, mas ‘concertar’ com C, porque a nossa proposta é fazer uma grande integração, uma grande parceria. Estamos conseguindo fazer isso. O encontro de hoje no Ministério Público mostra o comprometimento para valer – não é apenas uma boa intenção – do Ministério Público com este tema, e não é de agora. Temos trabalhado, desde 2006, em vários encontros que a gente chama de fóruns de liderança em Educação com os diretores das escolas públicas. Portanto, vamos completar nove anos de atuação sistemática pela Conspiração. O Cláudio [de Moura Castro], que está ali, na extremidade oposta da mesa, é um dos fundadores, inspiradores e pensadores da Conspiração desde que ela foi fundada. A formulação estratégica e os caminhos a seguir nos foram dados pelo Cláudio, e nós os estamos seguindo cada vez com mais efetividade. Mas o que é a Conspiração? Explico-a para muitos que estão ouvindo essa expressão pela primeira vez. Por que eu falei em ‘concertação’, com ‘c’? Porque nós queremos fazer uma grande articulação das forças transformadoras que podem dar uma contribuição para a Educação. O Ministério Público, por exemplo, tem uma força de transformação evidente, com tudo o que a gente ouviu da Dra. Maria Elmira – uma fala inspiradora. Depois de amanhã, nós – e temos vários conspiradores aqui na sala – estaremos com a Secretária

de Educação do estado de Minas Gerais, a Professora Macaé Evaristo, que também é uma das fundadoras da Conspiração. Como o novo governo está assumindo o poder agora, nós retomaremos a Conspiração com a nova gestão – o novo governador, a nova secretária – nesta quarta-feira, com as melhores expectativas da Professora Macaé. E a gente sabe que existe um alinhamento maravilhoso entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, com a professora Sueli Baliza. Isto é uma coisa rara, como um alinhamento dos planetas que acontece a cada século. Esse alinhamento em Minas Gerais, em Belo Horizonte, é uma coisa maravilhosa, uma força importante de transformação. Nós temos vários temas. Um deles é a Educação Infantil. Belo Horizonte dá um exemplo notável de como tratar da Educação Infantil com competência através das UMEIs. Não sei quantas vão ser inauguradas este ano – 28? Quer dizer, duas por mês, e já tendo uma base de quantas?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje nós estamos com 102 já em funcionamento.

SR. EVANDRO JOSÉ NEIVA: São números incríveis. Alguém aqui já visitou a UMEI? Nós já visitamos. A UMEI – eu já tenho 50 anos de estrada em Educação –, é a escola mais extraordinária que eu já vi na minha vida, em todos os aspectos – na concepção arquitetônica, na beleza,

na proposta pedagógica. Vale a pena visitar uma UMEI. Dentre tantas sempre existe uma muito próxima da casa da gente. Vai lá e visita. A gente vai se sentir orgulhoso e dizendo: “olha, tem um caminho animador para a Educação, que se apresenta em Belo Horizonte como uma referência”. E nós temos o compromisso – inclusive, temos uma coordenação de Educação Infantil dentro da Conspiração – de levar esta experiência notável a 34 municípios da Região Metropolitana. Os desafios são fantásticos. Nós vamos ter trabalho para o resto dos nossos dias. A Conspiração é um trabalho contínuo de mobilização e de muitas parcerias, não só com a força da área pública. A Conspiração dialoga com muita naturalidade – até pela forma como a gente criou com o movimento – com a área empresarial. As grandes entidades empresariais são parceiras da Conspiração. A Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), a ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), a Amcham (American Chamber of Commerce for Brazil), todas essas grandes forças empresariais estão comprometidas com a Conspiração, não apenas para apoiar, mas para participar efetivamente do esforço de melhorar a qualidade da Educação pública. Amanhã estaremos presentes em mais uma reunião da diretoria da Fundamig (Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado), que congrega quase 200 fundações espalhadas por toda Minas Gerais e é uma das instituições fundadoras da Conspiração. Falei

de ‘concertar’ com C justamente porque a gente consegue fazer o tripolo com a área pública, a área empresarial e as fundações. Essa força, que se articula em três vértices, dá a perspectiva de que a gente tem contribuído de uma maneira muito forte com a melhoria da Educação pública. A gente fica muito animada com a fala, muito inspirada, da Dra. Maria Elmira e com o comprometimento com as ideias relacionadas à educação. Nós vamos trabalhar juntos. Eu gostaria de, todo mês, estar aqui, assistindo a mais uma apresentação, cujo ciclo começa hoje com o Cláudio, fundador de nosso movimento. O Brasil está passando por um momento difícil, de grande turbulência, mas, nesses momentos, a gente encontra também muita inspiração para poder criar novas alternativas. Então, não é um momento de desânimo, mas de estimulação. Vamos juntos. Muito obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Ouviremos a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Professora Sueli Maria Baliza Dias.

SR. SUELI MARIA BALIZA DIAS: Bom dia a todos e todas. Eu quero cumprimentar a mesa, o Dr. Geraldo, a Dra. Maria Elmira, o Dr. Celso, o professor Evandro Neiva, que é meu companheiro desde 2006 na Conspiração Mineira, um líder inspirador e uma das pessoas que mais

se preocupam com a Educação. Parabéns, professor. É uma honra continuar nesse trabalho com o senhor. Quero cumprimentar também o nosso palestrante, o professor Cláudio de Moura, que é outra inspiração. A gente acompanha seu trabalho e seus pensamentos, Cláudio, e é um prazer ouvi-lo aqui nesta manhã. Estou ouvindo as falas e observando este auditório e fico muito feliz com o fato de tantas pessoas de bem estarem aqui reunidas, pensando em como consertar a Educação. Esse conserto é com “S” mesmo, Professor Evandro, e é o que a gente precisa. Vários companheiros – colegas de luta da Rede Municipal de Educação, representados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Sindicato dos Professores da Educação da Rede Municipal – também vieram aqui hoje, acolhendo o convite para discutir o tema. Quando a Dra. Maria Elmira mencionou a Rosa Luxemburgo, eu me lembrei de outra grande mulher, a Hanna Arendt, que dizia que o importante é o direito a ter direito. A gente não pode eliminar esse primeiro direito. Inclusive, acredito que é por isto que nós estamos lutando na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Eu tenho a alegria de suceder a várias administrações bem sucedidas na luta pela Educação municipal. A secretária Macaé, por exemplo, citada pelo Profº Evandro, me antecedeu na Secretária Municipal. Uma série de projetos muito bem avaliados foram implementados e são hoje mantidos porque dão direito efetivo às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O Profº Evandro

também mencionou as Umeis, um projeto que necessita de uma força hercúlea. Hoje há cerca de 53 mil crianças de zero a cinco anos convivendo diariamente na nossa rede, com nossos professores, com os funcionários, enfim, e dentro de uma política de respeito muito grande, alimentação acompanhada pela Secretaria de Alimentação e Nutrição do município, com direito ao kit escolar, a uniforme, enfim, professores que são concursados da rede, e pessoas que podem prestar serviços acessórios ao trabalho das Umeis. O conjunto de ações nas Umeis é realmente muito caro e o município o executa sabendo o que faz. Nele estão as sementes do amanhã, nossos futuros políticos, nossos futuros dirigentes. Além da Educação Infantil, eu queria falar sobre a Educação no Ensino Fundamental. No Ensino Fundamental, estamos travando uma luta muito intensa, que consiste em melhorar os índices e a qualidade da Educação. Belo Horizonte é vista como uma cidade-referência em Educação no Brasil, mas ainda tem um longo caminho a percorrer, que pode ser o trabalho conjunto que tem sido feito com muita seriedade e muito respeito, tentando aumentar não só a condição de receber alunos, mas também a qualidade do ensino e o respeito ao professor e ao trabalhador da Educação. E a Educação é mesmo o caminho. Quiçá, o *slogan* Pátria Educadora seja de fato o *slogan* a ser levado como uma bandeira para os próximos anos. Eu agradeço muito à Dr. Maria Elmira, ao Dr. Celso, à Dra. Maria de Lourdes, que esteve na semana

passada na Secretaria de Educação e de quem veio – dela e do Dr. Celso – o convite para que eu estivesse aqui hoje juntamente com a equipe da Secretaria. Estamos juntos. Eu agradeço demais ao Ministério Público pelo empenho e pelos ensinamentos. Vocês [do Ministério Público] são nossos professores em muitas lutas. Muito obrigada. A Secretaria Municipal de Educação sempre estará de portas abertas para a troca de conhecimento e para o trabalho conjunto, que, certamente, são para o bem da Educação e para o bem do país. E que tenhamos, então, um ótimo momento – com certeza, teremos – com o Dr. e Prof. Cláudio de Moura. Muito obrigada.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Encerra os pronunciamentos o Procurador-Geral Adjunto Institucional, Geraldo Flávio Vasques.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Meu bom dia a todos. A minha função básica aqui, receber, eu faço com enorme prazer, porque tenho a chance de encontrar figuras como o Dr. Lasmar, que, quando eu o conheci, eu era um pouco mais novo. Hoje sou bem mais velho que ele – o senhor não envelhece, Dr. Lasmar, a cada dia fica mais jovem. Eu queria saudar a mesa: a Maria Elmira e o Celso, que são companheiros de longa data; é um prazer receber a Secretária Municipal de Educação e o Prof. Evandro, e

todo mundo precisa apresentar, todo mundo que já leu e ouviu alguma coisa do nosso palestrante, daqui a pouco, que vai ser ainda melhor apresentado pela Dra. Maria Elmira, então não vou deixar de [ininteligível] aqui agora. Eu queria agradecer a todos pela presença nesta manhã de segunda-feira. Como há vários promotores aqui, não vou fazer a nominata. Sejam todos bem-vindos. É um prazer vê-los. Saúdo todos os servidores que estão aqui na presença do Presidente do SINDSEMP, Dr. Eduardo Maia, que está na última poltrona, como sempre, está sempre lá no fim, mas sempre presente. Saúdo também a todos os convidados. Muito obrigado por tudo. Quanto ao tema Educação – eu não vou me alongar, sou simplesmente o recebedor de vocês –, sou filho de educadora, e grande parte da minha vida foi passada dentro do Instituto de Educação, um centro de pedagogia de Minas Gerais onde minha mãe trabalhou – depois na Iemg – por bastante tempo. A Educação sempre foi um fator muito forte na minha formação, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre “concertar” e “consertar” e à questão do “professar”, do professor, que às vezes professa uma ideologia, professa várias coisas, mas não professa a Educação. Ele professa diversos credos, diversas ideologias, mas não professa a Educação. O professor tem de ser, antes de tudo, educador, independentemente do seu credo político, filosófico, religioso. Eu sempre tive esperança, embora no Brasil haja crise, e crise desde que nasci. Mas é indubitável que, em

termos de acesso à Educação, o país deu um salto fantástico. Falo isso porque é visível e a gente sofre na pele os resultados. Eu tenho duas filhas, e o acesso delas a uma universidade federal, que era o caminho normal, é muito mais difícil porque existe um concorrência muito maior de outras pessoas que estão tendo acesso. O acesso à Educação Fundamental, que antes se fazia na escola pública, no Instituto de Educação, onde eu e grande parte das pessoas estudamos, [ininteligível], hoje é muito mais restrito inclusive à classe média um pouco mais privilegiada, porque o acesso cresceu com as Umeis e tudo o mais. Como hoje o acesso à Educação está muito mais amplo, tendo crescido exponencialmente, talvez a qualidade decorrente deste acesso é que tenha de melhorar. Tudo que cresce exponencialmente nem sempre está preparado para receber de forma qualitativa e quantitativa. Eu acho que o caminho é esse. A desvantagem de falar por último é que as ideias que a gente tem são faladas antes. Eu também tinha pensado no ‘concertar’, mas principalmente com relação ao Ministério Público. A Maria Elmira, o Celso e, provavelmente, os demais promotores sabem que temos tentando implantar no Ministério Público uma política diferente, ou seja, o MP deixar de ser estilingue, de simplesmente acusar o erro e apontar a mazela, e tentar consertar a mazela e concertar, no sentido de reger ou, pelo menos, de corrigir essas questões. Toda e qualquer questão é de parceria. Não existe mais a possibilidade de a justiça, a saúde,

a educação ou qualquer outro aspecto da vida social atual ser atribuição única e exclusiva do poder público ou de uma entidade. Não existe essa possibilidade. O Lasmar, que é meu amigo de longa e já esteve em vários órgãos do Estado, sabe que qualquer órgão necessita de parceria. O Ministério Público está pronto para ajudar, receber, trazer ideias, trocar ideias, receber o que puder de informação para repassar o que puder de informação. Hoje a parceria – ou seja, o concerto, a regência de vozes e instrumentos que não predominam uns sobre outros, mas que se coordenam para que existe uma melodia harmoniosa – é fundamental na Educação. Mais uma vez eu falo: sou pai de duas meninas que, espero, terão Educação no Brasil. Digo “espero” porque hoje percebo um desespero muito grande, a premissa de que nada no Brasil dá certo, de que é preciso mandar o filho para ali ou para cá. Eu acho que a gente tem de investir um pouco aqui, porque só existe o aqui “aqui”, não existe o aqui “lá”. A gente tem de fazer a nossa vida aqui, e nossa vida aqui passa, principalmente, por uma questão de coerência de trabalho entre o nosso discurso e a nossa ação – às vezes é muito intenso o conflito entre o que se fala e o que se faz –, e eu espero que esta iniciativa seja vencedora como todas as outras no MP têm sido, ainda que o resultado não atinja 100% do esperado. Se a gente conseguir 60, 70%, já será um passo muito maior do que 0%. Muito obrigado a todos pela presença e, mais uma vez, agradeço a presença do palestrante. Obrigado.

[aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradecemos aos integrantes da Mesa e solicitamos que tomem assento no auditório, à exceção dos promotores Celso Penna e Maria Elmira e do expositor de hoje, Cláudio de Moura Castro. O promotor Celso Penna fará a apresentação do palestrante.

SR. CELSO PENNA FERNANDES JÚNIOR: Farei uma breve leitura do *curriculum vitae* do professor Cláudio de Moura Castro para que ele possa se pronunciar. Professor Cláudio de Moura Castro, formado em Economia pela UFMG, fez mestrado pela Universidade Yale, início do programa de doutoramento na Universidade da Califórnia, em Berkeley, terminando na Universidade Vanderbilt, em Economia. Ensinou nos programas de mestrado da PUC Rio, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Chicago, Universidade de Brasília, Universidade de Genebra, Universidade de Borgonha, em Dijon, na França. Trabalhou no Ipea/Inpes e foi coordenador técnico do programa Eciel, passando em seguida a diretor-geral da Capes. Foi também secretário executivo do CNR/Ipea. No exterior foi chefe da divisão de política de formação da Oet em Genebra, economista sênior de recursos humanos do Banco Mundial e chefe da divisão de programa sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ao aposentar-se no BID, em fins de 2001, assumiu a posição

de presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, permanecendo até a metade do ano de 2009. Atualmente, é assessor especial da presidência do Grupo Positivo, é autor de mais de 35 livros e 300 artigos científicos e é articulista da revista Veja. Muito obrigado pela presença, professor, e passo a palavra para o senhor para poder fazer as suas considerações.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Eu fico muito feliz de ser convidado para vir a esse lugar...

[falas sobrepostas]

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Fico muito feliz porque acho que a promotoria tem um papel e um potencial enormes de melhorar a Educação, de fazer os dois consertos – para usar a metáfora do Evandro. Quero começar narrando uma entrevista do Václav Havel, concedida poucos meses depois de ele estar na posição de presidente da República Tcheca. Perguntaram a ele: “Como é esse negócio de ser presidente para um escritor?”. E ele disse: “Olha, é muito esquisito. Durante toda a minha carreira eu tinha de ser original, publicar um livro a cada ano. Como presidente, eu tenho de repetir a mesma coisa, a mesma coisa, a mesma coisa, até o povo entender”. Por que essa citação? Porque é preciso repetir muitas das coisas que eu vou falar. Se há algum mérito na minha apresentação, é não ter originalidade, é falar sobre um quadro geral do que está

acontecendo na Educação, é mostrar que hoje há um consenso cada vez mais consolidado a respeito do que precisa ser feito. Na hora de fazer é complicado, mas, pelo menos, hoje nós temos um conceito bem maior. Há cinco anos, uma ONG de São Paulo encomendou a doze pessoas que cada uma delas fizesse uma lista das seis coisas que precisavam ser feitas na Educação. Quem fez o resumo do total, quer dizer, seis vezes doze, poderia ter tido um trabalho medonho de compactação. Mas não foi o que aconteceu, porque o grau de coincidência do que foi sugerido pelas doze pessoas foi extraordinariamente grande. Ou seja, se consideramos as pessoas que estão pensando sobre Educação e que têm um pensamento maduro e sereno a respeito do tema, constatamos que existe um enorme consenso. É sobre isso que eu gostaria de falar. Começamos com um quadro geral do que está acontecendo com a educação brasileira. Inevitavelmente, não é um quadro positivo. Primeiro, vou mostrar uma série de medidas que não deixam dúvidas acerca desse quadro e, em seguida, vou apresentar alguns atenuantes, mostrando por que é assim. Hoje temos condições de medir com grande precisão a qualidade da Educação brasileira. Existem muitas ferramentas que mostram como a Educação no país é ruim. No primeiro Pisa – Programme for International Student Assessment –, que contabilizava pouco mais de trinta países, o Brasil foi o último colocado. Agora, com mais de sessenta, o Brasil está entre os dez piores. Melhorou, não o suficiente para tirar o país do buraco.

Tem gente que diz: “olha, o Brasil está entre os piores do mundo”. Não. Os 65 países avaliados são os melhores do mundo, então o Brasil é um dos piores entre os melhores. Não é tão ruim assim. Menos mal. Ruim, mas não entre os piores. Todo mundo diz: “isto é porque o Brasil tem a educação dos pobres. A nossa elite é boa, é bem educada”. No entanto, o Pisa mostrou que os filhos do grupo mais rico – podemos falar, as elites brasileiras – têm um desempenho pior do que os filhos de operários da Europa. Ou seja, o entusiasmo com a melhor educação no país não é justificado. Mais ou menos metade daqueles que chegam à quarta série, de acordo com o que já mostrava o Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica e hoje mostra a Prova Brasil, são considerados tecnicamente analfabetos funcionais. Num país que possui um sistema de educação regular, com um ou dois anos todo mundo é funcionalmente alfabetizado. O nosso povinho, por sua vez, chega ao fim do quarto ano e ainda não está alfabetizado. Ou seja, é difícil imaginar um resultado pior. No entanto, o grande problema hoje é o Ensino Médio. O Fundamental é ruim, mas a gente sabe o que precisa fazer com ele. O Médio, além de ruim, a gente não sabe o que precisa fazer com ele. Não há acordo. Primeiro, o Médio tem uma cobertura muito baixa, quer dizer, bem menos da metade dos alunos, não dos alunos, da coorte, consegue se formar no Médio. Países como Chile – para não falar dos países europeus – já estão próximos de universalizar o Médio, enquanto nós estamos marcando

passo abaixo de 50%. Não fosse pouco, em vez de avançar e cobrir uma faixa cada vez maior da coorte, a matrícula encolhe. Isso é absolutamente inaceitável. E, apenas para falar de matemática, o aproveitamento medido pelos parâmetros que foram desenvolvidos inicialmente para o Saeb e para a Prova Brasil e que são inspirados no Pisa mostram que os alunos aprendem 10% do que deveriam. Também é difícil imaginar um resultado pior. Dito isso, a primeira pergunta é: por quê? E a resposta, antes de tudo, é: começamos muito tarde. A verdade é que o Brasil começou a organizar a educação um século depois de Argentina e Uruguai. Sarmiento e Varela, respectivamente, começaram a grande revolução educativa na Argentina e no Uruguai por volta da metade do século 19, enquanto o Brasil, pode-se dizer, começou na metade do século 20. Então, não admira que a gente esteja tão mal. Nós tínhamos uma taxa de analfabetismo de cerca de 90% em 1900. Quando eu comecei a estudar educação, por volta de 1970, as estatísticas educativas da Bolívia, Paraguai e Peru eram muito superiores às brasileiras, e até hoje, se eu considero os níveis de educação a partir da faixa de 40 a 50 anos, Paraguai e Bolívia têm números melhores que o Brasil. Ou seja, começamos tarde. Hoje nós estamos à frente de todos, exceto o Cone Sul. Mas é preciso reconhecer que temos um grande avanço na quantidade, ao passo que a qualidade, embora esteja começando a melhorar, está longe de chegar a nível aceitável. Dito isso, vamos em frente.

Primeiro capítulo: gestão. Não é possível uma escola boa se a gestão é ruim. Isso é claríssimo. A escola é uma organização como outra qualquer, como o Vaticano, como a Coca-Cola, como a Microsoft, como o orfanato. Ela opera com regras comuns a qualquer organização e que são muito bem conhecidas. A primeira regra, o que a escola precisa saber, pode ser assim resumida, em mineirês: “oncotava?”, “oncotô?”, “oncovô?”. Se não houver clareza a respeito do que era a situação, do que é a situação e aonde se quer ir, não se dá um passo à frente. Morreu na praia, não avançou. É preciso ter metas. Se eu não souber “oncotava”, “oncotô”, “oncovô”, eu estou perdido, eu estou fazendo um voo cego. Essas metas têm de ser quantitativas. Dizer que a educação é boa ou ruim não adianta. Ou se tem números, ou não se tem nada. Isso é verdade nas empresas e é verdade na Educação. Se não somos capazes de medir e definir, não damos um passo à frente. Primeira advertência: não pode haver 37 metas. Quando tudo é prioritário, nada é prioritário. É preciso ser extremamente econômico na fixação de metas. Eu visitei – o Evandro estava presente – a escola de Funilândia, que tem um sistema de gestão, e, no primeiro ano primário, perguntei a um menino, na sala de aula, assim, de supetão: “menino, quais são as suas metas?”. (Não lembro que palavra eu usei.) Ele disse: “aprender a ler e a aprender a fazer conta”. Claríssimo, claríssimo. Essa escola conseguiu definir e transmitir até para o aluno do primeiro ano primário

quais eram as metas. Então, essa escola está fadada ao sucesso – e ela realmente teve bons resultados. As pesquisas mostram que as escolas bem-sucedidas definiram o rumo, a direção, o azimute, e mantiveram o combinado. Não se pode dizer: “agora é isso”, “agora é não sei o quê”. É claro que há certas revisões de rumo à medida que se aprende, mas, em grande medida, é preciso seguir com as mesmas metas. Se mudam para cá e para lá, as pessoas ficam confusas e não vão a lugar algum. Se um remador rema para a direita e o outro rema para a esquerda, o barco fica parado. Por isso, todo mundo tem de compartilhar as metas, que valem para a secretária, para os diretores, para os professores, para os alunos e até para os funcionários administrativos. Todo mundo tem de conhecê-las, aceitá-las, embarcar nos objetivos. Essas são as primeiras regras de gestão. Mas, quando falamos: “vamos melhorar a gestão”, há pessoas que dizem: “não, isso é neoliberal, isso é produtivismo, isso é não sei o quê”, ou: “imagina, olha as empresas, só pensam em lucro, só pensam em crescer. A escola não é isso”. Realmente, a escola não é isso. Mas, quando nós falamos de gestão, falamos de definir com total liberdade quais são as metas e prioridades da escola. Ninguém disse que a escola tem de crescer ou tem de dar lucro. O que nós estamos dizendo é que as escolas têm de definir aonde querem chegar. Uma escola corânica, fundamentalista, extremista, talvez diga: “o meu sucesso vai ser definido pelo número de alunos-bomba que eu produzir”.

Não é necessariamente uma meta que eu endossaria, mas é uma meta. A escola tem todo o direito de propor uma meta e fazer uma gestão absolutamente precisa, correta e brilhante para alcançá-la. A escola pode querer desenvolver aptidões artísticas, como nas escolas de música, ou aptidões científicas, como nas escolas especializadas em ciência existentes em muitos países. Quer dizer, há, no nível conceitual, total liberdade da escola em escolher o que quer fazer, ou seja, qual é sua meta. Mas, assim que fixou a meta, tem de segui-la. Escolas que introduziram bons sistemas de gestão deram um salto de qualidade. Avanços de um ponto a um ponto e meio no Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, num período de dois anos, não são incomuns – acontecem, e em muitos casos. Se temos uma meta e queremos alcançá-la, precisamos de ferramentas que nos ajudem a fazer com que as coisas aconteçam e que nos ajudem a encontrar os problemas onde possivelmente está a sua raiz. Precisamos de técnicas para acompanhar e corrigir o rumo quando necessário. Gestão é isso, não tem a ver com negócio neoliberal, porque a escola é livre para decidir o que quer, seja quantidade, seja qualidade, seja esporte. Uma vez que a escola define o que quer, basta aplicar as técnicas de gestão. Ponto, parágrafo. Eu acho que há uma aceitação crescente da ideia de gestão, mas, ao mesmo tempo, ainda há um caminho gigantesco a percorrer. Nós não estamos bem em matéria de gestão.

A gestão começa com o diretor, e os problemas com ele não são menores. Um pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo mostrou que o diretor trabalha muito mais do que o horário normal das 40 horas ou o que seja. Ele trabalha sábado, domingo, fim de semana. A proporção de tempo gasta com educação é quase nula. O trabalho do diretor se resume a apagar fogo: é briga daqui, é confusão dali, é merenda para comprar, é conta para prestar. A papelada que vai para o MEC, a papelada que vai para a secretaria, a papelada que tem de se preencher, tudo isso faz com que praticamente não sobre tempo para cuidar da Educação. Isso é grave. O diretor tem muita autonomia para fazer bobagem, mas, para fazer os consertos – aqui com “s” – que são necessários, tem muito pouca autonomia. Com o dinheirinho da escola melhorou um pouco, mas ele não pode tirar professor, pôr professor, punir professor, premiar professor, ou seja, as coisas mais elementares. No dia em que o pipoqueiro tiver um assistente na carrocinha de pipoca, ele aplicará todos os princípios de premiar e punir. O diretor não pode. Ele não tem nenhum instrumento em premiar e punir, a não ser a sedução. A única arma administrativa de um diretor – ou a principal, digamos – é a sedução, porque ele não tem poder, na verdade. Quando a escolha do diretor era política, dizia-se: “ah, sonhamos com outro sistema de seleção”. Hoje, a escolha política caiu para, mais ou menos, 30%, talvez até menos – talvez que eu não esteja atualizado –,

e foi substituída pela eleição. Por tudo que eu sei, piorou. Na escolha política, o cara era dependente de outro, que estava não se sabe onde. Agora, para ser eleito, o diretor precisa fazer conchavo. Ele tem o rabo preso em todas as direções possíveis. Quer dizer, ele não tem realmente autonomia. Ele tem de fazer campanha, e há ainda a política partidária e outros fatores. Por tudo que se sabe, o sistema de eleição piorou. Mas não estamos entre a cruz e a caldeirinha. Existem métodos pelos quais os diretores fazem prova, prestam concurso, preparam-se e, progressivamente, podem ser eleitos pelos pares e pelos pais dos alunos. Uma pesquisa do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira encontrou resultados bem mais positivos nessas formas mescladas de seleção de diretores. Portanto, a situação não é desesperadora. Existem formas melhores. Acontece, no entanto, que o ambiente é ruim. Alguns diretores geniais são capazes de criar um oásis de felicidade, de produtividade, de satisfação, de entusiasmo dentro da escola. Visita-se a escola e logo se vê: tem uma plantinha aqui, um tapetinho ali, um quadrinho ali, o banheiro está limpo, a escola é feliz. Mas é um trabalho sobre-humano de liderança sem instrumento de liderança, um trabalho de sedução sem capacidade de realmente premiar, a não ser de uma forma simbólica. Então, desse jeito não dá. O sistema é ruim. Estamos mal em matéria de gestão, mas não é difícil melhorá-la.

Falemos do professor. Não é possível imaginar ensino bom sem professores eficazes. O professor é o cerne do processo de ensino, não vai ser substituído por nada. Todas as tecnologias não fazem mais do que tirar fisicamente o professor daquele momento de aula, mas ele está na retaguarda, fazendo a mesma coisa ou algo parecido. Então, tudo depende do professor. Há uns quatro anos, se não me engano, a senhora Mona Mourshed, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e uma consultora inglesa muito prestigiosa, escreveu uma monografia extremamente competente em que diz o seguinte: “a qualidade de um sistema de educação não pode exceder a qualidade dos seus professores”. Ficou todo mundo feliz com isso. É difícil imaginar alguém que tenha prestado um maior des-serviço à educação brasileira do que a dona Mona. Eu até escrevi um artigo fazendo alusão à Monalisa e dizendo que ela é a “Mona Áspera”.

O artigo da Mona Mourshed é nocivo porque os professores são estes, que estão trabalhando atualmente e vão ficar no emprego até morrer, até se aposentar. É com eles que nós temos de conviver, e há um colosso de coisas que podem ser feitas para melhorar o desempenho deles. Ou seja, é vago dizer que a qualidade de um sistema de educação não pode exceder a qualidade dos professores. Eu me pergunto: que qualidade? Se o professor não sabe dar aula, mas é ensinado a fazê-lo, sua qualidade é uma antes

do processo, e outra, depois. Se o professor não conhece o conteúdo, mas recebe um curso para reforçá-lo, sua qualidade varia. Então, esta afirmativa, “a educação não pode exceder a qualidade dos professores”, é bobagem. A educação é o produto da matéria-prima – o professor, o que ele aprendeu e o que ele continua aprendendo, o que o sistema estimula ou oferece a ele para melhorar seu desempenho. Isso é o relevante. Os professores são os que estão trabalhando atualmente e não vão ser trocados. Por isso, não adianta dizer que o sistema de educação não pode exceder a qualidade dos seus professores.

O grande problema, hoje, é a formação dos professores. Eu diria que um dos pontos mais críticos do processo é esse. Na gestão do Fernando Haddad no Ministério da Educação, repensou-se a arrumação do curso de formação de professores. Antes era um curso de inspiração francesa, a escola normal, que, no país de origem, era inicialmente de nível secundário e que, depois de aumentada a escolarização de todo mundo, passava para o nível superior. A França tem os seus cursos de formação de professores, e o Brasil montou um curso no nível superior para compatibilizar com o avanço da escolaridade brasileira, tal como feito na França. E esse programa começou a avançar. Por alguma razão – eu não quero entrar diretamente nas razões porque eu já tenho bastantes inimigos, não preciso de mais –, professores das faculdades de educação das

universidades federais não gostaram disso. “É tecnicista”, não sei o quê. “Imagina, ensina a dar aula, que coisa horrível”. O professor tem de ser um antropólogo, um filósofo, um sociólogo... Então, convenceram o ministro Fernando Haddad a acabar com o curso, poucas semanas depois de ele entrar no ministério. Ele se entusiasmou, deu o canetaço e acabou com o curso. Quem queria ser professor teve de cursar um programa de formação de orientação pedagógica – que, aliás, eu acho que não precisava existir – e deixou de aprender corretamente o conteúdo que precisava ser ensinado e de aprender como dar aula. Hoje se formam professores que não sabem dar aula e que não conhecem corretamente o assunto que têm de ensinar – sobretudo no ensino fundamental. Visitamos uma escola de Belo Horizonte e perguntamos a um grupo que reunia umas seis professoras: “Na faculdade vocês aprenderam a dar aula?”. “Não, não aprendemos, não”. “Então, como fazem?”. “A gente vai aprendendo”. “Quanto tempo leva para vocês aprenderem?”. “Ah, uns cinco anos”. “Quer dizer que, durante cinco anos, os alunos são cobaias?” Uma delas disse: “Sim, realmente são”. Não pode. Isso é um absurdo. A Eunice Durhan [ex-presidente da Capes] se revoltou contra isso, e eu a levei até o Fernando Haddad, e, coitado, fiquei com pena dele, porque ele admitiu que tinha feito uma burrice e disse que ia consertar. Mas não consertou, o fato é que não consertou. Continua engraçado. Nos cursos de formação de hoje, o professor de-

cora o *slogan*, o que disse o Piaget, o que disse o Vygotsky, a psicogênese do conhecimento, a luta de classes, a teoria da reprodução etc. Ele entra na sala, fecha a porta e se pergunta: “Essas coisas todas que eu aprendi, para que servem na hora de dar aula? Para nada”. Ele está totalmente desequipado para dar a aula que ele precisa dar todos os dias. Ou seja, ideologia requeitada não serve para dar aula de raiz quadrada. Um dos problemas mais sérios da Educação brasileira é que não se aprende a manejar aula. Se a gente fala com uma diretora, ela diz: “Olha, que saudade do Instituto de Educação, onde os professores aprendiam a dar aula. Os melhores que eu tenho aqui passaram pelo Instituto de Educação”. Gasta-se uma fortuna em cursos de reciclagem de professor e, nesses cursos, ensinam-se as mesmas coisas que não serviram para nada. Os sistemas de ensino funcionam porque ensinam aos professores o que eles vão usar em sala de aula. Ao cabo de dois anos de implantação no sistema de ensino, os alunos estão seis meses à frente de onde estavam. —

Um dos assuntos mais pesquisados em educação é: que variáveis se associam a um ensino de qualidade? O que se vê consistentemente é que o número de alunos não está associado à qualidade do ensino. Existe até uma entrevista do [Andreas] Shleicher, do Pisa, na qual ele repete isso, que é mais do que sabido. A Coreia [qual?] atingiu níveis altíssimos de qualidade da educação com 80 alunos na

sala de aula. Agora está abaixando o número, porque o país é rico, e a sala de aula é conforto do aluno e conforto do professor. Tamanho, número de alunos, número de professores não têm tanto a ver com o aprendizado. Aliás, não tem nada a ver do ponto de vista de correlação. Quanto à escolaridade, o professor que não tem o ensino fundamental completo não pode servir de parâmetro, mas, comparando-se professor com mestrado e professor sem mestrado, a diferença é zero, o desempenho dos alunos é o mesmo. O salário também não se associa a desempenho. Se nós consideramos apenas os estados brasileiros, o que paga melhor é Brasília, está empatado com Minas, que é o 20º maior, e está acima do Amapá, que é o pior. É o pior, pior, pior, em matemática. Fiz o coeficiente de correlação que mede, não o caso individual, mas o global, e a conclusão é a seguinte: não há associação entre estados brasileiros, entre salários e qualidade da Educação oferecida. Isso é verdade em outros países, na América Latina, no mundo. Nenhuma dessas variáveis se associa ao desempenho. Tudo depende de como o professor lida com a sala de aula. Há uma tese de doutorado muito interessante de um professor de Ribeirão Preto, publicada recentemente. Nela o professor percorre todas essas variáveis demográficas – e, como todo mundo, ele verifica que não há associação com desempenho – e, em seguida, em São Paulo, que havia um teste para o tanto que os professores sabiam, e um questionário mostrando comportamento do professor em

sala de aula. O professor, então, descobre que, de todas as variáveis presentes na análise, só duas delas sobrevivem, ou seja, só duas delas têm alguma coisa a ver com rendimento. A primeira variável é o nível de conhecimento do professor, o que é bem óbvio. É difícil ensinar se não se sabe. Mas essa variável não é tão forte assim. A variável mais forte é como o professor se comporta em sala de aula. Com que professores os alunos aprendem mais? Aqueles dos quais os alunos dizem: “Esse professor batalha com a gente até a gente aprender”, “Esse professor ensina direitinho. Ele ensina com detalhe até a gente aprender”, “Esse professor dá dever para casa”, “Esse professor corrige o dever”. O bom professor, com quem o aluno aprende, é aquele que tem esses comportamentos em sala de aula. Não pode haver notícia melhor, porque isso tudo pode ser aprendido. Não se pode mudar a idade, não se pode mudar o diploma, não se pode virtualmente mudar nada do professor, mas é possível ensiná-lo a dar aula. Tudo depende de como ele usa as técnicas em sala de aula, e hoje existem, pelo menos, dois ou três livros excelentes que dizem o que o professor tem de fazer na sala de aula, ou seja, quais são as técnicas que funcionam. Entre eles, há o livro do [Doug] Lemov, que gravou, durante vinte anos, professores geniais e identificou 49 coisas que o docente pode fazer na sala de aula, e o livro do [Robert] Marzano, que diz existem nove princípios que o professor deve usar na sala de aula. O que determina o aprendizado do

aluno, portanto, são coisas que o professor pode aprender, se ele quiser aprender e se o sistema lhe ensinar. De toda forma, é possível.

A imprensa, durante um período – embora eu pense que eles se “emendaram” –, alimentou a ideia de que ser professor é um ato de heroísmo. É preciso acabar com o mito do professor que se vê na televisão: o professor que rema quatro horas ou anda a pé cinco horas para chegar à sala de aula, o professor que passa chuva, frio, calor. Não é isso. O professor é um profissional que tem de desempenhar sua função como qualquer outro profissional. As dificuldades não podem transformar o magistério num ato de heroísmo. Não funciona. Dito isso, resumo: a condição do professor é crítica, mas é possível melhorar o professor. A carreira docente é um dos entraves. No serviço público, ela não é atraente e recruta mal. Quando eu estava no Pitágoras, fizemos uma pesquisa que mostrou que 70 a 80% dos professores da rede de escolas Pitágoras estavam contentes. Na mesma época foi publicada uma pesquisa do Inep mostrando que cerca de 70 a 80% dos professores da rede pública estavam infelizes, ou seja, o oposto. Alguns dizem: “Ah, é o salário”. Não. Na média, o salário do sistema privado é um pouquinho menor do que o do sistema público. Isso foi verificado em pelo menos duas pesquisas feitas por economistas de primeira grandeza no Brasil, entre eles Samuel Pessoa. O problema é o ambiente.

O sistema público contrata mal porque o ambiente não é bom. A escola não consegue gerar um ambiente agradável para os professores, exceto aquelas que têm um diretor genial. O responsável pela escola privada sabe que, se não gerar um bom ambiente, vai ter de pagar muito mais e não vai conseguir bons professores. Como o diretor da escola privada tem poder de fazer as coisas, um dos primeiros investimentos que ele tem de fazer é ter um bom ambiente para os professores. Ou seja, é muito mais barato melhorar o ambiente do que aumentar o salário dos professores. Os professores ficam felizes quando o ambiente é bom. Eu não vou discutir se o salário do professor é alto ou é baixo, porque isso é veneno puro. Deixa para outra hora. O fato é que o ambiente é ruim.

Qualquer empresa minimamente competente, à exceção daquelas que vão à falência, são capazes de premiar quem tem bom desempenho e punir quem tem mau desempenho. No sistema de educação não há nem prêmio nem punição – ele é absolutamente distanciado de qualquer sinalização positiva ou negativa para o desempenho do professor. O sistema privado tem os seus mecanismos, que não chamam a atenção, mas são usados no cotidiano. No sistema público não há nada. Daí resultam absentéismo, greve, um colosso de licenças médicas e, principalmente, pesquisas que mostram como o tempo na escola é usado. Simplificando muito, cerca de 50% desse tempo

não é usado para aprender. O professor chega atrasado, sai mais cedo, faz a chamada, cuida de disciplina, vê isso, vê aquilo, dá avisos, e isso consome 50% do tempo, fora os feriados, as greves. A tal jornada de duzentos e tantos dias, na verdade, é a metade disso. A única lei infalível da pedagogia é aquela que é igual a F de BCH, ou seja, aprendizado é função de bunda, cadeira, hora. Se só metade do tempo é usada para a educação, só metade do aprendizado vai ocorrer. Não tem jeito. Um tempo atrás eu estava dando uma aula sobre educação. Fui para a janela com vários pedaços de giz e disse: “Vamos jogar giz naquela árvore”. Comecei a jogar giz na árvore, do lado de fora. Então perguntei: “Onde é que está o desperdício?”. “De giz?”. Giz é nada. O desperdício é o tempo do professor, o tempo gasto jogando giz na árvore. De tudo o que pode acontecer de desperdício na educação, o grande desperdício é o tempo que não é usado para educar. Esse é o ponto fundamental.

A lei faculta não confirmar o contrato dos professores depois de dois anos do período probatório. Sabe-se que é preciso muito menos de um ano para saber quem é bom professor, mas, depois de dois anos, a escola confirma todos os contratos. Ou seja, há uma brecha legal para se corrigirem os erros no processo de seleção, e essa brecha não é usada. E a estabilidade é um crime contra a educação dos alunos. A única maneira de o professor sair da escola é se ele roubar

dez mil réis. Se ele rouba a educação de uma ou de duas gerações inteiras de alunos, isso não é punido em hipótese alguma. Trata-se de um erro sistêmico, o da estabilidade.

Indisciplina tóxica. Esse tema na estrutura lógica da minha apresentação é espúrio, está meio de contrabando, não se enquadra, mas é tão importante hoje que eu resolvi colocá-lo em destaque. “E quando vierdes à terra e plantardes toda árvore de comer, tereis o seu fruto como proibido [Orlândia]; por três anos vos será proibido, não se comerá. E no quarto ano, todo o seu fruto será santidade de louvores ao Eterno. E no quinto ano comereis de seu fruto, para fazer multiplicar para vós o seu produto – Eu sou o Eterno, vosso Deus!”

O que aconteceu em Paris em maio de 1968? O mundo veio abaixo. Os grandes protestos de Paris em 68. A mensagem era: “É proibido proibir”. Foi um movimento anarquista no sentido filosófico da palavra. Não se manda, um não manda no outro, cada um é livre para fazer as coisas que têm de fazer. “A educação francesa é muito autoritária?”. “É, muito autoritária”. “Estava abusando?”. “Estava abusando”. Daí veio o *slogan*: “É proibido proibir”. Aconteceu que, quando esses caras – inclusive o [Nicolas] Sarkozy, que aparece numa fotografia tirada nos protestos de maio de 68 – viraram professores, houve grande desconforto com a questão da autoridade. Os professores dessa gera-

ção se tornaram incapazes de manter a autoridade, porque foram criados sob o lema “é proibido proibir”. Cria-se, então, uma situação de desconforto. O professor não se sente à vontade em manter a autoridade. No Brasil temos a herança do nosso índio nômade que não aceitava disciplina, o que fez com que viessem os africanos. Isso está no nosso DNA. Além disso, existe a psicanálise: “coitadinho do menino, não pode ser frustrado”. Juntando o “é proibido proibir” com o índio e a psicanálise, temos a receita para uma escola inadministrável. A França voltou atrás. Nós recebemos, no ano passado, Luc Ferry e um outro filósofo, que mostraram: “Isso foi uma catástrofe. Prejudicou enormemente a educação francesa. Mas nós já estamos voltando para trás. Autoridade é autoridade. Ponto”. As boas escolas têm disciplina rígida. Assim que saiu o resultado do primeiro Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, o Pitágoras encomendou da Vox Populi uma pesquisa com as dez melhores escolas participantes. Todas elas – não com as escolas, com os alunos – tinham disciplina rígida. Isso é verdade pelo mundo afora. As únicas escolas pouco seletivas no Brasil que se destacam no Enem são as militares, que não são nada elitistas do ponto de vista da sua clientela, e seus resultados são muito melhores do que os esperados. Isso se deve à disciplina, que, conforme veremos, não é algo absolutamente gratuito da autoridade pela autoridade. Há cerca de dois anos, o [Grupo] Positivo encomendou uma pesquisa de que eu, o Chico Soares e

um antropólogo de Harvard participamos. Nós entrevistamos alunos em profundidade e perguntamos para eles: “O que mais atrapalha o seu aprendizado?”. Eles disseram: “A bagunça dos colegas”. Os próprios alunos estão dizendo que o que atrapalha o aprendizado é o colega fazendo bagunça. Vejam só o dano que fez o “proibido proibir” de maio de 68. Os professores não se sentem confortáveis em manter a disciplina. Da época em que eu estava no [Colégio?] Marcondes, eu me lembro de que havia um professor que, quando aumentava a bagunça, puxava o revólver e o botava em cima da mesa, e daí acabava a bagunça. Mas essa não é uma regra generalizável. Eu não posso imaginar uma velhinha fazendo o mesmo que esse professor. É preciso de algo muito mais genérico. Aqui se faz valer o concerto de professores, pais, diretores e secretários de educação, dizendo: “Não pode fazer bagunça”. Ponto, parágrafo. Quando minha filha estava no primário, numa escola francesa na Suíça – não é que era proibido conversar –, era proibido saracotear na cadeira durante a aula. Não é à toa que esses países ocupam as primeiras posições do Pisa e nós, não.

Vamos falar de mudança. Nos últimos 30 anos, com o aparecimento do computador e o avanço dos grupos de pesquisa em educação, alcançamos um acumulado de pesquisas de altíssima qualidade, bem organizadas metodologicamente. Hoje dispomos de uma quantidade ex-

traordinária de pesquisas boas dizendo o que deve ser feito. Não há mistério. Há pequenas controvérsias, mas que não afetam o todo. A fórmula mágica para uma boa escola é um feijão com arroz bem feito. Nada mirabolante, nada de grandes soluções, nada de grandes teorias, grandes Piagets, grandes Vygotskys – a solução é o feijão com arroz bem feito. A aula é bem dada e começa na hora certa, o professor se preparou, o aluno tem dever para casa, a escola tem um ambiente bom – tudo o que caracteriza uma escola simples e comum sendo bem feito. Só se precisa disso para se alcançar uma educação de primeiro mundo. Não há nenhuma razão para ser contra a tecnologia. A tecnologia pode ajudar, mas é passiva no processo. A revolução dos *tablets* não virá, porque não é pela tecnologia que a educação será revolucionada.

Soluções. Nós vivemos numa lógica maldita, quer dizer, por que a nossa educação é ruim? Antes de falar de como são feitas as reformas nas democracias, eu queria falar da reforma educativa do Quirguistão, na década de 1930. Stálin, na sua clarividência, disse: “Aqui no Quirguistão, como nos outros países da União Soviética, todos os meninos na escola. E é para valer”. O Quirguistão era um país de nômades. Sua população usava burcas, vivia em barracas feitas de pele, criava ovelhas, andava de um lugar para o outro. Para colocar todos os meninos na escola foi preciso sedentarizar a população, ou seja, eles tiveram

de deixar de ser nômades. O Stálin não perguntou se eles queriam deixar de ser nômades. O Stálin disse: “Todo mundo na escola”. Então aconteceram conflitos. As estimativas não são precisas, mas entre 100 mil e 200 mil pessoas morreram por causa desse processo. Esta é a reforma educativa num país que não é democrático. Deu certo. No nosso país, porém, não é bem assim. Os governantes não podem ignorar o que pensam os governados. Existe um vai-e-vem entre a opinião do eleitor, a opinião do pai e o que será feito pelo governante, que deve manter certa coerência no seu comportamento. O problema é que 70% dos pais acham que a educação é boa – porque, em geral, é melhor do que a que eles tiveram. Tem merenda, livro, professor, sala de aula, porta, janela, ano letivo. Grande parte dos brasileiros mais pobres teve uma educação, pelo menos do ponto de vista material, pior do que os seus filhos têm. Ora, se o eleitor acredita que a educação é boa, qual a motivação do político, do governador, do administrador, do secretário, em tomar uma providência que o eleitor não acha essencial e que, para ser tomada seriamente, incomodará outras pessoas? Melhorar a educação é muito fácil. É preciso cobrar do diretor, do professor, do aluno. Todo mundo tem de trabalhar mais, se esforçar mais, cumprir horário. Se os pais não acham que a educação é um grande problema, os governantes vão cuidar de outro assunto e não vão desgastar o seu capital político fazendo coisas impopulares. Obviamente os grandes líderes

são os que desbravam. Eles avançam e têm a coragem de fazer aquilo que nem sabem se resultará numa recompensa mais adiante. Pode resultar ao longo da história, pode não resultar, pode até não dar certo – quer dizer, o líder paga o preço político, e não dá certo –, mas o grande líder é aquele que pensa adiante dos seus liderados, levando em conta o que pode acontecer em longo prazo. No entanto, esses líderes são poucos.

Conclusão: não há crise na educação, a crise da educação está na cabeça das pessoas que estão aqui nessa sala... Se 70% dos eleitores não veem crise na educação, a educação está, politicamente falando, em equilíbrio. Aí entra o Ministério Público. Nós “precisamos” de uma crise. O secretário gostaria que houvesse uma crise na educação, o ministro gostaria que houvesse uma crise na educação, mas, enquanto não mudar a cabeça do povo, essa crise não virá.

Quem são os atores, quer dizer, quem são os que acreditam que não existe crise na educação? Pais – primeiro candidato. A principal razão da inércia são os pais que consideram boa a educação e, portanto, não dão motivos aos administradores para pisar no calo de todo mundo. A grande providência é mudar a cabeça dos pais. Dois: professores, que estão infelizes na carreira, embora a mesma pesquisa que mostrou que 70% dos alunos consideram a

educação boa mostre que 70% dos professores têm a mesma opinião deles. Portanto, os professores não são agentes de mudança, apesar de estarem infelizes. Três: sindicatos. Nos países que normalmente visitamos, os sindicatos são um fator de resistência à mudança. Excetuam-se os Estados Unidos, que têm três sindicatos poderosos – um é contra a mudança, outro é neutro, enquanto o terceiro é essencialmente a favor. Fora isso, os sindicatos tendem a ser contra a mudança. Os sindicalistas são eleitos com pouca representatividade. Na maior parte dos casos – não quero entrar em casos individuais –, não se pode dizer que eles representam os professores. Em princípio, eles reivindicam melhores salários e são contra, por exemplo, a avaliação e a premiação de desempenho. E isso não acontece só no Brasil, mas também nos EUA, com os sindicatos tradicionais. Mas, nos Estados Unidos, houve uma pequena mudança: agora predominam sindicatos que aprovam avaliação e premiação. Na América Latina, a mudança é zero. A única diferença é que alguns países têm sindicatos mais poderosos do que outros. No México, por exemplo, são os sindicatos que escolhem os professores que serão contratados. Nisso nós não chegamos. Quatro: secretários de educação e prefeitos. Diante da passividade da população, há um grande risco de a educação ser tratada como moeda de troca na política. Não em todas as cidades, não sempre, não nas cidades que têm um sistema educacional melhor, como em boa parte das cidades de Minas, pelo

menos em comparação com o Brasil. Fazendo uma caricatura bastante exagerada, eu poderia dizer que uma das condições que o prefeito coloca para decidir o secretário de educação da cidade é que ele não entenda da contabilidade do município, para não perceber que o secretário de obras está roubando dinheiro da educação. Além disso, ele tem de ser manso, tem de aceitar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

DR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Belo Horizonte, junto com Curitiba, é uma das duas melhores capitais, portanto está fora desse panorama. De vez em quando aparece um gestor, que pode ser um prefeito ou um secretário de educação, que diz: “Educação aqui é para valer”. Sobretudo nas cidades pequenas, onde a resistência é menor, o gestor pode fazer uma revolução fantástica em um ou dois anos. Em geral são dois mandatos, como requerem as grandes revoluções, ou pelo menos a continuidade de mandatos. Municípios relativamente pobres conseguem ter uma educação de alta qualidade se há consistência na liderança e vontade de fazer. O caso extremo é Sobral, no Ceará. Um dos casos que mais chama a atenção é Foz do Iguaçu, em que um engenheiro dono de empreiteira colocou a educação da cidade no padrão da Europa. Pode, dá certo, não é nada de excepcional, mas é preciso

um estilo incomum de liderança, uma vez que o sistema não incentiva, com premiação, as pessoas que alcançam tais resultados no cotidiano.

Sociedade civil, filantropia. O Brasil tem, junto com a Colômbia, uma das maiores redes de filantropia empresarial e ONGs de apoio à educação. É, de longe, o primeiro lugar nesse aspecto. Talvez a Colômbia tenha um pouco disso com os plantadores de café – interessante o fato de que, na Colômbia, são os plantadores de café os impulsionadores dessas fundações, exercendo grande protagonismo. Em levantamentos da Unesco e Unicef, com as 35 melhores escolas do Brasil, é notável a presença de fundações, institutos, filantropias empresariais. Muito protagonismo. Mas uma característica desse movimento no Brasil é que aqui não se faz ‘advocacy’. As grandes fundações e institutos filantrópicos, como o Instituto Ayrton Senna e a própria Fundação Pitágoras, realizam ações dentro das escolas. O Todos Pela Educação é a grande exceção, embora tenha ficado meio “chapa branca” ultimamente. Em grande medida, dado o quadro do país, sociedade civil, filantropia e ONGs são fatores-chave nas mudanças que podem vir da educação.

Imprensa e marqueteiros. Mídias de grande circulação como Revista Veja e Rede Globo têm uma preocupação explícita com a educação. Eu já me reuni várias vezes com

o jornalismo da Globo para discutir como se noticia educação. A Globo e a Veja têm claramente uma linha e um protagonismo bem positivo. A segunda linha de jornal, cujos nomes não serão mencionados, noticia piolho na escola, o teto que caiu, atropelamento de aluno. Quer dizer, educação não é notícia. Notícia de educação é piolho. O problema da mídia é que ela tem de conviver com a ditadura da notícia. Se noticiam que os meninos foram para a escola, que o professor era bom, deu a aula, e os meninos aprenderam – isso não vende jornal, fecha. Os jornais têm de fazer malabarismo para promover a educação, usando, em geral, os testes, quando aparecem, alguns eventos etc. Então há também coisas bem interessantes. Por exemplo, o lançamento do Todos Pela Educação foi feito no Museu do Ipiranga, onde foi a Independência. Um negócio absolutamente simbólico. Tem muita gente interessante no âmbito da imprensa e do marketing pensando em educação. É um fator poderoso, considerando as limitações que conhecemos.

Para terminar: comitê não faz revolução. Os saltos que acontecem são dados por idealistas inspirados e ousados. Essa é a receita. São os líderes que empurram o mundo para frente. Vamos passar em revista alguns.

Henri Gorceix, trazido por Dom Pedro II da Ponts et Chaussées ou da École de Mines – agora estou em dúvi-

da. Foi numa das duas grandes escolas de engenharia da França. Ele veio para o Brasil com a maior dificuldade e construiu a Escola de Minas de Ouro Preto, que liderou e sem a qual, pode-se dizer, não haveria espaço para uma siderurgia em Minas Gerais e, por consequência, no Brasil. Ele criou uma escola excelente, que piorou na década de 1970, quando a ordem do MEC foi expandir matrícula. Não era uma escola preparada para isso. Era uma boutique. A mesma liderança com os Lucas Lopes no que concerne à geração de energia elétrica, mais adiante. Uma na siderurgia, outra na geração de energia elétrica.

Júlio de Mesquita e Armando Sales. Esse é um episódio curioso. São Paulo perdeu a Revolução de 1930, e o povo do Getúlio Vargas ainda amarrou o cavalo em praça pública. Mas os dois não se humilharam. Resolveram dizer: “Nós somos bons, quer ver?”. E criaram a USP. A USP é a matriz da liderança intelectual e científica do Brasil. Incontestável. Um terço da ciência brasileira ainda vem da USP. Em todas as crises, a USP é o grande celeiro intelectual do Brasil. Dois sujeitos. Um jornalista do Estadão e um engenheiro.

Senai. Euvaldo Lodi, de Minas Gerais, Roberto Simonsen, de São Paulo, e um terceiro – alemão, gaúcho – conseguiram convencer o Getúlio Vargas a fazer com que a formação profissional se desse em instituições separadas do ensino formal, da escola acadêmica, do Ministério da

Educação e fosse administrada pela indústria. Foi criado o Senai. Mas quem sabia tocar a coisa? Foi escolhido um sujeito que nasceu no coração da mecânica de precisão na Suíça, a 50 quilômetros de Chaux-de-Fonds, o núcleo da relojoaria no país. O pai era negociante de relógio. Quer dizer, o relógio e a mecânica de precisão estavam no DNA dele. Por acaso, o pai foi representar a relojoaria suíça em Portugal, e ele foi junto, aprendeu português, estudou em Lisboa. Voltou à Suíça e fez o curso tecnológico de Zurique. Foi convidado para ser professor da Politécnica de São Paulo e criou o sistema de formação profissional da Sorocabana, uma das estradas de ferro. Quando criaram o Senai, colocaram o Roberto Mange como diretor. O Roberto Mange foi uma das pessoas mais chatas que já viveram nesta república. Obstinado, detalhista, perfeccionista, intransigente. Quando o Senai completou dez anos, todo mundo fez um discurso: “Maravilha!”, não sei o quê. Ele disse: “Não... Tem muita coisa para fazer. Isto aqui não está prestando ainda, não, minha gente”. O perfeccionismo do Mange foi transferido para o Senai brasileiro. Eu fui a Anápolis para visitar uma escola e, quando vi os trabalhos de mecânica dos alunos, disse: “Pô, que bacana isto aqui”, “Ah, essa escola foi o Mange que criou”. (Goiás fazia parte do Senai de São Paulo). Ele era o cara que, se chegava a uma escola e lá havia um menino varrendo a oficina, tomava a vassoura dele e dizia: “Você não sabe varrer. Deixa eu te ensinar”, e o ensinava a varrer. Essa é a matriz do

Senai. E o Senai é, possivelmente, a única instituição educacional de primeiro mundo que existe no Brasil.

Anísio Teixeira – todo mundo o conhece – fundou a Capes, uma instituição que, desde os seus primeiros tempos, não teve desgosto, nem crise, nem mal entendido. Nunca teve um político como diretor nem foi usada como moeda de troca. Se hoje são sete milhões e meio de alunos matriculados no ensino superior é porque há professor para eles, e há professor porque a Capes aconteceu. Então, eu não preciso falar mais sobre esse caso.

O [Casimiro] Montenegro [Filho], um cearense, oficial da aeronáutica, disse: “Com esse Brasilão todo, se não fizer avião, nós estamos mal. Aqui, só transporte de avião vai resolver. Então nós temos que fazer avião”. Mas, para fazer avião, é preciso uma escola para ensinar a fazer avião. Daí ele passou a vida toda batalhando para criar o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Com muito jeito, procedimentos administrativos que o levariam a mil anos de cadeia hoje se fizesse as coisas que ele fez então, e toda a honestidade, ele criou o ITA, matriz da Embraer, da eletrônica brasileira e da indústria bélica de alta tecnologia. Também é um caso bem conhecido.

A dona Sinhá Moreira, elegantíssima, sobrinha do Delfim Moreira, morou na França e em vários outros lugares. Era uma mulher do mundo. De repente ela voltou para San-

ta Rita do Sapucaí. Para o meio das vacas. “Isso não está bom, não. Vamos fazer um negocinho qualquer aqui para mudar isso.” Perguntou, perguntou, perguntou, e criou a primeira escola técnica de eletrônica da América Latina. Essa escola foi um começo. Depois veio uma outra, superior, também privada, e Santa Rita do Sapucaí ficou metade vaca, metade indústria de telecomunicação. Quer dizer, tanto tem bosta de vaca na rua como tem gente fazendo parabólica, satélite, terminal de telefone, essas coisas todas. A cidade tem mais de 160 indústrias na área da telecomunicação. Uma senhora cosmopolita elegante teve a ideia, foi a fundo e fez a reforma.

Zeferino Vaz. Médico, teimoso, corajoso. No caso que eu ouvi – e acho que é verdade –, ele disse: “A USP não consegue mais crescer. Já chegou ao limite”. Então ele foi ao gabinete do governador de São Paulo, cujo nome agora me escapa, chegou para a secretária e disse: “Olha, eu não marquei audiência, não, mas, se a senhora me permite, vou me sentar aqui, porque talvez alguém desista e, aí, a senhora me põe na sala do governador, que eu quero dar uma palavrinha com ele”. A secretária disse: “Está bem”. Ele se sentou e ficou ali, na frente dela, o dia inteiro. Nada. No segundo dia, disse: “Eu voltei porque, quem sabe, ele tenha um intervalinho”, sentou e ficou ali. No terceiro ou quarto dia, a secretária não aguentava mais o mal-estar, afinal era um professor da USP de Ribeirão, e aquela si-

tuação constrangedora. E ela falava com o governador: “Tem um cara lá fora, muito, muito educado, que não sai, não sai. O que é que eu faço?”. Então chegou uma hora em que o governador perdeu a paciência e disse: “Deixa eu falar com esse chato”. O Zeferino convenceu o governador e conseguiu o dinheiro para fazer a Unicamp. O resto é história, todo mundo conhece. Teimoso, insistente, com uma tremenda noção do que é qualidade, chamou, por exemplo, o José Ripper – que estava no laboratório da GE, nos Estados Unidos, fazendo fibra ótica – para fazer fibra ótica na Unicamp. Daí ele disse: “Não, eu sozinho aqui não faço”. “Ah é? Então leva o grupo todo”. E levou todo mundo, o grupo inteirinho do Zé Ripper(F), porteira fechada, equipamento, tudo, plantou e deu certo. O Brasil virou um líder na área de fibra ótica na época.

Warwick [Estevam Kerr]. Essa é uma figura notável. Eu já o conhecia de nome. Quando eu estava na Capes, veio a diretora do sistema de bolsas e me disse: “Olha esse camarada. Olha esse maluco. Ele está dizendo que vai a um congresso de pacifismo na Holanda e que precisa de dinheiro para passar na Universidade Wageningen e trazer uns repolhos, que ele quer plantar aqui”. Eu disse: “Como é o nome do cara?”. “É um tal de *Warwicker*”. “Pode dar o dinheiro que ele vai trazer o repolho”.

O Warwick era geneticista. Onde ele trabalhava se tornava o melhor departamento de genética do Brasil. Era um

tremendo empresário da educação. O cara é da Finep, está ele e o outro na mesma salinha, e o cara ouvindo, ouvindo: sim senhor professor, sim senhor professor, Sim senhor professor. Em determinada hora o cara tampou... tem um maluco lá que diz que é o diretor de um instituto de pesquisa lá de Manaus pedindo um binóculos para ele olhar passarinho. Eu disse: binóculo... como é o nome do cara? Ah, é um tal de *Warwicker*. Pode dar porque senão ele vai encher o seu saco até você dar, então você economiza o seu tempo.

Quando eu estava na Capes, fui convidado para uma premiação do “Jovem Cientista”. Pensei: “interessante”. Pedi a um assistente meu que colocasse um pontinho no mapa em cada lugar em que morasse alguém que tivesse sido selecionado para o “Jovem Cientista”. Davam uns 50, 100 pontinhos. Eu olhei no mapa, botamos no mapa. Acima do paralelo, todo mundo, quase todo mundo em São Paulo, uns gatos pingados em Minas e no Sul do Brasil, e dois, acima do paralelo 20, só dois, no Brasil todo. Onde? São Luís do Maranhão. “São Luís do Maranhão? Olha aí quem é o orientador”. Warwick. Quer dizer, o cara era “pé de boi”. Um dia chegou o reitor da universidade com uma funcionária da Capes, e havia uma barraquinha na feira, com a placa “Universidade Federal do Maranhão” e ele vendendo hortaliça. Disse: “Warwick! A Universidade não pode fazer isso,

vender hortaliça!” “Não, não tem importância.” Tirou a placa e continuou vendendo.

Luiz Alberto Coimbra, outro teimoso, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criou a Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, fez tudo o que não podia fazer, com honestidade total, e foi punido seriamente pela universidade. Mas a Coppe é o maior centro de engenharia da América Latina. Segue próspera até hoje.

[Caspar Erich] Stemmer, alemão no Rio Grande do Sul, teimoso como uma mula, criou a Elétrica e a Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, com o auxílio dos alemães, sobretudo os da engenharia de Aachen. Outro “pé de boi”. Criou uma engenharia muito voltada para a indústria. Os motores Weg, que são exportados para o mundo inteiro, foram criados segundo a engenharia do Stemmer, em Santa Catarina. O cara era danado. Eu o conheci e tenho grande admiração por ele. Está vivo até hoje, mas muito velho, muito doente. (Parece que ele morreu em 2012: <http://noticias.ufsc.br/2012/12/trajectoria-do-professor-stemmer-foi-marcada-por-conquistas-importantes-para-a-universidade/>)

De que forma essa gente foi diferente? O que nós estamos vendo? Grandes mudanças têm nome e sobrenome. É gente que tinha alguma coisa diferente e conseguiu

mudar a sua circunstância. Visão, inspiração – cada vez mais longe. Idealismo – disposição para pagar o preço pessoal do desgaste, de um possível fracasso, em favor de uma recompensa que pode ou não estar no futuro. Ousadia – aceitar o desafio de trilhar por onde ninguém tinha tido coragem de trilhar. E, mais importante, e sempre permanente: obstinação. Esse é o elemento essencial. Todos esses caras são teimosos como uma mula, gente que fica naquilo durante muito tempo, que insiste, que vai até o fim. Então, são esses quatro elementos que estão na essência das reformas de educação que chamam a atenção no Brasil. Há muitas outras. Eu recebi e-mails de comentários do meu artigo da Veja desta semana, que é sobre isso, e vi que há muitas outras, mas essas foram as que eu conheço pessoalmente e que incluí. E, com isso, terminamos a nossa jornada.

[aplausos]

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Antes de passar a palavra para a Dra. Maria Elmira, para iniciar os debates, quero fazer um agradecimento à Associação Mineira do Ministério Público, que ofereceu o café que antecedeu o evento, considerando as dificuldades orçamentárias da Procuradoria-Geral de Justiça. Em segundo lugar, quem quiser se manifestar, perguntar, fazer considerações ao professor Claudio de Moura Castro, levante a mão e a Lo-

rena, do cerimonial, vai passar o microfone. É importante que a pessoa se identifique e fale no microfone por causa da gravação do evento. Dra. Maria Elmira.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Evidentemente, gostaríamos muito de agradecer a brilhante palestra do professor Cláudio de Moura Castro, sua presença e as inovações e luzes que nos foram trazidas para que possamos pensar na área da educação. Como falei no começo, eu cortei e trouxe, da Veja de 1º de dezembro de 1999, amarelinha, uma coluna, um artigo do senhor que me chamou muito a atenção. Evidentemente, muitas coisas daquele artigo se encaixam com a fala do senhor agora, até porque muitas questões relacionadas à educação nós pensávamos vinte anos atrás. O pensamento ainda é atual. Quando li essa coluna, intitulada “Universidades do Distrito Federal”, em 1999, fiquei imaginando quais seriam as soluções que o senhor daria para questões que o senhor trouxe, também, aqui. O que me chamou a atenção foi o seguinte, no começo do texto: “Na capital do país havia três faculdades. Foram fundidas e transformadas na Universidade do Distrito Federal. Mas a politicagem e o empreguismo levaram a melhor. Por exemplo, cada biblioteca tinha a sua bibliotecária-chefe e, com a fusão, ficaram três bibliotecárias-chefes. Coisas de subdesenvolvimento”. O senhor continua, colocando que havia um terreno desocupado e que foi escolhido alguém com o salário ele-

vadíssimo para plantar salsa e cebolinha nele. “Coisas de um país subdesenvolvido.” “Os custos são altíssimos, os salários são elevados, a qualidade do ensino é deplorável, foi escolhido um general do exército para ser secretário da educação, a diretora do conselho de educação pediu um carro com chofer para visitar as escolas. Coisa de país subdesenvolvido. E que país é esse que tolera tamanho descalabro na sua capital? Trata-se dos Estados Unidos, cuja capital viveu uma década de caos. Não há como deixar de sentir uma ponta de vingança ao ver tão destrambelhada a capital de um país dado a passar lições de moral nos outros, mas, nos últimos dois anos, nos traz uma nova lição”, diz o senhor. “Washington está sendo consertada, quase tudo está melhorando, a administração pública está sendo remendada, o general da educação se foi depois de desbastar os erros mais grosseiros, e o empreguismo endêmico está sendo controlado. Moral da história: mesmo no país mais rico do mundo e um dos berços da democracia moderna, muitas administrações derrapam e afundam. A capital do país desabou administrativamente. Contudo, ainda mais relevante é a capacidade de recuperação de uma sociedade. O teste do desenvolvimento não é ser a prova de desastre, mas ser capaz de dar a volta por cima e consertar o estrago, e Washington renasce mostrando que a musculatura do império ainda é sólida”. Em 1999, eu cortei e guardei esse artigo e fiquei pensando: “Como será que o professor Cláudio de Moura Castro falaria com

relação ao Brasil?”. O senhor comentou sobre Washington – não que diversas colunas do senhor depois dessa não tenham falado como consertar o Brasil, evidentemente – e hoje nos traz as qualidades singulares desses homens brilhantes: visão, inspiração, idealismo, ousadia, desafio, obstinação. Mas eu continuo querendo saber do senhor se a recuperação empreendida em Washington é possível no Brasil, em dois anos, com todos os pontos que o senhor enumerou nessa coluna.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: A resposta se estenderia ao longo de um curso de seis meses. Mas há alguns pontos pequenos que considero relevantes. Primeiro: a educação fundamental, em grande medida, é atribuição do município. O governo federal não vai consertar a educação porque não tem poder legal para isso. Ele pode criar estímulos, puxõezinhos de orelha – mais estímulos do que puxões de orelha – sinalizar soluções, mas a educação municipal só pode ser consertada pelo município. No grotão as trevas não chegaram. No meio do caminho acontecem milagres, e no topo, nas cidades muito grandes, a inércia política é gigantesca. Então é mais fácil consertar a educação nesses municípios do meio do caminho, que não têm o mesmo peso político, cujos sindicatos não são tão fortes e onde não há tanta dificuldade de implementar as políticas. É em municípios como Sobral, Foz do Iguaçu e centenas de outros que estão acontecendo milagres, um grande

salto na qualidade da educação. A Fundação Lemann está completando um estudo sobre mais de trinta municípios pequenos e pobres que deram um grande salto. Então, basicamente, não há como ter uma política pública para consertar a educação fundamental no Brasil, porque ela é de responsabilidade municipal e o governo federal não tem poder sobre os municípios nesse particular. O que nós temos de pensar é que tem de haver uma mudança de mentalidade, um aumento no nível de cobrança e o entendimento de que mudança tem custo. Quando não tem escola, é uma maravilha: você faz a escola, contrata o sujeito que vai construir o prédio, contrata a empresa que vai vender as cadeiras, contrata o equipamento, contrata os professores e recebe os alunos. Todo mundo feliz, com merenda e tudo. Depois que a escola está funcionando e se percebe que a qualidade da educação oferecida é ruim, quase tudo que é proposto para melhorar significa pisar no calo de alguém. Se a sociedade não tem plena consciência de que devem ser impostos esses sacrifícios, de que isso tem de ser digerido, de que não tem outro jeito, a coisa vai andar muito devagar e vai depender muito mais dos voluntarismos. Na medida em que muda a mentalidade da sociedade, isso começa a poder acontecer de uma forma mais generalizada.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Bom, alguém quer se manifestar? A senhora, né? Antes só da senhora falar,

eu queria pedir um favor para que as pessoas que forem fazer perguntas para o professor sejam mais breves possível, considerando o limite de tempo que nós temos aqui.

SRA. NEIDE: Bom, gente, bom dia. Sou a professora Neide, da rede municipal de Belo Horizonte, e diretora do Sind-REDE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte. Bom, vou estar com problema. Embora eu seja democrática e ache que todo mundo tem de falar, é difícil falar em pouco tempo.

Eu vou colocar algumas coisinhas. Primeiro, Maria Elmira, é uma grata surpresa você citar a Rosa Luxemburgo. Muito bom. Segundo, não dá para, no dia 8 de março, alguém que trabalha como professora – uma categoria que é, no Brasil inteiro e talvez no mundo inteiro, significativamente ocupada por mulheres – não comentar um pouco desse espaço de mulher. Quero fazer uma comparação do mundo da sala de aula com o mundo da promotoria. Acho que, como a educação é vista como um espaço de mulher e as mulheres são maioria, a gente sofre com todos os problemas que o professor Cláudio colocou: salários baixos, más condições de trabalho e muita expectativa da sociedade quanto à nossa dedicação, empenho, amor, heroísmo, ou seja, o que todo mundo espera de nós enquanto mulheres. Ao mesmo tempo, no Ministério Público, acho que você, Maria Elmira, e todas as mulheres enfrentam um leão por dia, porque é um espaço de homens e vocês não são bem-

vindas aqui, embora ninguém tenha a coragem de dizer isso e todo mundo fale o contrário. A gente, que é mulher, sabe o que é enfrentar isso todos os dias.

Agora, professor Cláudio, eu queria te dizer o seguinte (você não tem problema com isto, porque eu até te leio). Odeio a Veja, embora a leia toda semana, assim como leio IstoÉ, Carta Capital, entre outras, pois um dos pontos da sua fala com o qual concordo é que o professor tem de saber o que ele está ensinando. Não consigo perceber um professor que não compreenda o que acontece à sua volta. Acho que, nesse sentido, a gente tem de estar lendo todas as coisas, e os semanários são importantes na medida em que discutem os temas atuais e nas várias perspectivas.

Outra coisa que eu queria comentar é a questão da sedução, que constitui, nas suas palavras, a única arma do diretor de escola pública. Eu acho que todo mundo que quer fazer educação tem como única arma a sedução – você nos seus artigos, eu na minha sala de aula etc. Eu sempre falo que tem de seduzir o aluno. Se não seduz, não se consegue nada com ele.

Agora vamos aos problemas. Como eu estava dizendo, leio sempre os seus artigos e, embora discorde deles quase que integralmente, sempre tem um parágrafo ou uma frase com a qual concordo. Aqui, hoje, concordei com quatro coisas e estou até preocupada, como se, lembrando aquela

sua frase, o neoliberalismo estivesse me contaminando. Mas vamos ao que eu queria comentar. Sua primeira fala sobre Belo Horizonte, com a qual concordo plenamente, defendia que a escola precisa de autonomia para se organizar. A gente tem, em Belo Horizonte, uma experiência boa com eleição para diretor, mas a SMED – Secretaria Municipal de Educação interfere demais na autonomia das escolas. A gente vem reclamando sistematicamente, nos últimos 18, 15 anos, da ausência de autonomia e do fato de a escola estar sempre sob as diretrizes constantes, tendo de seguir tudo o que é estabelecido fora dela. O segundo ponto é o ambiente de trabalho. À medida que o professor e a escola se apropriam do seu fazer, o ambiente fica bom. Por outro lado, à medida que o gestor, no caso a SMED, põe fiscais para vigiar a escola e pessoas de fora para controlar o trabalho, o clima e o ambiente bons são perdidos e o trabalho fica comprometido. Concordo que salário por si só não resolve os problemas da educação. É lógico que, como profissionais, defendemos bons salários. Mas, se a gente tiver uma rede qualquer e o melhor salário do Brasil, não acho que o quadro vá melhorar significativamente. Acho que se trata de um conjunto de fatores.

A terceira questão é a sala de aula. Realmente, o lidar com a aula é o ponto-chave, e a gente não vai conseguir resultados significativos se não encontrar uma forma de ajudar, formar e ensinar isso para o trabalhador em educação. O

problema é sempre nos ensinos fundamental e médio. Mas, se há professores que não estão com a formação adequada, é um problema do ensino superior. É preciso fazer essa discussão também. Quem forma os professores? O problema vai além do dos ensinos fundamental e médio.

Por fim, a questão do arroz com feijão. Eu gostei dessa metáfora. Acho que a gente troca o arroz com feijão pelo *fast-food*. *Fast-food* é a educação que se preocupa com a avaliação externa. Ela massifica e oferece tudo igual para todo mundo, de todo jeito, tendo em vista atingir os mesmos resultados estabelecidos pela avaliação externa para todas as escolas do Brasil, independentemente de se a escola é rural, urbana ou de grandes centros e se os alunos têm melhor ou pior poder aquisitivo. Por isso acho que não tem como fazer uma Educação arroz com feijão e cobrar uma avaliação *fast-food*. É preciso fazer uma escolha. Nesse sentido, o que entendo por educação feijão com arroz mesmo, é o professor com o aluno.

Agora, eu queria dialogar com o tema do encontro de hoje, “Quem salvará a educação?”. Com certeza não serão os professores, porque, se dependesse da gente, não veríamos esta situação. Falando especificamente para você, professor Cláudio, eu acho que ninguém salva a educação sem conquistar a confiança e a credibilidade do professor. A gente não vai conseguir fazer nada de bom se não tiver essa parceria com os professores.

E, por fim, queria te convidar para conhecer a nossa experiência com a educação. A rede municipal foi a primeira a eleger diretores pelo voto direto. Se você quiser fazer uma pesquisa nas escolas municipais, está convidado. Se não quiser, existem várias teses de mestrado e doutorado feitas no país inteiro que estudaram ou estudam – algumas estão em andamento – essa experiência na rede municipal. Trata-se de uma experiência que, na minha opinião, precisa ser aperfeiçoada, embora o problema com a SMED tenha sido no sentido de tentar tirar o poder do diretor justamente porque quer ter o controle, além de o prefeito querer controlar as pessoas que a comunidade escolar, e não ele, indicou. Então a gente fica com essa situação *frankenstein*.

Por último – por último mesmo –, na Rede Municipal dos Trabalhadores em Educação, mais de 50% dos filiados são do ensino fundamental. Os trabalhadores da educação infantil entraram agora para a rede. Essas pessoas votam e escolhem a diretoria do sindicato. Só queria te dizer que é uma experiência positiva, da qual toda base participa efetivamente. Bom... obrigada.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Bom, dá para discutir muito. Primeiro: a gente sabe muito bem quais são os sistemas educativos que deram certo e como eles funcionam. Então, um país que coincide, que faz diferente e que não deu certo, é o negócio da jabuticaba, né? Se não

é jabuticaba, e só tem no Brasil, a probabilidade... Não há nenhum país que esteja entre 25 ou 30 melhores do Pisa e que adote eleição de diretor ou reitor de universidade. Isso não existe. Quer dizer, o Brasil, com esse sistema maravilhoso, é a jabuticaba, ou seja, tem uma segunda jabuticaba aí, só tem no Brasil e é bom. Fica a constatação.

Segundo: todos os países que estão, digamos, entre os 25 melhores do Pisa têm um sistema centralizado de avaliação. Há uma grande diferença entre o diagnóstico e a terapia. Quando eu estava na Capes, vinham os alunos de pós-graduação do Nordeste e diziam: “Mas, professor, o Nordeste é diferente. Tu não pode medir a educação da região com o mesmo padrão utilizado para medir a educação no Sul”. Eu disse: “Não. O instrumento de diagnóstico, o termômetro – nós temos um médio aqui na frente –, é o mesmo. O diagnóstico é outro e a terapia é outra. É preciso um instrumento centralizado que leva a um diagnóstico descentralizado e a uma terapia descentralizada. Ou seja, o termômetro é o mesmo, o que o ‘médico’ vai fazer com a interpretação que ele dá a esse resultado é outra”. Uma notícia muito interessante é que o Chico Soares, daqui, de Belo Horizonte, está mostrando, nos resultados de Prova Brasil e outras, como se compara o resultado obtido por uma cidade (ou do que quer que seja) com o resultado obtido por outras de desempenho equivalentes. Não estamos mais comparando uma cidade atrasadíssima

com uma que possui mais recursos. Estamos comparando coisas com coisas, sistemas equivalentes do ponto de vista do *status* socioeconômico da população. Quer dizer, as medidas vão se sofisticando. Nós temos de ser fundamentalmente a favor de um instrumento único e contra um uso indiscriminado, burro, desse mesmo instrumento. Como eu dizia na época em que estava na Capes, nós não podemos ter um termômetro para quem está gravemente enfermo e um outro para quem está com boa saúde. O termômetro tem de ser o mesmo. O diagnóstico é outro e a terapia é outra.

Para simplificar, eu estou centrando minha resposta nesse argumento geral, que não entra muito no mérito e que diz simplesmente o seguinte: se nos 25 países que dão certo é assim, e você faz diferente, é preciso uma justificativa muito boa para fazer diferente. Por exemplo, na França, o modelo para os nossos ideólogos de plantão, de repente irrompe 'merci les pectar(F)', entra na sala de aula com uma prancheta e assiste à aula que o professor está dando, e o professor está ferrado se a aula dele for ruim. É assim. Com o avanço da avaliação, esse tipo de intervenção se torna menos importante e se pode dar muito mais liberdade ao professor, porque será medido mais adiante o que os alunos dele aprenderam. Nos países que têm um bom nível educacional, o grande instrumento de liberação do professor, ou seja, que permite a ele agir do jeito que quer, é medir o resultado no fim da linha.

Finalmente, o terceiro aspecto é a formação do professor. São quatro anos. Esse é o tempo de estudo e aprendizado. Se o aluno for estudar teologia da educação, filosofia da educação, antropologia da educação, sociologia da educação, princípio pedagógico, história da educação, legislação, não vai dar tempo de aprender o conteúdo que ele vai ter de ensinar, não vai dar tempo de aprender a dar aula e, ainda menos, não vai dar tempo para praticar o magistério durante a graduação, período em que ele pode ter apoio. Vamos tomar, por exemplo, o sistema alemão. O professor se forma num dos cursos de pedagogia – que, segundo os alemães, são umas porcarias –, é contratado como estagiário numa escola e passa dois anos sob a supervisão do professor da disciplina dele naquela escola e de um professor de pedagogia da disciplina que ele ensina da Universidade onde se formou. Então, durante dois anos, ele está apoiado dos dois lados, começando a dar aula, funcionando etc. É o que hoje está se chamando residência pedagógica, um nome bom pois essa prática funciona bem na Medicina. Essas são as comparações que eu faço.

SR. EDUARDO MAIA: Bom dia. Meu nome é Eduardo Maia e sou coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais. Também saúdo as mulheres presentes no Ministério Público na sexta-feira e hoje novamente no auditório. O Ministério Público de

Minas Gerais conta com trabalhadoras mulheres em dois terços dos seus quadros, então, realmente, é uma força importante de trabalho e de conhecimento no MPMG.

Professor, eu gostaria de fazer duas ponderações, divergindo da posição da colega do Sind-REDE, que concorreu com o senhor. O senhor começou a palestra falando sobre como mudar a educação no Brasil, e eu me pergunto qual é o modelo de educação que nós queremos para o país: o modelo atual, que perpetua a forma de dominação que se encontra hoje na sociedade, com pouco espaço para discussões transversais e sobre a cultura presente nas ruas, ou seja, a cultura que é realmente popular, ou um outro modelo, que rompe com essa forma de dominação? Mudar para onde, professor? Considerando que, de acordo com o senhor, 70% dos pais e dos políticos concordam que a educação está boa, e uma vez que o senhor não tratou especificamente da mudança do currículo e da linha transversal de inserção de novos temas na educação, pergunto se o senhor concorda com o modelo atual. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é com relação à eleição dos diretores das escolas. Eu considero que a eleição é a melhor forma de se apurar quem é o melhor dos candidatos, embora não seja por causa da maneira como o vencedor chegou ao cargo. Infelizmente, vivemos numa democracia ainda infantil,

em que as pessoas, para alcançar cargos, têm de fazer os conchavos que o senhor relacionou. O que eu acho realmente importante na eleição de um diretor é que ele terá de prestar contas a todos aqueles que o elegeram. Nós do Sindicato dos Servidores do Ministério Público temos como bandeira a eleição do procurador-geral de justiça e a participação dos servidores nessa seara, não por causa daquilo que o procurador-geral tem a oferecer, mas por causa das prestações de contas que ele vai fazer, não só a uma categoria, mas a todas as categorias.

Resumindo, o currículo, na minha perspectiva, não é satisfatório, e a eleição é, ainda, a melhor forma de se conseguir obter a melhor prestação de serviço, uma vez que o gestor tem de prestar contas.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Eu respondo seguindo um pouco a linha anterior. Parece esquisito a ideia da eleição, sendo tão boa, não ter ocorrido a ninguém dos 25 países com educação de primeiro mundo ter eleição. Não acha?

Quanto ao outro ponto, meu currículo é uma frase do filósofo Whitehead, mais ou menos assim: “O que quer se ensine, que seja em profundidade”. Esse é o meu currículo. Só. Com o currículo atual, não há possibilidade de profundidade em coisa alguma, seja com ou sem transversalidade. Portanto, o que nós temos de fazer é tirar, e não

pôr. Temos de, radicalmente, fazer uma cirurgia bariátrica do currículo. Temos de tirar dramaticamente.

Nós poderíamos discutir muitos desses assuntos em mérito, um por um, mas aqui não é o caso, pois temos muito pouco tempo. De toda forma, é sempre interessante perguntar: por que nos outros lugares que deram certo não se fez assim? Nos países que deram certo, o currículo é muito parecido com o brasileiro, só que, em geral, ou tem muito menos matérias, ou há muito mais tempo disponível para aprender. Nós cometemos a falha de tentar ensinar demais em tempo de menos, daí o meu currículo: o que quer que seja ensinado, que seja em profundidade. Então, dado o currículo atual, acho uma loucura acrescentar. É preciso tirar o excesso para possibilitar profundidade. Educação, em boa medida, é ser capaz de lidar confortavelmente com ideias que se articulam, se somam, se subtraem, logicamente, com base em mecanismos, ou seja, numa dimensão de rigor analítico. Só se consegue aprender assim tendo tempo para lidar com poucos assuntos, um de cada vez em profundidade. Aí é possível se educar. Senão, o veredicto da nossa educação é “ouviu falar de tudo e não aprendeu nada”. É isso o que acontece. Então, diante de uma sugestão de trazer mais coisa para o currículo, a minha sugestão é: “Não, tira, tem coisa demais”.

Quem já viu um currículo de biologia do ensino médio sabe a loucura que é. Um dia, quando eu tiver um pouqui-

nho mais de dinheiro, vou contratar alguém para contar no livro-texto quantos nomes de plantinhas e de frutinhas e de coisinha e de ossinho que existem nele. É uma malquice completa. Ninguém aprende nada dessa forma. É preciso ser muito mais econômico no que a gente tenta ensinar e aprender.

SRA. ANTONIETA: Bom dia a todos. Sou Antonieta, professora de rede municipal de educação, e a primeira coisa que eu queria saber é se o senhor responderia a perguntas – porque tenho milhões – através de *e-mail*. Realmente o tempo foi curto.

E outra, professor. Me preocupou muito quando o senhor fala: “a gênese do problema está na formação dos professores”. Isso é seriíssimo. Nós temos dois contrapontos. Sabemos que o senhor participa do Sistema Pitágoras, cujo pacote de ensino é divulgado pelo Brasil.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Participava, não participo mais.

SRA. ANTONIETA: E também o Positivo, que tenta vender seu trabalho pelo país. Recentemente tive notícia de que forçaram o MEC a comprar o pacote Positivo para a educação infantil.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Ninguém força ninguém a nada. Isso é bobagem.

SRA. ANTONIETA: Tá. Mas foram oferecidos esses pacotes de ensino para a educação infantil, através do MEC. Isso me preocupa porque a autonomia e a diversidade não são levadas em consideração pelo ponto de vista do Positivo e do Pitágoras. Então eu queria que o senhor falasse um pouco disso e se, onde existem esses sistemas, a educação deu um salto quantitativo e qualitativo.

Outra questão. Temos problemas, sim, com conteúdo, com professor mal preparado. Eu também acho quatro anos pouco para a capacitação do professor. Mas nós sabemos que o nosso país ainda coloca o menos capacitado para trabalhar na educação. Contratar pessoas sem habilitação para trabalhar na educação é seriíssimo, e isso acontece em Belo Horizonte, em Contagem. Ou seja, o mínimo não está sendo respeitado.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Começando do fim: a palavra está mal usada. Não se “coloca”. As pessoas que optam pelo ensino são selecionadas, aparecem e, dentre elas, as melhores entre as piores são contratadas. Basicamente, é isso. E é assim porque o sistema público não consegue ser atraente para os professores como o era em outros tempos. Os que aparecem para lecionar não são aqueles que gostariam de estudar engenharia ou medicina. São candidatos bem mais fracos. Parte disso pode ser solucionada com uma gestão mais correta.

A respeito da outra questão, a rede de ensino faz, na verdade, o que em outros países é feito pela secretaria de educação. Mesma coisa. Diante da ausência e incapacidade de um ministério da educação, por exemplo, ou de estados de prover assistência aos alunos ou às escolas, os sistemas de ensino fazem o que eles deveriam fazer. O Pisa parte de um levantamento dos conhecimentos que são úteis ou essenciais para operar numa sociedade moderna. A seleção das perguntas do Pisa é essencialmente essa. Os testes brasileiros estão muito atrelados ao Pisa, ou seja, eles estão bem próximos do Pisa. Eles medem a capacidade do aluno em dominar os conteúdos que correspondem à ideia de ser competente para funcionar numa sociedade moderna. Portanto, eles são bons. Se os alunos das redes de ensino dão um salto de desempenho diante desses testes, é porque eles aprenderam aquilo que se espera que eles aprendam. Eu não tenho nenhuma dificuldade de recomendar o sistema de ensino porque, após dois anos de implantação, os alunos dão um salto de meio ano, de acordo com uma pesquisa feita pela Fundação Lemann e encomendada pelo [Fernando] Haddad, por sinal.

Quanto a ideia de autonomia ou não, primeiramente, ninguém interfere na pedagogia. Os sistemas de ensino ajudam o professor a ter bons exemplos, bons exercícios, o que é muito bom. Eu não sei por que circunscreveriam os conteúdos. Um tempo atrás, quando eu tinha acabado de

chegar ao Positivo, estive com uma senhora que me disse: “Qual é o conteúdo ideológico nos livros dos sistemas de ensino?”. Eu disse: “Minha senhora, eu entrei no Grupo Positivo. Tenho de saber do estou falando. Li uns 35 livros do sistema de ensino Positivo e sei qual é o conteúdo ideológico. É de esquerda, porque é isso que os professores querem, é disso que os professores gostam, é disso que o MEC gosta”. Quer dizer, não tem nada a ver com o que pensa o dono do Positivo. O conteúdo faz parte da cultura, é igualzinho aos outros.

SRA. DAGMAR: Bom dia para todo mundo. Eu sou Dagmar, gerente de educação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Eu não tenho uma pergunta, Claudio, mas eu queria dialogar um pouco com a sua apresentação, de que gostei muito. Eu quero dizer que Belo Horizonte passou, de 1995 a 2005, por uma década de processos muito ricos, variados, diversos. Havia uma diversidade muito grande e momentos de muita riqueza pedagógica nas escolas. Mas isso não gerava resultado no desempenho dos estudantes. Só para o senhor ter uma ideia, em 2009, quando foi contratado o Avalia BH para avaliar os nossos estudantes do terceiro ao nono anos, 75% dos nossos estudantes do nono ano estavam abaixo do básico em matemática.

O que faz uma rede como Belo Horizonte, que tem 99%

dos seus professores concursados – muitos, talvez a maioria, com pós-graduação, muitos com mestrado e doutorado – e talvez a melhor infraestrutura do Brasil (eu falo isso de cadeira, porque visitei muitas redes), gerar um resultado assim? Concordo com o que aprendi no SGI – Sistema de Gestão do Pitágoras, que a pior situação de uma rede é não ter dados. A gente não tinha dados até então, estava um pouco no escuro. Talvez fosse esse o problema. A gente, então, começou a trabalhar nesse sentido, e a secretaria se tornou mais propositiva, interferiu. Não basta só fazer eleição dos diretores. É preciso avaliar, acompanhar, intervir. Não adianta oferecer uma boa infraestrutura, ter bons professores, se não há intervenção. A gente começou a trabalhar com intervenção pedagógica para os estudantes de matemática e de português. Não posso dizer que os números mudaram muito. Segundo os resultados de 2013, 35% dos meninos no nono ano ainda estão abaixo do básico. É muito, ainda há muito o que construir, mas, em pouco tempo, tiramos desse grupo 40% dos estudantes. E, cada vez mais, a secretaria tem sido mais propositiva. Eu concordo com o senhor que a liderança faz a diferença e acredito que se tem investido muito nisso, na liderança da secretaria, na liderança das escolas, na liderança do processo de gestão. Mas acredito também que pequenos gestos de bondade todos os dias podem fazer uma grande revolução na educação. Obrigada.

[aplausos]

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Existe uma dialética entre a independência da escola e o ativismo da secretaria. Quanto mais frágil a escola, maior o papel de intervenção da secretaria. Num limite, uma escola muito boa, com vida própria, e para a qual a secretaria diz: “Faz as maluquices que você quiser, desde que o resultado seja bom no fim”. No outro limite, uma escola que se tem de pegar pela mão e dizer: “Vem, minha filha. Aqui, ó. Vamos aqui, vamos devagarzinho, vamos aprendendo”. Quer dizer, não tem jeito de ser diferente. Essa ideia de um extremo ou de outro não funciona. É caso a caso. Obviamente, em se tratando de professores que receberam uma formação muito deficiente, é difícil imaginar que uma escola – qualquer que seja, boa, mais ou menos ou ruim – tenha condições de oferecer uma formação que compense deficiências básicas. Não tem jeito. Fazer essa compensação, ou seja, ensinar a dar aula e mostrar coisas mais simples para algumas escolas e mais complexas para outras, é um papel nobre para uma secretaria de educação.

Eu sempre insisto – já que estou batendo nessa tecla – que, antes de procurar soluções tupiniquins para problemas tupiniquins, é preciso se perguntar se o problema é tupiniquim ou se é um problema e que já encontrou soluções em todos os países que deram certo. Eu acho que muito do

nosso vício é o provincialismo de não saber o que acontece no resto do mundo. Esse é um problema grave. O Brasil é grande demais, tudo foi traduzido para o português, todo mundo pode nascer e morrer no país sem saber o que existe para lá do córrego. Então, antes de ter uma solução brilhante, é importante perguntar: “Como aqueles que deram certo resolveram este problema?”, “Como os que não deram certo fizeram?”. Há um aprendizado em ambas as direções. Nesse sentido, o Ciência sem Fronteiras é brilhante. Ele tem o papel muito importante de criar subversivos, gente que diz: “Olha a bosta que é esta educação, minha gente. Eu fui lá e não é assim”. Nós somos excessivamente presos à definição e solução do problema à la tupiniquim. Nós precisamos saber que o mundo é um laboratório com o qual temos de aprender.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Só um minutinho, antes de você falar. Já deu meio-dia. Quem mais quer falar? O senhor... Mais alguém quer falar? Secretária? Os quatro, então. Daí vamos encerrar porque temos que terminar o debate.

SRA. DIANA: Bem, professor. Meu nome é Diana, sou servidora do Ministério Público e gostaria de tocar na questão, “espinhosa” segundo o senhor, da valorização salarial dos professores. O senhor comentou da falta de atratividade da carreira no magistério e até citou que não

ela atrai as mesmas pessoas, os médicos e engenheiros. A gente vê que muitos talentos são perdidos exatamente por essa falta de valorização, e muitas pessoas devem ter uma experiência parecida com a minha, que saí da área da educação e tentei um concurso público por meio do qual eu poderia ganhar cinco vezes mais exercendo uma função de ensino médio. Então eu gostaria de saber se o senhor não acha que a questão da valorização salarial dos professores é essencial, fundamental.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Nós temos de pensar na valorização dos professores. O salário é uma parte que tem de ser negociada dentro das possibilidades. Veja bem. Quando medimos os salários dos professores brasileiros por unidade de renda *per capita*, de modo a compensar as diferenças de riqueza entre os países, veremos que os salários brasileiros não estão abaixo da média. Para o nível de pobreza ou de riqueza do Brasil, os salários brasileiros correspondem ao que no mundo inteiro se paga para professor. Tentar conseguir recursos para pagar mais do que isso, no médio prazo, tem de acontecer, mas não é realista acreditar que a solução vem daí. Em contrapartida, valorizar os professores, dar a eles prestígio e poder para fazer o certo, criar condições e um ambiente de escola agradável, tudo isso é essencial e faz uma enorme diferença. Durante vários anos, fiz parte do júri do Professor Nota Dez, da Fundação Victor Civita, e, nessa época, num

determinado momento, a discussão na imprensa era a respeito de salário. Eu estava reunido com os dez finalistas de então, que, obviamente, vinham de escolas boas (porque, se a escola não for boa, não há clima para criar um finalista), e perguntei a eles: “O que vocês pensam a respeito do salário?”. “É, mais ou menos”. Ou seja, na escola boa, o salário não é aquela coisa tão dramática. Na escola ruim, o salário vira o foco de todas as preocupações.

SRA. DIANA: Mas o senhor há de convir que é muito difícil um professor sobreviver com o salário médio de cerca de R\$ 1.500. Por isso ele tem de trabalhar três turnos. Por isso que ele tem de se desdobrar. E os grandes talentos, é lógico, não vão escolher essa carreira. Vão para outros lugares.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Mas eu acho que não é pelo salário. É pelo ambiente e pela valorização do professor.

SRA. DIANA: Concordo, mas eu acho que o fator preponderante é a valorização salarial.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Uma grande diferença: os salários correspondem aos recursos de um país pobre como o Brasil. Essa ideia de que o Brasil é rico...

SRA. DIANA: Mas a gente sabe de carreiras na justiça cujos salários são infinitamente superiores aos do magistério, ainda que os cargos requeiram o mesmo tempo de estudo.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Mas, para cada pessoa que trabalha no Ministério da Justiça, deve haver mil professores. Então, é possível triplicar o salário da justiça que isso não pesa no orçamento. Se aumentar em 5% o salário do professor, a prefeitura quebra. Esse é o problema. Não tem de onde tirar. Temos de conviver com essa dificuldade. O que as prefeituras brasileiras gastam com educação é mais ou menos o mesmo que outras prefeituras no mundo inteiro gastam. Outra grande diferença é a seguinte: há 30% de repetentes. Não houvesse 30% de repetentes, os professores poderiam ganhar 30% a mais.

SRA. DIANA: É, sinceramente, não vejo como atrair grandes talentos com esse tipo de valorização.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Tudo bem, vamos passar o microfone lá para o... O senhor aí, quer falar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: Por favor, fala no microfone, por favor.

SR. KLAUSS ATHAYDE: Klauss Athayde, caçado, com “ç”, e cassado, com dois “s”, pela administração municipal de Belo Horizonte, principalmente por discutir a aplicação indevida dos recursos públicos, como acontece ainda atualmente, e que eu tenho denunciado bastante ao

Ministério Público. A verba no Brasil é suficiente? Parece que o professor já está indicando que sim.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: É a média mundial.

SR. KLAUSS ATHAYDE: Segundo, ela é bem aplicada, ou é muito desviada para fins sociais e propagandísticos de manutenção de poder governamental? Deu para entender?

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Num universo de oito mil prefeituras, é difícil falar para o todo. A generalização é muito perigosa. Tem de se analisar caso a caso. A minha impressão – impressão – é que Belo Horizonte está melhor do que a média do ponto de vista do mau uso de recursos. Quer dizer, tem menos malversação em comparação com outros municípios.

Eu não conheço nenhum estudo sério generalizado sobre malversação de recursos de educação. O que se sabe é de desvio do orçamento de educação para outras secretarias que têm mais charme e de situações ocasionais de desfalques disso e daquilo. O grande dreno de recurso é o mau uso do tempo. O tempo do professor representa 90% dos custos de uma escola. Se metade desse tempo não é usado para a educação, há uma malversação de recurso público gravíssima, que atinge quase a metade do orçamento da educação. Do ponto de vista sistêmico, eu me preocupo muito mais com a malversação do uso do tempo – o

grande desperdício – do que com eventuais mal feitos do ponto de vista legal e jurídico, embora a gente não possa perdoá-los. É o exemplozinho do giz: o giz não vale nada, o que vale é o tempo em que se está jogando giz pela janela. O grande desfalque, o grande roubo na educação, é o roubo do tempo, quer dizer, o tempo que não é usado para ensinar. Esse é fatal.

SR. GERALDO FLÁVIO VASQUES: A título de esclarecimento sobre o que o senhor falou, ano passado, na Promotoria da Infância, nós criamos, junto com o professor Paulo Olinto e o Eugênio da Receita Federal, um observatório para, como acontece em outras cidades brasileiras, acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da área social – saúde, educação e assistência social. Embora tenha sido concebida na promotoria, a ideia é estabelecer uma instituição autônoma, vinculada à sociedade civil. Não é algo tão simples assim. É preciso que haja interesse da sociedade em acompanhar como o orçamento é elaborado e como vem a ser executado, para, junto com o Ministério Público, tomar eventualmente alguma providência judicial. Tá bom? Pode falar.

SRA. NEIDE: Eu só queria esclarecer um ponto. Acho que ele [parece que o Claudio] não entendeu bem. De todas as coisas que ele falou, eu só concordei com quatro. Como eu não podia me ater a todas as outras das quais discordei,

comentei apenas aquelas com as quais eu tinha minimamente concordado, tentando expor as contradições que encontrei nelas.

Bom, eu acho a gente tem de saber a quem a Educação serve. Eu não acredito numa educação que treina aluno para fazer prova de português e matemática. Belo Horizonte, hoje, está treinando menino para fazer prova e dizendo para o pai que a educação melhorou, convencendo-o de que o filho está melhor assistido porque sabe fazer melhor tal ou qual coisa. Não é isso que eu quero para os filhos dos trabalhadores de Belo Horizonte, do Brasil ou do mundo. Eu quero uma educação que verdadeiramente eduque.

SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO: Quando examinamos a literatura de psicologia cognitiva mais ou menos recente, veremos que um teste escolar ou de inteligência mede algum conhecimento desejado e considerado importante. Então, estudar para um teste ruim é perder tempo, estudar para um teste bom é se educar. Eu acho que na literatura técnica de psicologia cognitiva há pleno acordo de que se você se treina para fazer o Pisa você está estudando e aprendendo. Então, se a Secretaria tem um teste bom e de um modo geral a gente pode dizer que a prova Brasil é um teste bom, o Enem é um teste ainda no limbo, porque ele está sendo muito mexido e remexido, então estudar para o teste não é bom não, é

ótimo. Porque o teste foi feito por um grupo de pessoas que no Brasil felizmente tem um grau de competência bastante respeitável, que diz o seguinte, que parte da seguinte situação, se eu quero que o aluno entenda esse conceito que é considerado fundamental numa educação aqui na Mongólia, o que eu tenho que perguntar para ele? E toda ciência do teste consiste em transformar esses objetivos educacionais em perguntas que são capazes de discriminar quem entendeu, quem não entendeu, quem sabe e quem não sabe. Então, estudar para o teste, se o teste é bom, maravilha. Claro que não é só o teste, a escola tem outros papéis, ela tem que desenvolver cidadania, isso e aquilo, mas isso não é novidade em lugar algum no mundo.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL

DICK: Bom, eu farei uso do microfone novamente. Eu acho que são muitas questões que foram colocadas e eu não pretendo aqui de forma alguma fazer algum tipo de contraposição às falas que foram apresentadas aqui, até porque eu as respeito, né, Neide, que é diretora do Sindicato, está frequentemente conosco na Secretaria, ela é a diretoria do Sindicato e lá discutimos muito as nossas questões. O professor eu não tive o prazer de conhecer, professor, então eu não posso mencionar nada do que o senhor acabou de dizer. Enfim... quem o senhor é? Eu

perguntarei a ela. Pois bem, eu queria primeiro cumprimentar o nosso professor Cláudio, professor, sempre que eu ouço as suas considerações a respeito da Educação eu estou sempre aprendendo, aprendendo muito. Eu acho que só para pontuar algumas questões aqui, né, eu diria o seguinte, quando se trabalha numa rede do tamanho da rede de Belo Horizonte o desafio de fato é muito grande, e de Belo Horizonte e de tantas outras capitais do País. Em Belo Horizonte, para que os senhores tenham uma ideia, nós temos quase 200 mil alunos na rede municipal de Educação. Envovemos cerca de 28 mil trabalhadores voltados para a Educação, dos quais, cerca de 15 mil são professores concursados da rede. Então, os professores da rede são concursados. Todos eles. Essa quantidade de gente que trabalha em prol das nossas crianças realmente fazem um trabalho que nós entendemos um trabalho extremamente bem avaliado, e é bem avaliado é pela sociedade, não estamos só nós avaliando o trabalho não, com todas as dificuldades que temos, enfim, mas respeitando todas as determinações legais, por exemplo, o investimento de 25% minimamente dos recursos do tesouro em Educação, então nós esse ano de 2014 fechamos com 28%. Então isso aí é auditado, Tribunal de Contas, o Ministério Público acompanha, Dr. Celso está falando agora de um comitê, Dr. Celso, a gente fica muita tranquilo, muito feliz e eu especialmente fico muito tran-

quila, porque eu evidentemente quero que tudo esteja muito bem, eu respondo por isso. Então, isso realmente é muito sério, muito sério, e graças a Deus a gente que vem de uma trajetória, eu venho de uma trajetória de 32 anos, e digo isso com orgulho, acho que de bons serviços prestados à educação no município de Belo Horizonte e não exatamente na rede pública, mas eu veio da rede privada, e eu venho...

II ENCONTRO PELA EDUCAÇÃO PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TEMA: AFROCONSCIÊNCIA E A LEI 10.693/2003

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Escola Institucional do Ministério Público (CEAF), em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc), com a 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte e com apoio do Movimento Conspiração Mineira pela Educação, tem a satisfação de recebê-los neste II Encontro pela Educação, com o tema “Afroconsciência e a Lei 10.639/2003”. Esses encontros serão mensais e têm como proposta um ciclo de palestras e debates voltados para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à Educação. Esses encontros de atuali-

zação, nas diversas áreas do conhecimento, fazem parte das comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chega aos seus 25 anos no dia 13 de julho de 2015. O encontro está sendo gravado para ser disponibilizado na Escola Virtual. Convidamos à mesa:

- a coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick;
- a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), professora Nilma Lino Gomes;
- a secretária de Estado da Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos;
- a coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Cível de Belo Horizonte, promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema;
- o secretário municipal adjunto de Educação de Belo Horizonte, Afonso Celso Renan Barbosa, representando a secretária municipal de Educação, professora Sueli Maria Baliza Dias.

A promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick fará a abertura deste encontro.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

Bom dia a todos. É um prazer recebê-los nesta segunda palestra do Encontro sobre Educação no Ministério Público de Minas Gerais. É uma honra e uma alegria que nós possamos discutir a respeito da Educação aqui no Ministério Público, instituição cidadã promotora da inclusão social. Esses encontros, que serão mensais, são fruto da parceria entre a Coordenadoria de Estado de Defesa da Educação (Proeduc), que estou coordenando há quatro anos, e a 23ª Promotoria Cível da Capital, aqui representada pela minha colega e amiga, Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema. Estamos realizando esse encontro não apenas por ocasião do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também para que possamos discutir a educação como direito inalienável, difuso e coletivo de toda a sociedade. Podemos observar que o *banner* da Proeduc apresenta o tema da Educação Inclusiva – Educação para Todos – porque o Ministério Público realmente tem por objetivo ser parceiro no trabalho de construir um sistema educacional inclusivo, abarcando todas as questões da diversidade e das diferenças. Hoje temos a honra de abordar o tema Afroconsciência e a Lei 10.639.

Eu gostaria de cumprimentar a seleta mesa, em primeiro lugar a nossa convidada, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes. Nilma é

também professora, tem um grande trabalho sobre a questão da Afroconsciência e vai nos brindar com sua palestra. Muito obrigada pela presença! É uma honra recebê-la e será um prazer ouvi-la.

A secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, nossa parceira desde a época da Secretaria Municipal de Educação e da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* (Secadi). Macaé vai nos brindar com sua fala a respeito da Campanha Afroconsciência.

A coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte, a promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, nossa parceira neste Encontro sobre Educação no Ministério Público.

O secretário municipal adjunto de Educação de Belo Horizonte, professor Afonso Celso Renan Barbosa, representando a secretária municipal de Educação, Sueli Maria Baliza Dias.

A ouvidora educacional da Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, professora Guiomar Lara, representando o ouvidor-geral do Estado de Minas Gerais, Fábio Caldeira.

A presidente do Sindicato dos Profissionais Especialistas em Educação do Ensino Público do Estado de Minas Gerais, Sindesp-MG, Giselia Castro Pinto.

A secretária de combate ao racismo e membro do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo, Cleide Hilda Dilma Souza.

A coordenadora do Centro de Apoio Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Nívia Mônica, parceira na aplicação da lei 10.639, no combate ao racismo e nas questões do direito à diversidade no Ministério Público Nacional, no GT dos Direitos Humanos e no recém-criado GT da Educação do Conselho Nacional do Ministério Público. A Proeduc é parceira do Centro de Apoio dos Direitos Humanos, no tocante à aplicação da Lei 10.639, e em projetos como o Educando para a Diversidade, promovendo palestras em escolas.

A promotora de Justiça Carla Lafetá, com quem nós da Coordenadoria de Defesa da Educação temos uma parceria em um trabalho da lavra dela, a cartilha “Uma semente para um mundo melhor”, um trabalho de mais de dez anos que ela iniciou no que tange ao Ministério Público sobre a questão de atos de indisciplina e de violência escolar. Dra. Carla Lafetá, seja também muito bem-vinda a essa discussão sobre a Afroconsciência e a Lei 10.639.

Gostaria também de fazer um cumprimento ao Sr. Arcanjo Carlos Pimenta, presidente do PMDB Afro e diretor do SOS Racismo.

Cumprimento todos os servidores, colegas, amigos e parceiros da Educação. Cumprimento os servidores da Proeduc: Simone, Paulo, Rosane, Ana, meus colegas e parceiros para a realização desse trabalho.

Hoje, vamos falar sobre a Lei 10.639. Que lei é essa? A Lei 10.639 introduz o art. 26-A na própria LDB e estabelece o seguinte: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. Então, vamos debater quais foram e são as dificuldades para implementar essa lei, como ela pode ser efetivamente implementada, quais são as pesquisas que o Estado de Minas Gerais vem fazendo, como está o trabalho de coleta de dados junto às escolas para verificar a aplicação da lei, como, por exemplo, o trabalho da professora Iara Félix Viana, da Sra. Andréia e da Sra. Soraia. Vamos debater a questão da afroconsciência, do combate a preconceitos, da verificação da exclusão na nossa cultura. Como estamos combatendo essa situação e transformando-a numa nova realidade, de um sistema educacional inclusivo? Esperamos que este trabalho seja muito rico. Gostaria também de registrar que estou fazendo a abertura deste evento, representando o procurador-geral de Justiça, que se encontra em viagem. Sejam muito bem-vindos ao Ministério Público de Minas Gerais, somos todos parceiros na implementação da Lei 10.639. Muito obrigada!

CERIMONIAL: Com a palavra, o secretário municipal adjunto de educação de Belo Horizonte Afonso Celso Renan Barbosa.

AFONSO CELSO RENAN BARBOSA: Bom dia a todos! Primeiramente, apresento as desculpas da professora Sueli, que está no encerramento do Congresso Estadual da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) em Belo Horizonte. Então nós dividimos as tarefas e eu terei o prazer de partilhar desta atividade com vocês. Minha saudação a todos! Muito bem-vindos, em especial os colegas do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação, um dos núcleos de trabalho mais ativos que nós temos. Saúdo a Dra. Maria Elmira; a Dra. Santa Gema; a ministra Nilma, que já foi nossa colega na Rede Municipal de Educação; a Macaé, nossa colega de trabalho e de luta por uma escola para todos. Este evento vem a calhar neste momento muito sensível que vivemos. Momento em que alguns setores da sociedade, ao se manifestarem sobre o que pensam e querem do país, costumam atropelar a necessidade de respeito a outros segmentos, sobretudo minorias, e evocam um retrocesso enorme que é a mudança da idade de criminalização no país, como se isso fosse uma grande solução. Nesses momentos de sensibilidade, temos que lutar por uma escola para todos. Em Belo Horizonte, temos uma rede com mui-

ta atenção, a Dra. Santa Gema e a Dra. Maria Elmira sabem disso. Apesar das precariedades, as nossas escolas, os professores, os servidores e toda a estrutura da Secretaria primam por uma escola que não recusa ninguém, em nenhuma condição, em nenhuma situação e em nenhuma época. Esta é a escola pela qual eu vou continuar lutando, pois acho que é a escola de que o povo brasileiro precisa. As escolas municipais de Belo Horizonte estão absolutamente abertas a todos, sejam bem-vindos a elas.

CERIMONIAL: Com a palavra, a secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos.

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS: Bom dia a todos e a todas! Com alegria, participo deste encontro no Ministério Público, pela importância do debate sobre a educação para todos e sobre o respeito às diferenças. Temos aqui uma convergência muito importante de pessoas muito queridas, amigas e militantes pela causa da educação, dos direitos humanos, pela defesa da vida. É muito bom quando podemos construir essa convergência.

Quero saudar a Dra. Maria Elmira, que é nossa grande parceira, não só na promoção da igualdade racial, mas também na inclusão das pessoas com deficiência, na construção do Plano Nacional de Educação, em especial no debate sobre a Meta 4, que trata da construção de uma escola inclusiva.

A sociedade brasileira ainda se estrutura sobre a exclusão, sobre a construção de hierarquias que tomam como referência seja a cor da pele e o cabelo, seja a condição física e sensorial das pessoas. Então o que nos irmana aqui nesta manhã é um conceito de educação e uma perspectiva de projeto de sociedade que pense uma condição igualitária para todos e respeite cada vez mais os direitos humanos. É claro que quanto mais a consciência do direito vai se alargando, também as alas conservadoras vão mostrando o seu lado mais perverso. Então determinadas concepções que há cinco, dez anos, as pessoas não tinham coragem de dizer publicamente – podiam até pensar, mas não diziam publicamente – hoje são ditas, inclusive no nosso Congresso Nacional. Portanto, é muito importante um espaço como este, de organização, de aprofundamento, para que possamos fazer esse debate, essa militância, se quisermos de fato uma sociedade mais justa.

Saúdo a querida ministra Nilma, nossa amiga, colega de trabalho, que foi professora da Rede Municipal de Educação, e hoje da Universidade Federal de Minas Gerais, que formou vários de nós professores, pela sua atuação, pelos seus estudos e pesquisas. Ficamos muito felizes, primeiramente em tê-la como ministra, e também por tê-la aqui em Belo Horizonte e no Ministério Público.

Saúdo a promotora de Justiça Maria de Lourdes, que já nos apertou e não foi pouco! [risos], foi por causa do atendi-

mento da Educação Infantil, e “deu no que deu”, toda vez que você vê uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) em Belo Horizonte não é, Maria de Lourdes, você imagina o quê? *Ainda bem que eu pressionei a prefeitura para garantir o direito das crianças!* É uma alegria, Dra. Maria de Lourdes, trabalharmos juntas para que possamos avançar na pauta da escola pública para todos.

Saúdo a Dra. Nívia Mônica, que é nossa parceira da causa dos direitos humanos, da criança e do adolescente e a Dra. Carla do CIA – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente. Quando falamos das desigualdades e da questão étnico-racial, enfrentamos hoje no nosso país uma questão muito dramática, sobre a qual não podemos silenciar, que é o genocídio da juventude negra. Esse genocídio começa na exclusão da garantia do direito à infância, na exclusão desses jovens da escola, da escola pública. Hoje em Minas Gerais 15% dos jovens de 15 a 17 estão fora da escola e 40% ainda estão no ensino fundamental. Sabemos que esses jovens são aqueles cuja história muitas vezes os leva ao cumprimento de medidas socioeducativas. São esses jovens que não encontram inserção no mundo do trabalho e são esses jovens também que são as vítimas dos assassinatos, que não têm direito nem à investigação, porque o jovem pobre e negro no nosso país tem um rótulo: se morreu, se foi assassinado, deveria estar envolvido com drogas, então ele nem tem direito à investigação. Isso é muito

grave. Portanto, essa agenda que estamos fazendo aqui é uma agenda pela vida, é disso que temos que ter clareza.

É importante a presença do Afonso, nosso secretário municipal adjunto de educação, pois não se constrói uma política educacional inclusiva em pouco tempo, é importante avançar e existem pessoas que estão sempre presentes nessa caminhada.

Saúdo a Guiomar, nossa ouvidora. A Ouvidoria da Educação do Estado ainda é quase um serviço de pessoal. A maioria dos casos que chegam à Ouvidoria são dúvidas sobre as questões funcionais. Esta é uma agenda que precisamos pautar, precisamos ter uma Ouvidoria que chegue ao cidadão, à sociedade, às famílias, aos estudantes, para que ela de fato faça sentido e seja uma estratégia de melhoria da qualidade da Educação.

Saúdo a Giselia do Sindesp; a Cleide Hilda, nossa secretária de Combate ao Racismo, a equipe da Secretaria de Estado da Educação e a equipe das temáticas especiais. Bem-vindos!

CERIMONIAL: Com a palavra, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, professora Nilma Lino Gomes.

NILMA LINO GOMES: Bom dia para todos e para todas! É um prazer voltar a Belo Horizonte, estive aqui há pouco tempo trabalhando com a Secretaria de Estado de

Minas Gerais e é um prazer voltar para essa agenda com o Ministério Público de Minas Gerais. Eu fico muito feliz de retornar à minha terra, de estar aqui com pessoas tão queridas da minha trajetória, pessoas que me formaram, pessoas que eu ajudei a formar também. Nem sempre temos oportunidades tão ricas na vida. Hoje, na condição de ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, eu tenho muito a agradecer a Minas Gerais, a Belo Horizonte, à Rede Municipal de Educação de Minas Gerais, onde atuei como professora durante muito tempo; ao Movimento Negro de Belo Horizonte, que é o meu espaço de formação; tenho muito a agradecer à UFMG também, que hoje tem sido meu espaço de trabalho. Eu trago para todos e para todas um grande abraço de toda a equipe da Seppir, e gostaria de dizer que sempre que possível eu quero retornar a Minas Gerais, que me perdoem os outros estados, eu vou cuidar de todos eles, mas aqui é o estado do meu coração. É muito importante e significativo saber que iniciativas como esta podem irradiar para todo o Brasil, dentro da nossa política de ações afirmativas, de uma inclusão qualificada, pois mais do que discurso, precisamos de práticas: educativas, políticas e de superação do racismo também. A superação do racismo é algo que vai ser produtivo para toda a sociedade brasileira, não só para aqueles que são as vítimas do racismo, não só para a população negra, mas para todo o Brasil. Uma sociedade livre de racismo, que encara, en-

frenta e supera o racismo é uma sociedade que se torna de fato mais democrática, e é uma democracia de fato emancipatória, pois nós sabemos que a democracia tem ondas, não é isso? A secretária Macaé e o secretário Afonso acabaram de falar aqui da onda conservadora ou neoconservadora que estamos vivendo no Brasil. Para cada onda neoconservadora, as ondas emancipatórias têm que vir, têm que enfrentar, têm que garantir o direito. A democracia se faz com essas ondas. Se hoje estamos aqui no Ministério Público, se hoje existe uma Seppir no Governo Federal, é porque temos uma longa história de lutas por direitos que nos fez chegar a esses lugares, que não são lugares da Nilma ministra ou da Nilma cidadã, mas é o nosso lugar. Toda vez que eu sento numa cadeira na Seppir e recebo as várias entidades dos movimentos sociais que tenho recebido desde que cheguei no Ministério, eu sempre falo que ali eu não estou sentada sozinha, comigo está sentado um coletivo, comigo está sentada uma história. Aqui nesta mesa temos um coletivo e uma história, aqui neste auditório temos muito mais pessoas do que as pessoas que estão aqui sentadas, nós representamos milhões de pessoas que confiam num Brasil diferente, justo, democrático e livre de racismo. Esta é a nossa responsabilidade pública como cidadãos, como educadores e educadoras, como autoridades que estão à frente de várias iniciativas. E este é um legado ancestral, que nossos ancestrais africanos deixaram para o Brasil, o legado da responsabilidade com o outro e

da liberdade. E o Brasil tem que ser exemplo desse legado. É nisso que eu acredito, é isso que eu tenho tentado fazer e vou tentar fazer nesses quatro anos que os nossos ancestrais me permitirem atuar à frente da Seppir. O que faço hoje tem a ver com essa trajetória que eu construí aqui no Estado de Minas, em Belo Horizonte, no interior, com os movimentos sociais e os grandes aliados nessa luta antirracista, que é de todos nós. De todos.

Quero saudar a secretária Macaé Evaristo, que é uma amiga de longa data, uma batalhadora militante, altamente competente. Eu sempre fico muito emocionada e muito feliz quando olhamos para trás, não é Macaé, e vemos tantas pessoas aqui das nossas histórias de lutas, de militância, nós continuamos nas mesmas fronteiras, nós não desistimos e nem vamos desistir, não é isso? Quero homenagear todas as educadoras e todos os educadores do Estado de Minas Gerais e dizer do meu grande respeito pela educação, pela nossa tarefa como educadoras e educadores. Sintam-se todos homenageados, na figura da Macaé, por mim e pela Seppir. Quero saudar o colega Afonso, secretário municipal adjunto da Educação. Estamos juntos nas lutas desde a Escola Plural. Quero pedir que leve a minha saudação à secretária também, Afonso, por favor.

Quero saudar a Dra. Maria Elmira e agradecer por todo o trabalho que ela tem feito à frente do Ministério Público,

por esse trabalho formativo, educativo e necessário para a garantia da democracia. Muito obrigada pelo convite.

Também quero cumprimentar e quero saudar a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, por todo o trabalho na Promotoria da Criança e do Adolescente e por tudo que tem nos ajudado em Minas Gerais nessa pauta tão importante.

Cumprimento também os militantes e as militantes do movimento negro e dos movimentos sociais de Minas Gerais, na pessoa da Cleide Hilda, que hoje está na Subsecretaria de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos, junto ao deputado Nilmário Miranda. Saúdo todos aqueles que militam pelas causas sociais, pelas causas justas.

Cumprimento também as demais autoridades. Quero também saudar os estudantes que estão assistindo a este curso, os promotores, promotores estudantes, pois quando nós nos sentamos na cadeira viramos estudantes, vamos aprender também e ensinar, não é? Então eu quero saudar todos os promotores e promotoras que estão acompanhando *online* este importante Encontro sobre a Educação no Ministério Público de Minas Gerais, esta parceria com a Secretaria de Estado de Minas Gerais e com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Muito obrigada, um bom dia para nós e um bom trabalho.

CERIMONIAL: Encerra os pronunciamentos a coordenadora da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte, promotora de Justiça Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema.

MARIA DE LURDES RODRIGUES SANTA GEMA: Bom dia a todos! Excelentíssima ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes, é um prazer imenso. É imprescindível a presença de Vossa Excelência nesta oportunidade. A Promotoria da Infância e Juventude, ao longo dos últimos anos, tem buscado trabalhar em conjunto com outras Promotorias, para colocar em exercício o art. 86 do ECA: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.” Então, nós buscamos trabalhar em conjunto com todas as áreas do Ministério Público quando há alguma interferência com a área de infância e juventude. É uma alegria imensa.

Quero também saudar a professora Macaé e o professor Afonso. Quando eles falam que nós os “apertamos”, na verdade nós estamos apertando é o prefeito para ajudá-los! Por quê? Porque nós que acompanhamos o orçamento, tanto do município quanto do estado, sabemos que os

recursos são finitos, mas fazemos a nossa parte e acreditamos que com isso nós estamos ajudando. Quando a professora Macaé chegou na Secretaria Municipal da Educação, nós já tínhamos um trabalho iniciado com a professora Maria do Pilar e, através dela e do governo Pimentel, nós começamos um trabalho a respeito das UMEIs. Veio a professora Macaé, fizemos uma parceria maravilhosa e tivemos grandes avanços nessa área, mas ficamos muito tristes quando ela deixou o governo. Mas existe um provérbio romeno que fala que às vezes é preciso dar um passo atrás para avançar mil. E ela deu um grande salto e hoje ocupa a Secretaria de Estado da Educação. É uma felicidade imensa reencontrá-la e também o professor Afonso.

Quero cumprimentar as colegas Nívia e Carla Lafetá. Quero também cumprimentar a Tânia, que representa a Conspiração Mineira pela Educação, muito obrigada também ao professor Evandro, pelo apoio que a Conspiração Mineira dá a esta proposta. Cumprimento a equipe do CEAF, que muito tem nos ajudado e é um orgulho ter vocês aqui, nós temos verdadeiramente que valorizar. Moacir e Regina, da Promotoria da Infância e Juventude, que também estão nesta proposta de trabalho.

No dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, está em plena juventude. Mas nós sabemos, a exemplo da Lei 10.639, que depende não só do

poder público, mas de toda a sociedade fazer com que todos aqueles direitos previstos no art. 227 e repetidos no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente sejam efetivamente implementados. Então, para esses 25 anos, nós pensamos em fazer um grande debate a respeito do que a sociedade espera do Ministério Público na área da Educação, porque, para nós, a educação é um mundo: engloba a educação do jovem adulto, o ensino fundamental, o ensino médio, a universidade, a questão da inclusão, a questão do deficiente. Então por onde o Ministério Público pode contribuir com a sociedade e até mesmo com o governo para efetivamente tirar do papel esse direito fundamental que é previsto na Constituição Federal? Feita esta proposta, é com imensa satisfação que estamos realizando este evento no qual pretendemos discutir a respeito do papel do Ministério Público na Educação e que vem muito ao encontro daquilo que o Governo Federal estabeleceu como lema para a nação: “Brasil, Pátria Educadora”. Por isso, Nilma e Macaé, gostaríamos que vocês respondessem o que a sociedade pode esperar do Ministério Público, na visão de Vossas Excelências, para que a Educação verdadeiramente seja um direito de todos.

Parabenizo a ministra Nilma e a professora Macaé, por lançarem no Estado de Minas Gerais a *Campanha Afroconsciência: com essa história, a escola tem tudo a ver e por trabalharem para que a Lei 10.639 verdadeiramente*

saia do papel. Ficamos muito felizes pela coragem de realmente enfrentar essa questão. Quando eu era promotora em Nova Lima, uma vez o Ministério Público determinou que respondêssemos um questionário que era muito simples, mas eu não respondi até a data e recebi um telefonema: “Maria de Lurdes, até esta data a resposta do seu questionário não chegou.” E eu falei com a nossa funcionária: “por favor, responde e passa por fax.” Na época não era comum o computador. Ela respondeu o questionário e perguntei “você já passou?” E ela: “não, porque a senhora tem que assinar.” Ainda bem que eu tive que assinar, porque havia a seguinte pergunta: qual a cor do promotor de Justiça? Eram só três opções: cor branca, amarela e negra. Quando eu fui assinar, que eu olhei... “Qual é a minha cor?”, perguntei. Ela: “branca”. Eu falei: “como? Qual a minha cor?” Ela: “branca”. Eu falei: “não, eu sou negra!”. Ela falou: “mas a senhora é promotora.”. Foi então que eu despertei, eu acordei e percebi que, para muita gente, não é a cor da nossa pele que tem o nosso valor, é o cargo que ocupamos. Desde então eu tenho trabalhado nesta área como promotora, como negra, como brasileira, nascida em São Paulo, criada na Bahia, mineira de coração. E tenho procurado contribuir. Quando foi falado pelo governador Pimentel que 85% dos jovens assassinados são negros, há cerca de 15 anos, eu, Celso e dois colegas do Ministério Público Federal ajuizamos uma ação contra a

União, contra o Estado e contra o Município em razão do assassinato de crianças e adolescentes negras de Minas Gerais. Na época, fomos alvo até de críticas, mas até hoje esse processo está no Supremo Tribunal Federal, porque acreditamos que existe responsabilidade de toda a nação. Todos nós brasileiros devemos tentar tirar essa chaga do nosso país, onde quem não é negro, é mulato, é de cor parda. E eu tenho muito orgulho da minha cor e me sinto muito feliz porque esta é uma luta de todos nós. Muito obrigada e teremos com certeza uma belíssima palestra. Agradeço à Procuradoria-Geral de Justiça e à equipe da Assessoria de Comunicação por nos ajudar neste evento. Muito obrigada.

CERIMONIAL: Agradecemos aos integrantes da mesa e solicitamos que tomem assento no auditório, à exceção da secretária de Estado de Educação, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos, da promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick e da docente de hoje, a ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, Nilma Lino Gomes. Com a palavra, a secretária de Estado de Educação, professora Macaé Maria Evaristo dos Santos.

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS: Eu vou apresentar o vídeo da nossa *Campanha Afroconsciência: com essa história a escola tem tudo a ver*.

VÍDEO: Memória social e histórica, patrimônio, arquitetura, cultura. A história afro-brasileira é uma história de todos nós e possivelmente nem todos sabemos disso. Em 2015, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Educação, lança a campanha “Afroconsciência: com essa história a escola tem tudo a ver”. Uma iniciativa que leva para as salas de aula, em todo o Estado, o ensino da cultura africana e sua influência na formação do Brasil. Além de conhecer melhor nossa identidade, o desafio é construir novos caminhos que garantam condições iguais de aprendizagem e desenvolvimento para todos. Educar para transformar: é assim que Minas abre novos caminhos para inclusão social e a cidadania. Minas Gerais, governo de todos.

[fim da exibição de vídeo] [aplausos].

MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS: Bom, eu vou falar sobre a Campanha Afroconsciência, a Lei 10.639/2003 e o desafio que vivemos para a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Quando a lei foi homologada, em 2003, o primeiro desafio era a insuficiência da produção acadêmica e de materiais didáticos disponíveis para utilização dos profissionais da educação, bem como a insuficiência na nossa formação profissional. Em 2003, havia nas universidades brasileiras somente cinco centros de estudos africanos, cuja produção não estava muito voltada para a questão

educacional, mas para questões econômicas. A produção acadêmica mantinha pouco diálogo com o processo de formação de crianças e adolescentes, que é o público da nossa educação básica.

A partir de 2003, acredito que principalmente o povo negro se apropriou muito fortemente da lei, e isso está fazendo com que de fato sua implementação possa avançar. Em âmbito federal, houve várias iniciativas, que passaram por financiamento e construção de núcleos de estudos afro-brasileiros nas universidades federais brasileiras e em boa parte dos institutos federais. (Temos aqui o professor Roberto Borges, que coordenava o núcleo de estudos afro-brasileiros do CEFET-RJ.) Esses núcleos são responsáveis hoje por uma grande produção acadêmica que precisamos garantir que esteja acessível aos profissionais e aos professores da educação básica. Temos uma tarefa importante: fazer com que a lei possa incidir nos processos de formação inicial dos professores.

Por ação do Ministério da Educação, conseguimos implementar cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação *lato sensu* em História e Cultura Afro-brasileira e Educação para as relações étnico-raciais. Como corolário da lei, a introdução nos currículos escolares, pelo Conselho Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação, da questão das relações étnico-ra-

ciais e de gênero, de história e cultura africana e afro-brasileira e das diretrizes da educação escolar quilombola, relatadas pela nossa ministra, conselheira do Conselho Nacional de Educação. No entanto, nos cursos de formação inicial, ainda não há disciplinas específicas que tratem de história da África, de história dos afro-brasileiros, dos africanos na diáspora. Mesmo nos cursos de Letras, em que se poderia imaginar, por causa da grande produção de literatura africana, ainda não há, em boa parte dos cursos que formam professores na área de Letras, disciplinas específicas que tratem, por exemplo, de literatura africana. Então, temos que debater esse desafio de produzir mudanças na formação inicial de uma maneira mais geral, no âmbito da União, com o Ministério da Educação, com o Conselho Nacional de Educação, que acompanha os novos cursos de formação de professores que são abertos no nosso país. Soma-se a isso o desafio, para quem está fazendo a gestão do sistema, de como incidir sobre a formação continuada dos profissionais da educação. É fato que hoje existe muito mais material do que havia em 2003. O Ministério da Educação, junto com a UNESCO, traduziu para o Português os oito volumes da coleção História Geral da África e posteriormente fez o livro-síntese, em dois volumes, aos quais mais de duas mil escolas em Minas Gerais já têm acesso.

Qual é o desafio da campanha? Primeiro, é preciso fazer uma arqueologia nas nossas escolas, porque nós temos

materiais hoje, diferentemente de 2003. Se a gente pensar no exemplo de Belo Horizonte, desde 2004 faz-se aqui o kit de literatura afro-brasileira, provavelmente as escolas municipais de Belo Horizonte devem ter cerca de 500 títulos que tratam dessa temática. O Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Biblioteca na Escola, PNBE temático, também adquiriu acervos para as escolas do Brasil inteiro. Os livros didáticos também já são avaliados considerando-se o tratamento que é dado à população negra. Então hoje há um acervo nas nossas escolas que já dialoga com a Lei 10.639. Mas há uma questão que antecede a inclusão de História da África no currículo escolar, que é o debate das relações sociais, das relações raciais. Que é o debate do racismo. A própria inclusão de História da África no currículo escolar traz a público e desvela que nós estamos estruturados numa lógica hierárquica que separa negros e brancos.

Ao chegar à Secretaria de Estado da Educação e ter um diagnóstico das escolas da Rede Estadual, foi muito importante começar trazendo visibilidade e chamando a atenção das pessoas para este assunto. Chamamos a Seppir, que foi nossa grande parceira na construção da campanha, discutimos muito sobre o tema, sobre qual rosto colocar nessa campanha, o porquê de uma menina negra com o cabelo *black*, o porquê de um menino jovem. Porque aquele jovem que está na nossa campanha repre-

senta o jovem que está sendo assassinado na rua. Quem tem filhos, eu tenho sobrinhos nessa faixa etária, a gente teme pela vida dos nossos filhos e dos nossos sobrinhos. É preciso desvelar isso, desvelar o racismo. Fiz questão de apresentar aqui a nossa equipe da Secretaria de Estado da Educação porque eu não posso dizer que não é inusitado ter uma secretária negra na Secretaria de Estado de Educação e que eu não preciso usar isso como um mote para colocar essa questão, porque as pessoas estranham ter uma secretária de Estado negra, estranham ter uma ministra negra, a gente ainda causa estranhamento; dependendo do lugar onde a gente chega, as pessoas nem acreditam. Eu chego nos lugares para eventos e entro, normalmente, como eu entrei hoje, lá pelo subsolo e o motorista anuncia: “a secretária de Estado”. O cara que está na porta olha assim... “será que é mesmo?” Enfim, no início a gente sofre muito, depois a gente relaxa, não é? Mas a gente sabe que no dia a dia não é fácil assumir a nossa identidade, não se abater e dar conta de falar sobre as situações de racismo e de opressão, não é uma tarefa fácil. O tema da campanha é “com essa história”, porque é com a minha história, é com a história de 52% da população brasileira. “Com essa história a escola tem tudo a ver.” E escola aí poderia ser substituída pelo Ministério Público. Afroconsciência: com essa história o Ministério Público tem tudo a ver. A Maria de Lurdes perguntou o que esperamos do Ministério Público. Eu espero que o Ministério

Público faça o que eu acho que vem fazendo, sempre estar aliado aos setores mais frágeis na correlação de força com o Estado e a sociedade brasileira. Desde a luta para a criação do Ministério Público entendeu-se que era preciso ter, na estrutura do Estado, instituições que sistematicamente estivessem atentas àqueles setores, àqueles grupos, que não são minoria, são maioria, mas são construídos como minoria porque foram excluídos da política pública, do direito à educação, à terra, à moradia, do direito de não ter sua casa violada, porque a forma como invadem uma residência dentro de uma vila é diferente de como entram na casa de qualquer pessoa lá no Mangabeiras (todo mundo vai compreender bem o que eu estou falando...)

Em uma das escolas em que trabalhei na Rede Municipal, fizemos um projeto uma vez sobre água, pois no Aglomerado da Serra não chegava água e a partir da escola fizemos uma grande luta com a Copasa para levar água tratada para a comunidade. Mas os meus alunos da Vila Fátima acreditavam que água não subia o morro. Era a explicação que crianças de oito, nove anos tinham do porquê de não chegar água na casa deles. No projeto, nós os levamos para conhecer o bairro Mangabeiras, ver como os jardins eram molhados e como tinha água lá no alto daquele morro, para entenderem que a água sobe morro, mas que, às vezes, quem faz a política para a água segrega qual morro ela pode ou não subir.

Então, esperamos que a afroconsciência esteja no Ministério Público, pois quando falamos de desigualdade neste país, falamos hegemonicamente da população negra das periferias urbanas, da população negra que está nas comunidades tradicionais, nas comunidades quilombolas, da população negra que às vezes não têm a sua crença e religião respeitadas, não é? Afroconsciência: é isso que esperamos do Ministério Público e de todos os educadores mineiros. O Governo do Estado tem uma grande tarefa por fazer, estamos atrasados, precisamos ter projetos, garantir materialidade. O acervo das escolas estaduais não é o mesmo das nossas escolas municipais. Somente em Belo Horizonte temos mais de 200 escolas estaduais e a situação é desigual, vocês devem perceber. Então todo o nosso compromisso com nossa afroconsciência é para dizer que vamos fazer uma política educacional principalmente com foco nos estudantes, nas crianças e adolescentes daqueles territórios do Estado que foram menos contemplados pela política pública. Agradeço muito por estar aqui hoje e é uma alegria. Queria saudar duas pessoas: a Nazaré, que é mãe e militante no Família-Escola, trabalhadora da Rede Municipal, nossa grande parceira. E o Nivaldo, que foi do sindicato e diretor de escola. Obrigada, Nivaldo. Eu acho que é na divergência e no diálogo que conseguimos construir um horizonte de esperança para a nossa criança e para a nossa juventude.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

Nós agradecemos a participação e a fala calorosa da nossa secretária de Estado da Educação, professora Macaé. Também gostaríamos de agradecer a presença da professora Mara da Gerência da Secretaria Municipal de Educação. Obrigada por ter aceitado nosso convite.

Nossa segunda palestrante, Nilma Lino Gomes, é ministra-chefe de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, pedagoga, mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Nilma é docente do quadro da UFMG e pesquisadora das áreas de educação e diversidade étnico-racial, com ênfase especial na atuação do movimento negro brasileiro. A nova titular da Seppir foi a primeira mulher negra a chefiar uma Universidade Federal ao assumir o cargo de reitora 'pro tempore' da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB. Além disso, Nilma Lino Gomes integra o corpo docente da Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da FAE-UFMG, e do Mestrado Interdisciplinar em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da UNILAB. Foi coordenadora geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ações Afirmativas na UFMG de 2002 a 2003. É membro

da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, ANPED, Associação Brasileira de Antropologia, ABA, e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, ABPN, da qual foi presidente entre os anos 2004 e 2006. A ministra da Seppir também integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação na gestão 2010- 2014, onde participou da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros. Hoje a ministra Nilma é nossa convidada para falar aqui no Ministério Público de Minas Gerais sobre o tema Afroconsciência e a Lei 10.639/2003. É com muita alegria que eu passo a palavra à ministra Nilma.

NILMA LINO GOMES: Muito obrigada! Vamos começar a reflexão dessa manhã. Na realidade eu quero compartilhar algumas ideias que vêm me perseguindo, ou eu as persigo, há muito tempo, como professora e agora também nessa nova função desafiadora que é ocupar o lugar de ministra-chefe de Estado. Antes eu gostaria de destacar alguns aspectos já falados que são muito importantes. Primeiro, destacar a iniciativa pioneira que o Governo do Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Educação realizam em conjunto na primeira gestão do governador Pimentel, que é a assinatura de um acordo de cooperação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, com ênfase na educação

das relações étnico-raciais e da implementação da Lei 10.639/2003. É um acordo de cooperação inédito, um piloto que a Seppir começa com o Estado e com foco na educação. Por isso estive aqui, para fazermos o lançamento, em conjunto, desta bela campanha que nos emociona. Eu gosto sempre de lembrar um pouco a história. Há 20 anos, será que nós pensávamos que o Ministério Público estaria à frente dessa discussão, que teríamos o Governo do Estado e a Secretaria de Estado com uma campanha em prol da superação do racismo? Em que nós víssemos um vídeo com crianças, jovens, víssemos campanhas nos ônibus, no aeroporto de COFINS (ontem quando cheguei, eu vi a campanha emocionada.). Há 20 anos, em nossas batalhas do movimento negro, em nossas lutas de enfrentamento e tentativa da superação do racismo, nós almejávamos isso e almejamos muito mais, não é isso? Superação do racismo é isso e muito mais, mas naquele momento em algumas situações parecia que a gente talvez não conseguisse chegar a tal ponto e nós conseguimos chegar. Então é neste avanço democrático que nós temos que apostar. Como a Macaé falou, essa campanha faz parte de uma agenda pela vida, é isso mesmo, é pela vida. Quando lutamos para superar o racismo, estamos lutando pela vida dos outros e pela nossa vida. Pela vida dos que virão, pela vida do que estão e em homenagem a muitos que perderam a sua vida lutando para construir uma sociedade melhor. Gestores, gestoras que hoje chegaram a determina-

dos lugares públicos por uma trajetória que construímos, que não é solitária, é uma trajetória coletiva, em que nós não perdemos de vista as nossas origens, de onde nós viemos, isso é muito importante que não se perca. De ontem para hoje eu dormi lá no Conjunto Califórnia II, na casa da minha mãe, quem me conhece sabe que eu sou uma filha extremamente apaixonada pela Dona Glória, minha mãe. O Conjunto Califórnia II é um conjunto periférico pertinho do Ceasa e minha falou: “mas vem te buscar num carro do estado aqui no conjunto?” Quando o Roberto chegou para me buscar, ela ficou na janelinha falando: “tem um militar que vai te levar junto com o assessor? Eu vou descer.” Se arrumou, minha irmã pôs um brinquinho e desceram as duas comigo e quiseram cumprimentar o tenente que está nos acompanhando, gentilmente cedido pelo governo do Estado e com o assessor, e imagina o que é isso para as para a nossa família! Não nos esquecer de onde viemos é muito importante, é isso que nos faz gente, é isso que nos faz estar num lugar público e saber da responsabilidade de estar nesse lugar. Então quando Macaé e eu assinamos esse acordo de cooperação não eram duas amigas, claro que somos amigas, mas eram duas gestoras públicas com uma afroconsciência de que onde estamos nós temos que fazer alguma diferença, nós temos que fazer algo para ajudar a nossa sociedade a mudar, a nossa educação a mudar, o nosso país a mudar. Este é o primeiro aspecto que acho importante destacar, a parceria do Governo com a Seppir,

e espero que o acordo de cooperação com a educação irradie também para outros estados.

Outro acordo de cooperação, também piloto, é entre Seppir e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e nós esperamos que também irradie para os outros estados. Esse acordo tem o objetivo de implementar ações que impliquem o Ministério Público do Estado de Minas Gerais no estímulo à criação de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial em municípios com mais de cem mil habitantes, conforme dados do IBGE, e no fortalecimento da política de promoção da igualdade racial no Estado de Minas Gerais. Qual é a ideia? A ideia é que a Seppir não seja centralizada apenas dentro do Governo Federal e no Executivo, mas que o Brasil possa ter muitos outros órgãos como a Seppir, órgãos de promoção da igualdade racial que cumpram esse papel nos estados e municípios, movimentando agentes públicos, educadores e sociedade civil de um modo geral. Esse acordo faz parte do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o Sinapir, por meio de um decreto da presidenta Dilma assinado em 2013 durante a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O que nós temos que fazer agora é superar uma ideia de que o Sinapir é da Seppir. Não. O Sinapir é do Governo Federal. Todos os ministérios estão envolvidos, e a Seppir é a coordenadora, e dentro do Sinapir a relação é de sistema, então é do Governo

Federal e todos os entes federados, é uma relação entre os diferentes entes federados para construir a política de promoção da igualdade racial. Então nesse momento nós estamos numa campanha para a adesão dos estados e dos municípios do Brasil ao nosso sistema nacional de promoção da igualdade racial. E assim que a Secretaria de Direitos Humanos estiver toda organizada, nós vamos assinar aqui com Minas Gerais, já conversamos com o deputado Nilmário, esse processo já estava em andamento desde a gestão anterior da Seppir, e quiseram os ancestrais que seja na minha gestão que a gente faça a assinatura. É a continuidade de um trabalho, eu voltarei à Minas Gerais para assinar esse acordo de cooperação dentro do nosso Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Nas chamadas públicas que a Seppir fizer a partir de então, os municípios que fizerem adesão ao Sinapir, ao apresentarem projetos para essas chamadas públicas, terão pontuação adicional na classificação desses municípios para aqueles que já tiverem feito adesão. Então nós temos desde os municípios que já tem plenamente esses órgãos de promoção da igualdade racial instalados, aqueles que têm de uma forma mediana até aqueles que têm uma forma inicial. Essas três categorias são contempladas no sistema e a nossa ideia como Seppir é estimular os estados e municípios a implantarem esses órgãos, inclusive com autonomia administrativa para gerir recursos e ser um órgão que de fato tenha poder para realizar políticas de promoção

da igualdade racial. Portanto, quero enfatizar que nesse momento eu venho para dar continuidade a esse acordo de cooperação já firmado com o Ministério Público. E nós já temos alguns produtos desse acordo. Em junho de 2014, tivemos a formulação do plano de trabalho desse acordo e em agosto tivemos um diagnóstico da população negra nos municípios mineiros selecionados segundo as bases censitárias: população, educação, trabalho e renda. Foi realizado um seminário temático – Desigualdades Raciais no Brasil e Políticas de Promoção da Igualdade Racial: avanços e desafios – e uma oficina de trabalho cujo tema era População Negra e Homicídios. Então para que as pessoas também saibam que o nosso acordo de cooperação já está avançando, a articulação com o Estado faz parte desse acordo e nós esperamos firmar outras iniciativas também dentro desse acordo. Respondendo à Dra. Maria de Lurdes, a nossa expectativa é a continuidade, a consolidação desse acordo e que o Ministério Público de Minas Gerais nos ajude a levar essa ideia para os outros Ministérios Públicos também. Que a Seppir possa realizar outras adesões. Eu faço questão de ir a todos os municípios que quiserem fazer esse acordo conosco.

O lema da nossa presidenta Dilma é Pátria Educadora. Aqui há tantos educadores e educadoras, desde os que atuam profissionalmente como professores e professoras, até aqueles que atuam como educadores e educadoras nas

diferentes instâncias que investem em formação humana e transformação da nossa sociedade. E dentro desse lema Pátria Educadora, começamos o nosso planejamento estratégico da Seppir, as discussões para o PPA do Governo Federal, construímos o nosso lema dessa gestão, que se articula com a ideia de pátria educadora, de promover a igualdade racial para superar o racismo. Então eu considero que essas vindas são embriões do que será a nossa caravana, quando eu voltar aqui para assinar o acordo do Sinapir com o Governo do Estado. Então, eu considero que nós já estamos caminhando e construindo essa caravana da ministra Nilma pelo Brasil, com o lema “Pátria Educadora: promover a igualdade racial para superar o racismo”.

E por que superar o racismo? Porque nós temos que ir além do enfrentamento e do combate. Denúncia, enfrentamento e combate são palavras que nunca sairão do vocabulário nem da ação política daqueles que lutam pela promoção de igualdade racial, pela superação das desigualdades, por uma educação antirracista. Porém, eu penso que nós já estamos num momento de dar passos adiante. Nós estamos no momento de colocar como alvo não mais apenas o enfrentamento e o combate, mas a superação. Nossas estratégias políticas e educativas, penso eu, deveriam começar a focar nisto: o que temos feito para enfrentar o racismo e a partir de agora o que temos que fazer para superar o racismo? Significa dar passos mais largos, ousados e firmes para construir o país que queremos.

Eu queria também destacar que a Seppir está organizando o Disque Igualdade Racial, que vai ser também um espaço não só de denúncia, mas de encaminhamento, para a questão da superação do racismo. Participamos também da reorganização do Plano Juventude Viva, juntamente com a Secretaria Geral da Presidência da República, para tratar da questão da mortalidade dos nossos jovens. Isso significa que todos devemos dizer não à redução da maioridade penal, pois sabemos o que isso significaria para as crianças e os adolescentes. Esta é a postura da Presidência e também da Seppir.

A Lei 10.639 tem instrumentos legais, normativos, como a Resolução do Conselho 01/2004, como o Parecer do Conselho Nacional de Educação 03/2004 e outro instrumento que precisamos acionar mais, que é o Plano Nacional de implementação da lei, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica. O Plano atribui responsabilidade aos diferentes entes federados, às diferentes instâncias, mas o Plano muitas vezes é esquecido. Temos a lei 10.639 que altera a LDB, ou seja, o art. 26-A; e o art. 79-B, que é a introdução do Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar. Há uma leitura jurídica que ambas estão em vigor porque o art. 79-B continua na LDB, então não revogou uma lei, há uma qualificação maior da lei no

art. 26-A com a 11.645 e temos ainda a 10.639 em vigor porque o art. 79-B está na LDB. É muito importante que esclareçamos isso porque quando as pessoas querem nos desviar do foco falam assim: “mas a Lei 10.639 caiu, agora é a 11.645 que vale porque introduziu a questão indígena”. Não, nós falamos de uma lei que é viva e simbolicamente significa muito para nós, reconhecendo a alteração na Lei 9.394/1996, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é a Lei para todo o território nacional e para as escolas públicas e privadas.

Um grande desafio são as escolas privadas implementarem a Lei 10.639. Nós precisamos de iniciativas como esta também nas escolas privadas, não é só pelo fato de não termos muitas crianças negras nas escolas privadas, sobretudo nas de grande porte. Há pequenas escolas privadas nos bairros periféricos, nos bairros mais pobres que tem crianças negras, crianças brancas e há as grandes escolas da elite, escolas em que lamentavelmente pelo recorte raça-classe há poucos professores, professoras e estudantes negros. Não vou nem entrar na discussão do público e do privado, mas, se as escolas privadas existem, elas têm também uma responsabilidade, porque essa discussão é para todos, não só para as pessoas negras, para os estudantes e professores negros. Essa discussão é uma discussão do Brasil e se é do Brasil, todos nós temos que discuti-la. Todos nós temos que superar a nossa ignorância sobre as relações étnico-ra-

ciais, sobre a África, a nossa ancestralidade africana, sobre como é o Continente Africano hoje, com seus conflitos, suas tensões e seus avanços. Temos que superar a ideia da África mítica, superar a estereotipação desse continente, como se todas as lamúrias e problemas da vida estivessem concentrados no continente africano, desconhecendo toda a história colonial da qual esse continente foi vítima, assim como outros lugares do mundo.

Há que se homenagear a relatora, que foi a professora Petronilha. Eu sempre falo com ela: “Petronilha, acho que você não tem a dimensão do ato de elaborar aquele parecer naquele contexto de Conselho Nacional de Educação!” Hoje nós temos um Conselho Nacional de Educação com outra configuração, mas naquele momento o debate político era mais difícil e ela foi a mediadora que levou essa discussão para dentro do Conselho. Hoje, a professora Petronilha é Notório Saber do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, bem como o professor Kabengele Munanga e a professora Maria de Lourdes Siqueira, que são três referências para a discussão da questão racial e africana no Brasil e em outros do mundo.

Não podemos falar da Lei 10.639 sem pensarmos no grande protagonista desta história, que é o movimento negro brasileiro. Um protagonista na luta, nos questionamentos ao Estado e à sociedade brasileira, na denúncia em relação

ao racismo e na cobrança de que ações de superação do racismo fossem construídas não só pela organização da sociedade civil, mas também pelo próprio Estado. Se hoje existe uma Seppir, se fazemos toda essa discussão, é devido ao protagonismo de um ator político, que é o movimento negro brasileiro com toda sua complexidade, seus grupos e entidades, suas formas de ser como movimento social. Para tratar da ideia de afroconsciência, devemos ter em nossa consciência esse protagonismo. Por que o movimento negro, quando surgiu de forma mais articulada e organizada no cenário nacional, foi diferente em relação a outros movimentos sociais que também lutavam, e ainda lutam, pela construção da democracia, principalmente considerando-se os anos de ditadura política que o nosso país viveu? Quais são as características e a especificidade desse movimento negro? Um amigo militante aqui de Belo Horizonte, Marcos Cardoso, em seu livro “O Movimento Negro”, apresenta uma ideia interessante, de que o movimento negro, quando se organizou no conjunto dos novos movimentos sociais, configurou-se como um novo sujeito político dentro desses movimentos, chamando a atenção para a questão da identidade. Há uma inflexão quando a organização do movimento negro brasileiro eclode na cena pública e traz para a pauta não somente a questão da desigualdade socioeconômica, mas também o caráter identitário, a importância da afirmação da identidade. Então, o movimento negro traz a identidade negra, traz a

afirmação da negritude junto com a denúncia do racismo. O diferencial desse movimento foi colocar na cena política essa discussão da identidade negra, tirá-la dos meios restritos da militância e trazê-la para o Estado, a sociedade, a universidade, o campo acadêmico, as pesquisas. Indaga-se a universidade sobre a ausência de pesquisadores e pesquisadoras negras, de estudos sobre a população negra no Brasil, de pesquisas sobre a África e o continente africano. Indaga-se a mídia brasileira sobre a não presença das pessoas negras ou a presença subalterna das pessoas negras nos meios midiáticos, etc. Esta foi a especificidade desse movimento.

Outro diferencial é a releitura da história. A releitura da chamada “história oficial” foi feita por militantes do movimento negro brasileiro. Essa releitura da história é a chave para compreender a realidade do povo brasileiro. Ao compreendermos a realidade do movimento negro brasileiro, compreendemos a realidade do próprio Brasil. Somos quase 53% da população, mais da metade da população é negra: de pretos e pardos. Como não dizer que compreendendo as histórias, a vida e as trajetórias dessa porcentagem, nós não compreenderemos o próprio Brasil? Por que estudar história da África e relações sociais e cultura afro-brasileira? A própria constituição e configuração étnico-racial do Brasil já responde, porque esse é o diferencial do nosso país. Nesse sentido, o movimento negro

contribui para outra interpretação da nossa história, outro contar da nossa história e por isso a história da África, as relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira tornam-se a chave reivindicativa do movimento para a educação.

A reconfiguração da luta antirracista possui características que têm tudo a ver com a afroconsciência e a 10.639. A educação sempre foi um campo de atuação do movimento negro e se afirmou cada vez mais como um direito. Reconhecemos a importância formadora que a educação tem, principalmente a educação escolar. Não é uma interpretação de que é pela educação que se resolve tudo no país e na vida, mas numa sociedade ocidental basicamente letrada como a nossa, sabemos a importância que tem a instituição escola. Assim, um dos focos dessa luta antirracista que o movimento negro constrói no Brasil é a denúncia do racismo na escola. Esse racismo acontece de várias formas, desde os estereótipos, os tratos, os xingamentos, a organização das salas e das turmas, em que as crianças negras ficavam sentadas mais atrás e as crianças não negras na frente, até uma questão extremamente delicada, que é o silêncio. Essa interpretação do racismo foi trazida pelo professor Luís Alberto Luís Alberto Gonçalves, militante do movimento negro, na sua dissertação de mestrado. Esta foi, em minha opinião, uma das reflexões mais refinadas de compreensão do racismo na escola. Em sua dissertação, o professor Luís Alberto estuda que o silên-

cio é um ritual a favor da discriminação racial na escola. Como se discrimina? Pelo silêncio. Não se fala, não se vê, não se age, não se faz nada. Então, ao falarmos da Lei 10.639, da história da África, ao fazermos uma campanha, estamos rompendo com esse silêncio na escola e na sociedade brasileira, com essa invisibilidade em que negros e negras vivemos, e que causa situações como estas: se alguém fala que a secretária de Estado da Educação está no carro, a pessoa ainda procura onde está a secretária; na hora em que chega a ministra-chefe de Estado, as pessoas procuram quem é a ministra-chefe de Estado; os ministros entram todos e a ministra tem que estar com o botom oficial, caso contrário o segurança barra a ministra, a única ministra negra de todo o Planalto. E quando as pessoas são checadas nessa postura racista ficam mudas, não é isso? Quando se fala, mas por quê? Primeiro vem uma mudez e depois vêm as justificativas mais terríveis (ah, mas é tão nova!) que vão ficando cada vez piores. Ao fazer essa leitura refinada, Luís Alberto alerta que a escola tem que falar de uma outra forma, seguindo a reinterpretação da história, dos materiais e do currículo, à luz da presença negra e da ascendência africana.

Outra característica da luta antirracista é a questão da reprodução dos estereótipos raciais nos manuais didáticos. Ana Célia da Silva em sua pesquisa analisa como as personagens negras são representadas e mostra os luga-

res de subalternidade do negro e da negra nos manuais didáticos que circulam pelas mãos de milhares de crianças do nosso país. Se pensarmos na discussão de gênero, veremos também como nós mulheres éramos e ainda somos (porque ainda temos muito que avançar), representadas nesses manuais didáticos. Isso traz (não é, Macaé, no Ministério da Educação, lembra?) uma tremenda tensão quando vamos pensar o Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional Biblioteca na Escola. Quais livros, quais autores? Não vou nem falar da minha história com um determinado autor que vocês já sabem que eu tenho uma questão cármica...

Outra questão é a denúncia e a superação de que a história de negros e negras e de africanos e africanas se reduzia a datas comemorativas, o rompimento com o 13 de maio. (Lembra, Cleide, Pimenta, das nossas lutas?) Quando nós denunciávamos uma leitura estereotipada do 13 de maio e a questão da pena de ouro da princesa Isabel, com todo o respeito à princesa Isabel, mas a interpretação que se fazia do ato da redentora, não é isso? E a não presença nos livros das lutas negras, dos quilombos, das lutas por libertação, das mulheres negras dentro das casas dos senhores e das senhoras? Vários livros hoje, como da Maria Lúcia de Barros Mott, vão mostrando a história, a submissão e resistência e como as mulheres negras e africanas escravizadas eram um elo entre a casa grande e a senzala para pensar

as estratégias de fuga. As sementes colocadas nos cabelos crespos nas fugas, para que depois os quilombos pudessem plantar, adubar, produzir comida e comer... Essas estratégias maravilhosas que essas mulheres, esses homens, nossos ancestrais, nossos antepassados construíram vão muito além daquela leitura do 13 de maio que se fazia. Então, outra característica da luta antirracista foi trazer o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, dia da morte do líder Zumbi dos Palmares, referência de luta por libertação. Já que temos um panteão de heróis, por que nesse panteão não pode haver um herói negro? Por que não pode haver um herói que lutou pela libertação e é símbolo de luta e de resistência para todos nós, não só para negros e negras, mas para o Brasil como um todo?

Na medida em que a denúncia acontecia, o que esses militantes e essas militantes foram construindo? Materiais alternativos, produções alternativas, práticas educativas alternativas que começaram paralelamente à educação formal. Muitas dessas práticas que introduzimos no currículo e realizamos na escola eram práticas formuladas e forjadas nas lutas dos ativistas e das ativistas negras, dos quilombolas e das quilombolas. Essas lutas hoje atingem algo muito importante, que é mexer na estrutura normativa do país: a Lei 9.394/96, a LDB, alterada pela 10.639/2003. É muita coisa. Não é uma pequena alteração. Por isso, quando as pessoas falam, “olha, essa lei não pegou...” Vamos

refletir, gente, vamos refletir melhor, porque esse discurso de que a lei não pegou é contra nós mesmos, é contra toda essa história. Uma coisa é reconhecermos que a demanda é muito maior, pela pujança da demanda histórica e pelo grande abismo histórico, ainda temos que fazer muito mais, mas não dá para nós falarmos contra a nossa própria luta de que nada foi feito. Imagina esse plenário aqui há tempos atrás... Nós não teríamos esse plenário, não é? Isso é mudança, é um sinal, mas não vamos descansar, sentar e falar está tudo muito bem, porque ainda não está. Na luta emancipatória, contabilizam-se avanços, mas sempre percebendo os limites e tentando ir além dos limites. Por isso, o alvo que eu trago para a Seppir hoje é de superação do racismo, e eu vou perseguir-lo.

Gostaria de chamar a atenção para outra característica da luta antirracista do movimento negro, que traz para a sociedade brasileira, através dos seus ativistas e das suas ativistas, a questão de gênero articulada com a questão de raça. Traz a voz das mulheres negras e traz a discussão sobre a tensão que há dentro do nosso próprio campo, onde lutamos contra o racismo, mas, ao mesmo tempo, temos posturas machistas e sexistas. O interessante é que o movimento olha para fora e olha para dentro, por isso ele é tão complexo. A presença e a luta das mulheres negras causam impacto dentro do próprio movimento negro e dentro do movimento feminista. Já que somos pela emancipação da

mulher, contrários à subordinação da mulher, qual a relação entre mulheres negras e brancas? Qual é a relação com aquela empregada geralmente negra, que é um padrão? O padrão racial é introjetado na estrutura. O que é o quarto de empregada? É a reprodução da casa grande, não é isso? Em outros lugares do mundo não há essa configuração arquitetônica espacial dentro das casas. Por que no Brasil nós insistimos com o tal quarto da empregada, que é um cubículo desse tamanho sem ar, às vezes sem janela, onde cabe apenas uma cama? O que é isso quando pensamos na lógica colonial escravista na história da nossa sociedade? Quem ocupa esse quarto de empregada? Quem geralmente está lá? Enquanto as mulheres brancas saíam para fazer a luta feminista, seus filhos e filhas eram cuidados por mulheres negras, nossas mães, tias ou muitas de nós. Então, quando o movimento de mulheres negras traz essa discussão, rompe com o silêncio. Olha, só! Mais uma vez rompe com o silêncio e obriga a sociedade a se mobilizar. Hoje há uma articulação das trabalhadoras domésticas, a discussão da PEC das domésticas, a luta para que os direitos dessas mulheres, cuja maioria é negra, cheguem ao Congresso Nacional e ao Executivo.

Outro avanço da luta antirracista é a questão das cotas raciais. Quem trouxe para o debate público na sociedade brasileira a discussão de ações afirmativas? O movimento negro trouxe a discussão das cotas raciais. A discussão so-

bre as cotas para os deficientes e as cotas para as mulheres na política já existiam, mas a discussão que causou mais impacto na sociedade e no Estado brasileiro e mobilizou as famílias, “eu sou contra, eu sou a favor”, foi a discussão das cotas raciais. Sabemos que a Universidade é lugar de produção do conhecimento, do saber e do poder. Saber e poder. E mercado de trabalho, mundo privado, que é ainda o nosso campo de atuação de grande desafio na implementação das cotas. Hoje, nós temos pelo menos a lei de cotas nos concursos públicos. Há pouco o Supremo Tribunal Federal assinou uma resolução para instituir cotas nos seus próximos concursos, do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, estive lá com o ministro Lewandowisck. O Superior Tribunal de Justiça também vai implementar as cotas no próximo concurso, atendendo à lei federal. Começamos a entrar para o mercado de trabalho pela via pública, mas precisamos enfrentar o mercado de trabalho na via privada, onde está a questão mercadológica, o capital com uma relação social, já dizia o velho Marx, uma relação de exploração, de *mais valia*. Esse momento propositivo do movimento negro, a discussão das cotas raciais, cria inclusive um impasse na sociedade: “a sociedade vai se dividir em brancos e negros”, como se já não fosse dividida do ponto de vista da segregação existente, a qual nós queremos superar. “A universidade terá estudantes desqualificados, o nível das universidades vai baixar.” Não é este o discurso que nós ouvimos? De outro

lado, eminentes autoridades acadêmicas, intelectuais que trabalham nas universidades, ativistas negros e os aliados da luta antirracista não negros, etc., todos numa frente dizendo que isso era mais do que uma mudança necessária, era um compromisso do Brasil, porque quando o Brasil participou da conferência de Durban, em 2001, o Governo brasileiro assinou o plano de ação no qual se comprometia a implementar ações afirmativas na educação e nas mais diversas áreas para superar o racismo. Em 2000, a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, sobre as desigualdades no Brasil desagregou os dados de raça-cor e mostrou a grande desigualdade que incide sobre a população negra. Então quando o Estado brasileiro se move para implementar ações afirmativas, principalmente na modalidade cotas, que é apenas uma das modalidades, é o reconhecimento de um compromisso internacional que ele tinha assumido com as outras nações que participaram da Conferência de Durban. Eu sempre gosto de lembrar isso porque muitas vezes as pessoas se esquecem desse contexto político. O Estado brasileiro se comprometeu, então nada mais fez do que cumprir. A ação afirmativa é o cumprimento de uma responsabilidade que nosso Estado assumiu. E este momento aqui é fruto de todo esse processo.

Educação e afroconsciência. O que é? Quero destacar alguns pontos do que eu penso que seja a relação entre

educação, afroconsciência e a Lei 10.639/2003. A afroconsciência não se destina somente à quebra de um pensamento colonial, eurocentrado, colonizador, baseado em padrões de trabalho, de conhecimento e de raça que são excludentes. Educação e afroconsciência é uma educação que se volta para a integralidade da nossa diversidade, ou seja, não deixa escapar ninguém, não exclui ninguém. É para todos, pensa em todos, inclui a todos. Todas as lutas por superação do racismo que o movimento negro tem desencadeado no Brasil nunca foram lutas só para os negros, sempre foram lutas para a sociedade brasileira e muitos outros segmentos foram aderindo e fortalecendo suas próprias demandas de luta. Educação e afroconsciência é uma educação que se volta para a integralidade da nossa diversidade. É também uma educação que não elimina nossas raízes europeias nem nossas raízes indígenas, as reconhece, mas dá centralidade e afirma a nossa africanidade. Afirma a nossa existência, a nossa visibilidade como povo negro, como raça, no sentido ressignificado da raça, não no sentido genético, mas raça no sentido político, no sentido cultural, na ressignificação que as pessoas negras deram a essa categoria. Educação e afroconsciência é também considerar o caráter emancipatório da nossa educação. A educação, como eu falei, não é a única que vai resolver os problemas do Brasil, mas ela muda vidas, interfere em trajetórias. Vamos pensar na juventude negra, a educação interfere em vidas, muda vidas e trajetórias.

Portanto, educação e afroconsciência é considerar o caráter emancipatório que vai além do caráter institucional, do aprender a ler e escrever, é muito mais do que isso. A educação e afroconsciência dão sentido de pertencimento e de cidadania para todos. Educação e afroconsciência também é aquela em que não se esquece de onde viemos, não se esquece das nossas origens, ressignifica o que somos e tem como perspectiva um outro país, uma outra sociedade e uma outra educação. Isso é Afroconsciência e a Lei 10.639/2003. Muito obrigada!

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Maravilha! Superou todas as nossas expectativas, ministra! Nós estávamos ansiosos por ouvi-la. Muito obrigada. Eu gostaria de chamar aqui à Mesa para participar dos debates a nossa colega Nívia Mônica, que também tem uma relação com este nosso trabalho.

NÍVIA MÔNICA: Bom dia a todas e a todos! Ficamos muito felizes quando tivemos a notícia de que a senhora viria. De fato, todos os temas tratados aqui têm interface na área da educação, na área da infância e juventude, na área de direitos humanos. Como coordenadora do Centro Operacional das Promotorias de Direitos Humanos, controle externo da atividade policial, temos tentado estimular a participação política, que é essencial, e daí surgiu a nossa proposta, no ano passado, do acordo de cooperação

com a Seppir. O Procurador-Geral de Justiça assinou o termo pelo Ministério Público, e nós do Centro de Apoio somos intervenientes, não só no sentido de fomentar a criação dos conselhos e das coordenadorias municipais nas cidades maiores em princípio, mas também de qualificar essa participação social e política. A Macaé falava aqui sobre os Neabs, e acho muito importante esse engajamento de forma regional dos núcleos de estudo da história afro-brasileira porque muitas vezes os conselhos são criados e ficam esvaziados, não é? O Ministério Público tem um centro, um núcleo de atendimento, que recebe denúncias de várias áreas relacionadas à violência policial, à violência contra presos, relacionadas a racismo, todas essas questões de direitos humanos, que encaminhamos aos promotores. Lá também se reúne a sede do CONEPIR. Precisamos realmente motivar as pessoas a participar do Conselho Estadual porque grande parte desse nosso acordo de cooperação depende de um Conselho que seja um reprodutor das políticas. Estamos muito esperançosos. Eu fiquei muito feliz com a nomeação da Macaé porque trouxe gênero e cor ao secretariado, embora seja a única representante do gênero feminino no secretariado. A expectativa que recai sobre ela nesse momento é muito grande, não só em relação à educação, mas também no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo de uma forma geral. Nós esperamos que o novo Governo renove esse fôlego, já vemos por essa iniciativa, essa campanha lindíssima que

foi lançada pela Secretaria de Educação que tem tudo a ver com o enfrentamento ao racismo, que não se dá de outra forma senão passando pela educação. É claro que o Ministério Público atua também reprimindo os casos de crimes de racismo para orientar o tratamento quando eles ocorrem, por exemplo, na área do consumidor, em eventos esportivos, a violência institucional contra jovens negros. Isso está no nosso acordo de cooperação porque a fiscalização da atividade policial em geral está junto com a atribuição de direitos humanos no Ministério Público. Temos tentado pactuar formas de controle da investigação dos jovens negros que são mortos (infelizmente o que a Macaé falou aqui é a mais pura verdade: o tráfico às vezes é uma justificativa para qualquer tipo de atrocidade que aconteça). É alarmante vermos esses níveis de violência, é um descaso maior levando em consideração a cor da pele. O Ministério Público tem o dever de contribuir em várias áreas para esse trabalho de reconstruir essa história e recontá-la de uma forma que não seja de um lado só. A história tem que ser recontada pelos seus verdadeiros protagonistas. Aproveito para saudar a minha colega Cláudia Amaral, que é a titular da Promotoria de Direitos Humanos da Capital, onde se instaurou um procedimento voltado especificamente para aferir como tem sido a implementação da 10.639 nas escolas de um modo geral. Nada melhor do que um trabalho integrado entre os vários segmentos do Ministério Público, até porque é uma

questão multifacetada, e acho juntos ainda vamos fazer com que a mudança que queremos ver aconteça na realidade, no cotidiano das pessoas. Agradeço a oportunidade que a Maria Elmira nos deu de estarmos aqui e espero que os debates continuem sendo proveitosos. Muito obrigada.

MARIA ELMIRA DO AMARAL DICK: Vou iniciar os debates, mas antes fazer algumas colocações acerca da atuação do Ministério Público. Houve aqui uma discussão sobre o racismo institucional e o racismo de elites. Se nós estamos aqui falando também do trabalho do Ministério Público, de cotas também em concursos públicos, de uma educação para diversidades, nós vamos ter que combater essa questão tradicional, enfrentar as discriminações tradicionais. Isso de certa maneira vem sendo feito. É um caminhar, é um processo, e nós temos alguns exemplos aqui dentro dessas nossas parcerias. Nós temos também diversos trabalhos do Ministério Público que estão surgindo e eu gostaria de salientar a campanha Conte até Dez, que foi uma campanha pensada pelo Ministério Público nacional para um contexto de violência e de homicídios em situações corriqueiras. Como o Ministério Público estava se portando em relação a essa violência? Qual é o maior alvo da violência brasileira? Os jovens de 18 a 20 anos do sexo masculino de cor negra, que estão sendo assassinados brutalmente e alvo das mais diversas violências. Então foi feito um trabalho de combate a essa violência, a campa-

nha Conte Até Dez, que foi amplamente divulgada pela mídia. O desdobramento da campanha Conte Até Dez foi a elaboração de uma cartilha, um plano de aula que foi discutido também com o MEC. Esse plano de aula foi elaborado para que o professor possa discutir a violência, o racismo, a defesa da pessoa com deficiência, a violência contra a mulher, a violência na sala de aula. Em princípio com alunos do Ensino Médio, em que há altos índices de evasão de adolescentes negros, porcentagem muito maior de evasão em relação ao alunado da cor branca, até por questões sociais. Esses grupos de jovens que estão sendo brutalmente assassinados na nossa sociedade.

Quando falamos na questão do racismo institucional, racismo de elites, temos que passar pelo dever de casa, olhar para a nossa instituição, o Ministério Público, que pela Constituição é instituição cidadã, para que ele também tenha esse trato internamente com seus promotores, seus servidores. Como acontecem essas relações de trabalho aqui dentro e como nós vamos nos portar aqui para podermos discutir as questões lá fora. Então é nesse sentido que o Ministério Público quer continuar sendo parceiro nas discussões relacionadas à Cidadania, e a Lei 10.639 é uma lei que busca o direito à vida, à cidadania, à empregabilidade futura da população negra. Como vai acontecer a inserção desses jovens no mercado de trabalho? Como vamos discutir na escola a questão dos currículos e

dos projetos político-pedagógicos, com essa mudança de postura curricular? Os professores têm capacitação para falar dessa cultura? Eles se sentem à vontade para falar da cultura afro dentro dessa sociedade que segrega? Isso está acontecendo por esse viés de liberdade e de possibilidade do professor falar abertamente sobre essa questão? São temas que precisamos discutir. Como a lei será realmente implementada lá na ponta? Os conselhos estaduais, que devem medir os parâmetros dessa aplicação, estão olhando também essas questões desses projetos político-pedagógicos? Os regimentos internos estão contemplando essa discussão para que possamos efetivamente mudar a realidade de racismo institucional, de racismo de elites, de uma educação por muito tempo vista como uma educação para elites? Hoje existe essa fala muito intensa no sentido da educação para as diversidades, mas há diversas violências dentro da escola: evasão, analfabetismo, segregação, discriminação. A ausência de aplicação da lei e a falta da abordagem da cultura afro nos currículos também são violências que podemos verificar na escola.

Quando convidei a professora Mara para estar aqui, ela me disse que estava no Museu de Artes e Ofícios, fazendo uma palestra para alguns gestores. E eu fui até lá e lá tive a oportunidade de fazer a visita a esse museu belíssimo. Este é um modo de se aplicar a lei, de se discutir a lei. Parabéns à professora Mara pelo trabalho, que discute

aquele acervo, como o negro no seu ofício contribuiu ou foi o principal responsável pela cultura que temos aqui, o trabalho da mulher negra, a questão da religiosidade... É possível aplicar a Lei 10.639 com o que existe na sociedade. Em qualquer cidade há memória, não precisamos estar em cidades históricas reconhecidas, como Ouro Preto e Mariana ou em cidades que tenham grandes museus, mas qualquer cidade tem a sua história para ser contada, lembrada e visitada à luz da Lei 10.639. Toda essa discussão é para que possamos realmente inserir boas práticas relacionadas à Lei 10.639 nos contextos escolares e na comunidade escolar (alunado, professorado, família, entorno).

Dentro do Ministério Público Nacional, temos o Grupo Nacional de Direitos Humanos com diversas comissões em diversas áreas. Neste ano eu estou coordenando a Comissão Nacional da Educação, e nós temos parcerias com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e também no conselho nacional do Ministério Público. Na Comissão de Direitos Fundamentais, presidida pelo procurador de Justiça Jarbas Soares Junior, foi criado também o GT8, que é o GT da educação, e nós já temos essa fala de interface com o GT de Direitos Humanos. A procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, a Dra. Bernadete, também já faz um trabalho relacionado ao racismo institucional e à aplicação dessa lei. Temos também o projeto da Educação em Direitos Humanos, também para o

Ministério Público no sentido de que os promotores sejam capacitados nessa linha da educação de direitos humanos e aplicação desses resultados no momento de seus trabalhos. É um longo trabalho que nos espera, mas já é um começo frente a essa história de segregação em diversas questões. Apenas para fechar, nós temos uma Mesa feminina dessa vez, porque geralmente há um procurador, o procurador-geral de Justiça, o nosso chefe, ou procurador-geral adjunto, mas dessa vez estavam em viagem. Não é sempre que isso acontece no MP, mas dessa vez calhou essa Mesa feminina. Mulheres falando pelo Ministério Público, falando de cidadania numa escola para um público atento. Então é mesmo uma mudança de paradigmas, de parâmetros e é exatamente dentro dessas mudanças que o Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Nacional querem estar inseridos. Gostaríamos então de passar a palavra para alguém que queira fazer alguma intervenção, falar sobre o trabalho que realiza, fazer alguma pergunta nesse ambiente acolhedor e bem informal que está sendo esse nosso evento.

SRA. MARLENE: Bom dia! Meu nome é Marlene, eu coordeno o Núcleo de Educação Étnico-Racial da Prefeitura de Nova Lima. Temos que reconhecer que há um avanço significativo, inclusive sobre formação dos professores, mas infelizmente quando esses professores retornam para as salas de aulas, eles encontram diretores resistentes. Nos

órgãos e núcleos de educação étnico-racial que estão dentro das secretarias, geralmente há uma pessoa que trata dessa questão e vira alvo, é ela que resolve tudo, os secretários estão se eximindo dessa responsabilidade, e quando um secretário é questionado, fala assim, ah não, nós temos uma pessoa lá que trata disso, ou nós temos duas pessoas que tratam disso. Em ano de avaliações IDEB e Simave, falam assim: “Marlene, em ano de IDEB vai ser complicado você vir com essa questão para a nossa escola”. “Estamos preparando para o Simave, não venha com essa questão para a nossa escola.” Então quando é vermos essa questão de forma significativa no Simave e na avaliação do IDEB? Quando os diretores e os secretários vão ser diretamente responsabilizados, apresentando um plano de ação anual para esse trabalho? Qual a dotação orçamentária disponibilizada para isso? Apenas colocar pessoas para trabalhar e dizer que estão trabalhando, quando na verdade não têm nenhuma condição para que esse trabalho seja feito, não é legal. Eu gostaria que alguém me desse um retorno quanto a essas questões.

SRA. NELDA: Bom dia! Meu nome é Nelda, sou diretora da Escola Estadual Orôncio Murgel Dutra, vou defender aqui os diretores em relação ao que ela falou. Estou participando do Prêmio Educar para Igualdade Racial e estou desenvolvendo o projeto na escola. Há muitas dificuldades financeiras, alguns professores que questionam,

porque já está impregnado na escola que só se trabalha o tema em novembro, no dia 20 de novembro se apresenta um trabalho na feira de cultura. Isso já está impregnado. Então, estou tendo muita dificuldade, há também a dificuldade de registrar, estamos pegando coisas que foram feitas, mas que não foram registradas para vermos o trabalho que a gente faz na escola. Então estou correndo atrás. Tem exceção às regras, mas realmente tem que pensar e cobrar dos diretores para fazer um trabalho deste na escola porque é muito bacana. Os meninos ficam encantados. E eu estou amando trabalhar, eu nem sabia que tinha o folder, depois eu quero pegar. É isso.

SR. AFONSO CELSO RENAN BARBOSA: Você defendeu os diretores, eu vou defender os secretários, embora ela tenha razão. A Mara está ali, e a equipe da Mara. Não é uma tarefa simples, mas como disse a professora Nilma, a cada avanço, a cada passo temos que nos prepararmos para um avanço ainda maior, não podemos perder a paciência nunca. Ontem eu estava conversando com a Mara, estava dizendo a ela que, em Belo Horizonte, já temos uma série de coisas feitas, mas é necessário formar grupos internos em cada setor, grupos internos em cada regional e nunca deixar de trabalhar, não podemos parar. A cada passo agregamos a conquista na cultura que já está instituída e buscamos novas culturas. Antigamente um vereador disse que pelo fato de a Macaé ser negra, ela ficava defenden-

do as religiões afro. Ele nos achincalhou por comprarmos livros para o kit escolar que valorizavam a cultura e a religião afro. Ou seja, existe esse tipo de preconceito e a gente vai rompendo, não é por causa dele que vamos parar. Temos conseguido avançar com essa cultura e transferi-la de secretário para secretário. Hoje a Macaé não está lá mais, mas continuamos com o trabalho e vamos avançando.

SRA. GLEISE: Bom dia a todos! A essas grandes personalidades, algumas eu não conhecia pessoalmente, a Macaé já é querida há muito tempo, e as demais eu sempre venho acompanhando. Sou pedagoga da Polícia Militar e quando surgiu essa lei, eu não estava trabalhando ainda no Estado-Maior da Polícia, eu estava como pedagoga dos Colégios Tiradentes, e nós começamos um trabalho lindíssimo sobre afro-brasileiro. Logo em seguida, a Polícia Militar montou um grupo com jovens das comunidades carentes. Hoje, temos um grupo dentro da Polícia Militar que se chama Juventude e Polícia, que trabalha a cultura afro-brasileira, as danças, os batuques. Eu sou pedagoga e faço trabalhos voluntários nas escolas. Muitas vezes, eu percebo que em relação aos monitores para as crianças com deficiências, alguns meninos têm, outros não. É mais um desafio. Monitores suficientes nas escolas estaduais. Obrigada.

SRA. ANTONIETA: Bom dia! Parabéns a todos! É realmente uma palestra muito boa. Silenciamento dói. E na Educação Infantil mais ainda. Temos que trabalhar muito com formação. Estou há dez anos na Rede Municipal

e não conheço formação continuada com essa temática, principalmente na Educação Infantil. A Prefeitura de Belo Horizonte coloca a vulnerabilidade como critério para matrícula para 70% das vagas. Eu trabalho com criança negra e temos muito o que debater. Acho muito complexo trabalhar com o tema racismo, porque se eu não tiver formação, entendimento, posso fortalecer esse racismo. Então, ter formação continuada é importantíssimo. E a Educação Infantil anda silenciando muitas práticas de racismo.

SRA MARIA NAZARET TELES: Bom dia! Um bom dia especial à professora Macaé. Através da nossa luta e militância na educação, conseguimos fazer boas intervenções na política municipal de Educação, fizemos um trabalho com as famílias e eu aprendi muito. A importância do seu trabalho na Secretaria Municipal de Educação. E hoje percebo que você está também caminhando para este projeto de trabalhar com as famílias, de dar atenção a essas famílias e promover a educação, o conhecimento e a valorização das nossas crianças negras. Professora Nilma, as ações afirmativas dentro da Federal foram um grande ganho, mas os nossos filhos ainda sofrem racismo dentro das universidades. Precisamos trabalhar muito e com afinco reafirmando este lugar e o direito que eles têm de estarem ali. Dra. Santa Gema, é um prazer conhecê-la, e dizer da minha grande preocupação com a redução da idade penal. Isso tem endereço e me preocupo muito

com os nossos filhos negros, com a população negra periférica, que está cada vez mais marginalizada, na linha de extermínio. Então, esta luta precisa ser para além dos muros da escola. Nós ainda temos pessoas sendo discriminadas na nossa sociedade. Coordeno um grupo de Promoção da Igualdade Racial na Regional Norte de Belo Horizonte, onde aproximadamente 90% da população é negra. Queremos que esse debate saia do muro das escolas e passe para a sociedade. Obrigada!

SRA. SORAIA FELICIANA MERCÊS: Bom dia! Meu nome é Soraia, sou educadora infantil da Rede Municipal de Belo Horizonte, atualmente em readaptação funcional na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. Gostaria de citar a professora Inaldete Pinheiro, um grande exemplo, ajudou minha autoestima e continua estimulando o meu trabalho. Implementar a Lei 10.639 é muito difícil quando não se garante Estado laico. História e cultura afro-brasileira têm a ver com as religiões de matriz africana. E retomar a questão da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que amplia a Lei 10.639, e discutir sobre o silenciamento e o apagamento desse setor da nossa sociedade, dos povos indígenas. Não podemos continuar ignorando a existência dos povos indígenas.

MAMETO: Eu como mulher negra, trajada de matriz africana, do Fórum Estadual de Mulheres Negras, do Movimento Negro, representante em vários Conselhos

Municipais de Matriz Africana em Contagem, em várias Conferências Municipais, Estaduais, Regionais, Nacionais, me sinto triste, decepcionada, quando se fala que a lei está implementada, a lei está em prática, mas quando chego numa escola, trajada, começam a rir. Não estou trajada de palhaça, assim como outros podem estar vestidos de batina, com seu solidéu, com seu chapéu, com as suas vestes, eu também estou trajada porque sou uma Mameto, tenho família, nome a zelar e a minha ancestralidade é que me conduz. Já fui a várias escolas para dar palestras gratuitamente, mas acabam não respeitando os saberes tradicionais, os griôs. Professora Gleise, quando a senhora fala sobre os tambores para os jovens, é jovem militar? Eu gostaria de saber se foi explicado e exemplificado o que é uma macumba, se sabem quem são os tocadores de tambor, como é feito este tambor. Alguém já viu ao menos via internet? Alguém sabe o que é um tambor de crioula, sabe qual é o significado dos tambores? Porque onde tocam os tambores eu vou mesmo, porque a minha ancestralidade é que me conduz. Desculpe, eu não saudei os meus mais velhos nem os meus mais novos. A benção, Motumbá, Makuiu, Kuzandiô! E aí dizem “aquela é macumbeira”. E as pessoas esquecem que existe a árvore que se chama macumba. Não faço macumba, eu cuido, trato das pessoas que me procuram como um todo. Eu quero que o respeito à laicidade seja colocado em prática. Quando se vê que a Igreja Universal tem os soldados de Cristo e se coloca uma espada empunhada no peito

de uma Mameto, de uma Iá, é um desrespeito com a nossa Religiosidade, com o nosso saber, com o nosso povo tradicional africano, afro-brasileiro. Obrigada.

SRA. GLEISE: Parabéns pelas suas colocações, pela sua convicção! Muito boa pergunta. Obrigada! Quando cheguei para trabalhar com esse grupo de Juventude Polícia, perguntei se havia a parte teórica. O Sargento Jones na época me falou que fazia o possível, falava da origem de cada música, da origem dos tambores, mas que não aprofundava muito, porque o aprofundamento cabe à escola. Ele queria incentivar as escolas a fazerem esse trabalho, foi o que pôde fazer na época, quando começou. Hoje eles dão oficinas nas escolas. Não tem como o policial fazer muita coisa, pois ele também tem outras atribuições.

MESTRE MARCELINHO: Boa tarde! Parabéns à organização deste encontro que nos promoveu esta oportunidade única. Ministra Nilma, parabéns pela sua história! Fiquei muito comovido quando falou sobre sua mãe. Dra. Arminda, secretária Macaé, eu sou o mestre Marcelinho, presidente do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais. Estou aqui porque tenho muito interesse por esta causa. A inclusão da capoeira nas escolas com certeza traz um benefício muito grande. Buscamos estudar as raízes, porque não queremos ensinar apenas os alunos a jogar a perna para o ar e ficar de cabeça para baixo, queremos ensinar a eles as origens da capoeira. Tenho uma

visão muito privilegiada porque eu sou policial militar há 28 anos, então conheço a situação de dentro da Polícia Militar e de fora. Trabalhei muitos anos em aglomerados, conheço o trabalho Juventude e Polícia, coordenado pelo sargento Jones, que foi meu aluno de capoeira quando ele era ainda criança, faz um trabalho excelente através do qual a Polícia Militar conseguiu entrar nos aglomerados com outra visão, de outra forma. O sargento Jones é incentivado por mim a falar sim das origens do tambor porque não basta apenas tocá-lo, é preciso saber por quê. Então nós buscamos esse entendimento. Como representante do Conselho de Mestres do Estado de Minas Gerais, eu queria que a ministra me desse uma posição, que eu saísse daqui convicto de que a capoeira terá o seu espaço nessa nova lei. No papel, existe a inclusão da capoeira nas escolas, mas até o momento na prática isso não está sendo bem cumprido. Tenho certeza de que é um processo, que nós iremos conseguir e estamos à disposição para ajudar no que for preciso para o crescimento da cultura do nosso Estado e do Brasil. Muito obrigado.

SR. RONALDO: Um forte abraço a todos. Meu nome é Ronaldo. Sou auxiliar de biblioteca da Rede Municipal, e também capoeirista, angoleiro. Mestre Marcelinho já trouxe grande parte do meu questionamento, eu só vou complementar. Em relação à lei 10.639, é muito importante a presença dos mestres de capoeira dentro da escola e essa

presença ainda é pequena e pouco reconhecida em termos financeiros. Existem muitas dificuldades, como burocracia para contratar e valorizar a hora-aula desses mestres, dificuldades do próprio corpo docente para acolher esses mestres dentro da estrutura e do espaço escolar, a questão espacial, a questão da materialidade. Como a nossa irmã mencionou, a dificuldade de aceitação, de lidar com essa história, com esse referencial desses instrumentos musicais, da vestimenta. Como isso tudo deve ser trabalhado. Na minha opinião, isso também é uma questão de gestão, uma questão de comando que precisa ser vista. Então, eu só queria fazer esse complemento e agradecer, dar os meus parabéns para a Macaé e para a ministra Nilma. Estamos muito felizes por ter essa representação, nós homens estamos muito orgulhosos por sermos representados pelas mulheres, para nós é uma honra muito grande, parabéns também à Cleide, muito feliz por ela. Um abraço.

SRA. GUIOMAR: Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento a Mesa, cumprimento Dra. Maria Elmira pelo excelente evento desta manhã, professora Macaé, as falas foram maravilhosas. Muito prazer, ministra, em conhecê-la, em ouvir essa excelente palestra magna. Dra. Maria de Lourdes, nós já tivemos a oportunidade de trabalhar juntas pela Conspiração Mineira pela Educação, não é, Tânia? Como ouvidora educacional do Estado, eu gostaria de dizer que nesta semana apresentamos à professora

Macaé um relatório da Ouvidoria Geral do Estado, especificamente da Ouvidoria Educacional, e o que nós observamos? Foi isso que a professora Macaé falou. 80% do uso da Ouvidoria é feito por servidores para alguma reclamação, denúncia ou sugestão sobre vida funcional. Por que não incentivar o uso da Ouvidoria nesse trabalho maravilhoso da Lei 10.639? Inclusive temos um projeto muito interessante que se chama Ouvidor Jovem. Podemos colocar os ouvidores jovens nas escolas ouvindo e apresentando o que presenciam em relação à postura racista que, infelizmente, ainda existe nas escolas. Então, coloco a Ouvidoria Geral do Estado, em especial a Ouvidoria da Educação, a qual represento, a serviço e em parceria da Secretaria de Estado de Educação, do Ministério Público e da Seppir.

PROF. MARA: Quero parabenizar e agradecer pela dimensão que significa três instituições desse porte alinhadas aqui em Belo Horizonte com essa pauta tão importante. Eu quero deixar uma pergunta sobre quais são os próximos passos do Ministério Público, do Estado, da Seppir para que as outras Secretarias Municipais também façam esse movimento. Eu sinto falta aqui da Undime, que alinha a política em nível estadual também e acho que é um grupo importante para essa demanda. Queria dizer à Macaé que a campanha que foi iniciada pelo Estado é muito intensa e teve um impacto muito importante dentro das escolas. Percebemos, ao circular por Belo Horizonte, que essa

pauta está na cidade. Queria trazer as demandas sobre as questões indígena, cigana e a presença dos judeus aqui na cidade e a contribuição que a gente pode dar também a esses povos quanto às relações étnico-raciais. Obrigada.

SRA. ANDRÉIA: Boa tarde a todos e a todas. Queria parabenizar a ministra pela belíssima fala, a querida Macaé e a Dra. Maria Elmira pela iniciativa deste importante evento. Eu sou Andréia, assessora do procurador de Justiça de Minas Gerais e estou cedida no Conselho Nacional do Ministério Público. Temos uma Comissão de Direitos Fundamentais e, dentro do Conselho, temos um GT de enfrentamento ao racismo. O grande desafio não é só romper o silêncio na escola, mas romper o silêncio do próprio Ministério Público brasileiro. Dentro do GT do enfrentamento do racismo, temos um projeto que se chama Conhecer para Enfrentar, que trabalha a questão do racismo institucional. O Conselho está criando o GT de Educação; Maria Elmira estará na frente, então já é uma proposta de pauta nacional: pensar a estratégia e atuação do Ministério Público brasileiro na questão da implementação da Lei 10.639 e também no combate ao racismo institucional. Estamos trabalhando em conjunto – GT Educação e GT Racismo. Dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, estamos também discutindo a proposta de cotas para o MP. O Ministério Público da Bahia foi o primeiro a adotar as cotas e está em processo uma resolução nacio-

nal no Ministério Público brasileiro. Precisamos avançar nisso. Outra questão em que temos trabalhado muito é o genocídio, o extermínio da juventude negra. No dia seis de maio, haverá a primeira audiência pública sobre genocídio da juventude negra. Estamos juntos neste desafio de romper esse silêncio dentro do Ministério Público, como podemos ver o empenho das promotoras Maria Elmira, Santa Gema e de tantas outras. Muito obrigada.

MARIA DE LURDES SANTA GEMA: Bem, eu já falei no início, mas eu queria lembrar que uma lei que traz uma política pública tão importante depende de uma ampla participação da sociedade, não só as gestoras têm que fazer a partes delas. Como eu mencionei, a Promotoria da Infância e Juventude e outras Promotorias têm trabalhado os orçamentos do Município e do Estado. Vamos às audiências públicas na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, onde decisões são tomadas, mas muitas vezes vemos a ausência da sociedade. É o momento de propor uma emenda porque, por mais que a secretária Macaé queira levar esse tema para dentro do orçamento, como eu falei para vocês, o Governo do Estado tem que pensar em todas as áreas, não é? E ganha no orçamento, falando um português bem claro, quem tem mais força. Esta é a verdade. Sozinhos, não conseguimos fazer uma verdadeira mobilização. A partir do dia 27, Belo Horizonte vai realizar a Conferência da Criança e do Adolescente. É importante

saber quem serão os delegados que levarão as propostas para o Estado e para o Governo Federal. Depois da conferência, o Conselho Municipal e o Conselho Estadual podem deliberar uma resolução dizendo que aquela política pública é de Belo Horizonte, é do Estado de Minas Gerais e chegar até o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Não podemos também esquecer de cobrar. Está no orçamento, mas vamos às casas legislativas quando tem a prestação de conta para saber do gestor, por que essa matéria não saiu do papel? Neste ano, vamos ter outro momento importante no Estado de Minas Gerais, o Plano Plurianual. O que isso significa? Significa que o que não está no Plano Plurianual não vai entrar no orçamento e, não entrando no orçamento, não vai ter recurso público. Minas Gerais tem uma participação fundamental, porque nós precisamos desse recurso. Lógico que o Ministério Público fará a sua parte. Com certeza a secretária também e a ministra vai inserir no Plano Plurianual da União, mas nós também precisamos fazer isso justamente para garantir recurso inclusive para as capacitações. Precisamos também exigir das casas legislativas que se não foi incluído, se esses recursos são insuficientes que, sejam apresentadas emendas parlamentares nesse sentido. Estar presente também nas reuniões na Câmara de Vereadores, que são quadrimestrais, a próxima será dia 11 de maio às sete horas da noite. E questionar. Normalmente, a Secretaria Municipal de Educação sem-

pre está ali presente. É uma oportunidade para os senhores vereadores, ao fazerem as suas emendas, emendas de bancadas, prestigiarem esse tema. Nós, como sociedade, temos que fazer a nossa parte. Só para finalizar, a respeito da redução. O Ministério Público tem feito um trabalho nesse sentido, mas também a sociedade precisa combater isso, debater esse tema, discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na área infracional, ele é mais rigoroso com o adolescente infrator do que as leis penais para o adulto, mas a sociedade não sabe disso, nós deixamos essa discussão avançar e ficamos esperando que o Governo faça um veto. Mas no caso de Emenda Constitucional, a presidente não vai poder vetar se isso passar. Então, nós temos responsabilidade. Quem é contra, tem que dizer por que, ir para a praça pública e defender essa ideia, mas defender com prática, não é simplesmente falar: ah, eu não quero, porque eu acho que vai ser um absurdo, vai superlotar a cadeia, este não é o argumento. O argumento é que as medidas socioeducativas precisam ser aplicadas com qualidade e, acima de tudo, com dignidade. O fato de praticar um ato infracional não pode causar a perda dos direitos como cidadãos. Obrigada.

MACAÉ EVARISTO: Foram apresentadas tantas questões e eu acho que tem alguns pontos aqui que são importantes destacar. Eu queria, primeiramente, dialogar com a nossa colega de Nova Lima que chama a atenção para essa

questão do orçamento. O nosso ex-presidente Lula disse que não tinha previsão orçamentária quando ele criou o Bolsa Família, mas ele falou: nós temos que fazer e vamos ter que achar orçamento para essa agenda. E o programa se transformou no que é o programa Bolsa Família, com os indicadores e resultados que transformaram a nossa sociedade de 2000 para 2010. Em nosso estado, após 2010, vimos a redução gigantesca do número de municípios com o IDH mais baixo. Isso se fez com uma política pública forte e com um foco muito claro que era pensar na pobreza, pensar nas pessoas desfavorecidas e associar à transferência de renda duas condições muito importantes: a frequência à escola e a vacinação das crianças e dos adolescentes. E tivemos a melhoria no resultado dos indicadores de acesso e permanência ao longo do ensino fundamental entre o público beneficiário do Bolsa Família. Hoje os dados confirmam o que muitas pessoas falaram que não se daria, porque a elite brasileira dizia: isso vai incentivar os pobres a ter mais filhos. E a gente viu que isso não aconteceu. Isso vai fazer com que as pessoas não trabalhem. Nós vimos que isso também não aconteceu. Então essa discussão de orçamento é importante, eu acho que a Maria de Lourdes já deu as pistas, e nós, quando estamos nesses lugares, quando assumimos as coordenações e os lugares pedagógicos, nós somos impactados e temos que brigar. Você está aí é para isso mesmo. Porque até chegar aí não foi sem briga não, gente, nós brigamos a nossa vida

inteira, então não vamos ter ilusão. Nós não vamos chegar nesse lugar e parar de brigar, não, gente, nós vamos chegar e nós vamos brigar mais. Então eu acho que esse é um aspecto. Isso é líquido e certo. Tem uma passagem da Bíblia que fala: “vigiai e orai”. Eu falo que isso para nós vale sempre. Mas vigiar é fundamental, senão não adianta orar. Outro destaque é a questão das avaliações. Minas Gerais é o Estado que tem o mais antigo Sistema Mineiro de Avaliação e, após o Simave, nós tivemos várias outras avaliações. Foi criada a Prova Brasil pelo Governo Federal, a Ana, o Proalfa. Um dos nossos desejos na Secretaria de Estado da Educação é a rediscussão do Sistema Mineiro de Avaliação, inclusive precisamos avaliar se é mesmo necessária essa profusão de avaliações e como podemos, junto com o Governo Federal, construir uma agenda de avaliação sistêmica, mas que não seja insuportável para as escolas. Não é um debate fácil, porque ele tem que ser construído nacionalmente. A Secretaria de Estado de Educação está fazendo esse debate internamente, pensando em um novo Sistema Mineiro de Avaliação Educacional, que considere o diálogo com as avaliações nacionais para termos uma dinâmica de avaliações longitudinais de longo prazo, mas sem repetir. Atualmente, no mesmo ano temos a Prova Brasil e o Proeb, para avaliar os mesmos meninos do quinto e do nono anos, na mesma matriz de referência, na mesma escala, para produzir o mesmo relatório, que às vezes nem dá tempo de ser usado, porque a avaliação

é feita em novembro, o relatório chega em maio, em novembro tem nova avaliação. Então esse é um debate que a gente precisa enfrentar. Não para desconstruir o Sistema Mineiro de Avaliação, mas para que ele seja efetivo. A avaliação é importante quando discutimos a afroconsciência? Eu acho que sim, porque além de democratizar o acesso, é também necessário democratizar o conhecimento e não é possível que as crianças e os jovens, em especial os nossos jovens negros, não dominem aquelas competências que estão ali. O que é afroconsciência? Afroconsciência é ter boa condição de infraestrutura nas escolas para as nossas crianças dos bairros da periferia e para as nossas crianças quilombolas. Isso também faz parte da avaliação. Tem biblioteca? Tem laboratório de informática? Tem água? Tem energia elétrica? Eu descobri que no Estado há escola que ainda não tem água e energia elétrica. Dois terços dos professores têm vínculo precário. 75 mil profissionais na Lei 100 e outros 75 mil que são designados. Como podemos melhorar a aprendizagem dos alunos se não temos uma equipe docente estável? Se a cada ano a diretora tem que começar outro projeto pedagógico, porque ela tem outra equipe de profissionais? Precisamos rediscutir os processos de avaliação e principalmente rediscutir o que fazer com os resultados dessas avaliações, senão ficamos numa ilusão de preencher o vazio com mais avaliação. A grande questão é: a partir de uma avaliação no município temos a capacidade de intervenção, mas ao fazermos grandes ava-

liações num Estado do tamanho de Minas Gerais, precisamos pensar na capacidade que temos de avaliar os resultados das avaliações. E a gestão dos resultados não é só a gestão da proficiência, porque para melhorar a proficiência dos estudantes é preciso melhorar uma série de condições básicas e prévias ao processo de aprendizagem e garantir uma trajetória ininterrupta, de sucesso para os estudantes.

Lembrando o que a Antonieta falou, que em BH, 70% das vagas das UMEIs (Unidade Municipal de Educação Infantil) são para a população de menor renda. Maria de Lurdes acompanhou bem de perto esse debate, que foi um drama na Secretaria de Educação na época. Por quê? Porque a gente queria 100%, e as pessoas diziam assim: “não pode, Macaé, tem que misturar, porque se não houver classe média na escola pública, ela não fica de qualidade.” Não se trata disso, precisamos ter condições efetivas para que haja oferta e qualidade. Não é de um dia para o outro. As redes que lograram ter melhor condição hoje na área educacional, não fizeram isso em uma só gestão, é um processo, demanda tempo, investimento e priorização. E para responder para a colega que falou da questão indígena: ao falarmos de afroconsciência (e essa mesa em especial tinha um recorte que era a questão étnico-racial negra) e do respeito à diversidade, partimos do pressuposto de considerar as diferentes diferenças, ainda que não enunciadas. Na Secretaria de Estado da Educação, já estamos instituindo uma Comissão Estadual de Educação

Escolar Indígena, que vai ser brevemente publicada; constituímos um grupo de trabalho para tratar da questão dos estudantes surdos; temos o Fórum Permanente de Educação no Campo; estamos dialogando com o Fórum Estadual de Diversidade que trata do monitoramento da implementação da Lei 10.639 e vamos estabelecer uma Comissão de Assessoramento na Secretaria para a implementação da Lei 10.639, que passará por várias agendas: a formação de professores, a materialidade, a infraestrutura das escolas, a acessibilidade, a juventude de 15 a 17 anos que ainda não concluiu o Ensino Fundamental. Já fizemos um bom diálogo com lideranças quilombolas do estado inteiro e vamos instituir a Comissão de Educação Escolar Quilombola. Essa área não existia na Secretaria, e ela tem que existir institucionalmente. Temos que ter uma equipe para tratar disso. Este é o primeiro movimento: existir. Outro dia uma senhora me encontrou no corredor e falou: “ah, Macaé, depois que você chegou, é maravilhoso, porque agora eu sou vista.” Entenderam? É simbólico, é importante. A campanha está na rua. Por que uma campanha? Porque precisamos ser vistos. Quem não é visto não é lembrado, a gente precisa ser visto. Nestes primeiros 120 dias de Governo, estamos colocando os inúmeros assuntos em tela. Nós temos muito trabalho pela frente, não será um trabalho de uma só gestão, mas precisamos construir ações e programas estruturantes garantidos dentro do nosso Plano Plurianual.

NILMA LINO GOMES: Bom, eu estava ouvindo a secretária Macaé e pensando: que bom que você está em Minas. Que coisa boa, muito sucesso na sua trajetória! E ela precisa muito da ajuda de todos nós, pois uma gestão não se faz sozinha, não é, Macaé? E para uma gestão que está começando, quantas iniciativas já estão sendo feitas!

Dentre as questões apresentadas, vou comentar primeiro sobre a mortalidade dos jovens negros, que é uma preocupação hoje para todos nós que lutamos por um Estado Democrático de Direito. Uma informação importante é que o Congresso instaurou uma CPI para investigar a questão da mortalidade dos jovens negros e a Seppir tem trabalhado ativamente com essa CPI. O deputado Reginaldo Lopes (MG) é o presidente, a deputada Rosângela Gomes (RJ) é a relatora. No Senado, a senadora Lídice da Mata instituiu uma CPI com o mesmo objetivo e a Seppir também vai acompanhar. Além disso, estamos acompanhando a discussão do aprimoramento do Plano Juventude Viva, coordenado pela Seppir juntamente com a Secretaria Geral. A Seppir também está analisando quais outras iniciativas e parcerias com os entes federados podem ser feitas sobre esse tema. Como já foi falado aqui, não dá para dissociar a questão da mortalidade dos jovens negros hoje da questão da redução da maioria penal. Não dá para dissociar uma coisa da outra e temos que estar muito atentos a essas duas dimensões.

Sobre a questão dos nossos estudantes negros e negras e os outros cotistas que entraram pela lei de cotas nas universidades públicas federais e nos institutos federais de educação, a UFMG instituiu recentemente a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis, na qual há uma coordenação de ações afirmativas, exatamente para pensar a permanência desses cotistas, pois, além da democratização do acesso, outro grande desafio é a permanência desses estudantes. A permanência incluiu não só as questões de ordem acadêmica e desempenho, como também o reconhecimento do direito que esses estudantes têm de ali estarem e do respeito que merecem dentro da universidade. As ações afirmativas existem na UFMG desde 2002 e hoje a existência e o trabalho dessa Pró-Reitoria é muito importante para a Universidade Federal de Minas Gerais. O professor Tarcísio é o pró-reitor e o professor Rodrigo Ednilson é o pró-reitor adjunto. São boas perspectivas para a UFMG que estamos acompanhando.

Com relação à capoeira e à religiosidade, acredito que haja uma tensão na sociedade brasileira que eu chamaria de tensão entre os saberes, entre as formas de conhecimento, misturada à intolerância religiosa. A tensão entre os diferentes saberes, que está no campo da ciência (e que por isso está na sociedade, na universidade e na educação básica), é a velha discussão da crítica às ciências, que vários pesquisadores e teóricos têm feito: ir além de pensar a

ciência moderna como a única forma de conhecimento. É entender que outras formas de conhecimento existem, são possíveis e que elas dialogam e outras vezes não dialogam, tencionam o conhecimento científico, tencionam para que esse conhecimento se abra ao diálogo. Temos que aprofundar também essa discussão sobre o que está e o que não está sendo reconhecido como conhecimento. Então, eu acho que neste caso nós temos que caminhar junto com o Ministério da Educação. A Seppir é um Ministério cujo objetivo é ser transversal e tem o grande desafio de realizar a política de promoção da igualdade racial tanto no contexto do Executivo quanto no contexto dos outros ministérios; para dentro e para fora. Para fora com a sociedade civil, com os entes federados e, para dentro, entre os próprios ministérios. Então, esta é uma discussão a ser feita com o Ministério da Educação, sendo a Seppir uma mediadora. Neste ano, já recebi representantes do movimento dos capoeiristas e várias organizações ligadas às religiões de matriz africana na Seppir. Está sendo fechado o primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável voltado para os Povos e Comunidades de Matriz Africana, e a Seppir já está começando a iniciar o diálogo do nosso segundo plano. A participação da sociedade civil conosco é muito importante. Entrem no *site* da Seppir, que está sendo aprimorado, porque é uma forma de participação da sociedade, de controle público das nossas ações e de dialogar conosco, enviando sugestões, apresentando de-

mandas, solicitando agenda. Curtam a página da Seppir no *Facebook*, é outra forma de diálogo, de acompanhar os nossos trabalhos e de ver inclusive o trabalho que tenho realizado. Tenho colocado toda a minha agenda para as pessoas acompanharem, desde reitora eu fazia isso, porque acho importante que a sociedade acompanhe o que estou fazendo. Estou trabalhando para a nossa pasta, para a nossa causa, como foi a responsabilidade que me foi dada. Lembro também sobre a nossa Ouvidoria: até o meio do ano vamos implementar o Disque Igualdade Racial.

Em relação à questão quilombola, tivemos uma conversa com o Ministério da Educação, agora que foi indicado o novo secretário da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* (Secadi), Paulo Gabriel, ex-reitor da UFRB, e já estamos começando a pensar em como implementar as diretrizes da educação escolar quilombola em nível nacional. Temos aproximado cada vez mais o diálogo e a discussão sobre a regulamentação fundiária com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA); o diálogo com a Fundação Palmares, cuja nova presidente vai tomar posse; o diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Social; além do diálogo com o Supremo Tribunal Federal. Estamos trabalhando arduamente em relação à questão da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que foi impetrada pelo DEM

pela derrubar o Decreto 4887. Temos conversado com os ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a questão quilombola, explicando para eles a causa quilombola, já cobri sete ministros do Supremo nesse período. Estamos também conversando com todos os meus colegas dos 37 outros ministérios, levando a pauta de Promoção da Igualdade Racial, já cobri 12 ministérios até agora e vou cobrir todos os outros. Desde que cheguei, o que tenho feito é organizar internamente e fortalecer a nossa Secretaria, além dos órgãos de Promoção da Igualdade Racial que já citei, que levarão essa pauta para dentro dos estados e dos municípios. A Seppir está trabalhando seriamente para coordenar a pauta transversal de fazer a política de promoção da igualdade racial e de superação do racismo. Esta é uma responsabilidade de todo o Brasil, do Governo Federal, das suas instituições públicas, mas não é uma pauta só nossa que lutamos e atuamos no público. É necessário que as instituições privadas também se responsabilizem.

Em relação aos povos indígenas, como a Macaé já falou, eu quero só reforçar que quando eu falei sobre a afroconsciência e a educação, eu enfatizei que ela não elimina as nossas raízes europeias e indígenas. Então, não se pode dizer que a questão indígena não foi falada aqui; foi falada sim. Também falei que isso afirma a nossa africanidade. Sobre a discussão entre as leis 11.645 e 10.639, não vamos

criar problema onde não existe, vamos trabalhar juntos. Aqui, o foco é a 10.639, então nós estamos querendo falar sobre a questão da população negra. Quando queremos dar um enfoque na população indígena, nós falamos da 11.645. Isso é um arranjo político, não significa que estamos negando a normatividade da legislação e nem negando que a 11.645 alterou o 26 A, nós sabemos que o 26 A hoje é a 11.645, mas a 10.639 não caiu, o 79 D está lá. Então, são agendas e questões estratégicas que nós organizamos na nossa pauta de luta. Quanto mais nós somarmos esforços, óbvio que é melhor. Há pontos de convergência entre a questão indígena e a questão étnico-racial negra. Por outro lado, há pontos específicos. Existem pautas específicas da questão indígena para a educação, para a questão fundiária, etc. E existem pautas que são específicas da questão negra. Agora, a luta pelo direito, a luta pela terra, a luta pelo reconhecimento são pautas comuns.

Fiquei pensando também em propor para a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) a discussão sobre a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). A Seppir poderia solicitar essa pauta com a Undime; nós podemos ir até a Undime, apresentar e explicar o que é o SINAPIR para que possamos ter cada vez mais adesão e para que possamos desafiar e instigar os municípios a organizarem suas estruturas e colocarem em funcionamento seus órgãos de Promoção da Igualdade Racial.

Quero parabenizar o Ministério Público pela questão das cotas. Não foi isso que foi falado aqui? Que as cotas estão em andamento? Peço que conversem com a Seppir, nos deem essas informações, pois somos responsáveis pelo monitoramento da implementação da lei de cotas para os concursos públicos.

Quero chamar a atenção para mais uma ação do Governo Federal: o Humaniza Redes, instituído por uma Portaria Interministerial assinada pela Secretaria de Direitos Humanos, pela Secretaria de Desenvolvimento, pela Seppir, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Políticas de Mulheres. O Humaniza Redes é um *site* para denúncias de crimes e situações de discriminação que acontecem na internet. É uma Ouvidoria online para os diversos tipos de discriminação que a internet lamentavelmente ainda reproduz, como racismo, homofobia e outros tipos de discriminação.

Eu gostei muito da ideia que foi falada aqui, sobre a Ouvidoria Jovem. Vou levá-la ao nosso ouvidor na Seppir, e vou pedir para ele entrar em contato com a Ouvidoria aqui do Estado de Minas Gerais. Podemos avançar nessa questão da Ouvidoria Jovem, gostei muito da ideia e quero implementar. No mais, é agradecer e reiterar minha grande satisfação de voltar a Minas Gerais e ver Minas saindo na ponta com ações como estas; parabenizar a todos nós e

dizer que eu sou um produto desse estado, dessa cidade; sou um produto de Xopotó, de onde vem a minha mãe, Barro Branco, de onde vem meu pai, e Ponte Nova, onde minha família está. São raízes que eu vou levar para sempre e espero orgulhar Minas Gerais neste lugar em que estou. Muito obrigada.

MARIA ELMIRA: Eu gostaria de fazer só algumas considerações para fecharmos essa nossa palestra. Lembrar da atuação do Ministério Público Nacional no tocante a essas questões relacionadas à discriminação; estamos discutindo no Conselho Nacional do Ministério Público as questões do Estado Laico, é uma campanha; além dos GTs – O GT dos Direitos Humanos – e o GT da Educação que será implementado no dia 26 de maio lá em Brasília, estamos todos convidados para implementar o GT da Educação. Dentro do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, temos um termo celebrado entre o Ministério Público Nacional CNPG e o Ministério da Educação, o MEC. Já estamos na quarta versão, é o quarto termo desde 2007, exatamente para que haja essa interlocução entre o Ministério Público Nacional (todos os Ministérios Públicos estaduais) e o Ministério da Educação – com trabalho, com parcerias, com eventos como aconteceu aqui em Minas Gerais, enfim, com trabalhos que o MEC pode disponibilizar seus autores, seus profissionais para estar junto conosco do

Ministério Público no desenvolvimento e na verificação desse direito relacionado à educação. Então, nós temos essa parceria entre o Ministério Público Nacional e o MEC.

Sobre a questão indígena, como a ministra Nilma falou da sua mãezinha de 86 anos, eu também vou falar da minha, porque me tocou especificamente. Eu sou fruto, criada e sustentada pelas línguas indígenas e pela toponímia; a minha mãe é uma professora também de quase 80 anos de idade, na área de línguas indígenas, então eu passei praticamente a infância toda visitando tribos e visitando a influência que se tem da língua indígena na nossa língua, e a questão também do africanismo na língua portuguesa. É preciso desconstruir essa fala e esse discurso que têm sim conotação de preconceito e de racismo. Então eu gostei muito da sua ideia, mas vamos tratar desse trabalho também junto com o Ministério Público Federal da área da cultura e da educação indígena e quilombola num outro encontro para podermos aprofundar um pouquinho mais, a sua ideia está devidamente anotada.

Em relação, como a ministra colocou, à tensão entre diferentes saberes, realmente sabemos que isso existe. Casos de meninos que foram retirados de salas de aula por questões de intolerância religiosa, porque estavam portando suas guias. Outro relato foi de uma mãe sobre seu filho do coração, adotivo, que estuda numa escola de origem

germânica de classe média alta, muito conhecida em São Paulo. Ela contou, publicamente, que esse menininho de sete anos, negro, ele não sofre preconceito das demais crianças, mas que um determinado pai foi questionar por qual motivo aquele menino estava naquela escola de origem alemã. Ora, o menino está ali porque está matriculado naquela escola, particular, os pais podem pagar a mensalidade. Então ela apresentou essa questão para denunciar esse preconceito. Ou seja, as escolas particulares continuam sendo escolas de elite, não apenas porque são pagas, mas porque pregam esse discurso. E é neste sentido também o trabalho que estamos fazendo (a Pró Eduque e o CAO - Direitos Humanos, que é coordenado pela Nívea Maria Mônica da Silva). Nós temos o projeto Educando pela Diversidade, e podemos, junto ao Sinepe, que é o Sindicato de Escolas Particulares, levar essa questão para as escolas particulares. Porque a escola pública abarca, já tem essa orientação, mas a escola particular tem uma resistência de abarcar a diversidade: “não vamos receber determinadas pessoas por conta da raça, do credo, da etnia...”; “não vamos receber o aluno de deficiência porque não estamos preparados...” Ah, então se prepare, pois desde 1988 a Constituição prevê no Art. 208, inc. III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. E então? Vamos pensar no descredenciamento dessas escolas particulares porque elas não estão cumprindo

essa diversidade em pauta? Vamos fazer essa discussão sobre as diferenças com o Sinepe e as escolas particulares. Sobre a Undime, nesta semana acontece o Seminário Estadual da Undime, por isso eles não estão presentes, mas são nossos parceiros e, evidentemente, nossos convidados. A questão da presença do monitor ou do professor de apoio em sala de aula para as crianças com deficiência é uma longa discussão. Há redes que colocam o professor de apoio e contratam pelo 62 da LDB, existem outras em que há um professor de apoio que tem um relacionamento pedagógico com o professor regente e também com o professor de AEE, como é o caso de Florianópolis (venho de um seminário no CNMP, numa ação estratégica nacional, onde dei uma palestra na área da educação inclusiva). Existem redes, como é o caso de BH, que têm monitores para atender esse aluno com deficiência na área de serviços, de higiene, de contatos, de mobilidade, de levar até o pátio. O Estatuto da Pessoa com Deficiência recebeu diversas críticas ao longo do caminho, mas parece que agora estamos chegando a um formato mais adequado constitucionalmente, com esse dispositivo que realmente vai prever a presença do profissional técnico para atendimento do aluno com deficiência em sala de aula.

MACAÉ: Esta questão é importante porque existem naturezas diferentes de inserção. Existe o professor cuja incidência é pedagógica, outro é o profissional técnico que

está no interstício entre a Saúde e a Educação. Ele é mais um profissional do cuidado, porque, às vezes, a criança precisa se alimentar por sonda, precisa de apoio para uso do sanitário, precisa ser auxiliada nas suas necessidades básicas... É outro tipo de profissional, que não o professor. O desafio ao fazer políticas de inclusão é construir novas categorias profissionais, porque determinadas questões não eram pensadas, elas só passam a ser pensadas quando nós chegamos no caso concreto, na escola e... “E aí, como é que vai funcionar?”.

MARIA ELMIRA: Sim, são novos profissionais, novos cargos, seria o caso de concurso para esses profissionais, são muitas as discussões para se efetivar realmente a inclusão desse alunado com deficiência na rede regular. Com relação à educação infantil, aproveito aqui a presença de todos para fazer um convite para o nosso próximo encontro mensal sobre a educação, que será sobre Educação Infantil. É uma pauta do Ministério Público Nacional: temos uma meta de universalizar a pré-escola até 2016, aumentar e ampliar a rede de atendimento para as vagas em creche. Embora, num primeiro momento, não haja essa questão da universalização, porque o plano nacional colocou 50%, mas nós do Ministério Público entendemos que se deve atender a demanda manifesta, a demanda que existe. Então nós também brigamos por 100% do atendimento da vaga em creche e pré-escola de 4

a 5 anos, abarcando a educação infantil em toda a sua diversidade, com equipamentos educacionais acessíveis às crianças com deficiência, etc. No dia 22 de maio, às nove da manhã, teremos a palestra da professora Rita Coelho do MEC. Estão todos convidados.

MACAÉ: Posso dar uma sugestão para a próxima agenda? Não esquecer dos movimentos do campo, porque há que se discutir a educação infantil no campo sim. Falamos muito na universalização, mas olhamos apenas os indicadores das áreas urbanas.

MARIA ELMIRA: Sim, eu vou anotando as ideias aqui. E Macaé, o MEC lançou no ano passado o *site* Planejando a Próxima Década, com indicadores em forma de gráficos para todas as metas do PNE, o que é extremamente interessante. Eu e as minhas parceiras da Proeduc fizemos para 2012 todos os indicativos da educação infantil na conta, no lápis. Desde o ano passado, já temos esses dados em gráficos para verificar o déficit de vagas tanto na pré-escola quanto na creche, e na questão da meta 4, da pessoa com deficiência na rede escolar de ensino. Teremos aqui também, no futuro, uma palestra sobre educação inclusiva, na perspectiva da pessoa com deficiência.

Por fim, eu gostaria muito de agradecer a presença de todos, em especial da nossa ilustre convidada, a minis-

tra Nilma Lino Gomes. Muito obrigada pela presença, pela palestra, pelas várias parcerias que nós temos aqui na área de educação e na área do enfrentamento, da Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Querida Macaé, parceira de longa data e vai continuar sendo, nós temos um termo de cooperação em Minas Gerais, entre o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Educação, que nós vamos reforçar, vamos aperfeiçoar e vamos estar juntos nessa questão da educação. Agradecer a todos pela presença e até o próximo mês. Vamos agora entregar o certificado para a ministra Nilma Lino Gomes e para a professora Macaé, da presença em nosso Ministério Público de Minas Gerais. E tem o livro “Membros Ilustres do Ministério Público” para as nossas convidadas. Até o próximo mês. Muito obrigada!

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
TRANSCRIÇÃO ÁUDIO EDUCAÇÃO INFANTIL,
NO MINISTÉRIO PÚBLICO, 29/05/2015,
EXERCÍCIO 2015.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio do CEAF, Escola Institucional do Ministério Público de Minas Gerais, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc), a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e com apoio do movimento Conspiração Mineira pela Educação, tem a satisfação de recebê-los neste 3º Encontro pela Educação, com o tema: “A expansão da Educação Infantil: perspectivas e limites”. A proposta é um ciclo de debates e palestras voltado para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando a desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à Educação por meio da realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento. Os encontros fazem parte das comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que

completa 25 anos no dia 13 de julho deste ano. Para a abertura deste encontro, convidamos à mesa:

- a coordenadora estadual da Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, representando o Procurador-Geral de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt;
- o promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, Celso Penna Fernandes Junior;
- a coordenadora geral de Educação Infantil do Ministério da Educação, Rita de Cássia de Freitas Coelho;
- a secretária municipal de Educação, professora Sueli Maria Baliza Dias.

Registramos e agradecemos a presença da professora Maria de Lourdes Rodrigues Face, representando o conselheiro presidente da Conspiração Mineira pela Educação, professor Evandro Neiva; da assessora da diretora de Apoio à Educação Infantil da Secretaria de Estado de Educação, Roseli Lucia de Lima; e da diretora executiva da Undime, presidente do Conselho Estadual do Fundeb e coordenadora do Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais, professora Suely Duque Rodarte. Será a coordenadora Estadual de Defesa da Educação, a promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, quem fará a abertura deste encontro.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL

DICK: Bom dia a todos. É mais uma vez uma grande satisfação estarmos aqui neste encontro mensal para discutirmos elementos ligados à Educação. Nesta palestra, discutiremos a Educação como um direito coletivo e difuso. Aproveito a ocasião para parabenizar o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que completa 25 anos de existência. É uma grande alegria recebermos a professora Rita de Cássia de Freitas Coelho, nossa parceira.

Atualmente, estou coordenando a Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, da qual a professora Rita é parceira. Temos a Educação Infantil como meta nacional de todos os Ministérios Públicos em relação à universalização da pré-escola e referente à ampliação das vagas e do número de creches. O Ministério Público de Minas Gerais tem esse plano para o nosso estado. Aproveito a ocasião para cumprimentar a minha colega Daniela Campos, que é atualmente a coordenadora regional da Educação e da Criança e do Adolescente da região de Teófilo Otoni.

Temos também uma meta nacional, que é da COPEDEC, do Conselho Nacional do Ministério Público e do GT8 da Educação. A professora Rita é uma parceira e o Ministério da Educação (MEC), por sua vez, é parceiro do Ministério Público Nacional. A professora Rita também vem desenvolvendo trabalhos e eventos na área da Educação Infantil

com os nossos amigos e colegas do Ministério Público de vários estados. Assim, o discurso dela é muito precioso.

Dentro dessa meta nacional da questão da valorização e da verificação dos ditames da Educação Infantil e, para nós, de Minas Gerais, principalmente às pessoas de Belo Horizonte, é uma honra poder recebê-la também com essa fala nacional. É muito bom revê-los uma vez por mês. No Ministério Público, ainda temos um padrão de auditório, que é um padrão formal já estabelecido em vários Ministérios Públicos. Mas ainda vamos realizar um encontro da maneira que gostaríamos que fosse: no formato de uma mesa-redonda ou de uma roda de conversa para podermos discutir a questão da Educação. Sejam todos muito bem-vindos. Faremos uma apresentação bem rápida. Gostaria de cumprimentar toda a mesa: a professora Sueli Baliza, Secretária Municipal, o meu colega Celso, que é parceiro nestes eventos e, evidentemente, fazer um agradecimento muito especial à professora Rita por participar deste encontro. É uma honra recebê-la, ouvi-la e aprender com você. Passo, então, a palavra ao Celso para que ele apresente a professora Rita. Após o discurso dela, passaremos a palavra para a professora Sueli, que tecerá suas considerações.

CELSO PENNA FERNANDES JUNIOR: Bom dia. Gostaria de reiterar o que a Maria Elmira falou, agradecendo a presença da professora Rita Coelho, que esteve na

Secretaria Municipal de Educação há alguns anos. Tenho o prazer em revê-la exatamente na época em que as UMEIs começaram a ser instaladas em Belo Horizonte. Foi realizado um trabalho muito interessante nesta cidade. A professora Rita Coelho é socióloga com ampla experiência na formulação de políticas da Educação Infantil. Foi assessora da Prefeitura de Belo Horizonte, de vários municípios e de organismos internacionais, como a UNESCO, o UNICEF e a OEA. Também foi presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e membro da Direção Nacional do Movimento Inter Fórum de Educação Infantil do Brasil em Defesa da Educação Infantil. Desde 2008, é coordenadora Geral da Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Professora, seja muito bem-vinda a Belo Horizonte.

RITA DE CÁSSIA DE FREITAS COELHO: Inicialmente, gostaria de agradecer o convite. É uma honra poder dialogar com o Ministério Público. No tempo da prefeitura, já fazíamos e buscávamos construir esse diálogo. Além disso, aproveito para dizer que a COPEDUC é um avanço que nós do MEC defendemos que seja instalado em todos os estados. É muito importante esse diálogo do Ministério Público com o Executivo, com o ministério e com as secretarias.

Também gostaria de dizer para a Suely e para os colegas da Prefeitura que é um prazer revê-los. Ao mesmo tempo

em que é uma honra poder dialogar com essa Secretaria, que é a mais importante referência que tenho na formulação de políticas de Educação Infantil, também é um desafio fazer esse diálogo no momento em que Belo Horizonte enfrenta alguns percalços. Com muita confiança, espero que Belo Horizonte não retroceda porque essa cidade é um exemplo para o Brasil, além de ser uma referência para nós, gestores nacionais, e para os gestores municipais do Brasil, representados nesta ocasião pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), órgão responsável pelo avanço da Educação Infantil. Considero esta mesa-redonda no Ministério Público muito importante, pois a atual dirigente da Educação da capital de Minas Gerais está presente. Sua experiência será extremamente relevante para os meus colegas conselheiros, para as minhas colegas de equipe da antiga CPP, da antiga Cape, da rede comunitária de luta pela Educação Infantil e para todos os educadores presentes que estão, de alguma forma, comprometidos com o desafio da Educação Infantil.

Sempre que participo de uma mesa-redonda com tantas pessoas, tenho certeza de que a Educação Infantil tem solução e que os desafios dessa etapa educacional são fruto da omissão histórica do nosso país em relação à infância. Mas esse compromisso, representado pelo número de participantes desta mesa-redonda, é uma evidência dos avanços e uma certeza de que a nossa sociedade levará pouco tem-

po para conseguir garantir o direito à Educação Infantil de qualidade a todas as crianças. Acredito que a humanidade seja capaz de encontrar uma solução para tudo, desde que ela deseje a solução. Ao participar de um encontro como este, percebo que a humanidade está comprometida com a busca de uma solução e, com o nosso compromisso, com a nossa força, com o apoio do Executivo e do Judiciário e com a luta social de vários movimentos, obviamente conseguiremos vencer essa batalha.

Antes de discutir os desafios e os limites da expansão e da qualidade da Educação Infantil, gostaria de trazer para o nosso debate a perspectiva histórica da Educação Infantil. A Educação Infantil vem se constituindo como um campo de política pública e de política de Educação muito recentemente no nosso país. Isso é um reconhecimento da Constituição de 1988. Entretanto, a lei que regulamentou esse direito à Educação no âmbito do sistema educacional é de 1996.

Além disso, foram determinados três anos de prazo de transição para a efetiva aplicação da lei em pauta. Logo, trata-se de um grande esforço da nossa nação no âmbito do sistema educacional que começa a se concretizar de forma mais efetiva a partir de 2000. Só haverá recursos vinculados à Educação Infantil a partir de 2007, uma vez que, antes de 2007, o recurso estava compro-

metido com o Ensino Fundamental. Então, somente o município que possuía recurso próprio e que já atendia o Ensino Fundamental podia expandir a Educação Infantil. Esses pontos precisam estar muito claros para que a nossa discussão avance.

Trata-se de uma política que vai se configurando muito recentemente, a partir de 2007, isto é, há oito anos. Para enfrentarmos uma dívida histórica de 500 anos, o período de oito anos é ínfimo. Essa política ser tão recente significa uma mudança de concepção presente na sociedade atual em relação à anterior. Antes, pensava-se que qualquer coisa para uma criança pequena era suficiente. Estamos falando de uma sociedade que praticou infanticídio e que ainda joga criança no lixo, embora todas as pessoas presentes nesta mesa-redonda tenham o conhecimento necessário para compreender que a criança é competente desde o seu nascimento, que a criança sabe, que a criança interage produzindo cultura e alterando o meio em que ela vive. No entanto, vivemos numa sociedade adultocêntrica. Muitas vezes, não ouvimos a criança e, quando ouvimos, desconsideramos o que ela está nos colocando. Isso continua presente na nossa sociedade. A nossa legislação, o papel do Estado e os nossos financiamentos refletem um lado da sociedade que avançou ao reconhecer o direito ao acesso à Educação Infantil. Mas, do ponto de vista de um processo de mudança social, essa legislação e essas políticas convivem com as contradições presentes na nossa sociedade.

Assim, esse é o primeiro ponto do nosso diálogo: trabalhamos com contradições. E as contradições referentes ao direito da criança e à educação de bebês em espaço coletivo são muito grandes porque a nossa sociedade começou recentemente a se organizar para essa política. Dessa forma, a contradição não pode ser compreendida como uma oposição. Ela tem como princípio a divergência, mas ela é uma força que é aprimorada e que leva a uma construção mais sólida e mais consistente da nossa sociedade. Por isso, o diálogo ético, democrático e qualificado, exatamente o que espero alcançar nesta mesa-redonda, é a grande força dessa política. As diferentes interpretações da legislação não podem ser tomadas como uma guerra, mas como o nosso compromisso de dialogar e entender que o outro que apresenta uma posição divergente da minha está comprometido com o aprimoramento e a melhoria daquilo que nós, juntamente com a sociedade, devemos fazer. Esse diálogo deve ser tomado por todos nós como uma perspectiva ética de contribuição de todos os lados envolvidos.

A partir da concepção de Educação Infantil, apontarei algumas contradições que, ao mesmo tempo em que se caracterizam como limitações, apontam para novas perspectivas. Entenderemos que essas perspectivas são dadas pela nossa capacidade de dialogar e de enfrentar tais limitações. Somos nós os responsáveis pela construção dessas perspectivas, que serão construídas a partir do en-

frentamento dos nossos limites por meio de um debate qualificado e com transparência. Esse é exatamente o objetivo deste encontro.

Então, a primeira questão, que é bastante significativa e que vem sendo desconsiderada nas políticas, inclusive pelo Ministério da Educação, é que a Educação Infantil é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais à assistência aos seus filhos menores de seis anos. A Constituição menciona os termos “assistência aos filhos menores” e “assistência aos filhos de trabalhadores”. Além disso, a Carta Magna explicita onde essa assistência deve ocorrer: nas creches e nas pré-escolas. Trata-se de uma menção rara no documento. Em poucos artigos e em poucas políticas, a Constituição determina onde vai acontecer, mas, nesse caso, ela indica: nas creches e nas pré-escolas. Dessa identidade da creche e pré-escola como assistência ao trabalhador, surge a necessidade do funcionamento ininterrupto da creche noturna, visto que é uma demanda de uma política de apoio ao trabalhador, ou seja, não é uma demanda pela primeira etapa da Educação Básica. Entretanto, a Constituição determinou que são a creche e a pré-escola que vão atender essa necessidade. É nesse ponto que está o limite. Qual é a perspectiva? Como estamos dialogando com os grandes empregadores, isto é, as grandes empresas que deveriam entender a Educação Infantil como uma política de apoio ao trabalhador?

Alimenta-se, portanto, um sistema educacional, que é quem está dialogando com esse direito. Esse diálogo, seja com o Ministério do Trabalho, seja com as grandes e as pequenas empresas responsáveis pela empregabilidade, não vem sendo realizado pelo Ministério da Educação, pelos dirigentes e nem pelos movimentos sociais. Desse modo, estamos com essa porta fechada.

A segunda questão diz respeito ao direito de acesso à Educação Infantil. Independente da situação trabalhista dos pais, independente do local de moradia, se é rural, se é urbano, se é norte, se é sul, independente de opção política, religiosa, sexual, situação socioeconômica, a Educação Infantil é um direito inerente a todas as crianças, sem exceção. A partir desse ponto surge, também, o nosso grande limite e, por outro lado, a nossa grande perspectiva. Tenho a maior tranquilidade em dizer, inclusive para o Ministério Público, instituição com a qual dialogo frequentemente em diferentes estados, que as nossas listas de espera precisam ser compreendidas como um grande avanço da política. Uma construção na qual a Educação teve um papel fundamental. Elas são uma evidência do reconhecimento desse direito. Elas não podem ser tomadas como um problema ou como uma omissão. Pelo contrário, elas evidenciam como a Educação tem trabalhado adequadamente em relação ao reconhecimento desse direito na nossa sociedade.

À medida que a oferta vem sendo aperfeiçoada, o atendimento também vem sendo melhorado. Como a oferta tem se expandido nas favelas e na zona rural, os pais passam a entender que eles têm esse direito para seus filhos. Então, as listas são um desafio, mas elas são também uma evidência do avanço. É necessário fazer uma ponderação a respeito disso porque, se não vamos, em dez anos, enfrentar e saldar uma dívida de 500 anos, também não vamos, em quatro ou em dois anos de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), garantir esse direito.

O direito à Educação Infantil não se reduz a uma vaga. Pensar dessa maneira é um perigo. Em nome de uma vaga, podemos retroceder a uma oferta que o Brasil superou como política de Estado, que é a oferta que nosso Estado fez com a política de LBA. Espaço ocioso, profissional voluntário, material de sucata e desprofissionalização da área. Nossa história surge nesse ponto.

A LBA foi uma opção do Estado para atender a demanda de Educação de crianças pequenas e, hoje, em nome de um direito que vem acompanhado de proposta pedagógica, calendário de um ano, frequência sistemática, profissional habilitado, recursos constitucionalmente vinculados e espaço físico adequado, não seria possível reduzir esse direito a uma vaga.

Outro aspecto importante relacionado à Educação Infantil é que ela é dever do Estado com a Educação, que pode ser

ofertada no âmbito do privado mediante autorização do próprio Estado, que, nesse caso, é mediante a autorização do órgão normativo do sistema, o Conselho Estadual em Minas, já que a maioria dos municípios mineiros ainda integra o sistema estadual. No caso dos municípios que se organizam por meio de um sistema autônomo, como ocorre em vários municípios de Minas Gerais, o Conselho Municipal é o órgão mais indicado para tratar dessa situação. E a Educação Infantil ocorre, portanto, em estabelecimentos educacionais, independentemente da denominação fantasia. Eles são uma escola. Eles precisam estar autorizados a ofertar a primeira etapa da Educação Básica. A denominação de uma escola não caracteriza a sua identidade. O que caracteriza é o trabalho que é realizado com as crianças e esse trabalho é a primeira etapa da Educação Básica. O direito do trabalhador é a nossa primeira contradição. O direito de acesso à Educação Infantil a todas as crianças é a nossa grande demanda, nosso segundo limite e, conseqüentemente, a nossa perspectiva de mudança.

A terceira grande contradição se refere ao sistema educacional, ou seja, à escola. Não podemos ter medo da palavra “escola”, pois creche é uma escola. No entanto, não é uma escola igual à do Ensino Fundamental, ou melhor, não é uma escola responsável por dar aulas. Assim como uma escola de teatro, música ou artes é uma escola. Se formos à Escola Guignard, veremos que ela é completa-

mente diferente de uma escola de Ensino Médio, mas é uma escola. Desse modo, a creche é uma escola. Isso é um grande desafio para o Sistema Educacional Brasileiro, que não se identifica com os bebês. E os primeiros cidadãos que não se identificam com os bebês são os nossos professores porque eles vêm de outra tradição de formação. Eles têm outra identidade de docência, de instrução e de ensino. É um grande desafio entender como educar bebês sem dar aula ou como fazer um currículo específico para bebês. Todavia, não é um desafio só desse professor. Ele se estende a toda a nossa sociedade. Trata-se de um desafio do sistema educacional como um todo. É um desafio entender que trocar fralda de bebês faz parte do currículo da Educação Infantil. Alimentar, cantar e saber lidar com um bebê são habilidades que compõem o currículo da Educação Infantil. Às vezes, o meu tom de voz é mais importante do que a história que estou contando para as crianças. Esses elementos são importantes na formação da identidade desses bebês.

Para o sistema educacional, é um grande desafio entender isso, seja como universidade, seja como Secretaria, seja como MEC, seja como Ministério Público, seja no próprio cotidiano das escolas. Não pensem vocês que trabalham nas escolas ou na Secretaria que, no MEC, essa questão está resolvida. Isso não é uma tarefa fácil nem para o MEC, nem para as Universidades e nem para o curso de

Pedagogia, supostamente responsável pela formação de profissionais capacitados para lidar com essa questão. Os cursos de Pedagogia têm a maior dificuldade de enfrentar esses desafios. Mas, como disse anteriormente, são os limites que apontam para as nossas perspectivas.

Outra grande característica da Educação Infantil é que ela é uma das etapas de ensino mais maltratadas. De acordo com pesquisas, com o sistema educacional, com o sistema judiciário e com os operadores do Direito, a Educação Infantil é a única etapa da Educação cuja identidade está intrinsecamente relacionada à idade dos indivíduos. A Educação Infantil é a única etapa da Educação que tem uma idade própria e específica. Nós, adultos, não podemos nos matricular numa creche hoje. Mas, dependendo do caso, podemos nos matricular numa universidade ou no Ensino Médio. Dessa forma, essa dimensão de faixa etária específica não pode ser entendida só com uma dimensão de tempo que devemos atender, mas ela deve ser compreendida nas particularidades e especificidades que dizem respeito a tal idade. Primeiro, a nossa compreensão das especificidades desse ciclo de formação humana é muito superficial. Embora a ciência tenha evoluído, esse conhecimento sobre a Educação Infantil ainda não foi incorporado. A segunda desconsideração grande a essa identidade da Educação Infantil é a compreensão, a ambiguidade, os equívocos e as disputas que estão postas em relação às faixas etárias.

Primeiramente, a Educação Infantil é um direito garantido a partir do nascimento. A nossa taxa de matrícula de crianças de até um ano de idade é insignificante. Há, no Brasil, apenas 100 municípios que atendem efetivamente crianças com poucos meses de idade. Então, a Educação Infantil, na prática, começa com dois ou três anos, mas o direito começa desde o nascimento. Às vezes, a própria família não tem coragem de se posicionar em relação ao seu direito. Além disso, o próprio sistema educacional também é um empecilho ao avanço da Educação Infantil. Quando acompanhamos os municípios na construção do Proinfância e na expansão da rede de ensino, depois que os estabelecimentos entram efetivamente em funcionamento, constatamos que pouquíssimos deles estão atendendo bebês. Os argumentos geralmente utilizados para justificar o não atendimento a bebês são a dificuldade para montar o lactário, a falta de parceria com a Secretaria de Saúde e a escolha dos professores de não querer trabalhar com bebês. Alega-se, também, que o atendimento começa a partir dos dois ou três anos.

Essa é uma das contradições. Se existir a demanda de atendimento a bebês para a Educação Infantil, nosso sistema educacional deveria estar preparado para atendê-los, uma vez que estamos lidando com seres humanos vulneráveis, frágeis e que dependem da nossa proteção. Isso é muito ameaçador para o sistema educacional e para o

atendimento coletivo porque é outra dimensão. Cuidar de um bebê no campo do privado é totalmente diferente de atender um grupo de oito, dez ou doze bebês. O segundo grande desafio é a interpretação das faixas etárias. Quem é exatamente a criança de três anos? É a criança de três anos e onze meses, ou seja, a criança de até 47 meses. Já existe uma confusão nesse ponto. E, além dessa confusão, há outro empecilho quanto à data dos cortes etários. Onde deve ser feito o corte dos 11 meses? Em janeiro, março, junho ou dezembro?

Isso não é discussão de faixa etária. Trata-se de uma discussão de concepção de Educação de criança pequena. Quando colocamos uma criança de menos de quatro anos na pré-escola, temos uma compreensão equivocada do trabalho que devemos fazer com essa criança, do que é o nosso dever com essa criança. O mesmo acontece com a criança de cinco anos que vai para o Ensino Fundamental e com a criança de seis anos que fica retida na Educação Infantil porque não aprendeu a ler e a escrever.

Comecei a expor a minha experiência na cidade de Belo Horizonte, mas não estou me referindo somente a essa cidade, pois também há exemplos nacionais. Em Minas Gerais, temos uma legislação que aprovou o corte em junho. Em âmbito nacional, temos uma legislação que aprovou o corte em março. E, em Minas Gerais, percebemos que inúmeros municípios cortam em dezembro. Isso sig-

nifica negação de direitos e confusão na proposta de trabalho com a criança. Essa criança pode circular o Brasil inteiro. Ela circula em Minas Gerais. Hoje, ela está em Teófilo Otoni, mas amanhã ela pode estar em Poços de Caldas. Resumindo, a família dessa criança pode mudar inúmeras vezes de cidade ou até mesmo de estado. Nesse contexto, o percurso escolar dessa criança fica prejudicado. Existem estados, como, por exemplo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, que cortam cinco anos no Ensino Fundamental.

Apesar de o Ministério da Educação ter se pronunciado pedindo que a determinação de março seja respeitada, muitos estados ainda não seguem essa solicitação na prática. Como havíamos conversado antes, isso é um limite. Esse limite encontra fundamentos nas concepções e nos diferentes interesses em jogo: interesse de acelerar a criança, interesse da família, interesse dos trabalhadores da Educação e interesse dos grandes gestores ou empresários da Educação. Existem concepções que embasam isso. Há escolas que ensinam não só a língua portuguesa, mas também inglês a partir de três anos de idade. As pessoas acreditam nessa concepção e acabam massacrando as crianças dessa forma. Então, a faixa etária é uma questão identitária muito relevante para nós.

O Ministério Público precisa ser o nosso maior aliado. Uma coisa é aquela família que aciona ou porque não

quer pagar a pré-escola particular e vai para o Ensino Fundamental público porque realmente acredita que a sua criança é muito esperta ou porque não sabe o que é Educação Infantil.

Não somos transparentes com a sociedade em relação à Educação Infantil. Muitos pais acham que as crianças não fazem nada nas escolas. Entretanto, quando você conversa com o pai, ele é o primeiro a dizer: como meu filho cresceu, melhorou, está esperto, está comendo melhor, está dormindo bem. Mas, ao mesmo tempo, ele acha que as crianças não fazem nada na Educação Infantil. Só brincam. Em outras palavras, ele acha que estamos perdendo tempo. Temos a responsabilidade de informar às famílias o que vem sendo feito com as crianças. O Ensino Fundamental informa muito bem às famílias o que está sendo realizado com as crianças. Na Educação Infantil, é comum, no fim do ano, as famílias receberem três desenhos feitos pelas crianças para mostrar que essa é uma documentação da criança.

Por um lado, há certo desconhecimento da família; por outro, existe esse interesse em acelerar. Entendo que isso seja uma exceção. E o Ministério Público lida com isso na lógica de interpretação da lei, que é de uma natureza. Outra coisa é determinar isso em âmbito estadual, como alguns grupos vêm fazendo. São questões diferentes. Não

podemos fazer com que a exceção seja a regra. A nossa legislação é flexível. A nossa legislação pode e deve ser complementada com interpretações locais, específicas e que atendam as peculiaridades locais. Na verdade, ela foi criada com esse espírito. No entanto, não podemos transformar a exceção em regra. É isso que vem acontecendo na Educação Infantil. Sobretudo porque a família que consegue acionar é uma família mais bem informada, com uma situação econômica melhor. Muitos até condicionam a avaliação da criança de acordo com a sua classe social. A lei proíbe isso. O próprio Ministério Público, na sua manifestação, admite que vá mediante avaliação pedagógica, psicopedagógica e emocional. Assim, estamos criando um monstro com essas crianças para o sistema educacional. Transformar esse pedido individual, que considero uma exceção que deveria ser tratada como um caso isolado, numa regra estadual, é uma grande diferença.

Nosso outro grande desafio é a matrícula obrigatória das crianças de quatro anos. A obrigatoriedade da oferta de vagas para a Educação Infantil está posta desde 1988. O Estado tem obrigação com a matrícula dos bebês desde 1988. Mas é obrigação da família matricular seu filho na Educação Infantil. A matrícula passou a ser obrigatória a partir dos quatro anos completos em 31 de março. A Educação Infantil integra a base nacional comum e esse estágio educacional tem um currículo, responsável por for-

mar a cidadania brasileira. O fato de nascer no Brasil não nos constitui, automaticamente, com a identidade da cidadania brasileira. São processos civilizatórios e culturais de construção de uma identidade, sobretudo num país tão diverso. A diversidade é a identidade dos cidadãos brasileiros. Não considero diversidade uma transversalidade.

No nosso caso, a diversidade é estrutural e, portanto, a Educação do cidadão brasileiro tem uma base comum, que é nacional. Essa base indica aquilo que toda criança que frequentou uma escola, seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, precisa ter vivenciado: o estudo da língua portuguesa, o estudo das ciências da natureza, das humanidades e da matemática, por exemplo. A Educação Infantil integra a base nacional comum, complementada por uma parte diversificada. Isso não é sinônimo de currículo nacional. Não faremos, não defendemos e não acreditamos em currículo nacional. Acreditamos nessa base nacional comum.

No entanto, a base nacional comum da Educação Infantil, comprometida com as linguagens, a matemática, as ciências da natureza e as ciências humanas, não se organiza como a do Ensino Fundamental. Ela não se organiza por disciplinas ou campos disciplinares. As nossas diretrizes são muito claras. Elas se estruturam por meio das interações e das brincadeiras, garantindo variadas experiências

para as crianças: experiências com múltiplas linguagens, com o espaço, com o tempo, com as quantidades, com as artes, com o teatro, com a música, com a dança, com o corpo e com a diversidade do outro. Isso está presente no art. 9º de forma clara. Então, não teremos grade curricular para a Educação Infantil. Precisamos superar isso.

Entretanto, temos currículo. Fazemos parte da construção da identidade da cidadania brasileira. Organizamo-nos de acordo com o Sistema Educacional Brasileiro, que compreende 200 dias e 800 horas, no mínimo. Deve-se avaliar o processo de desenvolvimento dessas crianças. É fundamental compreendermos que não estamos avaliando resultados. A Educação Infantil não é uma política na qual se avaliam resultados. Na verdade, avalia-se o processo. Dessa maneira, pode existir uma criança na Educação Infantil que, aos quatro anos, já está lendo, e pode existir uma criança que termina a Educação Infantil sem saber ler. Todavia, dependendo do caso, a criança que finaliza a Educação Infantil sem estar lendo pode ter evoluído mais no seu processo de aprendizagem do que a que começou a ler aos quatro anos.

Isso é uma mudança de concepção significativa para nós do sistema educacional. Então, não vamos avaliar resultados. Por isso, a interação com a criança é tão importante. A partir do contato com o professor, cada criança mostrará

seus estágios de evolução, além de o professor saber o que ele está oferecendo a ela para que ela alcance um processo de desenvolvimento integral.

Talvez uma criança que já está lendo aos quatro anos não saiba ir ao banheiro sozinha ou não consiga fazer o controle de esfíncter. Nós, educadores, somos comprometidos com o desenvolvimento humano. Uma criança de cinco anos que não consegue vestir uma roupa sozinha, que só consegue comer com a ajuda de um adulto ou que toma mamadeira precisa desenvolver a sua identidade pessoal. O nosso compromisso é, sobretudo, de formação humana. Obviamente, as crianças devem aprender a ler e escrever, mas os educadores de Educação Infantil têm um compromisso muito mais amplo. A identidade de uma criança de cinco ou seis anos que começa o Ensino Fundamental lendo e escrevendo, mas que ainda toma mamadeira, ou de uma criança que vai ao banheiro, mas que não sabe se limpar adequadamente, pode ficar comprometida. Na Educação Infantil, devemos nos preocupar principalmente com a dimensão do desenvolvimento humano em vez de focarmos nos resultados. Percebe-se, nesse ponto, um limite e uma perspectiva.

Há recursos assegurados às matrículas por meio do Fundeb. Aproveito para alertar que, a partir do próximo ano, as matrículas da pré-escola na rede conveniada

não serão computadas para efeito do repasse do Fundeb. Redes como a de Belo Horizonte, com a qual temos um conveniamento significativo, devem fazer essa transição o quanto antes. A perspectiva de mudança é ampliar o atendimento a crianças de zero a três anos para que, no âmbito da gestão, não percamos o recurso. Cabe às secretarias e à Undime fazer essa discussão sobre o planejamento. Nem todo gestor municipal tem uma equipe de planejamento. Existem secretarias que apresentam muitas dificuldades. Devemos alertar os gestores de que não serão computadas. Estarão no Censo como conveniadas, mas o repasse não será feito. As escolas podem até achar que receberam menos recursos, mas, na verdade, as matrículas da pré-escola conveniada não entram mais e, por isso, não serão repassados recursos a elas. Contudo, as matrículas da creche continuam entrando.

Também existe a ideia de que o nosso sistema é institucional. Assim, a nossa sociedade, o nosso sistema de Justiça e o sistema educacional não reconhecem como equivalentes ao dever do Estado os programas domiciliares, as brinquedotecas, as mães crecheiras, os programas Primeira Infância Melhor e Primeira Infância Completa. Embora sejam programas importantíssimos, os recursos da Educação não são aplicáveis a eles e, portanto, não podem ser computados como expansão da Educação Infantil. Nesse momento em que o PNE apresenta o de-

safio dos planos municipais de Educação, não podemos fazer essa confusão. Estamos fazendo esse debate em estados como o Rio Grande do Sul, a convite do Ministério Público. Esses programas são relevantes. O próprio Plano Nacional os prevê como programas complementares de apoio à família, mas não substitui o atendimento à família com a vaga na creche e na pré-escola. É possível que esse programa alcance uma família cujo filho está na creche ou na pré-escola. No entanto, ele não pode substituir a creche e a pré-escola no âmbito da Educação com recurso da própria Educação e visando ao Plano Nacional de Educação.

A outra grande contradição que está em pauta em Belo Horizonte é a questão dos profissionais da Educação Infantil. A nossa legislação é muito clara: o docente da Educação Infantil é professor, assim como qualquer docente da Educação brasileira o é. Na Educação Infantil, ele é professor com habilitação do magistério nível médio, com licenciatura ou Pedagogia, que também é uma licenciatura. A lei é clara quanto a isso. Existem, também, outros profissionais que atuam na Educação Infantil: a merendeira, o secretário de escola, o bibliotecário e os responsáveis pelos serviços gerais, por exemplo. É necessário ter um profissional auxiliar? Atualmente, no Brasil, há 198 mil desses profissionais ao todo. Desses 198 mil, 94 mil atuam em creche e muitos deles sem a presença do professor. O sistema educacional brasileiro está inventando um

outro profissional para a Educação Infantil. O problema é inventá-lo sem discussão, sem saber qual é a sua função, a sua identidade e a sua carreira. Será que ele é auxiliar do professor, da criança ou da escola? São situações completamente distintas. Uma coisa é ter um auxiliar da escola, que não está enturmado e auxilia determinados momentos da atividade daquela turma, como alimentação, atividades externas, saída e entrada. Ou, por outro lado, ele é responsável por auxiliar determinadas situações específicas que acontecem naquela turma? Ele não é um funcionário do professor. Entretanto, no Brasil, é comum o auxiliar ser auxiliar do professor, alimentando um exemplo de relações de subalternidade que não deveríamos passar para as crianças e disputando com o professor quem é a pessoa de referência para a criança.

Quando as prefeituras fazem concurso para esse profissional com o objetivo de diferenciar do concurso de professor, geralmente as tarefas que são atribuídas a eles se identificam com a especificidade da Educação Infantil: o cantar, o brincar, o alimentar e o dar banho, por exemplo. Então, por identidade da função ou por uma característica pessoal, ele pode acabar se tornando o adulto de referência para a criança. Esse profissional não ganha como o professor, ele não tem a mesma jornada do professor, mas tem, muitas vezes, formação superior. 60% desses 198 mil têm formação em nível superior. Assim, ele entra na justi-

ça querendo reenquadramento, o que não existe, ou isonomia. Isso é um drama para o gestor municipal, além de se tornar um conflito no cotidiano entre profissionais que deveriam ser parceiros. Então, é necessário enfrentar essa discussão porque o auxiliar não pode exercer a docência, uma vez que ele é um funcionário de escola, um trabalhador da Educação, mas ele não é um professor. Ele fez um concurso para outro cargo. A formação dele não assegura a identidade profissional. Não adianta eu ser médica, fazer um concurso para SLU e, porque eu sou médica, querer trabalhar num hospital. Gostaria de dizer para a Sueli que confio que Belo Horizonte ajudará o Brasil a fazer essa discussão. Aproveito para deixar claro que estou sonhando. Precisamos sonhar. A utopia nos alimenta. E Belo Horizonte tem conteúdo, compromisso e qualificação para fazer esse debate. Belo Horizonte pode fazer esse debate.

Outro grande desafio é o PNE. Existe uma grande confusão em torno dele. Acabei de receber um documento da UNICEF no qual ele se compromete com a meta 1, que diz respeito à Educação Infantil no PNE. Ora, no PNE, são 12 metas que abrangem a Educação Infantil. Não é apenas a meta 1. São 12 metas que tratam da Educação Infantil. Essa interpretação de meta 1 reduz a Educação Infantil à vaga. O Plano Municipal deve cuidar de 12 metas no total, sem se esquecer de incluir a Educação Infantil. A meta 20 de financiamento é uma meta estratégica para a

Educação Infantil. A meta 20, o percentual do PIB ou a mudança do Fundeb não especificam claramente o termo “Educação Infantil”. Compete aos envolvidos com a Educação Infantil fazer essa disputa.

É sempre importante lembrar que mais dinheiro para a Educação não é sinônimo de mais dinheiro para a Educação Infantil. Os Tribunais de Contas dos estados que têm acompanhado a aplicação do recurso do Fundeb indicam que aproximadamente 40% do recurso que entra no Fundeb vinculado às matrículas da Educação Infantil não estão aplicados na Educação Infantil. A Educação Infantil é uma área muito importante para mobilização e articulação. Em época de eleição, acompanhamos isso, mas a implementação demora a acontecer. Temos o Fundeb como exemplo. A mobilização para um Fundeb que incluísse a creche foi intensa. A creche foi incluída, mas o menor percentual repassado até hoje foi para a creche. O drama do gestor é a creche. Não corresponde ao investimento necessário. E, apesar de estar crescendo, ele começou muito baixo.

Essa discussão do financiamento é casada com a discussão da identidade do profissional, com a oferta da formação e com a qualidade da Educação Infantil. Qual é o gestor que não quer vaga para todo mundo? Qual é o gestor que não quer aumento de salário para todo trabalhador? Evidentemente, não temos as condições objetivas

para reverter esse quadro. Desse modo, esse debate deve estar articulado com o financiamento e também com a formação. Reitero que é preciso discutir as 12 metas, não apenas a meta 1. O outro desafio diz respeito aos 50% de crianças de zero a três anos. Primeiro desafio: as metas do plano não se sobrepõem ao direito constitucional. Então, o município de São Paulo atende mais de 50% das crianças de zero a três anos. Se há uma lista com 150 mil crianças, é obrigatório atender a lista de 150 mil crianças. O fato de atender 50% não quer dizer que ele está atendendo adequadamente. A outra questão é sobre as famílias que não querem matricular as crianças de zero a três anos na creche. A mãe não trabalha, a avó mora com a família ou a família é extensa. Não somos obrigados a fazer aquela família matricular seu filho. Isso é um exemplo hipotético. Mas, resumindo, não podemos obrigar a família a matricular seu filho porque a meta é de 50%. Devemos ter cuidado com a forma com que vamos calcular e trabalhar com isso no plano nacional. Vamos consultar a nossa população. O plano é muito claro em relação a isso.

O outro limite, que é, ao mesmo tempo, a nossa grande perspectiva de acerto, diz respeito à expansão da Educação Infantil. Não basta expandir essa etapa do ensino. Uma expansão não focalizada é capaz de aumentar a desigualdade do país. Quando a Educação Infantil cresce sem uma discussão da questão da igualdade, da equidade e da jus-

tiça social, ela reproduz a desigualdade. Qual é o grande desafio da universalização ou da obrigatoriedade da pré-escola? São as populações do campo, da região Norte, da floresta amazônica, do Vale do Jequitinhonha, do semiárido do Maranhão. Não adianta crescer, somente. É necessário crescer direcionado para aquilo que a nossa sociedade estruturalmente construiu, que é essa população vulnerável e marginalizada, isto é, os pobres, os indígenas, os quilombolas e a população do campo. Trata-se de um desafio muito maior do que só expandir. Esperamos que o Ministério Público nos ajude a fazer essa discussão importantíssima na perspectiva da Educação Infantil do campo. Em Minas Gerais, ainda existem municípios que apresentam característica rural acentuada.

Iniciaremos uma discussão acerca da meta 1. Antes disso, gostaria de salientar que o MEC e o Governo Federal vão monitorar essa meta com base em média nacional. O índice de 50% será uma média nacional porque o Ministério da Educação não é um órgão de fiscalização nem um órgão de controle social. Monitoramos isso por meio dos dados fornecidos pelo censo escolar realizado pelo IBGE e analisando as médias nacionais. Então, como o município se organizará? Não é mais por meio da média nacional. Como o município fará o seu planejamento? Ele não pode tomar média nacional porque a criança que frequenta uma escola em Teófilo Otoni, por exemplo, não pode compen-

sar a criança que não frequenta no município vizinho. Ela é uma criança concreta. Logo, deve-se tomar como base a população local. Essa é a primeira questão.

Segunda questão: para o município que não atingiu essa meta, vamos considerar que ele cumpriu o Plano Nacional? Essa é uma questão que o Ministério Público tem feito para nós. Qual é a posição do MEC? Não nos interessa meta de gabinete. O que nos interessa é que, ao planejar, o município melhore a sua compreensão da realidade dele e que ele planeje dentro das reais possibilidades orçamentárias, geográficas, técnicas e políticas. Se o município se move, se ele evidencia um planejamento e uma execução comprometida com esta expansão, para nós, MEC, ele está cumprindo o Plano Nacional. Não acreditamos que seja possível para os municípios que hoje atendem na pré-escola menos de 40% de crianças de quatro e cinco anos a universalização para o ano que vem. Também não acreditamos que municípios que não atendem a creche até hoje conseguirão, nos próximos nove anos, ter 50% da sua população matriculada, tendo em vista que existem municípios no Brasil que não têm nenhuma creche. Então, qual é o critério para julgar ou para analisar isso? É o critério desses compromissos do município com a expansão e com a aplicação do recurso, e não necessariamente o percentual.

Alguns Ministérios Públicos inclusive estão trabalhando com o percentual. Acho que, na nossa área, isso pode ser um perigo, pois podemos comprometer essa concepção de direito. Outro aspecto importante, sobre o qual gostaria inclusive de ouvir a opinião de vocês, diz respeito ao Plano Nacional. Ele determina que o município deve publicar anualmente o levantamento da demanda por creche. Uma pergunta: isso é sinônimo de publicar as listas de espera? Mas, ao mesmo tempo, ele determina e não indica o sujeito, porém ele determina a realização da consulta sobre demanda manifesta por creche e pré-escola. Assim, essa consulta não é mais um levantamento. É uma pesquisa ou não? Ou é a mesma coisa? Ou é sinônimo do levantamento? Qual é a compreensão de consulta pública sobre demanda manifesta e levantamento da demanda por creche? Existe, portanto, um protagonismo do executivo federal. Estou discutindo isso porque é função do MEC orientar. Já mandei essa consulta para o Conselho Nacional e para a diretoria da Undime perguntando como eles entendem essa situação. Para nós orientarmos, é necessário haver um entendimento comum. O PNE determina a implementação da avaliação nacional da Educação Infantil. O Inep publicará, em junho, a portaria da ANEI (Avaliação Nacional da Educação Infantil). Trata-se de uma matriz de referência, de um mecanismo de avaliação de condições de oferta, infraestrutura e formação.

A Educação Infantil em tempo integral é outra contradição para nós porque muitos municípios estão expandindo em detrimento da jornada integral, quando essa é uma das estratégias de garantir o direito ao atendimento em tempo integral. Precisamos estar muito atentos, pois o PNE determina a implementação em caráter complementar dos programas de apoio à família. Devemos entender, portanto, que esses programas não substituem a vaga da creche e da pré-escola. Destacarei algumas metas que também se articulam com a Educação Infantil. Uma das estratégias da meta 5, que prevê toda criança alfabetizada até os oito anos, meta que foi muito pouco explorada, determina que os processos de alfabetização dos anos iniciais estejam articulados com o que é realizado na pré-escola. O PNE inverte a lógica. Atualmente, a lógica é seguir o que o Ensino Fundamental está fazendo. O PNE determina que os anos iniciais, ao trabalhar a alfabetização, sejam articulados com as práticas da pré-escola. A questão da oferta da educação básica em tempo integral é uma estratégia que está relacionada à Educação Infantil, etapa que disponibiliza maior percentual de matrículas em tempo integral. Não podemos, em nome da expansão, perder a nossa identidade.

Passemos à meta 7. Pediria muito cuidado e compromisso de vocês com ela. Como o caput dessa meta são os índices do Ideb, os profissionais da Educação Infantil não leem essa meta pensando que o Ideb não nos diz respeito.

Acontece que o Ideb foi tomado como um critério de qualidade. Essa é a meta que determina as estratégias comprometidas com a qualidade. Além disso, ela indica que toda escola que recebe alunos após os dez anos de idade deve ter saneamento básico, água potável e esgoto. Mas será que as escolas de Educação Infantil não devem ter isso? Como o Ideb não engloba a Educação Infantil, não monitoraremos a qualidade dessa etapa educacional por meio dele. Temos parâmetros de qualidade, mas as estratégias da meta 7 também devem ser aplicadas à Educação Infantil. Condições como atendimento do aluno nos programas suplementares, água tratada, saneamento básico, energia elétrica, processo contínuo de autoavaliação das escolas, parâmetros mínimos de qualidade do serviço, educação do campo e formação de leitores estão presentes nessa meta 7. Temos os indicadores de qualidade da Educação Infantil, que são instrumentos de autoavaliação. Dessa forma, trata-se de uma meta que abrange a Educação Infantil.

Quanto à ampliação da taxa de matrícula da Educação Superior, se somos a etapa com menor percentual de professor formado em nível superior, o nosso professor aumentará essa taxa se trabalharmos essa estratégia dentro do nosso plano de compromisso com a Educação Infantil. A questão da pós-graduação também funciona assim. Temos o menor percentual de professores com pós-graduação,

seja em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Agora, analisemos a meta 15:

“Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de vigência deste PNE, a política nacional de formação e valorização dos profissionais de educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

A nossa área é a Educação Infantil. Essa meta é importantíssima para nós. Estamos falando de uma formação em nível superior específica para a Educação Infantil.

O Governo Federal tem pacto para a alfabetização e para o Ensino Médio. Qual é o programa nacional para a docência da Educação Infantil? Estou trazendo um exemplo da minha realidade como gestora. A meta 16, na mesma linha da formação, aplica-se a nós.

A meta 17 diz respeito à valorização dos profissionais. 47% dos municípios brasileiros não têm plano de carreira dos profissionais de magistério. Esse dado está sendo discutido nos fóruns estaduais da Undime, que estão se encerrando agora como preparatórios para o Fórum Nacional.

A meta 18 aborda a mesma questão dos planos e propõe um prazo para os sistemas de ensino. Se estamos discutin-

do o auxiliar da Educação Infantil, essa meta é estratégica para nós. Qual é o plano de carreira desse auxiliar?

A meta 19 trata da gestão democrática. É muito interessante observarmos isso. Mesmo em municípios que já têm a gestão democrática muito consistente, ela não se aplica no caso da Educação Infantil. Ainda é comum muitos diretores de creches no município ocuparem o cargo por indicação, ainda que o próprio município faça eleições e tenha um processo de seleção para o Ensino Fundamental. Dessa maneira, a meta 19 também é muito estratégica para a Educação Infantil. Isso consta no Plano Municipal de Educação.

Então, não podemos entender que o plano discute a Educação Infantil apenas na meta 1. Além disso, é preciso, seja como Ministério Público, como MEC, como dirigente municipal, como movimento social, como trabalhador da Educação ou como sindicato, ampliar a nossa compreensão sobre isso, para não correremos o risco de, como fórum de Educação Infantil, reduzir o desafio à expansão de vagas.

A meta 20, que já mencionei anteriormente nessa nossa discussão, é a meta do financiamento. Trata-se de uma meta estratégica para assegurar tudo aquilo. Nós, da Educação Infantil, temos um defeito de achar que discutir Educação Infantil se reduz a discutir Pedagogia. Para discutir carreira, identidade do professor, espaço físico, proposta pedagógica e currículo, por exemplo, precisamos

de financiamento. É necessário tanto o recurso humano quanto o recurso financeiro. Por isso, é imprescindível fazer a discussão de financiamento no sentido de compreendê-la, uma vez que, muitas vezes, o que não é executado não é um ato de vontade do Ministério da Educação. As forças que determinam e constroem a política estão operando numa direção sobre a qual a minha posição e a minha compreensão não conseguem prevalecer. São forças organizadas. Não são desejos de pessoas que determinam e constroem a política num país tão desigual, injusto e ainda muito corrupto como o nosso.

Essa discussão do financiamento precisa estar mais incorporada por todos nós: Ministério Público, gestores federais, gestores municipais, Fórum Mineiro pela Educação Infantil, movimentos e conselhos de Educação. Nesse sentido, acho que ficou clara a minha compreensão de limite e perspectiva. O limite contém a perspectiva. A perspectiva está contida no limite. Qualificar o limite, assim como enfrentá-lo no debate ético e democrático, é que constrói a perspectiva. A perspectiva não provém de um ato voluntário individual de uma promotora, de um juiz, de um gestor, de um ministro ou de uma secretária de Educação.

Sobre a questão das perspectivas, gostaria de trazer rapidamente alguns dados que apontam um caminho questionável que a nossa sociedade está tomando. A ampliação

de matrícula é crescente na Educação Infantil e na creche. Isso é uma resposta da sociedade que necessita da resposta do sistema. Atualmente, essa curva não é assim no Ensino Fundamental por diferentes razões. A questão demográfica é uma delas. No Ensino Fundamental não é, mas na Educação Infantil funciona assim. Essa é a nossa perspectiva. E é nos municípios que estamos crescendo. É o município que está respondendo positivamente. Por isso, a perspectiva é o município. Se analisarmos a formação acadêmica, em 2008 havia 46% de professores atuando na Educação Infantil com nível superior. Em 2013, o índice era de 60%. Essa é a nossa perspectiva. A sociedade está demandando profissionais com habilitação em nível superior. Isso não quer dizer que essa habilitação atenda as necessidades da formação.

Analisemos a questão da desigualdade. Nas regiões Nordeste e Norte, 40% dos professores possuem nível superior. Isso tem a ver com a oferta de formação em nível superior, que é muito menor nessas regiões. Isso também tem a ver com a discussão das metas relacionadas ao ensino superior.

Passemos para a realidade do auxiliar de creche. O número de auxiliares na pré-escola é uma opção do sistema para a creche. Mas, o que está por trás disso? Quais são as questões de concepção, de financiamento e de expan-

são? O que mais nos preocupa é quando esse auxiliar aparece atuando sozinho na turma. São quase seis mil turmas no Brasil. Por outro lado, existem 226 mil turmas de Educação Infantil no Brasil nas quais existem mais de um profissional. Gostaria de sinalizar que esse auxiliar não é um auxiliar da escola. Ele é um auxiliar do professor. Essa é a discussão que devemos fazer, encarando como um compromisso nacional. Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Fórum de Diretores de Faculdade de Educação, os tribunais de contas, o Tribunal de Contas na União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) precisavam nos ajudar a entender essa situação.

Existem algumas perspectivas que o Ministério da Educação vem traçando no trabalho com os municípios. Sobre o desafio do ProInfância, estamos com um conjunto enorme de obras paralisadas, mas ele é um programa importante do Governo Federal. Pela primeira vez a expansão das creches é considerada uma política estratégica para o crescimento do país. Nesse contexto, percebemos que o país não está preocupado apenas com a construção de estádios ou de estradas. Esse foi um avanço significativo, visto que é a primeira vez que a Presidência da República incluiu a construção de creches nos investimentos de desenvolvimento do país, não só da Educação. Isso é um reconhecimento que nós, profissionais da Educação,

conquistamos. Portanto, devemos celebrar essa vitória. A nossa nação começou a compreender que sem creche o desenvolvimento e a justiça social no Brasil avançarão pouco. Somos os responsáveis por essa mudança de paradigma.

Em relação ao programa Brasil Carinhoso, uma ação do Governo Federal, as capitais até que estão indo bem, mas os municípios menores e do interior estão perdendo muito recurso. É um recurso da União, não é do Fundeb, que estamos repassando antecipadamente para a nova matrícula que o município faz. O município alegava que não conseguia fazer a expansão porque ele deveria manter essa matrícula até ela estar no Censo do ano anterior para ele receber o recurso. Isso não funciona mais assim. O município expandiu a Educação Infantil. Atendendo alguns critérios, o MEC repassa antecipadamente até 18 parcelas, dependendo da data. O município está perdendo dinheiro porque ele recebe esse recurso a partir da data em que ele informa para o MEC essa nova matrícula e não a partir da data em que ele abriu a matrícula. Houve município que, no ano passado, abriu em janeiro e nos informou em novembro. Ele recebeu dois meses desse recurso, enquanto ele poderia ter recebido 18 meses. Isso ocorre porque ele não entrou no Censo.

São Paulo nos mandou 1.400 novas turmas de Educação Infantil sem autorização de funcionamento válida, uma

vez que estava vencida. A solução que o município de São Paulo encontrou foi prorrogar no conveniamento a validade da documentação. Para efeito de convênio, ele pode fazer isso. No entanto, para efeito de ato autorizativo, ele não pode. Apenas o Conselho Municipal pode fazer. Eles se encontraram comigo no MEC perguntando como eles agiriam naquela situação. Respondi que era possível seguir o exemplo de um mutirão que o Conselho Municipal de Belo Horizonte fez anos atrás, inclusive para autorizar as escolas públicas. O esforço colaborativo é responsabilidade do município.

Também gostaria de lembrar que, no programa Brasil Carinhoso, há um repasse automático para matrícula de crianças do Bolsa Família. Então, quando o município amplia a matrícula de crianças que são de famílias participantes do Bolsa Família (atualmente, esse dado consta no Censo Escolar), o FNDE repassa automaticamente um valor referenciado em 50%. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) incluiu obras de referência do professor de Educação Infantil e, hoje, ele é distribuído no seu kit literatura por turma de Educação Infantil e não mais por escola.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem um *per capita* diferenciado para a Educação Infantil, para os quilombolas e a Educação Especial, por exemplo, mas conquistamos um *per capita* diferenciado e um compromisso

com a Educação alimentar e nutricional. É um grande desafio para o município o lactário e o aleitamento materno. O programa Pnae tem compromisso com essas diretrizes.

Também existe o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que, hoje, está vinculado ao PDDE interativo. Na verdade, trata-se de um plano da escola e não do município. Assim, o Plano de Ações Articuladas (PAR) é um plano do município, enquanto o PDDE interativo é um plano da escola.

Outro ponto a ser destacado é a compra governamental de brinquedos. Há uma ata do Governo Federal em vigor contendo uma lista de brinquedos especificados e avaliados na sua qualidade pedagógica, sua qualidade em relação à segurança e a materialidade, além dos preços de cada item. Nota-se, então, uma grande contribuição.

É importante mencionar a discussão da avaliação nacional, portaria que o Inep está encarregado de publicar. Antes de sua efetiva publicação, essa portaria deve ser aprovada por algumas entidades, tais como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (MIEIB), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). A reunião

será dia 28 de maio, em Brasília. Desse modo, esses são os eixos que o Inep está aprovando.

Gostaria de lembrá-los que as nossas estatísticas oficiais não coletam informações sobre o eixo de Gestão de Sistema e Gestão da Unidade Escolar. Não existe essa informação nem no Censo da Educação Básica e nem no IBGE. Acho que as nossas perspectivas, relacionadas aos nossos limites, apontam para a necessidade de avanços no acesso, na qualidade, na formação, no financiamento e na avaliação do setor educacional como um todo. Espero ter contribuído de forma satisfatória para o nosso debate. E, em nome da equipe do Ministério da Educação e em nome do termo de cooperação técnica que existe entre o MEC e Ministério Público, gostaria de agradecer aos companheiros de Minas Gerais por esta oportunidade.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Passaremos a palavra agora para a professora Sueli Baliza para as suas rápidas considerações.

SUELI MARIA BALIZA DIAS: Bom dia a todos e todas. Gostaria de agradecer muito à Dra. Maria Elmira, ao Dr. Celso e ao Ministério Público por essa oportunidade para discutirmos mais uma vez questões relacionadas à Educação. A Dra. Maria Elmira e o Dr. Celso são professores. O Dr. Celso já é companheiro de longa caminhada na Conspiração Mineira da Educação, e a Dra. Maria

Elmira está sempre presente em todos os momentos em que precisamos dela.

Quero dizer que, para mim, é uma satisfação cumprimentar a professora Rita. Na Secretaria, você é, de fato, uma referência para nós. Cheguei nesse órgão há pouco tempo ouvindo dizer que o nosso modelo e a nossa política de Educação Infantil devem muito a você, ao seu pensamento e ao seu compromisso. Então, ouvi-la hoje é, para mim, uma verdadeira aula. Na verdade, acho que esta palestra é uma verdadeira aula para toda a plateia presente. Poder aprender e compreender tantas questões a respeito da educação é um privilégio para todos nós.

Também gostaria de cumprimentar as autoridades presentes, como a Dra. Daniela. Além disso, quero deixar meus cumprimentos a minha companheira de Conspiração e nossa dirigente da Undime, Sueli Rodarte, que representa a Educação Infantil no movimento intersetorial e partidário. É um prazer muito grande estar presente nesta ocasião. Também gostaria de cumprimentar os representantes do Conselho Tutelar, que são nossos parceiros. O nosso trabalho é sempre uma relação de troca.

Quero cumprimentar os meus companheiros da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). Gostaria de ressaltar a presença da Máirce e do Paulo, representantes da Gerência de Coordenação da Educação

Infantil (GECEDI), porque são dois grandes batalhadores da Educação Infantil. Quero também citar a Leila, do nosso núcleo de convênios da Educação Infantil. Ela é outra referência nessa área.

Quero cumprimentar os diretores e professores da rede municipal que estão presentes. Quero cumprimentar, também, os professores do sindicato Sind-REDE, que também tem uma colaboração muito importante na luta pelo trabalho da Educação do município. Enfim, cumprimento a todos os professores e interessados pela Educação Infantil que estão presentes neste encontro.

Do ponto de vista da Educação Infantil em Belo Horizonte, a nossa tranquilidade é saber que existe um grande contingente de pessoas interessadas, comprometidas e preocupadas em fazer realmente desse nível da Educação Básica um momento importante na vida do futuro cidadão. Para isso, a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte tem um compromisso muito grande e está vivendo talvez o momento mais histórico na sua formação. Quando pensamos na Rede Municipal de Belo Horizonte, sabemos que a Educação Infantil, assim como o histórico nacional, é um nível de ensino muito recente, com menos de 60 anos. A nossa primeira escola foi fundada em 1957. Isso traz à tona todo esse desafio que surge nos tempos atuais. Precisamos expandir, mas não se trata apenas de uma

simples expansão. É necessário fazer essa expansão com qualidade, compromisso e valorização dos profissionais da Educação. Esse é o cenário atual. Temos um compromisso muito grande, principalmente porque, atualmente, estamos vivendo a elaboração de um Plano Municipal de Educação que pretende dar conta dos próximos dez anos. Quando pensamos em todos esses desafios, percebemos que, de fato, dar conta disso não é uma tarefa fácil. Na minha experiência de gestora, falo que, quando o gestor não atrapalha o funcionamento de alguma coisa, já está ajudando muito.

No caso da Educação Infantil, seguindo o modelo de crescer com qualidade, podemos citar alguns números que são bastante expressivos e que demonstram um pouco a luta do município de Belo Horizonte para suprir esse novo cenário da Educação Infantil.

Em 2009, havia 40 UMEIs em Belo Horizonte. Desse total, eram 13 escolas municipais de Educação Infantil e eram 20 escolas com turmas de Educação Infantil. Esse cenário se modificou. À exceção das 13 escolas que continuam como escolas de Educação Infantil nesse modelo, hoje funcionam 102 unidades municipais de Educação Infantil. Essa mudança ocorreu num pequeno período de tempo. Já existem 106 prontas para funcionamento, quatro a mais no total.

Em 2012, tínhamos cerca de 2 mil professores na Educação Infantil. Atualmente, já temos cerca de 3.800 professores.

A meta do Governo é chegar a 2016 com cerca de 6.800 professores para suprir esse avanço. Também é meta do governo chegar a 2016 com 150 UMEIs implantadas ou pelo menos em fase final de implantação.

Esse crescimento nos traz realmente um desafio muito grande porque é esse contingente profissional que vai fazer com que consigamos atender toda essa demanda da Educação Infantil em Belo Horizonte. Hoje, temos, numa parceria muito importante, 192 creches parceiras, que fazem um atendimento extremamente relevante para a cidade de Belo Horizonte. Elas estão em muitos lugares onde nós, na rede própria, não conseguimos estar. Elas oferecem um atendimento de qualidade. Trata-se de um atendimento de parceria porque é um atendimento acompanhado. Não só são escolas que passam pelo crivo do Conselho Municipal de Educação, mas, do ponto de vista pedagógico, são instituições que passam pelo acompanhamento de formação. A própria rede proporciona aos seus professores essa formação: o material, o kit escolar e o uniforme para as crianças acima de três anos, por exemplo. Enfim, é esse cuidado do cuidar e educar e do educar e cuidar. Evidentemente, é um desafio muito grande.

Hoje, temos 22.915 crianças atendidas na rede parceira e 31.863 na rede própria. Isso soma, então, 54.778 crianças matriculadas e atendidas nessas instituições. O desafio da nossa meta é chegar a 2016 com 84 mil crianças matricula-

das. Para o ano de 2016, já se descortina o grande desafio das crianças acima de quatro anos matriculadas. Desse modo, estamos, por meio de um trabalho sério e árduo, tentando encontrar todas aquelas crianças nessa faixa etária que estão fora da escola. Devemos conhecer as outras experiências, o que pode realmente nos levar a uma solução, ou seja, a um ganho para todos.

Acho que, como você bem disse, não há quem não queira que todas as crianças estejam na escola, que todos os professores ganhem bem e que todos sejam reconhecidos nas suas profissões. Não há quem, em consciência lúcida, não queira isso. Agora, de fato, aquilo que determinamos como condições objetivas é que talvez nos apresente o maior desafio e o maior trabalho do gestor, isto é, como fazer mais com menos. Acho que essa é grande questão: como fazer mais com menos. Essa é a realidade do nosso país que, de acordo com a mídia e com o Banco Central, está em recessão.

Assim, precisamos entender de que forma vamos fazer tudo isso com muita responsabilidade e muito compromisso. É para isso que existe uma equipe grande trabalhando, seja no MEC, no Ministério Público ou nas Secretarias Municipais de Educação.

Resumindo, tudo aquilo que pode fazer com que realmente as famílias se sintam valorizadas deve ser feito. As

crianças se sentirem valorizadas é um direito tanto delas quanto de suas famílias. Como dizia Hannah Arendt: “Dar direito a quem tem direito”. É isso que tenho a considerar. Muito obrigada e fico aqui à disposição. Agradeço muitíssimo à Dra. Maria Elmira e à Rede Municipal, que está trabalhando para que isso se concretize.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Agora, passaremos a palavra para o Dr. Celso.

CELSO PENNA FERNANDES JUNIOR: Primeiramente, gostaria de mencionar a presença da Dra. Maria de Lourdes Santa Gema, promotora de Justiça da Promotoria da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte.

Queria fazer um esclarecimento à plateia a respeito da questão do corte etário, pelo menos a situação em que a questão se encontra do ponto de vista jurídico em Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais, em razão do que foi dito pela professora Rita.

Antes disso, queria tentar esclarecer para vocês também qual a razão dessa posição evidentemente divergente do Ministério Público em relação à situação não só no estado de Minas Gerais, como também no Brasil em relação aos próprios Ministérios Públicos Estadual e Federal. Em Belo Horizonte, sempre fomos uma exceção. Sempre defendemos o corte etário, conforme a Constituição e o Ministério

da Educação estabeleceram nas suas resoluções na data de 31 de março. Atualmente, existe uma lei estadual que estabeleceu outra data de corte para o dia 30 de junho. Desde o início, juntamente com a Dinéia, do Fórum de Defesa da Educação Infantil, sempre defendemos essa posição da data de corte e, conseqüentemente, da não presença de crianças de cinco anos de idade no Ensino Fundamental. Minha intenção é explicar um pouco para vocês essa divergência. Li as ações que os Ministérios Públicos tanto Federal quanto Estadual entraram pelo Brasil. Dessa maneira, gostaria de mostrar a origem disso para vocês.

A nossa prática na Promotoria da Infância e Juventude tem nos revelado que é muito difícil defender direito de criança e adolescente, por incrível que pareça. Aparentemente, todo mundo é a favor da criança e do adolescente. Adolescente nem tanto. Vamos focalizar a criança porque é unanimidade. Em nenhuma campanha política, os políticos vão falar contra a criança. Geralmente, ninguém fala contra a criança. Mas é realmente uma unanimidade no Brasil, como no resto do mundo, suponho. Sabemos que é uma questão difícil porque, na prática, existem muitos interesses envolvidos. No caso da Educação, política pública básica e fundamental para a sociedade brasileira, há muitos interesses em torno dessa questão. Como mencionou a professora Rita Coelho anteriormente, há interesses de inúmeras partes: dos professores, dos alunos, dos go-

vernantes de cada esfera do Governo e dos proprietários de escolas particulares, uma vez que eles também fazem parte do Sistema de Ensino. Consideramos todos esses interesses como legítimos e que podem se manifestar no âmbito dessa política pública. Desse modo, a atuação do Ministério Público deve levar em consideração todos esses interesses. Na minha opinião, não podemos assumir uma posição contra ou a favor de um interesse por questão de ponto de vista pessoal, principalmente nós da infância e juventude. São muitos interesses que giram em torno da questão e, quando o interesse da criança se confronta com o interesse desses grupos, que são legítimos, sempre haverá uma resistência na prática.

É importante termos ciência de que, quando nos referimos à Educação, estamos falando de crianças e de adolescentes. Além do direito educacional, representado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), outro direito se aplica às crianças e aos adolescentes, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 227 da Constituição da República. Então, devemos levar em conta toda a aplicação da LDB, isto é, toda a legislação educacional, mas também as especificidades do direito da criança e do adolescente.

Na nossa experiência de mais de dez anos na Promotoria, temos visto que essa divergência entre os Ministérios Públicos estaduais e federal em relação à data de corte deriva um pouco da dificuldade de se compreender, muitas

vezes, o papel do Ministério Público em relação aos direitos da criança e do adolescente. Nem sempre o promotor ou o procurador da República tem essa experiência profissional na defesa da criança e do adolescente. Isso impressiona. Li as iniciais do Ministério Público de São Paulo e percebi que alguns promotores foram procurados por grupos de pais, pedindo que seus filhos não fossem colocados na Educação Infantil porque eles tinham condições de serem matriculados no Ensino Fundamental devido à inteligência e a outros fatores. Como resultado, os promotores, bem-intencionados e, ao mesmo tempo, ingênuos, acreditaram na conversa dos pais. Como foi colocado neste debate, existe o desconhecimento da própria importância da Educação Infantil, não só dos pais, mas também do Ministério Público. Atualmente, a Educação Infantil é de extrema importância, tendo em vista que o mundo mudou. As crianças precisam da Educação Infantil. Os promotores não conseguiram manter essa distância necessária para a defesa saudável da criança e do adolescente. Eles não conseguiram manter essa distância em relação a esses interesses. A coisa mais difícil é combater um interesse legítimo dentro da sociedade ainda que, naquele caso concreto, haja outro interesse contrário a esse interesse legítimo, que também é legítimo.

No caso da criança e do adolescente, esse é o direito legítimo que deve prevalecer em detrimento de interesses

personais. Existe um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente que diz que, quando o interesse da criança ou do adolescente conflitar com o interesse dos pais, do Estado ou de qualquer pessoa, o interesse da criança e do adolescente deve prevalecer. O juiz, o promotor, a sociedade, todos têm a obrigação de fazer esse interesse prevalecer. Entretanto, sabemos que acontecer isso na prática é muito difícil. Por isso a posição do Ministério Público, muitas vezes, é divergente. Às vezes, o papel do Ministério Público Federal não tem essa relação cotidiana com a defesa do direito da criança e do adolescente. Então, acho que esse é o motivo dessa divergência. Mas ela vem sendo superada.

Em Minas Gerais, existe uma lei estadual que já fixou a data de corte em 30 de junho para o ingresso no Ensino Fundamental. A criança deve completar seis anos. Particularmente, acho que a proposta do MEC é muito melhor, mas, na época, foi o que foi possível realizar em Minas Gerais. Ela tem a sua importância, na medida em que defende o interesse da criança, impedindo que ela seja matriculada precocemente aos cinco anos, por exemplo. Isso defende a data de corte, prevenindo que os pais e as escolas matriculem as crianças sem nenhum critério.

Recentemente, entramos com uma Ação Civil Pública, que teve o seu pedido reconhecido pelo próprio estado de Minas Gerais, contra o estado de Minas Gerais para fazer

valer a lei estadual que estabelece a data de corte em 30 de junho. Isso porque há um distanciamento muito grande entre o papel do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Isso é um problema também. Na verdade, há uma separação indevida de atribuições, a ponto de o Conselho Estadual de Educação fazer atos dizendo que deveria prevalecer a decisão do Poder Judiciário Federal, que dizia que, em Minas Gerais, não valia a data de corte do MEC. Então, se não valia a data de corte do MEC, não valia nenhuma data de corte, nem a estabelecida pela lei estadual. Entramos com essa ação para que esses atos fossem anulados, o que foi feito pelo Poder Judiciário, e que reconhecesse essa obrigação do sistema e dos pais de matricular os filhos de acordo com a data de corte da lei estadual. Essa é a situação atual de Minas Gerais.

Essa questão também já vem sendo definida favoravelmente à data de corte pelos Tribunais Superiores, pelo STJ e inclusive pelo procurador-geral da República, que atualmente já se manifestou favorável a isso no processo de origem do próprio Ministério Público Federal, que, por sua vez, questionava a existência da data da corte. Acredito que essa questão vem sendo aos poucos compreendida de forma mais adequada pelo poder Judiciário e pelo Ministério Público.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:
Complementarei um pouco a fala do colega, acrescentan-

do que, em nível nacional, também temos divergência não só com relação ao Ministério Público Federal, mas também com relação ao próprio Ministério Público Estadual. Como a Rita mencionou, existem estados e colegas de Ministério Público Estadual que defendem a data de 31 de dezembro, ou seja, a não data de corte. Também existem estados em que a lei estadual é inclusive oriunda de trabalho do Ministério Público para liberar o corte. Coloco isso também para mostrar como a questão é polêmica e que há uma divergência nesse ponto. Como ela falou, tem estados em que a lei do próprio Ministério Público Estadual defende a questão do não corte, que são Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Existe essa visão do Ministério Público Estadual.

Entretanto, também há colegas que têm uma postura muito contrária em relação a isso, como é o caso dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, no sentido de que não se pode organizar o sistema em razão da própria questão da Educação Infantil sem se ter uma data de corte. Num primeiro momento, pensamos a data de corte como sendo 31 de março. Em Minas Gerais, essa lei veio em 30 de junho por conta da decisão da Justiça Federal de Minas Gerais que liberou, mas também estava liberando num modo sistêmico. Iniciou em Pernambuco, mas várias sessões começaram a ingressar também. Outros estados e outras regiões também entraram com essa ação. Tivemos

a primeira decisão da região de Pernambuco, que foi a primeira ação do STJ, que estipula o restabelecimento do corte. Paralelamente a isso, temos uma ação declaratória de preceito fundamental que, por conta dessas questões do MPF, resolveram reunir numa única ação e dizer que não é possível estabelecer o corte. A Procuradora-Geral da República em exercício entrou com essa ação na época.

Atualmente, o Dr. Janot, procurador-geral da República, questionou dizendo que deve haver o corte para a organização do sistema, de acordo com a fala do MEC. Estamos nessa situação, em nível nacional, para decidir a questão do corte etário. Há divergência entre os próprios Ministérios Públicos, o que torna importante essa discussão nos estados e a discussão nacional da matéria. Nesse contexto, o papel da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC) é fundamental. Ela é uma comissão nacional que estou coordenando composta de promotores de Justiça com visão da área da Educação para tratar desse aspecto.

Em Minas Gerais, tivemos a criação, por lei, da Promotoria da Educação. Ela ainda não foi instalada, mas estamos agora num momento histórico do Ministério Público Nacional, batalhando arduamente para que também haja uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público para a verificação dessas metas e, principalmente, da questão da universalização e da ampliação das vagas

em creche. Como foi bem dito neste encontro, ela não é evidentemente a única meta para a Educação Infantil, mas é a primeira, de acesso.

Além disso, também estamos lutando para que cada Ministério Público tenha a sua Promotoria e o seu Centro de Apoio relacionado à área da Educação. Fizemos uma recomendação pela COPEDUC e pela COPEGE, na sede do Ministério Público do Rio de Janeiro, em setembro de 2014, e ontem recebemos a notícia de que a nossa proposta de recomendação ingressará em pauta no dia 26 de maio no Conselho Nacional do Ministério Público. Estamos ansiosos para que haja uma posição favorável do Conselho Nacional do Ministério Público para a criação dessas promotorias e desses centros de apoio, isto é, nossa meta prioritária é intensificar o olhar para a Educação Infantil.

Como resultado de um trabalho de Minas Gerais, aproveito para mencionar a verificação da Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva, já que não podemos trabalhar Educação Infantil sem também tratar da questão da inclusão e do atendimento educacional especializado integrado ou simultâneo.

Outro ponto relevante é a formação mínima dos profissionais da educação porque, em muitos estados, o Ministério Público teve de trabalhar no sentido de impedir a atuação de professores do Ensino Fundamental na área da

Educação Infantil. No Rio de Janeiro, foi feito um trabalho assim recentemente. Colocamos essa questão do mínimo não só porque julgamos ser importante ou porque precisamos ver esse aspecto em questão nacional, mas também porque vamos ter um debate e uma polêmica pelo art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases, como a Rita colocou no início do nosso debate. Em 2013, havia uma expectativa de que a LDB fosse alterada, mas foi mantida a redação do art. 62, mantendo nesse artigo a formação mínima no nível médio, na modalidade normal. Isso está presente no art. 62, mas foi uma luta fazer com que fosse inserido ou modificado, retirando esse final para o Ensino Superior.

É evidente que há uma luta dos sindicatos e dos movimentos para que ocorra essa modificação. Há posturas judiciais no sentido da não possibilidade de se exigir a formação por conta do art. 62, não só em Minas Gerais. Trata-se de uma luta e temos umas metas que devem ser alcançadas. Então, olharemos a questão das metas para que isso aconteça gradativamente. Existem municípios, inclusive mineiros, nos quais a formação inicial em nível superior é exigida nos concursos. Há várias falas e um pouco de polêmica em relação a isso. Mas a fala da Educação Infantil é, hoje, presente porque ela é uma prioridade constitucional. Existe um prazo até 2016 para a universalização da pré-escola.

Também temos parcerias pela Coordenaria Estadual com relação ao Tribunal de Contas, que foi o que a Rita apon-

tou. Estamos mantendo essas parcerias exatamente para que possamos fiscalizar posteriormente se houve ou não a aplicação da verba da Educação Infantil. A não oferta do ensino obrigatório gera responsabilidade. Existirá uma esfera no futuro questionando se haverá o caso até de improbidade administrativa por omissão. Há um preceito que diz que essa questão da universalização é necessária. Essa é uma discussão que nós, representantes do MEC, trazemos à tona, mas está acontecendo a expansão, ou seja, a meta está sendo cumprida. Todavia, constitucionalmente, temos um prazo delimitado para universalizar a pré-escola, o que também é um desafio. É um desafio tanto a questão da universalização quanto a questão da ampliação das vagas em creche. Como a Rita colocou, é uma posição do Ministério Público Nacional trabalhar com a demanda manifesta, com a demanda que existe. Se o prefeito disser para o promotor que já existem 50% das vagas preenchidas e que, por isso, a meta do PNE está sendo cumprida, essa informação não está correta. Se existe uma demanda real nesse caso, ele deve buscar inclusive a própria universalização. Se a meta de 50% já foi alcançada, por que não buscarmos a universalização? Essa questão também é relevante para nós. Os pais estão solicitando tanto essa vaga para seus filhos quanto participação numa etapa genuinamente educacional, como a Rita disse.

A professora Rita Coelho aponta, muito bem, que trocar fralda em creche não é simplesmente um cuidado, mas

também uma atividade pedagógica. Aproveito para complementar a fala dela: trocar fralda de uma criança com deficiência é uma atividade pedagógica especializada. Tudo isso precisa estar bem trabalhado e bem questionado. Tratar da questão das creches é um assunto muito sério.

Bom, essas eram as nossas considerações. Apesar do tempo reduzido, gostaria de passar a palavra agora para vocês com o objetivo de discutir algumas questões polêmicas por meio de um debate. Após esse momento de troca de informações e experiências, encerraremos o nosso encontro.

KLAUS: Primeiramente, farei duas críticas ao Ministério Público. A primeira é que está na hora de parar de fazer Termo de Ajustamento de Conduta e passar os assuntos referentes à Educação para o Ministério Público Criminal. Estamos em situação de crime em toda a Educação brasileira, principalmente na Rede Pública. Há crime o tempo todo. O mais recente ocorreu em Belo Horizonte quando denunciemos, por meio do sindicato, o número de professores e o número de docentes e percebemos que há uma diferença de 4 mil docentes que não estão na sala de aula. A Secretaria já reafirmou isso pelos documentos que mandou ao Ministério Público. 4 mil docentes não estão em salas de aula. Num total de 14 mil professores, 4 mil correspondem a mais de 20%. Quando conheci a Rita, achava que ela tinha estudado no Instituto Rio Branco.

Agora tenho certeza. Como você consegue ter esse jogo de cintura no meio de tanta podridão? Você sabe muito bem do que estou falando. E ela não vai responder porque, como embaixadora, ela não pode. Na primeira frase do seu discurso, você disse que esperava que não houvesse retrocesso. Você fez a palestra toda e deveria desenvolvê-la apenas nesse ponto. O retrocesso é permanente. Basta ver, por exemplo, o secretário adjunto de Educação de Belo Horizonte, que é um retrocesso em Educação. Não há um profissional de Educação em Belo Horizonte que eu respeite, principalmente como professor. Isso é o que sinto em relação à Educação em Belo Horizonte.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:
Passaremos a palavra à Cristina.

CRISTINA: Meu nome é Cristina e sou professora da Educação Infantil há quase onze anos. Há quase onze anos, desde que, em 2003, a carreira de docente foi rompida em Belo Horizonte, temos lutado pela recuperação da unidade docente. Foi falado neste encontro que cada etapa educacional tem as suas especificidades: o EJA, o Ensino Fundamental, a Educação Infantil. Contudo, os professores de todas essas etapas são professores e, desde 2003, temos tido problemas muito sérios por causa da ruptura da carreira docente e que extrapolam a questão salarial. Os nossos lamentos, as nossas reflexões e as nossas reclamações não são feitos só porque ganhamos menos. É porque,

até outro dia, quando o Ministério Público recomendou à Prefeitura que nos tratasse como professores, os docentes ficavam se perguntando se eles eram realmente professores, uma vez que muitos deles têm um cargo administrativo, mas, como eles não podem acumular cargo, então não eram efetivamente considerados como professores. Essa confusão na identidade docente trouxe e continua trazendo graves prejuízos ao fazer pedagógico.

Nesse cenário, a prefeitura anuncia uma medida de apoio, isto é, a contratação de funcionários não concursados, provavelmente, como é recorrente na docência, para profissionais do sexo feminino. Historicamente, nós, mulheres, recebemos menos. Isso não acontece apenas na docência, mas em todas as outras profissões. A meu ver, trata-se de uma das lutas mais importantes das mulheres presente na pauta feminista deste país. Essa pessoa não tem uma formação mínima. Ela não veio sequer por meio de um concurso. Muitos professores foram retirados das salas de aula para que essa pessoa assuma. E o professor, que é responsável pela sua sala, também está encarregado da formação daquela pessoa nova. Além de todos os seus deveres, o professor está incumbido da formação da pessoa novata e também responderá por essa pessoa sem formação se ela fizer alguma coisa, que pode ser grave.

Desse modo, entendemos essa política como uma precarização da docência, além de ser uma política machista, uma

vez que ela ataca, principalmente, os indivíduos do sexo feminino. É uma continuidade dessa desvalorização e é um atentado à Educação da nossa cidade. Também é um problema da Educação, pois é direito da criança ter um profissional qualificado. A exigência mínima é o magistério. E também fere, o que é muito grave, um dos principais eixos da Educação Infantil: a indissociabilidade do cuidar e do educar. Isso é coisa séria. Nós que temos a formação sabemos que trocar fralda, alimentar, dar banho, enfim, todos esses cuidados não estão dissociados do educar. Devemos lembrar que essas ações tem intencionalidade pedagógica e é imprescindível ter formação para realizá-las.

Temos vivido um “tarefismo” nas escolas. É uma política que não previne o adoecimento. Na verdade, ela contribui para o adoecimento dos professores. Um dos principais problemas é o atentado à identidade desse profissional, o que, obviamente, trará graves prejuízos para a Educação do município. Nós, que estamos na base da Educação, que temos formação, interesse e lutamos pela causa, entendemos que é uma política econômica de ataque e, inclusive, de retrocesso ilegal.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:
Agora, ouviremos as considerações da Carla.

CARLA: Bom dia. Meu nome é Carla e sou presidente do Conselho Tutelar Oeste. Sou mãe de uma adolescente de

14 anos e de um bebê de um ano e oito meses. Desde que ela tinha quatro meses, estou lutando para conseguir uma vaga na Educação Infantil para ela. Apesar de seguir todos os mesmos trâmites de qualquer cidadão da comunidade, até a presente data, ela continua nas filas de espera. Acho um absurdo não por eu ser conselheira. Acho um absurdo por eu estar na linha da defesa e o direito da minha filha estar sendo violado. Já fizemos um trabalho no Conselho Oeste de entrar com uma ação conjunta no MP requisitando essas vagas porque essas crianças não podem viver de lista de espera. O retorno que obtivemos foi que, em dez dias, o município seria informado sobre a resposta e, até hoje, estamos esperando essa resposta. Após esses dez dias, gostaria de saber qual será a solução para essas crianças que, assim como seus pais, ainda continuam esperando. Muito obrigada.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:
Agora, passaremos a palavra para a Dinéia.

DINÉIA: Bom dia a todas e todos. Meu nome é Dinéia. Trabalho no Laboratório de Psicologia e Educação da PUC e sou colaboradora do Fórum Mineiro de Educação Infantil. Primeiramente, parabéns pela palestra. Rita, gostaria de pedir que você retomasse algumas questões. Sobre esse momento estratégico atual de construção dos planos municipais de Educação, esses planos não podem ser só carta de intenção. A relação do plano municipal com

o orçamento público para realmente o orçamento espelhar o que se faz, pois ficam aquelas verdadeiras cartas de intenção, mas não espelham. Acho que o Ministério Público também pode ajudar nisso. Na minha opinião, devemos somar as ações.

Além disso, estou muito preocupada com a etapa de zero a três anos, pois percebo pouca presença dessa fase nos orçamentos. E, por último, na lista dos vulneráveis que foi mencionada por você, gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que não é exclusividade, mas é gravíssima a situação da criança que é filha de mulher em cumprimento de pena nesse país. Entramos com isso no Conselho Estadual de Educação, que não quis regulamentar a matéria para o Estado. Isso acabou não servindo para atestar a gravidade desse problema no Brasil. As crianças de zero a três anos estão cumprindo pena no nosso país juntamente com as suas mães. Agora, entraremos no Conselho Nacional e deixaremos você informada porque precisamos enfrentar isso. Obrigada.

CLEONICE: Bom dia. Meu nome é Cleonice. Estou na diretoria do Sind-REDE para trabalhadores da Educação da Rede Municipal. A Rita falou sobre um avanço em relação à demanda e que, com pouco tempo, não é possível resolver um problema de longo prazo, que é o número de vagas. Entretanto, as mães não podem esperar.

Infelizmente, não há acordo quando se fala da questão do poder público, que apresenta tantos limites para a solução desse problema. Em Belo Horizonte, percebemos uma priorização de outras coisas. Por exemplo, o município gasta menos do que deveria com investimento na carreira dos trabalhadores e dentro das escolas. Na verdade, as vagas ainda estão muito restritas. Concordo que deve haver um prazo para que isso seja realizado, mas as crianças precisam dessas vagas.

A Cristina já antecipou quando ela falou sobre a criação do cargo. Tomara que o município não permaneça com essa política. A Prefeitura de Belo Horizonte, infelizmente, está mais uma vez precarizando a carreira da Educação ao colocar, em 2015, esse monitor de apoio. Não concordamos com a presença desses profissionais nas escolas. Já falamos isso em Mesa de Negociação e já fizemos essa discussão nas assembleias. Inclusive estamos pedindo à Prefeitura para conversar com os pais da comunidade com o objetivo de perguntar se eles querem que seus filhos fiquem nas mãos de uma pessoa que não é profissional de Educação, mas que está cumprindo o papel docente.

Atualmente, um professor assume cada turma. Até o ano de 2014, eram dois professores para as turmas de zero a dois anos. Esses dois professores eram necessários para suprir a demanda devido ao grande número de alunos. Foi

até em função da demanda específica dessa idade que conseguimos dois professores para assumir as salas de aula no município, assim como a Rita disse. No entanto, neste ano a prefeitura resolveu trocar um dos profissionais que assumiam a turma por uma pessoa com a função de apoio. Até fico na dúvida: apoio a quem? Trata-se de uma pessoa que está lidando diretamente com a criança. Infelizmente, ela está dissociando o cuidar do educar dentro da sala de aula, tendo em vista que há tarefas específicas. Entendemos que educar e cuidar estão associados. Além disso, essa pessoa acaba sendo responsabilidade do professor, como a Cristina colocou. Qualquer coisa que acontecer é de responsabilidade do professor. A formação dessa pessoa também é função do professor que assume a sala de aula. Além de existir apenas um professor, ele ainda deverá se preocupar com outra pessoa, sem contar que ele será responsabilizado por aquilo que a outra pessoa fizer.

Infelizmente, essa ação da Prefeitura não é nova. A Prefeitura já tentou contratar professores para a Rede Pública três vezes por meio do projeto na Câmara via vereador. Batalhamos na Câmara para poder derrotar esses projetos. Hoje, com uma discussão federal a respeito do PL 4330 (PL da Terceirização), o município já está se antecipando ao colocar pessoas como apoio nas escolas. Obviamente, nossos problemas não são com as pessoas em si, mas com a função que elas exercerão nas salas de

aula e, conseqüentemente, com o problema da qualidade da Educação Infantil, que certamente se intensificará com o passar do tempo.

DANIELA CAMPOS: Professora Rita, meu nome é Daniela Campos e sou promotora de Justiça Coordenadora do Vale do Jequitinhonha. Acho que a senhora tocou num ponto fundamental, sobre o qual gostaria de um pouco mais de esclarecimento. Pelas outras perguntas, percebemos que é um ponto nevrálgico.

Realmente, nós, promotores de Justiça, temos uma angústia muito grande em relação a essa lista de espera. Gostaria que a senhora esclarecesse um pouco melhor isso enquanto conquista, até para que possamos trabalhar com os colegas, e alguns parâmetros em termos de onde separamos essa omissão nessa lista, enquanto não efetivação de novas vagas e para atuação do colega.

Sobre essa divulgação que o PNE tem das listas, o promotor de Justiça é muito cobrado na ponta com essa questão da mãe que trabalha e da mãe que não trabalha. Temos uma prioridade em relação às crianças com deficiência, que é uma prioridade legal, mas, quanto a essa discussão entre mães que trabalham e não trabalham, não há uma regulamentação. Sabemos que é uma pressão muito grande sobre os colegas porque há um sentimento da sociedade de que isso seria injusto. Não como direito da criança, mas

como direito das mães que trabalham, visto que os filhos das mães que não trabalham podem estar nas escolas, enquanto os filhos das mães que trabalham, não. Obrigada.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

Aproveito para colocar em pauta a questão da lista e da transparência. Alguns estados e alguns municípios também estão fazendo a divulgação online para que seja possível fazer essa verificação abertamente.

Agora, fecharemos a sessão de participação do público presente para que possamos, então, tecer as considerações.

RITA DE CÁSSIA DE FREITAS COELHO: Comentarei alguns aspectos que vocês colocaram. Primeiramente, todas essas questões são nacionais, sem exceção. E, se isso não é um problema local, estamos enfrentando a constituição de um problema de política social no Brasil, que precisa ser enfrentado coletivamente, solidariamente e institucionalmente pelo Estado e pelos movimentos sociais.

Vamos começar por essa questão da lista de espera. A lei não admite critério de matrícula. Em relação a qualquer critério de matrícula, é preciso que o gestor e a população estejam bem informados de que ele pode ser questionado, pois o direito é inexorável. Entretanto, a experiência dessa problemática social tem apontado critérios de prioridade que, quando negociados e debatidos

pelo Ministério Público, pelos conselhos tutelares, pela Secretaria de Assistência Social, pela Secretaria de Saúde, pela Secretaria da Educação e pelos movimentos sociais, são muito aceitos e efetivos porque funcionam. Temos exemplos de inúmeros municípios, mas isso é pactuado, em geral, sobre a coordenação da Educação, que está com essa responsabilidade.

Assim, a própria população ajuda a definir as prioridades. Se o processo for transparente, ela fiscaliza e acompanha por meio de diferentes estratégias, como, por exemplo, acessando o site da Secretaria, ao qual qualquer pessoa tem acesso. Enfrentamos essa contradição dentro do Governo. Há, no Governo Federal, uma Secretaria Especial de Direitos da Mulher, que tem status de Ministério. Essa Secretaria pressiona o MEC dizendo que a prioridade no atendimento é da mãe trabalhadora. Não existe política de inclusão produtiva da mulher mais efetiva do que a da Educação Infantil. O trabalho da mulher é, hoje, o maior diferencial no enfrentamento da miséria. Eles têm estudos mostrando que um percentual de vagas de atendimento na creche está subutilizado porque a mãe daquela criança não trabalha. Devemos fazer esse debate na Casa Civil e na Presidência da República com nossos colegas de Governo.

A Educação Infantil é o investimento mais efetivo que um país pode fazer. Os economistas estão provando a ren-

tabilidade financeira desse investimento. Ela é a política mais efetiva para a inclusão produtiva da mulher e para o enfrentamento da desigualdade. A desigualdade começa na Educação Infantil. Começa-se a construir uma sociedade desigual negando o direito à Educação Infantil. Então, ela tem múltiplas dimensões num contexto de interesses e concepções divergentes. É uma questão muito dilacerante, cuja perspectiva, Klaus, é de negociação ética e democrática. Não tem outra saída. Ética e democrática. É necessário sentar, discutir, argumentar, entender e negociar. Tenho defendido que nós, trabalhadores da Educação Infantil, deveríamos ter direito a um curso sobre processos de negociação. Atualmente, o que fazemos é o papel de mediadores de um processo de negociação social estratégico para o país.

Nesse contexto, Dinéia, o problema das crianças em presídio é uma questão do Ministério da Justiça. Esse Ministério tem uma política de ampliação de creches em presídio. Os presidiários, ou seja, os privados de liberdade, têm direito à Educação. E compete ao sistema educacional responder a isso. Esse é o direito da pessoa privada de liberdade. Contudo, não existe criança de zero a seis anos privada de liberdade. Dessa maneira, a oferta da Educação Infantil para a criança filha da mãe presidiária é confundida com o direito da Educação da presidiária. Trata-se de uma situação muito grave e, ao mesmo tempo, muito triste.

Tenho visitado presídios. Temos companheiros no Ministério da Justiça buscando superar essa questão. Existem crianças de seis anos que nunca saíram do presídio. Quando você passa por ela, ela se encosta à parede, põe as mãozinhas para trás, seguindo a postura de circulação dos presidiários. O mais grave disso é a Justiça só olhar para o filho que nasceu no presídio. Sabemos que a população carcerária feminina está crescendo assustadoramente, principalmente relacionada ao tráfico. Essa é uma coisa muito séria. Mas há divergências de concepções. Outro dia fui ao Ceará, numa região onde está sendo construído um presídio de segurança máxima. Existe um “outdoor” na estrada dizendo que esse presídio possui creche, como se fosse uma qualidade do presídio ter creche. Solicitei ao governo que retirasse aquele “outdoor” dali porque aquilo era um absurdo. E essa expansão se deve ao Governo Federal.

As estatísticas não mostram que o atendimento das creches está diminuindo. Ele cresce 10% ao ano nacionalmente. Nunca cresceu tanto. A questão do financiamento é mesmo muito séria. Estamos tentando, no MEC, assinar um termo de cooperação técnica com os tribunais de contas dos estados e o TCU no monitoramento do Fundeb para a Educação Infantil. Alguns estados têm feito isso. É uma assessoria maravilhosa para o Ministério Público e para o dirigente municipal. O orçamento é uma questão

muito específica e muito complicada. Quando o Tribunal de Contas faz esse monitoramento, ele demonstra transparência, visto que ele vai mostrando para o dirigente que ele tem recurso para fazê-lo.

No Rio Grande do Sul, isso gerou uma expansão e o Tribunal de Contas priorizou os municípios que não tinham nenhuma vaga para a creche e alegavam problema de recurso. É espetacular esse trabalho. Está no site do Tribunal de Contas. Estamos defendendo, em fóruns como esse, a atuação do Tribunal de Contas do Estado nessa linha.

Já coloquei na minha fala a questão do monitor de apoio e quero recolocá-la. É um debate que precisamos fazer nacionalmente e que espero que Belo Horizonte contribua. Os dados mostram que esse profissional é uma necessidade e, por isso, ele está sendo criado. Há uma diversidade de opções na criação dessa função. Em muitos municípios, ela é criada com cargo e com concurso. Cargo a partir de que perfil? Concurso a partir de que salário? Trata-se de uma discussão necessária que não é Belo Horizonte ou a Secretaria de Belo Horizonte que está colocando. É a política nacional que está colocando e, assim como aparece em Belo Horizonte, em outros municípios.

Em relação à faixa etária, também gostaria de retomar o que já disse. Não estamos discutindo faixa etária. Estamos discutindo concepção e política. Pedimos ao Inep para

contabilizar as crianças que fazem até três anos no dia 29 de maio no Brasil inteiro, que é o dia nacional do Censo. E pedimos para contabilizar 31 de maio. Em apenas dois dias, há uma diferença significativa. Se tivermos como base a matrícula no dia 29 de maio, teremos um número. No entanto, se nos basearmos no dia 31 de maio, teremos 600 mil crianças a mais. É uma questão muito complexa, porém existe pouca pesquisa sobre isso. Possivelmente, dez mil crianças não são crianças reais. É uma divergência das estatísticas colhidas pelo IBGE e pelo Inep.

Existe um estudo do MEC, encomendado à professora Fúlvia Rosemberg, no qual ela mostra como essa diferença é gerada. Não é verdade que essa criança é uma criança concreta. Há diferenças na metodologia. Evidentemente, existem crianças, mas o número total não chega a dez mil. O plano diz que devemos fazer uma consulta e uma busca ativa para podermos identificar essa criança. Citei o exemplo de São Bernardo, onde a Cleusa fez um dia municipal de cadastramento dessa população. Foram feitas visitas aos postos de saúde, às UPAs, às escolas, isto é, a toda a rede pública do município aberto. Identificou-se um número muito menor do que esse.

O dado do SUS é melhor do que o nosso, assim como o dado do SUAS, da assistência. Além disso, a Educação Infantil é a etapa com o menor percentual de inclusão das crianças com deficiência. E é a nível nacional. Entretanto,

a inclusão mais efetiva é a que acontece na Educação Infantil. Na nossa estatística educacional, observamos que o número de escolas públicas que fazem matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil é menor do que o número de escolas de Ensino Fundamental. Isso é explicável. O diagnóstico nem sempre é rápido. No caso de crianças com autismo, por exemplo, levam-se três ou quatro anos para ter o diagnóstico. Outro ponto é a atitude da família superprotetora ou negadora, que tem pena, tem vergonha da criança ou não consegue enxergar a sua deficiência. E terceiro porque a especificidade do atendimento de um bebê deficiente é muito maior do que a de uma criança de sete anos, por exemplo. Então, é um desafio muito grande. Mas temos no MEC um programa que chama Educação Infantil 100% inclusiva, que apoia o município que quer expandir a inclusão na Educação Infantil.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Faremos o segundo e o último bloco depois da fala da professora Sueli.

SUELI MARIA BALIZA DIAS: As colocações dos colegas do sindicato Sind-REDE são, para nós, muito relevantes. Temos feito reuniões para tratar desses assuntos, mas, uma vez que o assunto é apresentado publicamente, precisamos também apresentar o nosso contraditório. Respeitamos, discutimos e debatemos uma opinião, mas, na verdade, a Secretaria tem adotado outra visão sobre a

questão do apoio à Educação Infantil. Gostaria de convidar a Maíce porque ela é a nossa gerente da Educação Infantil. Ela tem estado nas escolas com o intuito de conversar e ouvir os profissionais da Educação. A Maíce tem um caudal de informações para trazer para a nossa discussão.

MAÍCE: Boa tarde a todos. Rita, você participou da construção da primeira resolução e respeitamos a razão professor/criança que está nessa resolução. Isso sempre foi respeitado, desde a implantação da nossa política. Em função das dificuldades apresentadas pelos professores, pelos coordenadores e diretores quanto à permanência de um único professor com a turma dentro da razão determinada pela resolução é que foi criado o cargo de auxiliar, que será um apoio do professor. Essas pessoas estão sendo selecionadas com muito critério. A responsabilidade por essas pessoas deve ser de todos os profissionais da Educação que querem assegurar o direito da criança. Qualquer pessoa que estiver dentro da nossa instituição é responsável por garantir a defesa aos direitos das crianças. Obviamente, a responsabilidade imediata é da chefia imediata a que o auxiliar está ligado. Na entrada desses profissionais, a formação compete aos coordenadores, aos vice-diretores e à direção da escola. Além disso, a GERED fará a formação mensal e a SMED, por meio da GECED, fará um grande bloco que já está planejado para o mês de julho. Também existe o acompanhamento do trabalho

dessas pessoas por meio de formulários. Dessa forma, estamos tentando melhorar o tratamento para os professores e para as crianças.

A única turma que tinha dois professores para crianças de zero a dois anos, de acordo com o nosso quadro, era a turma de berçário, que tem dois berçários compostos de 12 crianças. Todas as nossas turmas são calculadas com um professor referência, sendo que, na organização antiga, durante uma hora e meia, em média, para o banho e para a alimentação, eram dois professores. Agora, o auxiliar fica oito horas com o professor. As UMEIs que tinham dois professores na turma de um ou dois anos ou tinham reserva técnica, que estavam aguardando entrega de obra, ou então eles reorganizavam retirando do professor o tempo do planejamento, o que, hoje, não é possível fazer.

Estamos tentando assegurar dentro do financiamento a razão adulto/criança que está definida no Conselho, um terço para planejamento do professor e a substituição no caso de falta de professor, uma vez que temos um grande número de absenteísmo. Além disso, lidamos com a judicialização da Educação Infantil, até o último mês de abril tivemos 255 mandados judiciais. Quando extrapolamos a razão por medida judicial ou por matrícula compulsória, a recomendação do Conselho é colocar professores a mais.

Isso posto, faço a seguinte pergunta: como lidar com toda essa diversidade e com a demanda por vaga em

função desse déficit histórico que temos no nosso país sem ter um financiamento que dê conta dos desafios que estão colocados?

SUELI MARIA BALIZA DIAS: Maíce, gostaria de complementar a sua fala. Entendemos que aumentar a nossa relação de 1.5 professores/turma para 1.6 é um aumento significativo. Quando trabalhamos com a proporção de um professor a mais para cada dez turmas, também temos outra vantagem. Quando modificamos o número de coordenadores por nível de complexidade da instituição, também tivemos outro ganho. Atualmente, estamos trabalhando com instituições de baixa, média e alta complexidade. As instituições de alta complexidade tinham dois coordenadores. Agora, existem quatro principalmente para fazer com que esse acúmulo de profissionais melhore o trabalho do professor em sala de aula. Há, também, quatro professores para substituição no regime de alta complexidade. Talvez esses ganhos não sejam os ganhos que gostaríamos de presenciar no momento atual, mas é o que podemos ter agora. Isso tudo é um processo.

De 2004, quando as UMEIs foram implementadas, até hoje, percebemos um crescimento na participação de todos: dos sindicatos, da própria comunidade escolar, dos colegiados e do Ministério Público, que nos acompanha e nos cobra, no melhor sentido do termo. Acho que é assim que progredimos. A Secretaria está à disposição de todos

que queiram compartilhar, participar e colaborar com sugestões e críticas. Falando como gestora, sempre haverá o limite entre aquilo que queremos fazer e aquilo que podemos, de fato, realizar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Boa tarde a todos e todas. Gostaria de discutir a questão da disputa dos recursos financeiros. Durante o Movimento de maio de 68, em Paris, a frase principal escrita nos muros era: “Sejamos realistas, desejamos o impossível”. O possível já está dado. O que queremos é o impossível. Isso tem a ver com a disputa dos recursos financeiros que a Rita levantou.

Há uma disputa de recursos financeiros nesse país que passa pela Educação. Não é uma disputa pessoal. É uma disputa das forças políticas que estão representadas nos governos por meio das suas alianças políticas. A disputa por recursos financeiros ocorre concretamente na administração pública. Então, a disputa por recursos financeiros a nível federal e local passa a privilegiar a parceria público-privada com as empreiteiras ou a privilegiar o investimento no setor público. Nesse momento, sobre a discussão da universalização do atendimento da Educação Infantil, precisamos fazer a disputa dos recursos financeiros porque senão vamos nos deparar com quem vai pagar o ônus da universalização.

Na década de 80, quem pagou o ônus da universalização do Ensino Fundamental fomos nós, docentes, com jornadas

exaustivas e até 60 estudantes numa única turma, escolas precárias, sem política salarial e sem política de carreira. Foi à custa dos docentes que foi feita essa universalização.

Hoje, estamos indo para o mesmo caminho. As forças que estão atualmente nos poderes públicos estão apontando que há precarização do trabalho docente. É preciso registrar que a Prefeitura impede que as pessoas contratadas para auxiliar os professores tenham curso de magistério e que elas sejam estudantes de Pedagogia. Esse é um critério para não ser contratado. Percebemos claramente a precarização do trabalho docente.

Além disso, qual será a situação do direito da criança ao espaço físico adequado na ampliação da Educação Infantil? Muitas de nossas escolas não estão adaptadas para atender crianças menores de sete anos. A arquitetura das escolas não é apenas um detalhe, pois o espaço escolar deve ser acolhedor para os sujeitos que frequentam aquele espaço.

Essa é uma disputa que nós, sociedade civil, devemos fazer porque os governos sempre serão pressionados na disputa das forças políticas para, no final, dizer que só podem fazer o possível. O que queremos é o impossível. A Prefeitura diz que, para fazer os reajustes, ela deverá aumentar o IPTU. Queremos que, para que sejam feitos esses reajustes, o Ministério Público consiga que todo o dinheiro desviado das obras da Prefeitura seja devolvido e aplicado

na Educação. Dessa maneira, acabaríamos com a corrupção e devolveríamos o dinheiro para o setor público.

JONAS WILLIAM: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Jonas William e faço parte da Direção Estadual do Ensino de Minas Gerais. Também sou membro da Secretaria Nacional dos Funcionários da Educação. Uma das coisas que me motivou a me pronunciar é a questão do não docente que, a meu ver, é extremamente preocupante, pois é um setor, além de ser considerado invisível na sua função, extremamente desconsiderado como o apoio aos companheiros da docência e, muitas vezes, da discência e da administração.

Hoje, o Brasil passa por um caminho tortuoso. Ao longo da história, desde 1826, temos a esperança de que a Educação será a saída para a soberania nacional. A crise atinge as escolas sobretudo na etapa em que se inicia a alfabetização e os cuidados. Nós do Sind-UTE contribuimos para o debate porque temos quase 100 subsedes no estado inteiro e, na sua maioria, temos educadores infantis. Assim, existe um público. Isso não é uma especificidade da Rede Municipal de Belo Horizonte, da qual me orgulho fazer parte, pois a minha filha estuda nessa rede. Estamos discutindo o PNE com muita estratégia.

Realmente, os companheiros têm razão. Todo projeto no Brasil é marcado por disputa. E a crise também se aprofunda do ponto de vista da disputa e de alguns olhares

errôneos e miúdos na fase da conspiração e do boicote. Quanto à questão do investimento para a Educação, se não houvesse o desvio dos recursos devido à má conduta de alguns gestores, não estaríamos com tantos problemas. Isso é um fato.

Mas também não podemos fechar os olhos para o que os companheiros sempre falam em relação à não formação. Uma coisa é a pessoa fazer parte do processo ensino-aprendizagem. Outra coisa é levar uma pessoa que não tem nada a ver com a docência para a sala de aula. Isso é inadmissível, se é que queremos realmente uma pátria educadora. A escola, por ser parte da Educação, é o princípio de tudo. Esse espaço não é uma tenda ou um circo e, por isso, queremos respeito, seja na Rede Municipal, na Rede Estadual ou na Rede Particular.

Para concluir, queremos que a Educação, sobretudo a pública, seja respeitada. Valorizo bastante a Rede Municipal porque foi nela que fui alfabetizado. Eu a defendo em qualquer lugar do país. Cabe a nós, profissionais da Educação, criar uma saída para que possamos, de fato, ter uma Educação que ilumine os horizontes e que acabe definitivamente com as nossas angústias. O Brasil está caminhando nessa direção, mas precisamos nos apressar. Obrigado e parabéns para todos nós.

MARIA ANTONIETA: Boa tarde a todos e a todas. Obrigada, Rita, por tanto aprendizado. Gostaria de fazer

uma pergunta ao Ministério Público: se o servidor público tem como meta cumprir lei, quem fica responsável quando somos obrigados a não cumprir a lei? Explicarei melhor. No Estatuto do Servidor de Belo Horizonte, está claro que não posso passar uma função que é minha para outra pessoa. Na lei do professor da Educação Infantil, as atribuições do professor dessa etapa educacional estão especificadas. Essa pergunta tem me deixado angustiada. E há outros artigos no Estatuto do Servidor que também versam sobre isso. Também gostaria de saber sobre o Programa Brasil Carinhoso. Os recursos devem ser repassados para as famílias ou cabe à Prefeitura redistribuí-los?

MARIA DE LOURDES: Boa tarde a todos. Desde o início do encontro, estamos falando muito sobre a questão do investimento. Como sociedade, devemos estar engajados nessa luta. Sabemos que é possível fazer mais. Dou um exemplo disso. Existe a questão da universalização até 2016. Não sei quantos se preocuparam em acompanhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município de Belo Horizonte. Tudo que será realizado no ano subsequente deve estar registrado nessa lei. Temos acompanhado isso e estamos esperando para saber quando será aberta, na Câmara dos Vereadores, a Audiência Pública para que possamos apresentar emendas. Muitas vezes, a única emenda que aparece é da Promotoria da Infância e Juventude.

Levantou-se, neste debate, a questão do antagonismo de forças. Com certeza os recursos estão sendo reivindicados. Num município como Belo Horizonte, um gestor deve atender a muitas solicitações. E consegue quem tem mais força. Essa é a verdade. No dia 27 deste mês, haverá o debate sobre a prestação de contas do primeiro quadrimestre. Vocês estão sempre presentes nessas ocasiões, mas não encontramos a sociedade civil. Na LDO, constará o aumento do funcionalismo de Belo Horizonte. A maioria da sociedade não participa desses debates.

Além disso, no segundo quadrimestre, a Secretaria de Fazenda informou que Belo Horizonte está muito bem na Lei de Responsabilidade Fiscal e que está longe do teto. Isso está gravado nas notas taquigráficas. Depois disso, percebo o funcionalismo reivindicando aumento. Então, a discussão deve ser feita com base em dados e nos espaços próprios. Não devemos esperar quando o Ministério Público disser que está de recomendação. A recomendação é um instrumento do qual o Ministério Público não abre mão. Podemos resolver muitas questões administrativas sem judicialização.

A respeito do passe integral, ajuizamos a ação civil pública. Ganhamos, mas teve liminar do tribunal. Estamos lutando para que seja integral, mas esse é um trabalho que tem sido feito quase que exclusivamente pelo Ministério

Público, embora outros órgãos também estejam lutando pela causa. Entretanto, essas instituições não se juntam a nós. Não sei quantos anos essa ação durará, já que há a possibilidade de recurso. O Código de Processo Civil dá esta oportunidade. Temos uma legislação que agasalha essas pretensões. Desse modo, devemos estar unidos.

Espero que muitos dos participantes deste encontro estejam na Assembleia Legislativa segunda-feira, ocasião na qual se iniciará a discussão do Plano Estadual da Educação. Também espero que várias pessoas que estão participando desta discussão apresentem emendas e ocupem aquele espaço. Em resumo, precisamos conhecer dados. Temos criado, juntamente com a Receita Federal e com alguns parceiros do Conselho Regional de Contabilidade, o observatório social. O nosso objetivo é capacitar a sociedade para entender melhor os orçamentos. Não é uma tarefa fácil, mas precisamos aprender a lidar com esse instrumental. Estamos nos capacitando e capacitando a sociedade para que todos participem desse processo, que é de suma importância. Também precisamos saber participar dessa luta. Muito obrigada.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: A fala da Maria de Lourdes é muita própria porque é fundamental que os nossos eventos possam ser realmente formados por uma mesa-redonda. Queremos que o Ministério Público esteja ao lado da sociedade numa gestão partici-

pativa. É evidente que devemos cobrar resultados, mas, antes disso, queremos a participação de todos nesse processo. Assim, este espaço contribui para consolidar essa construção. Passarei a palavra para a professora Rita e depois para a Sueli para fecharmos o nosso encontro.

RITA DE CÁSSIA DE FREITAS COELHO: Comentarei brevemente essas observações finais. Trata-se de uma questão muito mais ampla. Hoje, a Educação sofre essa pressão quase que sozinha. A discussão do financiamento, do espaço físico e do mobiliário são questões de mercado. Não existe, no Brasil, quem responda às licitações do FNDE de mobiliário escolar que não venda esse feito. O Governo Federal deve induzir o mercado a produzir uma coisa adequada para a Educação Infantil.

No Brasil, muitas questões ficam reduzidas a pessoal. Essa questão do auxiliar está diretamente ligada à jornada de tempo integral, ao número de crianças por turma e à forma de enturmar o professor. Ela não é uma questão apenas da docência. Ela é uma questão da gestão. Então, se você respeita o número de crianças por turma, se você tem uma enturmação de professor mais consistente e se você está implantando a jornada integral, os municípios estão deixando a desejar na questão do auxiliar. Defendemos a jornada integral, queremos um número de crianças até menor do que o que vem sendo imple-

mentado, somos favoráveis à valorização e às condições de trabalho do professor, mas são esses elementos que estão gerando uma outra solução, ou seja, um outro tipo de arranjo no sistema educacional.

Trata-se de uma política de extrema complexidade porque ela articula os direitos da criança com os direitos da família e com os direitos dos trabalhadores. E esses direitos não são complementares. Muitas vezes, eles são concorrentes. O que é bom para o professor pode não ser bom para a família. O que é bom para a família, pode não ser bom para a criança. É nessa política que devemos negociar essa complexidade de direitos passando pela compreensão que o Celso nos apresentou. É realmente um desafio para o qual devemos encontrar uma saída. Nesse ponto, lamento que a discussão da Educação Infantil se restrinja aos gestores da Educação. Essa participação de vocês, dos sindicatos, das organizações e dos trabalhadores é importantíssima. Peço que vocês nos ajudem a pautar isso na CNTE como um debate nacional.

Para concluir, esse recurso do Brasil Carinhoso, seja o recurso repassado referente a matrículas de crianças de até 48 meses que são oriundas do Bolsa Família, seja ele referente a novas matrículas em estabelecimentos construídos com recursos do Governo Federal, seja o recurso repassado para novas matrículas na Rede Municipal ou Conveniada, é um recurso do município. Não é nem um recurso da

escola nem da família. No entanto, ele tem uma característica muito interessante que o Fundeb não tem: ele só pode ser utilizado na Educação Infantil. Ele não pode ser utilizado no Ensino Fundamental, na EJA e na Educação Especial. Isso já está sinalizando a necessidade de uma alteração do Fundeb. Quando o Governo Federal implementa essa ação, está assumindo que o recurso repassado no Fundeb para a Educação Infantil é insuficiente e está assumindo uma subvinculação do financiamento da União à Educação Infantil. Precisamos saber explorar e discutir o Brasil Carinhoso. Ele é muito importante. Ele não é um dinheiro da escola, nem da criança, nem da família. É um dinheiro da política municipal de Educação Infantil.

Encerrarei o nosso encontro agradecendo o compromisso de todos os presentes. Como representante do Ministério da Educação, coloco-me à disposição para continuarmos este debate. Não se trata de uma formalidade ministerial, é realmente um compromisso de cidadã.

SUELI MARIA BALIZA DIAS: Gostaria de agradecer essa oportunidade de participar desta mesa-redonda e de poder ouvir tantas opiniões que, a meu ver, colaboram significativamente com a melhoria do nosso trabalho. Muito obrigada.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Gostaria de agradecer muito a presença das

nossas palestrantes. Também aproveito para agradecer à nossa convidada, professora Rita de Cássia de Freitas Coelho, que já está devidamente convidada para estar novamente em Belo Horizonte numa próxima oportunidade. Além disso, agradeço muitíssimo à professora Sueli Baliza e ao professor Afonso, que são nossos parceiros e, por isso, estão sempre conosco nessa discussão participativa. Quando temos conflitos, precisamos de diálogo para resolvê-los. Em encontros como este, temos a oportunidade de ouvirmos opiniões distintas para que possamos nos mobilizar para uma Educação de qualidade. Gostaria de agradecer a participação da Maria de Lourdes, do Celso, meu parceiro no encontro, e de todos os presentes. Em breve, estaremos de volta e gostaríamos de contar com a participação de todos novamente. Muito obrigada e até a próxima.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
TRANSCRIÇÃO DO 4º ENCONTRO PELA
EDUCAÇÃO: VIOLÊNCIA ESCOLAR, 30 DE
JUNHO DE 2015.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Escola Institucional do Ministério Público de Minas Gerais (Ceaf), em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação - Promotoria Estadual de Defesa da Educação (Proeduc), da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e do apoio do Movimento “Conspiração Mineira pela Educação”, têm a satisfação de recebê-los neste IV Encontro pela Educação, com o tema “Violência escolar”.

A proposta é de um ciclo de debates e palestras voltado para a reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à educação, por meio da realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento. Os encontros fazem parte das comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chega aos 25 anos no dia

13 de julho deste ano. Para a abertura deste encontro, convidamos à mesa:

- a coordenadora da Promotoria Estadual de Defesa da Educação, promotora de justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, que fará a abertura desse encontro, representando o procurador-geral de justiça Carlos André Mariani Bittencourt;
- a secretária municipal de Educação, professora Sueli Maria Baliza Dias;
- o promotor de justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Celso Penna Fernandes Junior
- e o promotor de justiça em Uberlândia, Jadir Cirqueira de Souza.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Bom dia a todos. É com imenso prazer que fazemos mais uma palestra nesse encontro sobre educação. Muito obrigada pela presença de vocês. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais está “de portas abertas” para essa parceria na área da educação.

Faço um cumprimento especial à secretária municipal de Belo Horizonte na área da educação, professora Sueli Baliza, que mais uma vez nos prestigia, agradecendo a

presença dos colegas da rede municipal e da rede estadual. Faço também um cumprimento e agradeço a parceria com a 23ª Promotoria da Infância e Juventude Cível da capital, à Conspiração Mineira, que também está conosco nesses encontros. E, evidentemente, um agradecimento ao Ceaf, aos meus parceiros, aos meus assessores da Proeduc. Um cumprimento especial ao nosso convidado de hoje, meu colega da comarca de Uberlândia, Dr. Jadir Cirqueira de Souza, que é nosso amigo e nosso colega, e, inclusive, tem um livro publicado na temática sobre violência escolar. Então, estamos bem amparados com esse especialista na área, que faz um trabalho muito interessante. Ele vai falar para nós sobre o trabalho que ele faz em sua comarca.

A temática da violência escolar é de extrema importância para a área da educação, o Ministério Público nacional tem propostas e trabalhos com essa temática. Eu gostaria de fazer referência ao trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público, da campanha “Conte até Dez”, que teve um desdobramento nas escolas. Foi uma sugestão de um plano de aula que o Ministério Público, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, elaborou para os professores tratarem a questão da violência escolar com alunos do Ensino Médio. Além de ser uma sugestão, também é um modo de sermos parceiros na promoção da cultura de paz escolar, meta do Plano Nacional de Educação, a qual temos que enfrentar, em parceria. É

nesse sentido, que elegemos esse tema, um tema de caráter nacional, para tratarmos no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Eu já fiz referência a um trabalho a ser lançado, uma parceria da Proeduc e da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação com a 23ª Promotoria da Infância e Juventude de Atos Infracionais. É um trabalho que faço em parceria com a colega e amiga Carla Lafetá, consubstanciada uma cartilha denominada “Semente para um Mundo Melhor”, elaborada há mais de dez anos e que estamos atualizando. Já temos parceria também com a Secretaria Municipal e com a Secretaria Estadual para divulgar esse trabalho. Então, é mais uma contribuição do Ministério Público do Estado de Minas Gerais no tocante a essa área de combate à violência escolar, mas com esse viés da promoção da cultura de paz, que é uma realidade há muito tempo, não só do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas também do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Nessa fala de enfrentamento à violência escolar, temos os tópicos da mediação escolar e da justiça restaurativa, que muito nos é cara, no sentido de ser uma solução compartilhada para que possamos enfrentar esse tema.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais é parceiro na concretização da mediação escolar e da justiça restaurativa. Dentro dessa cartilha, também vamos colocar tópicos

e fazer referência a esse trabalho que já está sendo desenvolvido aqui no CIA – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente pelos colegas da Promotoria de Infância e Juventude, Atos Infracionais. Vamos fazer referência para divulgar esse trabalho ao restante do estado. É realmente com muita alegria que nós iniciamos essa fala.

Convidamos o Dr. Jadir para nos ensinar, trocar ideias e para debater conosco, nesse bate-papo mensal, de caráter informal, para que todos possam participar desses ensinamentos.

Ao final, costumamos fazer um pequeno debate para discutir as ideias.

PROMOTOR CELSO PENNA FERNANDES JUNIOR:

Bom dia. Esse ciclo de palestras que a promotoria e a Proeduc têm feito desde o início do ano, é continuidade de outro feito antes da divisão da Promotoria da Infância e Juventude e Cível Infracional, que ocorreu no final do ano de 2008 e início de 2009. A ideia desse ciclo de palestras ou de debates é discutir o papel do Ministério Público na educação. Vivemos numa sociedade democrática, e, às vezes, vemos o Brasil como uma bagunça. E a escola brasileira, principalmente, a pública, existe nesse contexto de sociedade democrática confusa. No meu modo de ver, é uma visão equivocada. Não precisamos viver numa sociedade democrática confusa, onde cada um faz o que quer.

O grande lance da sociedade democrática é exatamente permitir a participação de todos, em que cada um exerce a sua função, cada um tem o seu papel, e esse papel não pode ser confundido com o papel do outro. Isso tem que funcionar de uma forma articulada. Faço remissão ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porque isso é previsto exatamente no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹. A escola não foge a essa máxima de uma sociedade democrática. Se se quer que as coisas funcionem, todos têm que fazer o seu papel de acordo com a sua função, atribuição, competência, dentro do espectro legal dessa sociedade. Não podemos tentar fazer o papel de outro, isso não vai dar certo. Precisamos saber qual é nosso papel e qual o papel do outro. Essa questão da escola da qualidade do ensino e da violência dentro da escola reflete essa confusão que vivida no Brasil, essa falta de organização da sociedade brasileira. Esses debates são importantes para discutir, não só o papel de cada um, mas, principalmente no nosso caso, o papel do próprio Ministério Público, que, não que ele seja omissor, mas precisamos entender um pouco o contexto para poder fazer, para ter algum tipo de atuação que realmente ajude, que seja eficaz no contexto da política da educação como um todo. Por isso, é importante que também ouçamos a opinião de vocês que estão aqui.

¹ Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Eu vou passar à leitura do *curriculum vitae* do colega, o Promotor Jadir Cirqueira de Souza, que vai fazer a palestra. Ele é promotor de justiça de Entrância Especial, mestre em Direito do Estado e das Instituições Democráticas, professor do curso de especialização em Direitos Humanos para educadores do ensino médio e fundamental ministrado na Universidade Federal de Uberlândia e autor do livro *Violência Escolar*. É uma honra para nós termos o colega como palestrante. Tenho certeza de que vai ser útil para todos.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Eu gostaria de dizer, antes de passar a palavra para a nossa convidada, a professora Sueli Baliza, que esse ciclo de palestras também tem um viés para a fala educacional do Ministério Público, pois temos alguns trabalhos relacionados a essa parceria com a escola a que farei referência. A Proeduc e o Centro de Apoio dos Direitos Humanos - CAO-DH-, têm um trabalho, o “Educando para a Diversidade”, no qual eu e a promotora Nívea, coordenadora do CAO-DH, fazemos palestras no sentido de mostrar a diversidade na área da educação, e a necessidade de discutirmos esse assunto nas escolas. O colega da área de crimes cibernéticos também faz um trabalho muito interessante no tocante à navegação segura com palestras nas escolas. Temos também a fala do combate ao uso de drogas nas escolas. Nós temos feito um trabalho em di-

versas áreas, mas nesse viés educacional, com colegas que estão sendo parceiros do trabalho educacional junto às escolas. E, como sou coordenadora atualmente da Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, há parceria entre o Ministério Público nacional e o Ministério da Educação - MEC. O primeiro encontro foi feito entre o Ministério Público de Minas Gerais e o MEC em 2012, e esse encontro vai ser também disseminado com outras palestras na temática do CEAF. E mais, nós iremos realizar também encontros regionais na área da educação. O colega Jadir também já se dispôs a participar conosco nas regionais, levando esse tema para fazer com que os colegas, as superintendências e as redes das regionais possam participar conosco desse debate. Então, queremos ampliar os nossos encontros sobre educação que estão sendo feitos com sucesso na capital para as regionais de Minas Gerais.

Eu gostaria de passar a palavra para a professora Sueli Baliza, agradecendo, mais uma vez, a parceria do Ministério Público de Minas e da Proeduc com a Secretaria Municipal de Belo Horizonte.

PROFESSORA. SUELI BALIZA: Bom dia, senhoras e senhores. Eu quero saudar a Dra. Maria Elmira, a quem agradeço pelo convite para estar aqui, mais uma vez, discutindo temas que são tão importantes, tão relevantes para a educação. Eu quero saudar o Dr. Celso, com-

panheiro da “Conspiração Mineira pela Educação”, e ao fazê-lo, estou saudando também os demais companheiros da Conspiração, dizendo que ele sempre foi referência na área da educação. Quero saudar o Dr. Jadir, de quem acabo de ganhar o livro “Violência Escolar” autografado, Violência Escolar; os nossos colegas da rede municipal de educação; os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede, que estão sempre presentes e atuantes; os representantes do Ministério Público; dizendo que o Ministério Público realmente é uma instituição extremamente respeitada, importante para nós na luta pela educação; e a todos.

Eu tenho certeza de que, depois da palestra do Dr. Jadir, poderemos conversar um pouco sobre o que estamos empreendendo na área da segurança, na Rede Municipal de Educação.

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA: Muito bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentá-los e agradecer à minha instituição, o Ministério Público, pela oportunidade de participar da discussão sobre um tema tão importante, como é o da violência nas escolas brasileiras, e, ao dizer isso, quero retribuir as palavras da professora Sueli, do Dr. Celso e, principalmente, da Dra. Maria Elmira. Queria cumprimentar também os colegas do Ministério Público presentes, os colegas que nos acom-

panham, os professores, principalmente meus alunos de Uberlândia, que, tenho certeza que nos veem neste momento, e, em nome dos nossos alunos, da mesa, eu quero cumprimentar todos vocês. O Jota Quest tem uma música muito interessante, todos conhecem, que diz: *o melhor lugar do mundo é o abraço de um amigo*. Eu queria que vocês se sentissem amigos neste momento.

Antes de abordar a violência nas escolas, que é um tema palpitante, que sempre nos traz dificuldades de abordagem, eu preciso falar para vocês que sou aluno da escola pública lá de Porto Franco, do Maranhão. Eu fui zelador de escola junto com a minha mãe, aprendi a lavar banheiro de escola, a cuidar de carteiras, depois fui feirante e militar. Para escrever esse livro, eu proferi mais de 250 (duzentos e cinqüenta) palestras em escolas de Monte Alegre de Minas, de Coromandel, Paracatu, Tupaciguara, Canápolis, enfim, em outros lugares.

Como promotor de justiça, eu trabalho dentro das escolas públicas e das escolas privadas. Eu me lembro de que, quando era criança, chamava-me muito a atenção como nós éramos tratados. Eu lembro de que eu limpava a escola com a minha mãe pela manhã, fazia a faxina da escola, tirava o lixo das escolas, dos banheiros e, depois, eu ia estudar naquela mesma escola. Eu sentia a diferença dos meus colegas, só que eu não sabia que isso me causava

problemas e, no fundo, parece que essa veia de gostar da educação veio dali. Quando se começa a frequentar a escola, nos primeiros passos, nas primeiras ações, começa-se a entender a educação. A partir dessa visão que tive da minha primeira escola, das escolas no Rio de Janeiro, depois das escolas em que participei dando palestras, confesso como errei na minha vida funcional, como agi equivocadamente. A vida é um eterno aprendizado. Quando escrevi esse livro, eu estava tranqüilo, porque se o Brasil tem uma média de leitura de três, quatro livros por ano, tenho certeza de que muita gente não vai ler o livro. Então, posso escrever à vontade.

No dia 8 de junho de 2015, nós fizemos, em Uberlândia, uma parceria entre as escolas municipais, as escolas estaduais, o Conselho Tutelar, Polícia Militar, Polícia Civil, o Conselho Municipal de Direitos, o Conselho Municipal de Educação, ou melhor, um termo de cooperação técnica que vou disponibilizar depois no meu *site*, se a nossa coordenadora permitir mostrando que esse é um tema que não é só da educação, também não é só do Direito, mas que exige essa integração entre as instituições.

Trago no meu cotidiano dois lemas. Martin Luther King, um pastor americano, ao fazer um discurso em Washington, em 1963, coincidentemente, a época do meu nascimento, disse que tinha um sonho. Eu também me pauto muito

por essa ideia do sonho, de utopia, de otimismo. Nós temos um copo com a metade cheia de água e a outra metade, vazia. O pessimista acha que a água vai acabar, mas eu, que a água está aumentando. Como é duro trabalharmos nessa área no Direito com o pessimista, com aquele que acha que não vai dar certo. Se eu ouvisse que não ia dar certo, não teria feito o que fiz na minha vida, não teria visto tantos ex-alunos hoje juízes, promotores, defensores públicos, advogados, enfim, alunos de escola pública que hoje são promotores de justiça, defensores públicos, juízes como eu, como nós, enfim. Eu acredito muito nisso, e essa é uma mensagem central: nós precisamos acreditar naquilo que fazemos. Os dois sonhos que tenho, eu uso muito. O primeiro deles é o nosso tema de hoje: acabar com a violência nas escolas. Cada vez que tenho dificuldades e desmotivação com esse tema, olho meu livro e penso que tenho que trabalhar muito nas escolas brasileiras.

O segundo tema é o acolhimento institucional. Nós fizemos um trabalho em Uberlândia de redução de crianças em abrigos de 250 (duzentos e cinquenta) para 30 (trinta) crianças. Fui em mais de 100 (cem) casas para visitar as pessoas pobres, humildes, carentes, necessitadas, simples, das periferias, que não têm nenhuma noção do que é processo, do que é Direito. Esses dois sonhos que me movem e espero, sempre, que possamos discutir com otimismo. Nós temos que lembrar que a vítima, na escola, precisa de

proteção e que a criança abandonada precisa do sistema de justiça e do sistema municipal de proteção.

Como homenagem a vocês, que são muito simpáticos e atentos, eu trouxe os dois livros para fazer um sorteio. O livro sobre a violência escolar, e o que fiz sobre o trabalho de retirada de crianças de abrigos, que não é um trabalho meu, mas da rede. O que fiz de diferente foi ir às casas, nos finais de semana, nos feriados, depois do trabalho, depois das aulas, depois do livro, para conversar com as famílias e para sentir o que elas queriam. Elas diziam: “eu quero meu filho de volta. Por favor, como faço isso?” Assim, eu comecei a trabalhar dentro da rede, mostrando a realidade para as pessoas e motivando-as para agirem. No começo, falhei bastante, porque elas não entendiam o que eu estava fazendo juntamente com o colega Epaminondas, com a juíza de Direito à época e com os conselheiros tutelares. Atualmente, parece que Uberlândia entendeu que a melhor forma de proteção da criança ou do adolescente é na família, mesmo que ela seja pobre. Só podemos tirar as crianças das famílias, em último caso, como última razão de ser, e, além disso, por pouco tempo.

Estou fazendo essa introdução, até certo ponto longa, para mostrar a vocês, inicialmente, que nós estamos na rede. Nós somos, ao mesmo tempo, executores das ações e estudiosos das ações. Os defeitos e os erros que eu cometer hoje são muito mais produto da emoção muito forte de es-

tar aqui presente do que por negligência. É mais por conta da oportunidade de mostrar para Minas Gerais e para o Brasil que estamos atentos à situação de nossas crianças e adolescentes, dos nossos professores e dos nossos diretores. Atualmente, gosto tanto da educação, que cito, nos meus trabalhos, mais educadores do que juristas, algo que, às vezes, choca os meus colegas, porque eu acabo falando mais de quem está na educação do que no direito. Por que é tão importante esse tipo de evento? Porque nós queremos saber algo que pode mudar a nossa realidade, senão não teria sentido nenhum deixarmos nossos afazeres e vir aqui. Vou tratar do tema do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático, ou seja, o que fazer e o que não fazer em uma multiplicidade de soluções e de ações implementadas diariamente. Não dá para eu enumerar quais as ações que o Ministério Público do Brasil adota, ou quais as ações que as escolas adotam. Oxalá que tivéssemos tempo de mostrar todas as boas ações. Em relação à violência escolar, o que chama a atenção da imprensa nacional é o ato infracional, é a violência. Lamentavelmente, não chama tanto a atenção da sociedade, da imprensa em geral, enfim, dos nossos grupos, as boas ideias, as boas ações, as boas medidas, aquela excelente aula que “prende” os nossos alunos na carteira. Vim para cá de ontem para hoje e aconteceu algo inusitado. Nós que escrevemos sempre observamos os outros e, por isso, somos péssimos. Entramos no avião e, na decolagem, a aeromoça, disse para desligarmos os celu-

lares, os *tablets* e os *iPhone*. Percebi que o grande medo das pessoas que viajam de avião não é o de o avião cair, mas ter que ficar meia-hora, dez minutos, sem o celular ligado. Conversei com um amigo meu do lado, ele disse: “puxa vida, que hora que vou voltar a usar o meu aparelho?” Estamos esquecendo os valores essenciais. Transfiram isso para a sala de aula. Como é que nós, professores, temos de enfrentar esse dilema do celular em sala de aula? Pode ou não pode? Como é que fazemos essa negociação?

Como pesquisador, pretendo responder a três perguntas básicas. A primeira é: há violência nas escolas? A segunda é: quem mais sofre com a violência nas escolas brasileiras? E a terceira, que decorre, obviamente, da resposta afirmativa na primeira: como fazer para reduzir essa violência que acontece nas escolas?

Tal tema é de pouca pesquisa e pouca discussão acadêmica, já que são raros os pesquisadores e os professores, que se dedicam a essa temática. Ela acaba sendo transversal. No fundo, o professor-vítima da violência, o aluno-vítima da violência, o pai-vítima gera na escola a sensação de impotência e de impunidade. E essa sensação de impunidade, muitas vezes, transforma-se em atos violentos, em pesimismo, num aparente comodismo institucional. Deixa como está, se está ruim, podia estar pior. Para quê fazer alguma coisa? Então, essas três perguntas são básicas.

Algumas soluções, temporárias ou permanentes, vêm sendo trazidas a público. Nós precisamos ter muito cuidado e muita cautela nessa discussão, porque uma solução que vem ganhando muita força é a da militarização nas escolas. Para mim, seria muito cômodo defender essa solução, porque fui militar durante 12 anos. Tenho formação militar por essência. A militarização pode resolver em curto espaço de tempo, mas ela, apenas, não vai resolver o problema da violência nas escolas. Outro fundamento, muito em voga no nosso meio, é o da judicialização da temática educacional. Nós, do Ministério Público passamos por três etapas, as quais eu vivi muito bem. Quem fala muito bem sobre isso é o professor Marcelo Pedroso. Até 1988, o Ministério Público era meramente *parecerista*, limitando-se, nos processos, a ofertar pareceres e escritos, bem como a auxiliar os juízes nas decisões. A partir de 1990, surge a minha geração, que é a do Ministério Público *demandista*. Nós nos contentávamos em ajuizar ações perante o Poder Judiciário para resolver conflitos individuais, ou, especialmente, conflitos coletivos. Eu entrei em 1991, no auge dessa fase, em que todos os problemas da sociedade eram judicializados. E fizemos uma crítica interna à instituição: será que valeria a pena transferir, para outras instâncias, aquilo que nós podíamos, dentro do Ministério Público, buscar resolver? Assim surge a terceira etapa, que nós chamamos de Ministério Público *resolutivo*. Essa é uma etapa nova, moderna, a qual vamos buscar resol-

ver perante a sociedade antes do processo, porque esse é frio, é escrito, é técnico, é formal, é burocrático. E, na solução do problema, nós conseguimos angariar a força da sociedade. Eu sou um vitorioso, por essência, porque quantos alunos eu tenho que veem a vida de outro modo, por conta daquilo que eu disse na sala de aula. Quantos alunos e alunas, que percebem que a solução dos conflitos passa por uma discussão interna e local, e não por uma discussão fria e hermética. E para que essa discussão possa ganhar força, precisamos romper com os mitos. O Ministério Público atual é uma instituição resolutiva, que se posiciona ao lado da sociedade, às vezes, dentro da sala de aula juntamente com o professor, outras vezes, recebendo o professor no gabinete, indo à escola conversar com o professor, ou com o diretor, para buscar a melhor solução, levando em conta os interesses do direito à educação de qualidade para todos. E, nesse embate, tenho certeza de que há choques, superposição de ações e conflitos institucionais gravíssimos.

É muito importante que estejamos atentos para a realidade, ou seja, nós precisamos efetivamente buscar a solução dos problemas da nossa sociedade. Nessa busca, comecei a gostar dos educadores, pois eles diziam: “olha, somente a Polícia Militar nas escolas não resolve, somente o processo não resolve; somente a educação não resolve.” Como a educação sozinha vai resolver, por exemplo,

o crime que acontece nas escolas? O ato infracional nas escolas? Não é incomum ouvir, ocasionalmente, de diretores, que “naquela escola a polícia não entra, promotor de justiça menos ainda, porque lá, ele resolve os problemas da escola apenas com a educação”. Torço para ele ter razão e acredito que, daqui a alguns anos, ele possa ter razão. O objetivo desse trabalho é exatamente que esse educador tenha razão.

Há um livro da repórter Amanda Ripley, uma repórter inglesa, em que ela estuda as três melhores escolas, os três sistemas educacionais que foram mais bem qualificados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA², em 2012/2013. Ela foi ver a educação na Finlândia, na Coreia do Sul e na Polônia sob a visão dos alunos, e não dos técnicos. Ela nos mostra que a violência nas escolas de excelência é realmente diminuta, e mais ainda que, para chegarmos ao patamar da educação de qualidade de ponta, devemos passar pelo processo de enfrentamento da violência, como lá também se passou. O enfrentamento

2 O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante, há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos/>. Acesso em: 21 out. 2015.

da violência requer maturidade intelectual e domínio da educação e do direito. Certa vez, eu assisti a um filme excelente chamado “O Resgate do Soldado Ryan”. Nesse filme, trava-se um diálogo entre os soldados que vão buscar o soldado Ryan. A mãe dele estava à beira da morte e os militares tiveram que ir ao *front* de batalha para buscá-lo. Daí os colegas questionaram o capitão por que eles deveriam morrer, por que eles deveriam separar dez militares para buscar apenas um. Cada um dos soldados dá uma idéia e questiona o capitão. E este, tal como um professor, deixa todos falarem e elogia as ideias dos soldados. Um diz que não vale a pena, outro questiona por que a mãe do soldado a ser resgatado é mais importante do que a dele. Não é mais importante enfrentarmos batalhas necessárias do que resgatar um soldado, por causa da mãe dele que está passando mal? Um soldado muito astuto pergunta ao capitão sobre o que ele achava. E o capitão responde que ele não poderia falar, porque ele não poderia reclamar com os subordinados, para manter a fleuma, a hierarquia, a disciplina. E esse militar perguntou ao capitão o que ele diria caso ele fosse o major. Ele respondeu que seria uma missão muito bonita e que, se pudesse, morreria por esse soldado. Qual é a mensagem que extraí dessa simples passagem? Que não podemos reclamar dos nossos problemas para os nossos alunos, porque, quando assim fazemos, passamos uma carga pessimista para eles, que passam a nos ver como desmotivados, como pessi-

mistas, como pessoas tristes. Assim, eles não conseguem ver naquela figura paterna e materna que, muitas vezes, falta na família, o prazer de ser educador, de ensinar, de orientar, de apontar os caminhos.

Quando nos colocamos para os nossos alunos como vítimas (muitas vezes é certo se colocar como vítima, mas não para os nossos alunos), acabamos passando uma imagem ruim para eles. Nesse debate da violência escolar, não há culpados, não há heróis, não há vítimas. Isso é muito importante, porque nos debates de que participamos, muitos se colocam como vítimas, outros se colocam como algozes. Nessa discussão entre quem é vítima e quem é algoz, não avançamos. E quando não avançamos, quem perde são nossas crianças, que acabam se tornando vítimas, sem direito a falar. Então, lembrem-se sempre do capitão no filme “O Resgate do Soldado Ryan”.

Eu conheço os educadores, muitos deles, bastante. É necessário que os nossos educadores também nos conhecessem, conhecessem o direito e não dá para fugirmos dessa discussão.

Eu me lembro de que, há algum tempo, eu vi na televisão, talvez no Fantástico, a seguinte notícia: há 25 (vinte e cinco) anos exatamente, no dia 13 de julho de 1990, irmãos gêmeos nasceram no hospital e foram furtados da maternidade. Eles perceberam claramente que precisavam

se encontrar. E eles tinham alguns traços comuns. O primeiro traço era a mesma origem, a mesma mãe, o mesmo pai, o mesmo local de nascimento. Esses meninos-alunos foram crescendo e se tornaram adultos. Quando a repórter começou a entrevistá-los, já com 25 anos de idade, percebeu que eles tinham características diferentes. Um deles era mais formal, mais burocrático, mais introspectivo, gostava mais da força, da autoridade, ele usava terno. E o outro irmão era diferente, andava de tênis, calça jeans, gostava de ciências sociais, detestava a formalidade, era professor, detestava relatórios. Eles se encontram um dia e percebem que têm a mesma origem, os mesmos objetivos, os mesmos ideais. Sabe qual o nome desses dois irmãos? Educação e Direito. Ambos nasceram na Grécia. O Direito vai ter a sua força em Roma, o Direito Romano; a educação, Atenas, Grécia. Ambos têm, portanto, a mesma base filosófica. Na Idade Média, há o declínio do direito e da educação, que é pouco exercitada. No Brasil, em 1500, há, de um lado, o direito dos jesuítas, que vieram para o nosso país. Do outro lado, a educação era dos jesuítas. O nosso direito veio de Portugal nas Ordenações Afonsinas. O professor Ghiraldelli Junior, um filósofo de São Paulo, divide a história da educação em duas áreas, tratando da história da educação do ponto de vista da pedagogia, das práticas pedagógicas, e das políticas públicas da educação. No livro, eu fiz recortes. Eu podia tratar da violência nas escolas apenas sobre o recorte da pedagogia, mas eu

comecei a tratar, até pela função que eu exerço, da violência escolar, da educação, dentro das políticas públicas. Os irmãos, que se separaram na maternidade, não sabiam, mas moravam na mesma cidade e tinham as mesmas preocupações: a defesa da sociedade. O Direito e a Educação têm o mesmo objetivo de defender a sociedade. Eu sou muito feliz, digo isso para meus alunos todo dia, porque comecei a entender que nós, educadores, pensamos com base na leitura da educação. Incomodava-me muito é que promotores, juízes e advogados pudessem ser professores apenas por serem promotores, juízes e advogados. Eles podem ser professores, os educadores têm o conhecimento que nós, do Direito, precisamos. Comecei a ler os livros da educação e me chamou a atenção aquele chamado “Aula nota 10”, do autor norte americano, Doug Lemov. Em resumo, ele buscou, nas escolas americanas, as 100 (cem) melhores práticas na arte de transmitir o conhecimento. No livro, ele mostra claramente que, quando nós, professores, saímos das universidades, precisaríamos fazer como na Finlândia, em que nós passamos um ano praticando a transmissão do conhecimento na sala de aula, lembrando que os nossos grandes doutrinadores da educação precisam ver a prática do educador na escola. A partir do momento em que comecei a amar a educação, comecei a usar os fundamentos da educação no Direito. Há uma sensível melhora na qualidade das aulas, quando nós, do Direito, buscamos os fundamentos das aulas na

educação, que os senhores estudam no cotidiano, ou seja, como transmitir esse conhecimento com qualidade. Esses dois irmãos, Direito e Educação passam a ser tratados em conjunto e sem saberem.

Aos estudarmos o direito à educação no Direito brasileiro, verificamos que ele foi incorporado em todas as Constituições da República, na de 1824, que foi a primeira; na de 1889, que foi a segunda; na de 1934; na de 1937; na de 1946; na de 1967 ou 1969, e na Constituição de 1988³. O direito e a educação vêm andando no mesmo passo, no mesmo documento. E, em 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente⁴. Eu tive dificuldades intelectuais de, no primeiro capítulo do livro, fazer esse encontro de irmãos, o irmão-direito e o irmão-educação. Foi difícil perceber como o jurista vê a violência nas escolas, como o educador vê o direito, porque eram áreas isoladas. Do ponto de vista jurídico, havia ao lado das constituições federais também as leis educacionais. Para discutir a violência escolar, precisamos discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente e entender, ainda que em linhas gerais, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e

3 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

4 BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

Bases da Educação nacional⁵. São essas leis, que formam o tripé. Quando falo em educação, vou da educação superior ao ensino médio, ao fundamental, ao infantil. Lamentavelmente, devo dizer que precisamos entender o básico, pois, desse modo, vamos começar a falar a mesma língua. Educação e Direito precisam conversar muito, mas é muito difícil esse diálogo, porque eles chegam à discussão armados, e, assim, não discutem, vão para a guerra.

A violência na escola, portanto, passa pela junção de forças. Eu sempre digo aos meus colegas para aceitarem os convites feitos pelos professores de irem às escolas, pois querem nossa presença na sala de aula. Nós, juristas_ façamos essa crítica pública_ aprendemos a discutir o direito a partir do momento em que o fato já aconteceu, mas precisamos discutir o direito para não deixar que o fato aconteça. Andando pelo fórum, às vezes me dá a impressão (quem leu o José Saramago, o “Ensaio sobre a cegueira”), de que as pessoas estão cegas naquele espaço, pois não percebem que esforços e valores são gastos para alimentar uma máquina enorme, cara, complexa, para tratar da violência depois que ela aconteceu, quando seria mais barato, mais simples, mais objetivo e mais efetivo tratá-la antes que ela ocorresse. Eis a razão de ser desse trabalho: tratar da violência na perspectiva de que ela não aconteça.

5 BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

Numa palestra, alguém falou que o meu livro defendia que nós tivéssemos que exigir força, rigor. Não é nada disso, porque falo muito menos de direito e muito mais de educação, de consenso, de acordo, de resolução. Para chegar à negociação, precisamos entender o sistema, e o sistema jurídico. E eu podia ficar falando da educação, porque adoro esse tema; podia trazer exemplos de belas escolas, que precisavam ser repassados nacionalmente e que, muitas vezes, não são sequer colocadas em livro.

Vamos falar daquilo que acredito que seja o objetivo maior de nossa presença, que é o significado da violência escolar. O título do livro foi criticado por alguns educadores, que disseram que só tratei da violência na escola. Ele é apenas um chamativo, um *locus*, o local onde se discute a violência. Talvez eu tenha tratado muito menos, na verdade, da violência da educação, eu tratei muito mais da proteção da educação, de como fazer para que não aconteça a violência no ambiente escolar. Então, eu me rendo, inclusive, a essa crítica, dizendo que seria mais interessante o título “Violência nas Escolas”, e não “Violência Escolar”. Como diz Eric Debarbieux, professor francês, que tem um livro cujo título é: “Violência na Escola, Um Problema Mundial?”, ele começa essa discussão da violência nas escolas com o significado da violência. Na área jurídica, temos belíssimos autores que falam da violência na sociedade. Na educação, parece que Chesnais tem um livro

chamado “História da Violência”, que vem mostrando como a violência se forma na sociedade e como ela vai ganhando nomes, denominações, fundamentos diversos ao longo das gerações. O primeiro cuidado que precisamos ter numa pesquisa é qualificar corretamente o termo. Às vezes, os meus alunos, meus orientandos, têm a dificuldade de expressar no título aquilo que eles querem tratar. E essa violência é chamada na França de incivilidades. Lá, o pessoal da área criminal chama essa violência de crimes e contravenções penais. Na educação, chamamos de indisciplina. Precisamos os termos, mas percebo nitidamente nas discussões, que há confusão conceitual nesse ponto. Quando confundimos os termos jurídicos e educacionais, começamos a adotar medidas que não são as melhores, e, mais à frente, percebemos que perdemos a razão de ser do trabalho, que, muitas vezes, é esquecido, porque faltou conhecimento básico. Ora, esse conhecimento básico requer o domínio, primeiro dos termos, segundo, dos atores desses processos, e terceiro, das medidas e suas execuções. Quem faz o que nessa dinâmica? Debarbieux tem um livro só com o título “A Violência”, em que ele mostra que, em dez países, temos um tipo de violência que é tratado pela educação e outro, que é tratado pelo direito. Em todos os países, eu falo Alemanha, França, Itália, Bélgica, todas as políticas públicas adotadas sempre partiram do pressuposto de que precisamos aliar o direito e a educação. Políticas pú-

blicas do direito e da educação precisam caminhar lado a lado para que se possa enfrentar a violência nas escolas.

A terminologia “violência nas escolas” é, portanto, a que temos usado no cotidiano. O termo é único, mas o tratamento dado pela lei e pelo direito são diversos, então esse é o ponto a partir do qual não avançamos, porque não dominarmos a fundamentação. Nós vamos fazendo círculos, daqui, por exemplo, a cinco anos, eu volto a Belo Horizonte e vou falar a mesma coisa, que nós precisamos discutir o direito e a educação. Existe a violência? Sim, existe. A ONG Plan Internacional diz que gastamos, por ano, no Brasil, 943 milhões de dólares com a violência nas escolas. Nós temos uma média semanal sobre violência nas escolas, aumento da violência, enfim, que pode se consultada no Google. A *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* ou Econômico - OCDE, que também é um organismo internacional, forneceu também uma média de que 12,5% de professores são semanalmente agredidos. No entanto, se a análise for feita com base nas pesquisas, vai haver uma constatação, mas se ela for feita dentro das instituições do direito e do ensino, vamos verificar que os valores são ínfimos. Digo isso porque sou testemunha presencial. O professor não pode jamais ser agredido em sala de aula. É preciso que exista uma resposta efetiva, rápida e imediata em relação à violência praticada contra professor, ou contra aluno, em sala

de aula. Ora, verifiquem se algum registro de violência em sala de aula do livro do diretor chegou ao REDS, que é o registro da Polícia Militar; se esse REDS foi transformado num inquérito pela Polícia Civil; se esse inquérito chegou à mão de um promotor de justiça e se este levou o fato ao Poder Judiciário. Por favor, façam essa pesquisa, é importante. No Direito, estamos discutindo até hoje Embargos de Declaração. Estamos discutindo, na cidade de Uberlândia, para dar um exemplo nosso, reintegração de posse, numa época em que a *Internet* está a todo vapor, em que as fazendas são poucas, em que a atividade industrial é muito mais forte que a atividade agrícola.

Precisamos pesquisar a violência em nossas escolas. Não dá mais para agir na base do *achismo*: “eu acho que tem violência; que tem drogas; que tem crime, que não tem crime.” Nós somos educadores, nós somos cientistas. Temos essa obrigação com a nossa sociedade. Qual é o nível de violência que temos em nossa escola? Como ela se manifesta? Quais os males que ela causa? Quais as políticas públicas já realizadas no Brasil que podem melhorar a nossa educação? Nós temos os bons exemplos, sempre. Então, para discutir esse tema na escola é fundamental pesquisar. Não tenho alternativa. Na escola, pergunto: qual o problema mais grave que você tem? Se pergunto para o aluno, ele diz um; se pergunto para a professora, ela diz outro; se pergunto ao diretor, ele fala outro, se pergunto para os

pais, eles dizem outro, e o policial, outro. Todos nós temos problemas e se nós não nos unimos em torno deles, não achamos a solução. Aí vêm a crítica, a má vontade, o pessimismo. Quando fiz o concurso para promotor de justiça, diziam que filho de pobre não passa. Nordestino, feirante, militar, sem pai e mãe no Direito? Sem conhecer o governador, o presidente da República, o deputado, não vai passar. E nós passamos com a educação. É só com a educação.

Precisamos definir qual o nível da violência em nossa escola e em nosso trabalho; quem mais pratica e que não pratica a violência nas instituições, os motivos pelos quais se pratica a violência. Vamos tratar de ato infracional na escola. A primeira coisa a se pensar: existe o ato infracional na escola? Sim. Qual o nível desse ato infracional? Qual o tipo de ato infracional? Quem vai responder essa pergunta é a pesquisa. É ela que vai dizer qual o tipo de ato infracional que acontece na escola. E o que é o ato infracional para quem não é do Direito? É o crime ou a contravenção penal. O artigo 103 do estatuto diz: “Aplica-se à criança e ao adolescente todo o Código Penal”.

Nesses dias, dando aula lá na UFF, para professores do ensino médio e fundamental, no curso de especialização de direitos humanos, uma senhora, muito bacana por sinal, chegou na aula e falou que não acreditava no ECA, porque ele só traz direitos, mas não traz deveres. Eu pensei que a

batalha seria dura, mas que iria convencê-la de que o ECA tem direitos, mas também deveres. No último dia de aula, ela reconheceu que o estatuto traz direitos e deveres. Nós, do Direito, sabemos que há sempre um direito ao lado de um dever. No ECA é assim, como também na Lei Maria da Penha, no Estatuto da Igualdade Racial, no Estatuto do Idoso, no Estatuto do Índio, no do Meio Ambiente. O ato infracional é excepcional, ele não pode ser tratado como comum, nem como regra, porque se, nas escolas, o ato infracional for dominante, é preciso substituir o educador pelo militar, pois é dele a função de tratar do ato infracional, e não do educador. Esse ato infracional, numa linguagem bem simples, é o crime ou a contravenção. O Código Penal brasileiro, que é aplicado aos adultos, também deve ser aplicado à infância e à juventude no Brasil por uma regra do artigo 103 do ECA. Ele apenas muda o nome. É simples. Quando adultos praticam a violência, chama-se crime; quando adolescentes e crianças praticam, chama-se ato infracional. Na escola, pode haver confusão nas três situações, o que é crime, o que é indisciplina e o que é situação de risco. Então, é preciso elaborar uma pesquisa sobre a quantidade e a qualidade dos atos infracionais que acontecem nas escolas. Por que isso é fundamental para nós professores? Porque quem cuida do ato infracional é o setor externo à escola. Vejo, diariamente, aluno que pratica ato infracional grave. Sou adepto do ato infracional apenas para aqueles casos realmente necessários. Muitas

vezes, o aluno que pratica ato infracional grave, como, por exemplo, agressão a professor, é simplesmente suspenso da escola. Frequentemente isso é publicado nos jornais, mas como o professor não tem informação técnica, ele “imagina” que a punição, para esse caso, é a suspensão.

Assim, aplica-se o remédio da educação onde era para ser aplicada a pena como remédio para o crime. Os médicos falam muito isso, “pouca medicação para doença grave não surte efeito nenhum; muita medicação para doença simples mata o paciente”. O mais grave disso é que, quando chega no domínio público, alguém pode entender que professor pode até ser espancado em sala de aula que o aluno vai ser apenas suspenso. Aí há vários problemas, pois esse aluno não foi punido, não foi processado, nem sequer investigado, e o professor se tornou vítima. A mensagem passada para os demais alunos é de que agredir o professor pode, não pode é matar. O ato infracional não é problema da educação. Nós somos vítimas desse processo, mas precisamos saber disso para cobrar do sistema de justiça e de polícia, como agir para evitar o ato infracional na escola. Esse é um problema que não é só da educação, mas do sistema externo, denominado sistema socioeducativo, que é composto de duas áreas, um sistema chamado de apuração do ato infracional, que vai da atuação do policial militar, do policial civil, do promotor de justiça, do juiz. Terminado esse processo, começa um segundo processo, que é chamado de execução da medida. Quando o

ato infracional acontece na escola, ele não pode ser tratado diferentemente. Nós, diretores e diretoras, não podemos confundir indisciplina com ato infracional. Não importa se a criança ou adolescente é pobre, rico, reincidente ou não. O importante é que o sistema externo precisa agir. E o ato infracional pode ser, por exemplo, a ameaça de morte do professor; matar o professor em sala de aula também é ato infracional. Quem vai diferenciar o ato infracional pela gravidade não é o professor, mas o juiz de direito. Não podemos negociar com esses fundamentos, porque são históricos e universais. Ato infracional, crime, é da polícia. Os educadores precisam verificar o que a Polícia Militar fez com o fato. Esse fato gerou ocorrência? Ele gerou apreensão em flagrante. Ora, se está acontecendo o flagrante, é preciso agir, é preciso prender. Se for adolescente, é preciso apreender em flagrante. E não estou falando da brincadeira da ameaça da sala de aula do dia-a-dia, não é nada disso. No Direito, nós chamamos do Direito Penal do Inimigo, em que tudo é crime. Quando esse fato transborda e começa a causar comoção social e escolar com base na vítima, é preciso agir. O professor, naquele momento em que está dando a aula com o projeto de aula, precisa saber exatamente como fazer para agir na matéria relativa ao ato infracional. É preciso conhecer o que faz a Polícia Militar. Ora, se é ato infracional, o policial militar precisa ir à escola. Não defendo o policial na porta das escolas todo dia, como muita gente da educação defende.

Eu defendo o oposto. Só que nesses casos em que estou trabalhando é necessário. O mais importante, ainda, é acompanhar o que foi feito, e não temos pesquisas a esse respeito. Ninguém pesquisa sobre a efetividade da apuração e punição dos atos infracionais nas escolas. Nós estudamos, mas será que o professor lá na sala de aula sabe como agir? Ele sabe o que a polícia vai fazer? É importante deixar claro que o estatuto diferencia a criança e o adolescente. O adolescente é de 12 a 18 anos. Se for criança que pratica o ato infracional, chamamos o Conselho Tutelar, não a Polícia Militar ou Polícia Civil. Maldosamente, na faculdade em que leciono, faço a seguinte questão: Presidente da República foi ferido por uma criança. Como vocês sabem o presidente é uma das pessoas mais importantes do país. Quem deve ser acionado para cuidar do ato infracional praticado por criança? A maioria responde juiz, promotor, Polícia Federal, CPI, STF, mas se vê de tudo. E eu só queria que respondessem Conselho Tutelar, porque envolve criança, de 0 a 12 anos. Se for injusto, deve-se reclamar com o Congresso Nacional, pois está na lei infelizmente, é assim que funciona o sistema. Os adolescentes devem ser apreendidos e levados à presença do delegado de polícia no instante em que está ocorrendo o ato infracional, quando acontece o flagrante. Se o delegado de polícia decidir manter a internação desse adolescente, ele assim permanece, sendo levado à presença do promotor de justiça, no mesmo dia ou no dia seguinte. Fazemos

uma audiência com esse aluno, com os pais e, muitas vezes, com a vítima. Quando vejo que, numa audiência de apuração de ato infracional, o aluno está criticando muito a vítima, paro a audiência e chamo a vítima, por telefone e aí muda a história completamente. Na audiência, vamos estabelecer algumas medidas. Se o ato infracional for grave, requer a continuidade da internação, o promotor de justiça se obriga a pedir ao juiz de direito que determine a internação provisória, para que esse adolescente seja julgado em 45 (quarenta e cinco) dias. É em todo caso assim? Não, é excepcional, ocorre nos casos graves, em que existe violência ou ameaça. No entanto, agimos nessa área sob uma ótica equivocada, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente fala que, quando o ato infracional contiver, na materialidade, a violência ou grave ameaça à pessoa, é possível a internação provisória. Quando ele se referir à violação de patrimônio, por exemplo, ou de outros bens que não sejam a vida ou a liberdade, é possível a aplicação de medidas em meio aberto. Contudo, nós do Direito, ainda invertemos essa equação. Eu atendo por dia lá em Uberlândia cerca de 10, 12 adolescentes apreendidos em flagrante. Atendi um de uma escola. Nove, tráfico de drogas. Mas não é o tráfico de drogas, é o *trafiquinho (sic)* de drogas, duas pedras, três pedras, cinco pedras, quatro pedras, dez, vinte, raramente, não sei se aqui é assim, passa de 100 (cem) pedras, mas esse é o *traficante*. Quando liberamos esse adolescente, vem uma “gritaria geral”, dizem-

do que está errado. Só que não está errado, o sistema é assim. Ele deve privilegiar a proteção da vida, da liberdade das pessoas, não a proteção patrimonial. O tráfico mata, mas se ele mata, precisamos prender o traficante. Não é esse *pé-de-chinelo* que chega ao fórum e diz que é traficante. Dá vontade de dar uma chupeta para ele, dar uma bala, em vez de dar cadeia, porque, na realidade, ele nem sabe o que é isso. Se, na área criminal, perguntamos se alguém é traficante, eu duvido que o traficante diz que é traficante. Se fizermos uma pesquisa nos depoimentos dos adolescentes perante o promotor de justiça, vamos verificar que a metade deles diz que é traficante. Ele queria ser bom filho, bom aluno, mas não deu certo, então, decidiu virar um grande traficante. E, assim, o sistema acaba não funcionando. Estou falando tudo em hipótese. Aconteceu o ato infracional na escola, o policial militar foi acionado, a escola ou o policial chamou os pais, chega-se à delegacia, faz-se uma audiência, que é transferida para o fórum. Lá, o promotor de justiça recebe o adolescente e inicia um processo contra ele, por causa desse ato infracional. O processo terá que ser julgado em 45 dias, se o adolescente estiver apreendido. Eu não estou falando de oito anos, mas de 45 dias. Em Uberlândia, há um juiz chamado Dr. José Roberto Poiani, que não perde esse prazo nunca. Todas as vezes em que ele é acionado para julgar os fatos, ele o faz em 45 dias. Ele não libera um adolescente acusado de crime grave por causa de prazo. Ele assume a ideia

de que a punição do ato infracional, para ser efetiva, precisa ser rápida, objetiva e eficaz. E, no final do processo, esse adolescente terá direito à defesa sempre. Os advogados, a Defensoria Pública, acompanharão esses adolescentes desde a fase da Polícia Militar até a fase do juiz, trazendo o outro lado, ou seja, a visão da defesa, que é importante e tem que ser prestigiada. No final, o juiz decide, dizendo se o adolescente realmente agrediu o professor, que esse ato é reprovável, que esse ato não pode acontecer. Ele pode aplicar advertência, como pode aplicar a internação. O juiz é livre para trabalhar com a advertência ou com a internação. Ele vai graduar o fato de acordo com a gravidade. Ele precisa entender que esse ato infracional que acontece na sala de aula tem maior repercussão negativa do que aquele que acontece, por exemplo, na rua. Não estou desprestigiando o ato do bairro, mas dizendo que essa ação precisa ser rápida, efetiva e exemplar para que o aluno perceba que ele não pode repetir aquela conduta. Nesse ponto, o ato infracional, portanto, precisa ser tratado não por nós, educadores, mas pelo sistema de justiça socioeducativa. Então, o juiz vai tratar do ato infracional ocorrido nas escolas. O vereador não pode tratar do ato infracional da escola, pois esse é um tema já tratado exhaustivamente na legislação federal. Ele pode até elaborar lei, mas ela não terá utilidade prática, porque já se tem regulamentação legislativa, chamada de exaustiva, que contempla todos os aspectos relativos ao ato infracional.

Os educadores e educadoras têm esse primeiro ponto a discutir. O ato infracional é um problema do sistema de justiça, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do promotor de justiça, do juiz. Nós precisamos conhecer esse sistema e dialogar com o juiz, com o promotor, com o policial militar ou civil, com o delegado para saber suas carências. Eles não são perfeitos, também têm falhas, salários defasados, condições de trabalho precaríssimas, sendo que, em algumas cidades brasileiras, não há delegacia de policial e nem policial. Criticamos o ECA, culpando-o por isso. É o Estado brasileiro que deveria garantir a todas as escolas, públicas e privadas, a possibilidade de acionar o sistema de justiça sempre que acontece o ato infracional. Teoricamente, o ato infracional é um problema de educação ou de justiça? É lógico, que, quanto mais há educação, menor é a quantidade de atos infracionais, mas apenas por haver educação, não podemos dizer que não há crimes ou atos infracionais.

Passamos para as pessoas a seguinte idéia: se for educado, não comete crime; se for mal educado comete crime, mas o crime é comum a todas as áreas. A pedofilia e os abusos sexuais acontecem nas camadas ricas da população brasileira. O cidadão não tem na testa que é pedófilo, que é criminoso sexual, mas ele pratica esse crime escondido. A chance de ele ser punido por esse crime é de 1%, o que não atemoriza ninguém. O ato infracional praticado pelo

adolescente na escola, portanto, precisa ser tratado como tal. Temos a tendência de tratar o ato infracional como problema da educação. Discutimos hoje a redução da idade penal, porque o ECA não funciona. Ele não funciona, porque só reclamamos dele, mas nós não o conhecemos. Eu me lembro de um deputado falecido, não sei se era chamado Roberto Amaral, que era um defensor ardoroso da pena de morte. Ele foi eleito sempre com a defesa da pena de morte no Brasil. É um discurso fácil criticarmos o estatuto, mas é um discurso difícil, perguntarmos porque o estatuto não entrou em vigor ainda em nossas escolas. Quem é responsável por fazê-lo funcionar? Quem é responsável por ligar a chave do carro? Somos nós, a sociedade. Somos nós, Estado. Somos nós, professores. Somos nós, pesquisadores, que precisamos discutir esse ato infracional. Esse sistema precisa funcionar 24h como funcionam os bombeiros, a Polícia Militar. Nós precisamos ter equipes prontas para debelar o incêndio que acontece nos prédios, nós precisamos ter equipes prontas para debelar o ato infracional em qualquer lugar da sociedade, mas, principalmente, nas escolas.

O segundo ponto é de vocês, não do Direito. A indisciplina escolar é um tema dos educadores. É a intervenção pedagógica, clássica, clara, evidente. E se o ato infracional deve ser tratado como exceção, não como regra, com a indisciplina também deve ser assim. O que pode acon-

tecer num remédio a mais? Podemos fazer da escola um tribunal, e quando a escola gosta de ser tribunal, começa a perder a essência e a direção. A indisciplina de que estou falando é a indisciplina grave, a severa, a que afeta a atividade pedagógica. Não é aquela simples, do dia-a-dia. Se o aluno está colando, eu tomo a prova dele. Para isso, não preciso instaurar um processo, porque senão ele termina a prova e não adianta mais. Alguns atos são próprios da nossa atividade pedagógica. O horário de entrada e saída da escola, o tipo de uniforme, o uso do telefone celular, o acesso à direção da escola, essas questões são tratadas primeiramente no Projeto Político Pedagógico - PPP. Esse é um documento de muita importância para os educadores, mas que vem sendo tratado de forma pouco interessante. Em Uberlândia, ajuizei uma ação civil pública, nos tempos em que eu era demandista, cobrando das escolas. Eu nem sabia que vocês tinham um projeto político pedagógico, mas fui estudar. Eu tenho mania de comprar todos os livros do tema. Onde tinha projeto pedagógico, pegava o livro para estudar. Descobri que o projeto político-pedagógico lá em Uberlândia era igual para todos. Comecei a ler o primeiro, comecei a ler o segundo, no terceiro, eu parei. Fui ler o último, estava igual o primeiro. Tenho certeza de que muitas escolas fizeram de forma diferente. Eu aponte o problema de que por que é que o Projeto Político Pedagógico que tem de tratar a política da indisciplina? Esse projeto é que vai dizer quem, o que era e onde a es-

cola quer chegar. A missão da escola. Ora, a missão é educação, mas as escolas estão em locais diversos, com pessoas diversas, com objetivos diferentes. Então, esse tema precisa ser contemplado no Projeto Político-Pedagógico. Atualmente, antes de ir a uma escola, peço ao diretor que gentilmente mande o Projeto Político Pedagógico para eu estudar. Além do Projeto Político Pedagógico, precisamos discutir o regimento interno da escola. Eu tenho um modelo que usei no meu livro, que é o Estatuto do Aluno de Portugal. Ele traz o rol de todas as indisciplinas, porque ficamos na dúvida quanto ao que seja indisciplina. Daí, a escola obedecendo as diretrizes da Secretaria de Educação, vai elaborar o seu regimento. Para esse regimento ser elaborado, precisa ser adequado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Constituição Federal. Precisamos elaborar o projeto seguindo essa linha científica. O regimento terá obrigatoriamente de ser discutido com pais, professores e alunos. Quanto mais democrático, mais ele será efetivo. É preciso garantir aos alunos, professores e diretor aquilo que é vedado na escola, porque aquilo que é natural do aluno, do professor, não é indisciplina, mas aquela indisciplina grave precisa estar no regimento interno. É preciso dizer “não se pode fazer na escola”. Todos precisam estar convencidos de que a regra básica tem que ser seguida por todos. O ato de indisciplina é diferente do ato infracional, mas, algumas vezes, a indisciplina também pode ser ato infra-

cional. Ora, ela pode acontecer isoladamente à indisciplina escolar, mas ela pode também ser ato infracional. Um exemplo simples: o aluno ameaçou o professor de morte, é ato infracional. É indisciplina? Também é indisciplina. A escola precisa agir e, para tanto, precisa primeiro catalogar as condutas. Esse catálogo de condutas não pode ser o Código Penal, mas também não pode ser “indisciplina escolar é todo ato contrário à moral e aos bons costumes”. Nem lá, nem cá, a virtude está na “mineiridade”, no meio. Depois desse catálogo, precisamos definir que tipo de punição é aplicável para cada situação. Eu poderia sugerir, por exemplo, indisciplina leve, grave, gravíssima. A indisciplina leve resolve-se com um belo discurso na escola. Os alunos gostam da autoridade. Interessante que, às vezes, a autoridade que eles não tiveram em casa, eles vão ter na escola, o que é fundamental. Em razão disso que o professor precisa ter essa retaguarda do ato infracional muito bem preparada, ele precisa ter, na escola, a indisciplina também muito bem pautada. Essa pauta significa definir primeiro, PPP; segundo, regimento interno; dentro desse, os atos de indisciplina; depois, as medidas punitivas. Eu até brinquei no meu livro que alguns professores suspendem os alunos das aulas, em algumas escolas no Rio de Janeiro, que ficam na orla marítima. Para onde eles vão?

PLATEIA: Para a praia.

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA: Para a praia. Que maravilha! O que ele faz na próxima aula? Outra indisciplina, mais praia. Estudo climático da praia. No final do ano, aquele aluno tem três, quatro suspensões, mas está com uma bela cor, porque foi à praia todos os dias. Não tem sentido nenhum. Podemos discutir se vale ou não a pena suspender. Os pedagogos têm dito que não, eu acredito que sim, mas com tarefas pedagógicas. O aluno foi suspenso por 24 (vinte e quatro) horas. Qual é a tarefa? Tarefa dramática. Ler o meu livro. Ele vai sofrer muito, mas eu duvido que ele queira ser indisciplinado.

Terceiro ponto. Precisamos discutir na escola como chegar a essa punição. Eu tive o cuidado de colocar no livro modelos de como o diretor deve elaborar portaria para iniciar a investigação, de como a escola pode ouvir o adolescente que pratica a indisciplina, de quando chamar os pais para a escola. É preciso que a indisciplina seja discutida obrigatoriamente com os pais. Depois disso, precisamos estabelecer um sistema de recurso na escola. Será que aquela comissão que deliberou sobre aquela punição agiu corretamente? Será que não exagerou? Será que não foi omissa? Enfim, nessa discussão, precisamos estabelecer todos esses pontos, que devem também ser investigados na educação. Se, de um lado, temos a necessidade de trabalhar com a aula, do outro lado, temos a obrigação de dar uma resposta efetiva para aqueles que violam a le-

gislação local. O aluno que não obedece às regras escolares vai ser o aluno desempregado no futuro. Esse aluno, cuja prática de indisciplina o professor aceita, sem lhe dar nenhuma punição, ao virar um trabalhador, vai chegar atrasado e ser despedido do trabalho. É importante lembrar que é preciso fazer esse tipo de discussão nas nossas escolas. Como essa disciplina pode ser discutida em sala de aula? Como nós vamos estabelecer essas regras? O que os professores vão fazer quando acontecer a indisciplina na escola? E, por último, a nossa grande luta para erradicar a violência requer domínio. Situação de risco nas escolas é uma definição da Lei Orgânica da Previdência Social - LOAS. O que é situação de risco? Eu já disse o que é o ato infracional, que é o crime praticado por criança e adolescente, que nós chamamos de ato infracional. Eu expliquei a indisciplina, que é a violação das regras internas da escola. Todos conhecem o Jorge Amado, aquele baiano autor de Capitães de Areia, que é um livro bom de ser trabalhado em sala de aula. Esse livro trata do funcionamento do sistema menorista. O nosso sistema de proteção do direito da infância permaneceu de 1927 até 1990. Já faz algum tempo eu fui ao Rio de Janeiro e vi no Jornal "O Globo": "menor assalta criança na porta da escola". O "de menor" era antes de 1990, agora não é mais "de menor" ou "menor", mas sim criança ou adolescente. Nas ocorrências policiais, nas matérias jornalísticas, ainda é muito comum o termo "menor". Isso significa dizer que ainda não

começamos a mudar o paradigma do menor em situação irregular para criança e adolescente. Elas são tratadas pelo estatuto como titular de direitos e deveres. Tratei até então dos deveres (dever de ser punido pela prática do ato infracional e pela indisciplina) e, agora, vou tratar do direito de ser protegido pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Há aqui também sérios problemas, pois é tema pouco discutido. Como saber que uma criança está em situação de risco? Pela leitura do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: "Quando a criança e o adolescente for vítima da ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado, vítima da ação dos pais, vítima em decorrência da prática de atos infracionais". Enfim, nessas três hipóteses, a criança e o adolescente estão em situação de risco. O aluno que agride o professor na sala de aula, que o ameaça de morte, pratica em tese o ato infracional e a indisciplina grave, mas ele, muitas vezes, é vítima da família. Não raras vezes, os nossos alunos saem de bairros onde vivem perto de marginais, com pais e mães, que usam drogas e bebidas alcoólicas diversas, que estão presos. Não é incomum realizarmos audiências com adolescentes que são acusados de atos infracionais, mas que não têm responsável legal, pois o pai e a mãe estão presos. Como ele não é percebido na escola como em situação de risco, e não estou aqui defendendo o preconceito, o tratar o aluno ou aluna com piedade. As vítimas não querem nem que as

peças saibam que elas são vítimas. Não se pode nem colocar no mural da escola que a aluna foi vítima, porque se se identifica causa constrangimento. O quanto é difícil mostrar para a sociedade que ela precisa ser ouvida respeitada em sua individualidade e dignidade sempre. Como professores temos essa difícil tarefa de perceber que a criança ou o adolescente é vítima dos próprios pais. É um problema nosso sim. Esse adolescente, vítima do abuso sexual em casa, será um aluno indisciplinado. Se não se cuidar, ele será um aluno que pratica o ato infracional ou crimes mais tarde. É muito dramático vermos os nossos alunos nas páginas dos jornais como praticantes de crimes, mas não nos perguntamos se, na base, não poderíamos ter feito algo para evitar que ele fosse para a criminalidade. Quando fizemos eu e meus colegas um trabalho de retirada de crianças de abrigos em Uberlândia, havia 10 (dez) crianças vítimas de abusos sexual e 10 (dez) estupradores nas ruas. Interessante que não aprendi assim na faculdade. Aprendi que quem tinha que estar preso era o estuprador, não a criança. Nós temos que pedir a prisão? Sim. Isso significa ir ao juiz criminal e dizer que há uma criança que está presa há dois anos num abrigo e o cidadão está ameaçando estuprá-la novamente se ela voltar para casa. Então, prende-se o estuprador e a criança retorna para a casa. Olha a tragédia que estaríamos praticando ao deixar ocorrer o inverso. E ocorreria sem ninguém perceber, porque falta educação a respeito do que seja situa-

ção de risco e de que ela necessita ser enfrentada por meio da parceria entre a escola e o sistema externo. E se é difícil, no ato infracional, a parceria entre a escola e o sistema externo punitivo, também é difícil a parceria entre a escola e o sistema externo protetivo. Os promotores sabem do que estou falando. Se a criança ou o adolescente está em situação de risco, não importa se em flagrante ou não, o professor ou diretor tem o dever de comunicar ao Conselho Tutelar. Alguém pode pensar que não adianta nada comunicar o fato ao promotor de justiça ou ao juiz. Dá vontade de eu falar assim às vezes, comunica ao Papa para ver se dá alguma coisa. Precisamos, na verdade, conhecer a dinâmica de proteção e começar a cobrar eficiência dela. O primeiro passo é identificar a situação de risco, mas não basta só isso, lamentavelmente. Nós precisamos aprender a formar parceria com o Conselho Tutelar. Ele vai receber a criança e a família e requisitar o tratamento na rede pública, seja de saúde, de educação ou de assistência social. Esse sistema externo à escola precisa funcionar muito bem. Quando o fato chega ao Conselho Tutelar começa todo um trabalho de proteção da família. Ele vai encaminhar aos órgãos de proteção, que vão manter um contato com o Conselho Tutelar. Só que isso precisa ser discutido e organizado entre vocês e os conselhos tutelares. Além do programa punitivo, é preciso haver também o programa protetivo. Não basta só punir, tem que punir e tratar. As duas faces têm que andar juntas. E no tratamento, preci-

samos verificar quais as demandas. Por exemplo, há uma escola no Barreiro, mas não arrisco a falar um bairro da periferia que não conheço. Desculpe o pessoal da Barreiro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu moro lá.

[Pronunciamento fora do microfone].

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA: Melhor de Belo Horizonte? Vamos imaginar que temos um problema de drogas naquela escola. Onde é que vamos discutir a política em relação às drogas naquela escola? No Conselho Municipal de Direitos, que vai elaborar políticas públicas. Como diferenciar a política pública do executivo e a política pública do conselho municipal de direitos? O Conselho Tutelar deve agir sempre que uma criança ou adolescente tiver os seus direitos violados. O conselho municipal de direitos, ele vai agir sempre coletivamente, quando precisar de uma política pública específica, voltada para aquela comunidade que está em situação de risco. Alguém pode fazer a seguinte pergunta, o vereador pode elaborar uma lei, por exemplo, para discutir o bullying? Pode, claro que deve. Mas essa lei que discute o bullying, ela precisa tratar do sistema de proteção das vítimas, e também dos autores do bullying, e também das testemunhas do bullying. Ou seja, então a lei municipal ela pode muito bem tratar desse ponto para uma política, para todo o município e o conselho municipal de direi-

tos elabora uma política pública para aquela comunidade, aquele grupo específico, ou seja, o conselho municipal de direitos, o da educação e da infância, eles podem elaborar políticas tendo como recorte básico a situação de risco. Já o vereador, ele elabora a política pública junto com o município para todas as escolas de sua cidade. Então, vemos que, a partir daí, não temos mistura de instituições. Lamentavelmente, devo confessar para os senhores que tenho visto quase nenhuma ação efetiva dos conselhos de direitos. Raramente discutimos a violência escolar e a situação de risco nos conselhos de direitos, que são instâncias deliberativas. Com base naquela deliberação formal é que se pode, por exemplo, ir ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ou seja, a partir do momento em que a rede não funciona bem. O Conselho Tutelar detecta criança e adolescente usando droga nas escolas e requisita o tratamento da família. Se essa situação começa a se repetir, o Conselho Tutelar elabora um documento com todos esses dados e leva ao Conselho de Direitos. Este, por sua vez, delibera, discute essa política e determina que o município ou as instâncias a executem. A partir daí, entra em ação o Ministério Público para dar suporte a essa discussão individual dos Conselhos Tutelares e coletiva dos Conselhos de Direitos, por meio das ações civis públicas.

Vamos discutir em sala de aula, primeiro, o que é situação de risco. Alunos com transtorno de personalidade

(psicopatia para os maiores), alunos que praticam ou são vítimas de bullying. Os três sistemas são conjugados. De nada adianta um deles funcionar bem, se os outros não funcionarem a contento. Quando o conselheiro tutelar leva a mim um problema de situação de risco, eu retiro da sociedade o dever de discutir aquela política pública de proteção da infância. No livro, eu disse que nós vivemos no Brasil com o Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor, mas ainda com práticas menoristas. Cada vez que vejo as discussões, percebo que avançamos pouco. Essa prática de proteção da infância requer ação conjugada da família, da sociedade e da escola. Depois, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Direitos, Ministério Público, Poder Judiciário, todos eles têm falhas. E quem não tem defeito? “Quem não tem defeito atira a primeira pedra”. Assim, deixo essa mensagem final para os senhores e senhoras, manifestando a minha satisfação de estar aqui. Muito obrigado a todos.

SENHORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Muito obrigada, colega Jadir. Parabéns pelos ensinamentos, e por estar aqui conosco fazendo parte dessa discussão em rede, aprendendo mutuamente, colocando também o papel do Ministério Público nesse trabalho, o trabalho de Uberlândia esse termo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público e as demais instituições municipais, estaduais de controle da violên-

cia nas escolas. Na sua fala, temos também um projeto nacional, que é o MPEduc, um projeto entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, no Brasil todo, que tem como foco o de visitarmos as escolas e descobriremos quais são os trabalhos que juntos temos que fazer. Nós voltamos para debater. Antes disso, passo a palavra à nossa secretária municipal para falar um pouco do Plano de Segurança Escolar da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

SENHORA SUELI MARIA BALIZA DIAS: Obrigada, Dra. Maria Elmira. Antes de mais nada, cumprimento o Dr. Jadir por essa brilhante palestra, pois deu leveza a um tema, que é extremamente denso e tenso. Falar sobre violência e sobre segurança na escola é algo que requer muito fôlego e ele conseguiu fazê-lo de forma extremamente inspiradora. Então, ao mesmo tempo em que o senhor nos trouxe reflexão, trouxe também algumas provocações. Observando as fisionomias, principalmente dos companheiros da nossa gerência de família escola, que tem contato direto com as famílias, eu percebia que, muitas vezes, balançando a cabeça, concordando, não é? Erguendo so-brancelha com quem diz, será? Acompanhando um pouco o que a Dra. Maria Elmira está dizendo, nós estamos empreendendo uma tarefa na rede municipal de trabalhar exatamente com esse tema, a partir de uma série de documentos que o senhor mencionou como PPP, os regimentos

escolares. Estamos terminando a empreitada de encerrar a elaboração dos regimentos escolares, que envolve a comunidade escolar. Os regimentos foram levados às assembleias escolares, que, por consenso, produziram um documento de todos. Então, o que nós queremos realmente? Nós queremos garantir às crianças e jovens os seus direitos fundamentais e desenvolver, a partir disso tudo, uma cultura de paz. Para isso, nós lançamos no ano passado, o Plano de Segurança Escolar, que é um compêndio de avaliações, de um marco teórico, situacional, e de documentos, que precisam ser gerados a partir dessas análises. Nós estamos trabalhando com essa ampla divulgação e, a partir disso, com o plano de convivência de cada escola, o plano de convivência escolar. Esse plano, na verdade, objetiva ligar tudo aquilo que acontece nos vários segmentos com base em alguns valores universais. A partir disso, ancorar nos princípios éticos e nos direitos humanos que têm significado para a escola. O plano de convivência busca exatamente fazer com que a escola, por meio de uma política e de uma cultura de paz, possa, então, trabalhar dentro de princípios que levem a esse bom relacionamento.

Para isso, estamos elaborando o Manual de Segurança Escolar. Com base na definição dos conceitos do que é indisciplina e do que é ato infracional, ele relaciona as ocorrências graves que acontecem no ambiente escolar e evidencia as referências legais a partir das quais as escolas

devem agir. Ele também elabora protocolos e orientações sobre o que cada um desses dois conceitos deve significar para todos aqueles que convivem no ambiente escolar. Nós estamos também trabalhando na introdução de outro programa, o *Agentes Juvenis da Paz*. Esses Agentes Juvenis buscam _através de relatos de vida de pessoas que trabalham no ambiente escolar, como monitores e professores, enfim, pessoas que tiveram problemas nas suas vidas, com indisciplina ou com ato infracional, mas que conseguiram superá-los_inserir-se num contexto de paz e de bom relacionamento, passando a serem exemplos e multiplicadores dessas situações. E isso tudo tem acontecido, Dr. Jadir, a partir do nosso Observatório do Crime Escolar, que é uma instância de trabalho colaborativo que reúne instituições diversas, como Ministério Público, universidades e por todos que possam colaborar com pesquisas, com estudos e com avaliações para que a partir desse compêndio de trabalhos, seja possível ancorar tudo isso que vem sendo desenvolvido nas escolas. É um trabalho árduo que só tem sentido quando pensamos na junção de professores e de colaboradores diversos, todos juntos na luta pela cultura da paz. E isso implica diretamente as famílias, naturalmente os alunos, pois somos uma célula. A escola não é um ente à parte da sociedade, pois reflete o ambiente em que está. Acreditamos que realmente esse é um trabalho coletivo, não é um trabalho unicamente dos atores internos das instituições. Acho que é isso. Obrigada.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Passando rapidamente aos debates, gostaria de fazer uma pergunta para o colega Jadir: “o que você acha da reparação do dano no ambiente escolar, vista como prestação de serviços aos alunos que cometem atos de indisciplina ou atos infracionais? Como situar a questão da reparação do dano nesse contexto da violência escolar?”

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA: Esse tema também foi bem discutido em Uberlândia. O diretor pode obrigar o aluno a reparar o vidro quebrado, dolosa ou culposamente? O Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma medida chamada de *reparação de danos*, que é a segunda medida socioeducativa. A primeira é advertência, reparação de danos, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e, depois, internação. Como fazemos isso em Uberlândia? Entendemos que diretor não deve fazer isso, porque ele pode praticar ilicitude até do ponto de vista penal, quando ele começa a assumir o controle do ato infracional nas escolas. Ele pode usurpar a função que é típica do juiz. Quando esses fatos acontecem, orientamos as escolas a se reportarem diretamente à promotoria. Fazemos uma audiência com o aluno e o pai dele, elaboramos uma espécie de termo de acordo e nele fazemos constar que o aluno deve reparar os danos. Posteriormente, esse termo é levado ao juiz para homologação. Se o juiz homologá-lo, mas se o aluno descumpri-lo, podemos iniciar um processo contra esse adolescente, provando-se

que existe um ato infracional. Ora, se é preciso provar que há ato infracional (e o crime de dano é um ato infracional), é evidente que ele não é só um ato de indisciplina. A questão mais grave é que acabamos subtraindo do sistema de justiça o dever de agir que lhe cabe. Eu me recordo do caso de uma professora que foi ofendida na escola. O aluno ofendeu a professora e essa ocorrência chegou até minhas mãos. Fiz a audiência com o aluno e com os pais, alertando ao aluno que professora iria cobrar dele aproximadamente R\$ 5.000 (cinco mil) reais pela ofensa. Ao explicar para a professora o que havia dito ao aluno em relação ao valor que ele lhe pagaria a título de reparação, ela afirmou que não seria necessário, pois ela apenas gostaria que ele se comportasse. Eu avisei a ela que seria necessário punir para educar. Assim, fixamos o valor de um salário mínimo, que foi dividido em 10 (dez) parcelas, por ser o aluno carente lá. Esse dinheiro não foi para a professora, mas sim para a escola, a benefício dela. É importante que o sistema de justiça atue juntamente com a escola, porque pode ser que essa violência seja pequena, mas, às vezes, ela pode descambar para uma violência maior. Nós não temos o direito de fazer diferenciação. Por que quando o aluno é apanhado na rua com arma de fogo vai configurar flagrante, mas se ele é apanhado na escola com arma de fogo, ele é apenas considerado indisciplinado? Nós estamos tratando de forma diferente duas situações iguais. Eu tenho apreço pela justiça restaurativa, razão pela qual

tenho lido muito sobre ela. Eu até trouxe para vocês verem o Termo de Cooperação de Uberlândia firmado e assinado por 02 (dois) promotores, Superintendência, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Cultura, CMDCA, Conselhos Tutelares. A ideia é orientarmos os professores para elaborar a justiça restaurativa na própria escola. Porém não podemos transigir com a retirada do ato infracional do sistema de justiça, porque a fragilidade institucional começa quando deixamos sem punição casos que deveriam ser punidos, ou punimos mais rigorosamente casos que não necessitariam de punição. Podemos trabalhar com a justiça restaurativa, mas sempre com cautela. A justiça restaurativa significa tratar a vítima, trazer a vítima ao processo. A vítima, no Brasil, não tem sido tratada como deveria. Tenho visto, muitas vezes, no Fórum em Uberlândia, na frente das varas criminais, de um lado, testemunhas do Ministério Público, do outro lado, testemunhas do réu. De um lado, a vítima, do outro lado o réu. No mesmo espaço. A vítima só é ouvida uma vez no processo quando ela vai à delegacia depor. Então, ela não consegue ter voz, nem meios. A vítima não quer só a punição, mas também a reparação dos danos. Na Europa, os sistemas são interligados. A reparação de danos precisa passar pelo sistema de justiça, que sistema precisa ser rápido. Em Uberlândia, nós fazemos audiência às vezes pela manhã, para dar conta da demanda, que é crescente.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Vamos mesclar pergunta feita por escrito com pergunta feita no microfone, rapidamente.

PROMOTORA DANIELA: Doutor Jadir, meu nome é Daniela Campos, sou promotora de justiça, sua colega desde o início da carreira no Vale do Jequitinhonha. Atualmente, estou na CREDCA, que é a nossa regional da educação, dos direitos da criança e do adolescente. A sua palestra foi fantástica. Eu gostaria depois de ter acesso ao termo de cooperação, pois acho que vai nos ser útil. Vou ser bem objetiva. Estamos desenvolvendo no Vale do Jequitinhonha os roteiros de atuação de implementação e de reordenamento das medidas socioeducativas em meio aberto. Estamos passando por um momento de discussão, porque me parece que falta (e o senhor disse muito bem a questão da educação e o direito), a educação também na medida socioeducativa. Em relação às horas de prestação de serviços à comunidade, o senhor entende que poderíamos contabilizar também horas de atividades pedagógicas? Qual a opinião do senhor quanto ao cumprimento das medidas sócioeducativas atualmente com a Lei do Sinase⁶, pois estamos numa fase de fortalecimento disso. A rede tem nos questionado se as escolas poderiam ser locais de cumprimento, porque simplesmente mandar

⁶ Lei nº12.594, de 18 de janeiro de 2.012.

um aluno capinar é uma medida mais vexatória do que socioeducativa. Então, eu gostaria de saber a opinião do senhor nesses dois pontos. Obrigada.

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA:

Obrigado, colega, pelas palavras. Em Uberlândia, o Conselho Tutelar cuidava da socioeducativa, depois, em 2008, o comissário de menores. Mais tarde, o município passou a assumir o dever de cuidar das medidas socioeducativas, sem a lei do Sinase ainda. Foi uma época conturbada, pois gerou ação civil pública, ajustamento de conduta, etc. Depois, veio a Lei do Sinase que atribuiu as medidas socioeducativas em meio fechado ao estado e ao município, as medidas em meio aberto. E aí surgiu um outro problema, as medidas socioeducativas estavam sendo cumpridas sem nenhum rigor técnico, porque faltava o PIA, que é o Plano Individual de Atendimento. Começamos a cobrar do município que as equipes deles elaborassem os PIA's de cada aluno, de cada adolescente que é punido. Simples assim. Todo adolescente ou criança que vai para um abrigo ou para o sistema socioeducativo tem direito ao PIA. Só que ele era pouco cobrado, e no começo não havia nenhum PIA. Comecei a dar pareceres contrários nos processos para forçar a elaboração dos PIA's, o que foi atendido. Os PIA's que estão sendo feitos ainda no Brasil são muito incipientes, pois não atendem, ainda, a realidade de cada adolescente. O que é esse plano? O adolescente

que ingressou no sistema deve sair integralmente socioeducado. De nada adianta apreender um adolescente que vende drogas, se ele cumpre a medida em meio aberto ou fechado e volta para o mesmo ambiente. Isso é evidente. O sistema de proteção socioeducativa precisa trabalhar, no entanto ele está muito distante da realidade ainda. Uma das coisas que faço em audiência é condicionar o acesso à escola. O aluno precisa estudar, ainda que estejamos em novembro. Se faltar um dia, tem que ir para a escola. A educação faz parte é fundamental, quer dizer, já que ela é que muda os valores. O adulto quando punido pode remir uma parte do tempo punitivo pela leitura de livros. Por que não se pode trabalhar essa perspectiva na infância e juventude? Vou fazer a proposta e vou dar os livros, porque assim estabelecemos um parâmetro. Por exemplo, um dia, dois dias por um livro. Enfim, vamos discutir depois dentro da rede o que é melhor. O certo é que a educação precisa realmente estar presente. Há outro problema que ocorre na rede. O aluno que sai do sistema socioeducativo não consegue vaga na rede regular de ensino. Por quê? Muitas vezes por causa do preconceito. Um exemplo simples: há um aluno que cumpre medida socioeducativa e outro que não cumpre. Os dois chegam à escola. Se você fizer essa pergunta, o socioeducativo não terá direito à vaga. Aquele que não está cumprindo terá direito à vaga. O que está no socioeducativo, tem toda a rede para poder lhe dar suporte na escola. Quando o aluno do socioedu-

cativo vai para a escola, o diretor liga para o juiz e para o promotor e diz que o recebe, mas, caso ele dê problema, irá comunicar a eles. Esse aluno que vem do sistema que acredita ser mais importante do que os outros, precisa, na verdade, encaixar-se nas redes escolares. É muito importante a educação no sistema socioeducativo, mas a sociedade não tem essa visão ainda. A ideia é punir e colocar na cadeia. Esses adolescentes, muitas vezes, precisam da educação. Sou um ideólogo, porque creio que só a educação muda o mundo. Não tem jeito.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Vamos disponibilizar o Termo de Cooperação na ata de Uberlândia na página da Proeduc, ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só complementar a pergunta da colega Daniela. A minha opinião é a seguinte, com relação à execução de medida socioeducativa, não devemos ver pelo lado humilhante do trabalho, pois há um monte de pessoas no Brasil que ganham a vida capinando. É um trabalho digno como qualquer outro. Temos de observar se esse trabalho é adequado ao adolescente. Precisamos observar é a aplicação das normas do Ministério do Trabalho que falam de trabalho perigoso ou insalubre, na prestação de serviço à comunidade, mesmo na execução de medidas socioeducativa.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Vamos disponibilizar mais uma fala ao microfone, mas, antes disso, vou ler um pensamento que chegou até nós: “saber ouvir, ação permanente, os atos de violência tendem a diminuir, temos a dificuldade de saber ouvir o outro e, com isso, perdemos a chance de evitar conflitos e problemas maiores.”. Sua vez, Neide.

PROFESSORA NEIDE: Bom dia. Sou professora, da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede, da Escola Aurélio Buarque de Holanda, no Barreiro. Barreiro é a maior região de Belo Horizonte, a mais longe do centro, a mais empobrecida, a mais organizada e a que encontra melhores alternativas para os problemas. Mesmo com todos esses problemas, eu sou professora lá há 25 anos. Eu gostaria de pedir livros para a biblioteca do Sind-Rede, que é o Sindicato dos Professores de Belo Horizonte, mas, caso não sejam doados, vamos comprar a fim de disponibilizar aos professores na biblioteca. Bem, sou do grupo de professores que acha que vamos até o limite de tentar evitar a polícia. E vou dizer algo muito triste que talvez você já saiba, porque a polícia é a mesma no estado inteiro: a nossa polícia é muito ruim. Não dá para chamar a polícia por causa disso. A polícia fala muito mal do Ministério Público. Em Belo Horizonte, no jargão da polícia é assim: “vou prender

para o MP mandar soltar, né?” É muito difícil conviver com a polícia nessa cidade, mais difícil ainda na perspectiva de educar. Agora, creio que você realmente trata de forma simpática o assunto, e que a Maria Elmira “não é de confiança”, porque ela falou que era um bate-papo, e nós “não batemos papo nenhum”. Acho que você não pode ficar falando em Uberlândia o tempo inteiro, mas sim no Triângulo. Falando sobre nossa rede, concordo plenamente que os projetos político-pedagógicos são muito importantes. Nós temos em Belo Horizonte uma história fantástica de projetos político-pedagógicos muito ricos e diversificados, mas estamos sendo obrigados a passar por um processo de padronização para poder unificar a nossa prática em função de fazer provas sistêmicas e de treinar os nossos alunos para um objetivo que foge à convivência. Também discutíamos, inclusive por eixo, o nosso regimento escolar na comunidade do Barreiro. Hoje, o nosso regimento também é pasteurizado. Isso é um complicador.

Por fim, na tentativa de educar, defendemos que a criança deve estar o mais cedo possível na escola e que deve haver educação infantil de qualidade. Estamos, inclusive, numa campanha no Sind-Rede que diz “criança respeitada tem professora valorizada”, porque tem de haver investimento na educação das criancinhas, justamente por aquelas questões que você mencionou. Se a criança não tem su-

porte familiar, alguém tem que ir construindo isso desde quando ela é pequena, para não chegar à situação em que ela aprendeu a fazer tudo de errado. E, por fim, nós fazemos a diferença. Respondendo à questão que você fez, entre o direito e a educação, de que professor precisa manter um lugar de autoridade: “Eu, menina, cheguei na sala de aula, todo mundo maior do que eu, e aí eu chego, olho e falo para os alunos para que eles não me façam chegar no limite. Eles me perguntam sobre o que vai acontecer. Eu falo que é melhor que não testem e que nem procurem saber. Ano após ano (e há 15 anos estou na mesma escola), essa questão de, “não me façam chegar no limite, não me façam chamar alguém para resolver o problema”. Tem dado certo, porque não tenho essa experiência pessoal de conflito com os alunos. Gostaria só de colocar isso para ajudar nas suas reflexões e dizer que eu me arrependi de não ter lido o seu livro, porque normalmente costumo me preparar para o que eu vou enfrentar, lendo o que a pessoa já fez na vida. No entanto, no seu caso, eu não li, mas me arrependi, porque poderia ter aproveitado melhor.

PROFESSORA CIDA MELO: Bom dia. Sou diretora do Sind-Rede, professora na Carlos Prates, reserva técnica e professora na UMEI. Eu trabalho com educação infantil, mas já trabalhei no ensino médio, no sistema educacional. Criança respeitada tem professor valorizado. Algo que nós não temos feito é valorizar o professor da edu-

cação infantil, que vai dar a sustentação para todo esse discurso. Nós somos professores, e como tais, precisamos de uma carreira de professor. Na minha sala de educação infantil, devo dar àquela criança suporte para ela ser um adulto que vai intervir na sociedade como sujeito de direito, que reconhece o “outro como outro”. porque ambos têm direito. Quando cheguei na educação infantil, você falou que tem que interligar os espaços, eu pensava que não dava para fazermos educação infantil sem falar com os setores. A mazela maior é a família. Eu trato os “pequenininhos”, e quando eu estou dando banho neles, consigo chegar no aluno e nas mazelas que ele traz de casa, pois ele vai contando para nós, naquele momento lúdico, o que está acontecendo com ele. Está sendo tirado do professor esse momento. Como que se trabalha dentro do sistema carcerário? Como tentar ressocializar naquele “ambiente”? O que vejo no Brasil como um todo é que o nosso capitalismo é muito selvagem, temos uma televisão que vende o tempo inteiro. A pessoa só “é, se tem”. Eu fico surpresa, pois, o tempo todo, não há uma propaganda educativa, nada que faça o sujeito refletir que ele é um sujeito e que ele pode conversar com você, promotor, porque sou um ser humano. Você, como promotor, não é diferente de mim, e dialogarmos vai produzir alguma coisa bacana para o mundo. Essa preocupação não é muito presente quando vamos subindo na educação. Para concluir, eu quero saber como o senhor vai fazer para trazer isso

para Belo Horizonte para fazermos. Gostei muito da sua fala. Tudo que eu quero, realmente, é, ato infracional é ato infracional, disciplinar é disciplinar, polícia é na cadeia. O que vale é educação de qualidade. E qualidade passa também pelo salário de professor, que tem que se qualificar.

PROFESSOR ANTONIO GUIMARÃES: Meu nome é Antônio Guimarães, sou professor da rede municipal do Cônego Raimundo Trindade, de Venda Nova, uma região muito boa de Belo Horizonte, mas também pobre e carente. A nossa região tem recebido muito casas com medidas socioeducativas, e, pesquisando, é a região que tem mais recebido. Zona sul não tem nenhuma, então vai tudo para a zona norte. E nós recebemos também esses alunos e não sabemos como lidar com eles. A escola mudou radicalmente, nós estamos na última linha, que é a educação de jovens e adultos, de alunos que não deram certo no diurno, que estão no noturno. Infelizmente, há profissionais que, trabalham na burocracia e não se dão conta de que a escola está mudando radicalmente, na última linha da tecnologia, de What’s App, de Twitter. Estamos trabalhando com um público, de drogados, de adolescentes que não têm limites, e nós não temos nenhum amparo para isso, pois nossa capacitação não foi feita para lidar com esse público. A nossa escola foi alvo de uma reportagem de amplitude nacional do “Profissão Repórter”. Flagramos um aluno armado dentro da sala de aula, que ia matar

um aluno da outra sala. Nós fizemos uma denúncia anônima, e a Polícia Militar entrou na escola e pegou o aluno armado dentro da sala de aula. A professora que está ali, a Denise, coordenadora da escola, sofreu ameaça de morte. Chamamos membros do Ministério Público, da Secretaria de Educação. O que Ministério Público está fazendo é ótimo, nós temos que estabelecer essas parcerias, mas precisamos de que a Secretaria de Educação nos dê também respaldo, porque nós precisamos não é de colocar esses adolescentes, como foi no projeto de EJA juvenil, de sexto, sétimo, oitavo e nono ano para eles fazerem num ano só. Não dá para trabalhar de modo misturado com esses alunos como estão hoje. Há dois meses nós reivindicamos mais um coordenador para a nossa escola por causa da situação de risco, de violência. A secretaria não nos deu resposta em relação à coordenadora ameaçada de morte. Nós queremos conversar com a secretaria, com os pais, com o Ministério Público, e essa parceria. Não existe maior interessado para o bem-estar do aluno do que o professor, pois é ele que lida diretamente com o aluno, ele que sabe das mazelas dos alunos e sofre na carne o sofrimento que os alunos passam no dia a dia.

PROFESSORA DENISE: Meu nome é Denise, sou professora da Escola Municipal Cônego Raimundo Trindade e eu sou professora a que ele está se referindo aqui agora. Eu posso me considerar uma pessoa, assim, de sorte,

porque em 25 anos de trabalho, eu estou na EJA, na educação de jovens e adultos, que já passou por vários anos, desde que comecei. E, a partir do ano passado, eu fiquei abismada com a mudança que teve. O principal problema que nós estamos enfrentando são as drogas. E eu discordo um pouco dos meus colegas, que dizem que o ideal seria não ter a polícia dentro da escola, mas, às vezes, é um mal necessário. Se não tivesse a polícia do meu lado, um outro aluno teria sido morto no dia que já estava marcado. E, nós, professores, poderíamos ajudar um pouco nessa questão da violência, porém, a educação de jovens e adultos vem passando por um problema muito sério, que é o corte de profissionais no turno da noite. Eu tenho que atender dentro de uma sala um número X de alunos, senão a turma não é aprovada. Se eu tiver um número menor, vou poder atender muito melhor essa turma. Então, por exemplo, a questão que ele falou desse pedido desse profissional. Como houve essa mudança, eu não tive condições de fazer um projeto, porque tenho que dar assistência para os professores com esse novo modelo de escola, que é da Odebrecht agora. A escola é imensa, imensa. Não dou conta de olhar uma escola daquele tamanho. Eu estou esperando esse profissional que eu pedi já faz três meses, há três meses eu sofri essa ameaça. Outro problema seriíssimo, isso não é preconceito que eu estou falando. No meu entendimento, se ele foi para a casa de semiliberdade, houve um erro do Estado, da escola e da família.

Então, se ele está numa casa de semiliberdade, como esse aluno pode chegar armado, drogado? Como que esse aluno vem de lá e chega à escola armado e drogado? Existe falha nesse sistema. Muitas vezes, não está tendo também esse intercâmbio. Por exemplo, a semiliberdade vai cobrar desse aluno apenas que ele vá à escola. Não está tendo assim: “o que você fez dentro dessa escola?” Não. O simples fato de o aluno estar dentro da escola já garante a ele ir e voltar todos os dias. Não é cobrado do aluno o que ele fez na escola, isso está errado. Se o aluno fala para mim “que não vai fazer nada, que está lá obrigado”, o que eu posso fazer? Outra coisa também, que eu já reclamei. Eu sei que tenho que fazer isso, porque senão estou sendo omissa, mas preciso preservar a minha vida. Nem sempre, posso ligar para a semiliberdade e falar o que está realmente acontecendo, pois, no outro dia, o aluno vai tirar satisfação. Eu já vi um aluno armado. Mas como eu iria falar? Eu preciso ir e voltar para a minha casa todos os dias, eu não tenho essa segurança. É preciso reestruturar as casas de semiliberdade. Não é preconceito, não, porque os outros alunos também trazem esses problemas, mas posso chamar pai e mãe a qualquer hora, mesmo que eles não venham. Obrigada.

PROFESSOR ANDERSON: Bom dia, Dra. Maria Elmira, professora Maria Sueli, secretária, Dr. Celso Penna, Dr. Jadir. Eu estive em Portugal até 2011 fazendo mestrado,

retornei à rede municipal, e desde 2012, fiquei na coordenação pedagógica da Escola Municipal Mário Mourão Filho, no Céu Azul. Nós tínhamos casos de indisciplina e violência escolar, que nos levou, em conversa com os professores, à necessidade de tomarmos medidas. Só que, nas escolas, nós temos uma série de documentos, que não são condensados, ou seja, não há passo a passo sobre o que o professor deve fazer. Nós temos dito à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ter um protocolo de enfrentamento, não só à violência, à indisciplina, à infrequência, como ao abandono da escola. E esse protocolo não é *top down*, não é de cima para baixo. Ele é um protocolo que seja discutido com quem está na sala de aula e com seus representantes, porque se ele for um documento que vem dessa relação de cima para baixo, ele pode até ser bom, mas haverá rejeição dos professores, porque não houve participação dos atores sociais. Estamos chamando a atenção da Secretaria da Educação, quanto à participação dos atores sociais para eles se sentirem identificados com o projeto. Nesse sentido, para concluir, convidamos a Secretaria de Educação e o Ministério Público, para que, no próximo semestre, novamente, possamos construir o protocolo, ou esse termo - que está mais avançado em Uberlândia e no Triângulo Mineiro - de modo a envolver não só quem está nos gabinetes, mas também a representação dos professores, os professores, o Ministério Público, a Segurança Pública. Quando começamos com o Conselho

Tutelar em Venda Nova, ele nos mostrou algo muito sério e verdadeiro: nós temos um “coração muito grande nas escolas”. Muitas vezes, tentamos resolver os atos infracionais na própria escola. Ali não tem super herói nem super heroína, há professores que não dão conta, pois é uma realidade diferente. Mandamos muitas demandas de indisciplina para o Conselho Tutelar, mas, em alguns momentos, elas devem ser tratadas na própria escola. E é necessário envolver Assistência Social, Saúde e Conselhos de Direitos voltados para essas temáticas. Por quê? Porque, muitas vezes, a indisciplina provavelmente poderia ser ajudada pela Saúde, já que é um caso de tratamento também. Eu dou o exemplo de um aluno, que tem psicose infantil. Ele teve ações violentas na escola, não porque é violento, mas porque a família não teve o tratamento adequado, e a rede não funcionou. Então, é mais ver se conseguimos construir, numa relação horizontal com o Ministério Público, com as secretarias de educação, sindicatos e com outros atores, um protocolo de enfrentamento à violência, à indisciplina, ao abandono escolar e à infrequência.

SENHORA SUELI BALIZA: Dra. Maria Elmira, naturalmente que eu não estou aqui para fazer contraponto à fala de ninguém. Nós podemos trocar idéias nesse fórum extremamente privilegiado e democrático. Eu só queria dizer ao professor e à Denise, da Escola Municipal Cônego Raimundo Trindade, que a direto-

ra de vocês esteve recentemente conosco discutindo questões da escola. A nossa estrutura é de uma gerência regional, composta de um gerente de primeiro nível e mais três gerências (pedagógica, administrativa e família-escola), sendo que há duas gerentes família-escola, que fazem um trabalho extremamente responsável e sério. Gostaria de dizer isso ao professor e à professora Denise, que é coordenadora. Como pessoa, lamento muito a situação pela qual a professora Denise passou e, como secretária, eu me responsabilizo por muitas coisas que aconteceram e que acontecem, pois isso tudo está dentro da nossa concepção de planejamento da secretaria. Em relação à EJA, realmente existe uma questão de gestão. Não podemos assumir numa rede turmas com cinco, quatro alunos. Essa é realmente uma questão extremamente onerosa. Há um programa de educação de jovens e adultos com cerca de 17 mil alunos e precisamos realmente gerir esse programa da melhor maneira. Os professores da EJA têm um trabalho extremamente importante, tanto é que Belo Horizonte recebeu o selo de Cidade livre do analfabetismo⁷, muito em função do trabalho realizado na EJA. Só que sabemos realmente de todas as intempéries pelas quais os professores, de modo geral, passam, e a EJA não é uma situação à parte. É para isso que nós todos nós trabalhamos.

⁷ Certificado Município Livre de Analfabetismo.

Eu também discordo do que foi dito de documentos pasteurizados, pois todos que estão presentes sabem que a questão de regimento, de PPP, foi nas comunidades. Evidentemente, que nós estamos trabalhando em rede e como tal, temos alguns princípios que precisam ser seguidos. Vou concordar com o Anderson sobre a questão da necessidade de protocolos. O nosso manual de segurança vem exatamente criar os protocolos para que os professores e direções e todos os que estão nas escolas possam realmente entender de que maneira podemos seguir. Eu comentava aqui com o Dr. Celso sobre o fato de que a rede, a partir do final de 2013, início de 2014, é que começa a trabalhar com esses documentos na área da segurança. Até então, a nossa rede municipal não tinha nada que tratasse desse assunto, pois era tudo oral. Agora, estamos fazendo os nossos registros. O plano de segurança é um dos documentos que também orientam isso. A vinda da professora Eliane Vilassanti, que é doutora na área de segurança, vem nos assessorar nisso, porque nós, que ocupamos cargos, temos que ouvir os especialistas. Ela é nossa especialista nessa área e nos ajuda a elaborar essas temáticas.

Também quero comentar com a professora Cida. Professora, nós não estamos tirando professor do ensino infantil, nós estamos colocando um colaborador para os professores do ensino infantil. Qualquer coisa que seja

dita contrariamente a isso eu acho que é desentendimento. Eu quero agradecer à Dra Maria Elmira, ao Dr. Jadir, ao Dr. Celso, muito obrigada a todos. Eu vou pedir licença então dizendo da minha alegria de poder ter estado aqui com vocês.

PROMOTOR JADIR CIRQUEIRA DE SOUZA: Pessoal, vamos fazer um resumo do que foi dito. É muito importante a intervenção de vocês, eu sempre faço isso lá em Uberlândia, ou no Triângulo Mineiro, ou em Paracatu. Sempre tive o costume de ouvir os professores, os alunos e os pais onde trabalhei. É fundamental trazermos os pais para a escola, mas isso requer reflexão. Podemos trazer os pais para a escola por força de um convite da polícia, do promotor de justiça, do Conselho Tutelar, ou por força de um convite da própria escola. Esse convite precisa ser ameno, educado, elegante, cortês. Precisamos lembrar sempre que tanto a família, a sociedade e o Estado têm o mesmo objetivo: a educação de qualidade. Vou dar um exemplo que eu vivi esses dias. Meu filho tirou zero em matemática. Péssimo, sofri. O quê que eu fiz? Eu leio em média 50 livros por ano, aproximadamente. Eu coloquei meu filho no meu escritório, na minha frente, para estudar; enquanto ele estuda, eu leio. Ele começou a melhorar vertiginosamente. O erro era meu, não era dele. Eu me esqueci de cuidar do meu filho. Mudaram radicalmente as notas. Ontem ele falou que havia passado em matemática.

Eu digo, puxa, estou na educação, trabalho com educadores, mas me esqueci da educação do meu filho.

A solução, muito bem dada pela professora, deve ser da escola, sempre. É a escola que tem que buscar realmente enfrentar o terremoto e se levantar das cinzas, buscando a elaboração do protocolo. Por que os protocolos e os manuais costumam não funcionar bem? Porque eles não são construídos. Nós, especialistas, pensamos que o melhor para a escola é aquilo que nós pensamos, mas, às vezes, o que é melhor para a escola é o que a escola pensa que é melhor. Então, precisamos qualificar esse debate por meio do conhecimento. O conhecimento é fundamental. Se se conhece o sistema, como também os direitos e os deveres, pode-se reverter essa dinâmica.

Nesse sentido, a Coreia do Sul é grande exemplo de valorização do corpo docente. Quem fez estudos no exterior sabe que nesse país, o professor é um *pop star*, pois ele ganha o equivalente aos cargos mais altos da administração pública. Essa solução foi construída durante 20 anos e passou por força da educação. Por isso, eu disse aquela frase chata, mas que deve ser bem utilizada sempre, porque nós tratamos muitas vezes da educação com amadorismo. Eu lembro de que, na Infância e Juventude, antes de 1990, quem trabalhava lá eram os promotores e juízes que não tinham muita qualificação. Agora, o nível é ex-

celente. Nós estamos dando exemplo para o mundo, não só para o Brasil. Estamos fazendo ações que vão impactando o dia-a-dia das escolas. Concordo com a professora, as soluções sempre devem ser na escola. As exceções devem ser do sistema de Segurança Pública e do sistema de proteção. Precisamos conhecer o sistema de proteção, porque quem é conselheiro tutelar hoje, foi o educador de ontem ou será o educador de amanhã. Ele *não é* conselheiro, ele *está* conselheiro tutelar. Ele tem defeitos, acertos, angústias, problemas, mas acima de tudo, é ele que vai iniciar o processo de proteção das famílias e das vítimas. Há algum tempo o Nobel da, foi para um professor que escreveu, mostrando o quanto a educação infantil era impactante no mundo. Isso é fundamental. Nós não discutimos educação infantil no Brasil. Nós discutimos de forma setORIZADA, mas não como política pública, infelizmente. Precisamos avançar muito na educação infantil. Em Uberlândia, fiz um trabalho em 2010, durante um ano, ouvindo adolescentes infratores. Fiz a seguinte pergunta: você está na escola? Que horas você praticou o ato infracional? Eu descobri que 60% (sessenta por cento) dos atos infracionais que ocorreram foram praticados por alunos que deveriam estar na escola. Não se discute a evasão escolar no ensino médio, por exemplo, que é gravíssima. Falta educação escolar no ensino infantil e no ensino médio, quer dizer, os dois extremos. A educação fundamental foi universalizada. Nós temos que buscar fa-

zer como os advogados fazem, qualificar o debate, o que requer discussão sofisticada. A educação hoje não é para amador. O Ministério Público não é uma instituição de governo, é uma instituição de Estado. Durante todo esse tempo como promotor de justiça, já conversei com muitos secretários e com muitos prefeitos. Eles passam, mas nós permanecemos, porque nós somos órgãos de Estado. E o Estado brasileiro precisa construir uma política pública em relação à violência escolar, que passa por esse sistema. Perdoem-me se eu me equivoco, há excelentes policiais militares fazendo trabalho de herói, mas também há os maus, que fazem péssimo trabalho. Os comandos das instituições são preocupados com isso e tentam mudar essa dinâmica. Nós, da sociedade civil, viemos de uma ditadura que durou muitos anos e aprendemos a resolver nossos problemas com a polícia. Esse fundamento precisa mudar. Ouvir as instituições é muito importante, Quando fiz esse livro foram 200 e poucas escolas. Eu chegava à escola para dar palestra, o professor não tinha ninguém para falar, ele falava de mim: “esse pessoal de gravata aí não faz nada”. Esse pessoal não quer nada com nada e eu tinha que me explicar, eu sou do Ministério Público. Mas quem é esse tal de Ministério Público? O que se faz? Você é pastor? Por que você anda de terno todo dia? As pessoas não sabem o que fazemos. Eu ia às escolas, de manhã, à tarde, à noite, aí vem a imprensa e diz: “mas todo mundo está morrendo na escola.” Não é bem assim. Esse é um trabalho de edu-

cação. Acreditem no que vocês estão fazendo. É importante. Somos reflexos da educação. A educação muda as pessoas. Quantas vezes mudo de opinião lendo um livro? Quantos livros bons que nós temos para ler! Os nossos alunos não estão lendo, vamos ler com eles. Os nossos alunos não sabem estudar, então, vamos ensiná-los a estudar. Eu conheço gente grande, que não sabe estudar, nem ler um livro. O nosso país não privilegia a educação, mas só a repressão, lamentavelmente. Vamos colocar a educação na pauta do dia. Ela é prioridade absoluta. Olha o pleonasmo. Prioridade absoluta, isso é absurdo do ponto de vista gramatical. Se é prioridade, já é absoluta. Isso está na lei. E para finalizar, eu sei que não dá para responder todas as perguntas. Anotem o meu e-mail: mpjadir@uol.com.br. Esse e-mail deixei reservado para os amigos. Cada vez que faço um pouco pela educação eu melhoro. Hoje vou para casa muito feliz, realizado. Eu conheci novos amigos, tenho certeza de que vocês vão pensar nesse tema e, a partir de agora, acreditar que nós mudamos o mundo. O Martin Luther King diz que tem o sonho de acabar com a violência nas escolas.

PROMOTOR CELSO PENNA FERNANDES JUNIOR:

Deixa eu completar o que Doutor Jadir falou, dando a posição da Promotoria da Infância e da Juventude Cível de Belo Horizonte. Esse problema todo foi de violência de um modo geral. A única solução que imagino, pelo me-

nos em Belo Horizonte, é a criação de uma rede de diretores de escola pública estadual e municipal para discutir esse problema. É preciso reunir periodicamente nas regionais de Belo Horizonte, já que os serviços são vinculados a elas, ao Conselho Tutelar, etc. Então, a sugestão que faço para o Sind-Rede e para o Sind-UTE, é cobrarem dos secretários a participação na rede. Essa é a única maneira de se se inteirar com a rede que vai atender toda a questão da violência. Eu vou dar um exemplo. Eu tive na Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG alguns anos atrás numa reunião especial da Comissão de Direitos Humanos. O que havia acontecido? O menino estapeou a professora, a diretora chamou a Polícia Militar, apreenderam o menino, levaram para o CIA. No CIA, o juiz deu um despacho malcriado, achando que aquilo era absurdo, porque tinham levado o menino ali. Esse menino era sobrinho de uma autoridade, isso foi parar na Comissão de Direitos Humanos Assembleia Legislativa. Lá estavam as professoras e a Corregedoria da PM. Deram um esparro na professora e na diretora, Elas tinham razão, o pior é isso, porque, do ponto de vista da lei, se se bateu em alguém, há ato infracional, vias de fato ou algo semelhante. Tecnicamente, chama-se a Polícia Militar, prende-se em flagrante e leva-se para o CIA. É exatamente o que tem que ser feito. E, se o juiz achou ruim, ele tinha que despachar fundamentadamente, não simplesmente ficar xingando. Ou, então, tinha que fazer instrução, para ver se o menino

tinha ou não responsabilidade naquilo. O meu receio de protocolo nos moldes em que você faz, sem ouvir toda a rede, é que ele dificilmente vai funcionar de imediato, como foi o protocolo com a questão da evasão escolar, feito junto com o Ministério Público. Se funcionar vai ser por pouco tempo, porque mudou o juiz ou o promotor. Esse é um trabalho de rede, contínuo, que não vai começar hoje, nem vai acabar nunca, pois envolve toda a área de educação pública em Belo Horizonte. Pelo menos isso. E nós, eu e Maria de Lourdes, já nos comprometemos perante as duas secretárias a acompanhar essa rede para fazer uma intermediação a fim de evitar excesso de conflito.

[Pronunciamento fora do microfone].

PROMOTOR CELSO PENNA FERNANDES JUNIOR: Eu acho que o sindicato tem que participar, e o sindicato nunca participou dessas reuniões, apesar de ter sido convidado. Essa rede começou a ser articulada, mas ela se desestruturou.

MARIA DE LOURDES: Bom dia a todos. É um prazer imenso estar nessa palestra. Foi belíssima a escolha da Maria Elmira e do Celso. Eu já conhecia o seu trabalho. Então, parabéns. Eu fico muito feliz de a nossa instituição ter pessoas como você, que realmente abraça a causa, estuda a matéria e traz solução. Igual a nós, você também não é promotor de gabinete. Sou promotora de fazer pontes e de fazer andanças. Uma das questões que ficou bem

forte foi a da educação e do adolescente em conflito com a lei. Realmente é um desafio, quando denúncias, desa-bafos e críticas ao sistema são feitos. Não é fácil trabalhar com adolescente em conflito com a lei. Eu, Celso, Matilde, Mário, trabalhamos por cinco anos e eu posso falar para vocês que foi uma grande escola. Sou muito feliz por ter conhecido essa realidade e, mais ainda, de ter trabalhado para mudar a realidade de Belo Horizonte. Infelizmente, não conseguimos alcançar Minas Gerais por inteiro. A medida socioeducativa de semiliberdade, de todas elas, sempre foi um grande desafio. No sistema prisional, é o mesmo desafio: quando se trabalha com regime aberto, ou, também com semiaberto, em que quem está fora, vai trabalhar, volta com droga para dentro da unidade prisional. Às vezes, como nós não conhecemos, não sabemos como lidar com a questão, alcançamos a parte que é a parte mais frágil. Quando efetuávamos as medidas socioeducativas, houve caso de eu torcer para o adolescente sair da liberdade assistida e ir para a medida de internação, porque aí ele seria alfabetizado. Por incrível que pareça, a rede, muitas vezes, não sabe que um adolescente que está na liberdade assistida tem um orientador. Esse orientador tem que ser a ponte com a escola. Todas as vezes em que esse adolescente entra na liberdade assistida, o orientador tinha que procurar a escola. Em Belo Horizonte, acredito que não mudou, tem um PIA que é excelente. Pelo menos, nas medidas de meio aberto, muitas vezes Belo

Horizonte ganhou premiação. Fizemos grandes mudanças. Na PSC, a instituição é cadastrada pelo município, porque saímos de um momento em que tínhamos “meninos” que iam para a Medicina Legal para fazer prestação de serviços à comunidade. Eu falei que não era para eles irem para o IML, muito embora para nós não há profissão degradante, mas acreditamos na promoção. Chegamos ao Centro de Internação e ficamos pasmos, pois os alunos que não sabiam ler e escrever tinham Telecurso 1º e 2º grau. Abominamos. Falei que não, deveria ser assim. Não foi fácil reunir com o município e com o governo para implantar uma escola normal no Centro Socioeducativo. Foi um grande desafio de encontrar professores que quisessem estar lá. Eu já tive oportunidade de ir para a sala de aula dentro do presídio e ver os professores dizendo ao aluno que ele fez uma excelente prova. Eu peguei a prova e disse para eles não fazerem assim, pois, em cada dez palavras, oito estavam erradas. Então, temos grandes desafios para trabalhar. Nós precisamos é que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Minas Gerais - Sind-UTE se una para acompanhar o orçamento e para debater sobre a política pública na área da educação, inclusive na questão da violência. Nós precisamos também nos apropriar dos espaços e acompanhar o que efetivamente está tendo no orçamento. Nós precisamos debater, começando pela conferência e pelo Conselho da Educação e da Infância e Juventude. Temos que frequentar essas instâncias e fazer

esse debate. Hoje, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deliberou sobre um ofício de notificação para facilitar a vida das pessoas que precisam fazer denúncias. Para isso, já foram feitos um debate e uma resolução, que estarão disponíveis para a toda a rede pública de Belo Horizonte. Há uma ficha, que não exige identificação ao ser preenchida. A proposta deliberada justamente para proteger o profissional é de que, ou a escola, ou a direção, simplesmente faça uma assinatura para saber quem é o denunciante, mas o denunciado não vai saber quem a identidade do denunciante. Essa é minha contribuição. Obrigada.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Eu gostaria de comentar a fala da Maria de Lourdes, pois, realmente, precisamos nos posicionar com relação às leis orçamentárias. Há algumas parcerias sendo feitas em nível nacional que merecem destaque, como a do Ministério Público de Contas com o Tribunal de Contas, de que eu também estou à frente. Nós tivemos uma parceria muito importante em Minas Gerais do Ministério Público de Contas, do Ministério Público de Minas Gerais e do Ministério Público Federal, no sentido de alertarmos todos os 853 municípios e 853 presidentes das câmaras municipais, a respeito da verificação do gasto mínimo constitucional na questão da meta 01 do PNE. Nós temos um prazo constitucional relacionado à universalização da

educação infantil Por causa dessa parceria, todos estarão recebendo os nossos ofícios e haverá inspeção do Tribunal de Contas do Estado. Cabe, sim, ao Ministério Público, ao Ministério Público de Contas, ao Tribunal de Contas, verificar também esse gasto mínimo a todas as metas do plano nacional de educação. É dentro do olhar da responsabilidade do gestor e do artigo 212 da Constituição da República⁸, que vamos poder fiscalizar, fazer um controle e acompanhar esse gasto mínimo na área da educação.

8 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009\)](#)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Para fechar, agradecendo a presença do Promotor Jadir, vamos sortear os dois livros dele. Nós temos duas listas, e eu numerei uma que não estava numerada, a lista de convidados e a lista do público interno. Então, vocês vão dizer algum número, de uma maneira organizada, nós vamos olhando para ver se a pessoa está presente. Nós temos dois livros aqui: “A Convivência Familiar e Comunitária e o “Acolhimento Institucional”. Nessa lista de convidados, eu gostaria que alguém cantasse um número para verificarmos se pessoa está presente. Essa vai até o 62, só de convidados.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Trinta e cinco.

PROMOTORA MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Trinta e cinco. Vamos ver se a pessoa está presente ainda. 07 - Andreia Cíntia Ribeiro da Fonseca. Bom, a ideia foi boa, mas tem nome que não estava. O próximo encontro será provavelmente no dia 28 de agosto, com o provável tema educação inclusiva. Todos devem assinar a lista. Enquanto o querido promotor Jadir termina o autógrafo, vamos sortear o livro “Violência Escolar”. Vamos lá, para os presentes do público: 57 - Nídia Martins Fonseca Marques. Quem mais? 18 - Fabiana Barbosa Siqueira. 54 - Moacir Gonçalves Marinho. Muito obrigada! Até o próximo encontro!

TRANSCRIÇÃO DO ENCONTRO SOBRE EDUCAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO.

28/08/2015

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com um ciclo de debates e palestras para reflexão da realidade educacional brasileira, a proposta é desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema e a garantia de direitos à educação. A realização de encontros de atualização nas diversas áreas do conhecimento faz parte da comemoração do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, que chegou aos 25 anos em 13 de julho de 2015. Este encontro está sendo gravado, transmitido simultaneamente pela internet, e disponibilizado na Escola Virtual. Informamos que as perguntas devem ser feitas pelo microfone. Convidamos para a mesa a coordenadora estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, que representa o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o coordenador de Direitos Humanos, Anderson Cunha Santos, representante da Secretaria Estadual de Educação; a coordenadora do Observatório do Clima Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Eliane Castro Villa Santi, que representa a Secretaria Municipal de Educação; e o professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Walter Ernesto Ude Marques. Fará a abertura deste encontro a coordenadora estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Bom-dia! Temos a honra de receber o professor Walter Ernesto Ude Marques para falar sobre a promoção de uma cultura de paz nas escolas. Graduado em Psicologia pela PUC Minas, mestre em Educação pela UFMG, doutor em Psicologia, Ude Marques fez pós-doutorado em Psicossociologia e Sociologia Clínica, pós-doutorado em Sociologia Política. Além disso, é professor associado da UFMG do curso de graduação em Educação; orientador de pós-graduação em estudos do lazer na *Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO/UFMG)*; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pensamento Complexo. Graças a uma parceria, ele vai falar aqui dessa construção de rede para a promoção de uma cultura de paz nas escolas, acompanhado de representantes da Secretaria Municipal e da Secretaria Estadual de Educação.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: É uma grande conquista ter o Ministério Público conosco. Na minha prática de educador de muitos anos, o Ministério da Justiça estava sempre distante da gente. Hoje vamos a encontros onde estão juízes, promotores, defensores públicos, e é assim que tem que ser: uma sociedade mais horizontal, mais participativa, mais comprometida com as questões nacionais. A paz, aliás, não diz respeito apenas à escola. No contexto em que vivemos, a escola sozinha não dá conta de enfrentar a violência, a injustiça social. Mas ela pode contribuir nessa discussão. A paz é uma questão dialética. Não há como falar em paz numa sociedade de tanta desigualdade racial, de gênero, de classe. Isso não pode ficar invisível. No meu último pós-doutorado, que fiz com o

atual presidente do Ipea, professor Jessé Souza, da Federal Fluminense, ele sempre dizia que a invisibilidade da desigualdade social no Brasil é muito séria. Às vezes, discutem-se violência e paz, mas oculta-se que o plano de fundo de tudo isso é a desigualdade. Logo, não há como falar de uma cultura de paz sem que se enfrentem injustiças de ordem social, racial, de classe. É dessa forma que vamos construir uma sociedade pela paz. Comecei a ler o livro *Democracia, Violência e Injustiça*, organizado pelo Paulo Sérgio Pinheiro e outros autores. Eles falam do desejo de uma sociedade democrática e, junto a isso, um estado de direitos com a presença do Ministério da Justiça, dos juízes, dos promotores, dos defensores públicos. Existem autores que acreditam ser impossível uma sociedade democrática num mundo capitalista, porque o capitalismo é imoral, não tem compromisso ético. A palavra ética vem de *etos*, e *etos* vem do coletivo. Só há democracia e paz quando há um sentido coletivo, um compromisso coletivo. Para Leonardo Boff, o convidado de 4 de agosto do Núcleo de Estudos Nepcom da Faculdade de Educação, precisamos de reinventar um outro ser humano, uma outra sociedade. No aspecto ecológico, principalmente no mundo ocidental moderno, não é possível sustentar um planeta que produz tanto lixo, que degrada a natureza. Percebemos que o planeta está irritado. Menos de 1% da água é potável. Segundo Boff, o planeta tem sete bilhões de habitantes e pode suportar o dobro de habitantes. Só que em 2050 o planeta já deve atingir esses 14 bilhões de habitantes, e aí é o nosso fim: vamos desaparecer que nem dinossauro. Mas a natureza vai continuar se recriando, porque é um sistema vivo. O ser humano moderno, principalmente o ocidental, é muito arrogante e se acha supe-

rior à natureza: ele, dotado de razão; a natureza, primitiva. Mundo é aquilo que o ser humano cria, mas que não faz parte do que o homem criou. Então, a cidade é limpa e a natureza é suja; a cidade é o nosso mundo, e o que está fora do nosso mundo é imundo. Uma cultura pela paz significa respeitar a natureza, porque somos natureza, e animais, porque somos animais. Essa separação entre a razão e o corpo, o ser humano e a natureza, é uma dicotomia produzida desde Platão, no mundo ocidental moderno, 2.300 anos atrás. E essa é uma ideia equivocada, haja vista que numa cultura de matriz africana, indígena, oriental e indiana, entre outras culturas, não existe essa dicotomia, inexistente separação, e toda a escravidão que houve, decorrente da colonização da América Latina, do Caribe, da África, enfim, do planeta, foi a partir dessa visão de que há povos dotados de razão, são superiores, brancos, europeus. Os outros são animais, primitivos. Tanto que na universidade se não se publicar um artigo lá no dito primeiro mundo, na Europa, nos Estados Unidos, você não tem status de cientista, o que é extremamente imperialista. Nós somos muito colonizados. E o pensamento ocidental moderno separa o ser humano da natureza, cria hierarquia entre os povos (superiores, primitivos, civilizados), e tudo isso produz violência. Eu sou do Observatório Nacional do Sistema Prisional e já visitei alguns presídios pelo Brasil. Neles não encontrei rico. Agora, com o mensalão, é que existem alguns, pouquíssimos, só que em condições privilegiadas. Os presos acabam achando até bom porque estão começando a ter mais conforto. Mas, no geral, as condições dos presídios são degradantes, desumanas. A pessoa deita num lugar sujo, come uma comida péssima, fala de crime o dia inteiro e deita de novo em condições

péssimas. Então, ninguém vai sair dali e lhe dar um beijo. Uns 80% saem do presídio e reincidem no cometimento de crimes, alguns até mais graves. O tratamento dispensado à população encarcerada pobre é, em relação à sociedade, desumano. Essa gente é tratada como os animais. O que se vê ali é o reflexo da desigualdade. Logo, a escola precisa discutir, por exemplo, que 70% da população carcerária não completou o ensino fundamental nem o ensino médio, e 80% não tem qualificação profissional. Eis o retrato da desigualdade social, em que pobre comete crime e rico desvia verba. É isso? Desviar 100 milhões, 200 milhões não é crime, mas vender uma bucha de crack é. Observamos que há uma criminalização da pobreza, o que é uma violência. A escola de hoje não é a de 40, 50 ou 60 anos atrás. É outro universo, outra realidade. Tornou-se mais complexa, está em um mundo globalizado, midiático. Os meninos lidam muito bem com WhatsApp e outros sistemas que nem conheço. Precisamos de pensar uma pedagogia, por exemplo, que fale da cultura africana, da cultura indígena. Desde 2003 já está na lei, e em 2008 ela teria sido revista. Essas culturas de que somos oriundos não têm separação, dicotomia entre bem e mal, razão, emoção, natureza, ser humano. Sou capoeirista e aprendi a história do oprimido, do negro do Brasil na capoeira. Na escola, aprendi a história do dominador. Os heróis, os perversos, eram sempre os brancos Duque de Caxias, Dom Pedro. Se o menino faz funk, rap ou capoeira, tem conexão com matriz africana. Como foi dito, sou professor do mestrado e do doutorado em lazer na Escola de Educação Física. Temos estudado práticas culturais de matriz africana, de matriz indígena. Fica muito claro, pelo menos para mim, que o pensamento europeu é colonial. Não entende-

mos capoeira, candomblé, funk, black soul, rap, congado, práticas indígenas com o paradigma colonial. Precisamos de um pensamento anticolonial, pós-colonial, a fim de entender a nossa cultura com o nosso olhar, porque a antropologia e a sociologia foram criadas pelos colonizadores. Os antropólogos europeus chegavam aqui, à África e a outros países e falavam que não tínhamos condição de entender essa cultura. “Você é um animal primitivo, eu sou um antropólogo europeu, sou superior e vou descrever, interpretar, escrever sobre a sua cultura. Aliás, vou pegar esse totem seu e levar para o museu da Europa. Você não tem condição de cuidar desse totem”. O próprio Lévi-Strauss disse que a antropologia é serva da colonização. Precisamos sair desse olhar colonial imperialista em que vivemos. Hoje não há colônia. O Brasil não é uma colônia, mas está sob o maior imperialista: Estados Unidos. Os Estados Unidos não chegam aqui hoje com canhão, com fuzil, mas chegam e dizem: “olha, coloca o McDonald’s”, como tem aqui do lado, “para você ser civilizado, construa um shopping na sua cidade. Para você ser civilizado, use Nike”. E o que observamos? Jovens da periferia, das favelas, e também de classe média e da elite, roubam, matam para ter um Nike, porque é cobrado pela mídia esse produto, esse consumo, para ter *status*, para ter pertencimento social. No Cotec, entre 2004 e 2005, meu trabalho consistia em discutir por que estava tendo abuso de drogas e alguns outros problemas. Fizemos alguns grupos focais com os jovens lá do Cotec e perguntamos se ali havia roubo. Eles afirmaram: “claro, professor”. Indaguei: De quê? De celular, de mochila de marca, de tênis de marca. Porque o Cotec, não sei se sabem, é em cotas. Tem classe A, B, C, D. Aí um jovem argumentou: “professor, se a

gente não tiver um celular de mil reais, um tênis de marca, a gente não entra na turma”. Tem que ter para existir. É assim o capitalismo. E a medida para enfrentar o problema, que é de violência social, é mandar o menino para o Conselho Tutelar, dar-lhe uma suspensão, excluí-lo da escola? Não. Isso não é postura de educador. Logo, a escola hoje, além da educação escolar, necessita da educação social. O livro *Profissão Educador Social*, dos autores espanhóis Petrus e Trilla, diz que educação social é aquela que se preocupa com os processos de sociabilidade e de socialização do sujeito; como é a relação dele com a família, com a cultura, com o trabalho, com a comunidade, com os amigos, com a religião. Ele reúne fatores protetivos para não ficar vulnerável, já que enfrenta riscos como todos enfrentamos. Quais riscos há e como se proteger? Se ele está vulnerável, o que se pode promover em termos educativos, culturais, sociais para proteger esse jovem? Então, educação social é um campo da teoria da educação no Brasil ainda pouco reconhecido. Na Faculdade de Educação, de quatro anos para cá há uma formação complementar com cinco disciplinas: duas teóricas e três práticas. Mas percebe-se que é emergente que educadores escolares também tenham formação em educação social, porque esse tipo de conflito é realidade dentro da escola. O narcotráfico, o preconceito racial, a pessoa com deficiência, o jovem que cumpre medida socioeducativa e as famílias que frequentam escola não são mais aquelas de 40, de 50 anos atrás daquele modelo clássico, patriarcal, machista. As mulheres lutaram e estão lutando pelos seus direitos, há a lei do divórcio. Existem outros arranjos familiares, haja vista as famílias homoafetivas. Então, o direito, a educação inclusiva, todo esse contexto, exigem que se vá

além da formação escolar. Na FAE se formam pedagogos e professores na licenciatura. No caso do pedagogo que só estuda escola, o que menos entende é de escola. Não há como entendê-la sem entender sociedade, família, cultura, políticas públicas, direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc. Aí provoqueei: “minha proposta é desescolarizar o professor, desescolarizar o estudante; e educacionalizar a escola é uma coisa responsável”. Quando se tira uma coisa, tem de se propor outra. O que é uma ideia escolarizada da escola? É ilusão achar que o único lugar em que se educa alguém é na escola. Foram os especialistas — pedagogos, psicólogos (sou psicólogo) — e os sistemas próprios a eles relacionados (pedagogismo, psicologismo) que criaram isso na cabeça das famílias, da sociedade, dos professores. Quem entende de educação é o técnico. A família não entende mais de educação. A professora agora vai ser tia. Aliás, é problema de saúde mental chamar uma professora de tia. Adoece a professora e adoece a família. Deslocar tia, um significado familiar, um atributo familiar, para dentro de uma escola cria um problema de identidade na escola e também na identidade da família. O que cabem à família, à escola, à sociedade, ao estado? Porque a escola não é salvadora da pátria. Essa ideia judaico-cristã de que a escola é salvacionista, de que todos os projetos sociais têm de acontecer dentro da escola, é cruel. Portanto, a escola precisa sair dos seus muros, ir além dos seus muros e definir: “isso não é meu, isso é de vocês”. Só que precisamos trabalhar juntos. Então, qual a fronteira entre a escola e a família, entre a escola e as políticas de assistência social, de saúde, de segurança, etc., e o que cabe a cada uma? A escola, nessa ilusão salvacionista, tecnicista, começou a se isolar como se desse conta de

tudo e passou a assumir vários papéis, funções, atribuições e tarefas que não são dela. Aí as professoras ficam sobrecarregadas, com problema de identidade. Elas precisam é de paz, de ficar menos sobrecarregadas, partilhar os problemas escolares com a sociedade, com as famílias, com os setores que possam fortalecer a escola, e esta os demais setores. Uma cultura de paz, porém, não se dá sem diálogo, sem comunicação, sem participação. Contudo, vivemos numa sociedade de muros, emparedada. O livro da Tereza Caldeira, que se chama *Cidade de Muros*, ilustra muito o fato de que, ao estarmos criando uma cidade de muros, cerca elétrica, morada em condomínio, construção de presídio e de centros socioeducativos, diminuição da maioria penal, andar em carro blindado, vai diminuir a violência, vai criar uma cultura de paz. Mentira! Vamos ficar é mais violentos e deprimidos, que é uma epidemia desse século, por causa do nosso individualismo, da nossa competição, do nosso consumismo. Uma sociedade ética é uma sociedade que tem vida coletiva, compromisso coletivo com a natureza, com os animais, com o planeta e mesmo com uma vida religiosa, porque no século XVI, com a ética protestante, o mundo ocidental moderno rompeu com o sagrado. Você se salva pelo trabalho. É o culto ao trabalho. Sou professor do lazer. Os marxistas só estudam trabalho, a mesma coisa que o capitalismo faz. Nos estudos de lazer sentimos que estamos estudando algo proibido, uma coisa diabólica, de malandro. Ao passar na rua é só para consumir e produzir. Quem para na rua, numa praça, se for mulher, deve ser alguém do baixo meretrício, garota de programa. Se for homem, é vagabundo. Há, assim, um culto ao trabalho, e o trabalho foi intensificado com as novas tecnologias. Acreditava-se que com os re-

curso de internet, WhatsApp, etc. iríamos trabalhar menos. Pelo contrário, o capitalismo quer nos explorar mais. É ilusão achar que o capitalismo nos vai deixar sem trabalhar, sem consumir, sem produzir. Se estamos num bar, estamos trabalhando, se estamos em casa, estamos trabalhando, se estamos sonhando, estamos trabalhando. Já orientei dois mestrados sobre o lazer na escola: um sobre o lazer no Cotec e outro sobre o lazer no Cefet. E fui a uma banca recentemente sobre o lazer numa escola municipal. O lúdico, o lazer, é proibido de entrar na escola. O João Malheiros estudou os jovens do Cefet que vão aos bares. Por que eles vão? Porque o professor só fala em trabalho, em aula, em nota. Sabemos que a escola foi criada para disciplinar a pessoa a ir para o trabalho, a ter ordem. Lazer é coisa de vagabundo, é a indisciplina, a desordem. No Cotec, por exemplo, quinta-feira durante o almoço, há um momento cultural. Só nesse dia, uma hora só. Quem organiza é jovem, e quando os jovens vão ao colegiado reivindicar um espaço cultural, os professores falam que é coisa do Grêmio, não da escola. Na escola municipal em que fui à banca uma professora de educação física tem lá dentro baralho, aquele jogo RPG, roda de conversa. Nos vários momentos de lazer, os professores se trancam na sala de professores na hora do intervalo, e os alunos que organizam aquilo para os professores não têm o menor conhecimento. Para eles, não há o menor valor educativo, de sociabilidade, de cultura. Meu aluno de capoeira, o Renê, mestre de Angola, trabalha na escola integrada do Planalto, salvo engano. Ele falou que os alunos de capoeira a chamam de escola estragada. É a esquizofrenia. De manhã, eles são alunos. Quando põem a roupa de capoeira, são malandros, vagabundos, porque fazem coisa de ne-

gro, capoeira. Isso é um discurso colonial. A sala de aula é pra gente civilizada, capoeira pra bandido. Não está integrada mesmo. Está estragada. Se fosse escola integrada, os conteúdos seriam pedagogia africana da capoeira, já que não é só branco que inventa pedagogia. Índio, assim como o africano, tem pedagogia. Nós temos de aprender com esses mestres. Na escola, o menino não respeita a tia. Na capoeira, não tem tio. Tem mestre, guardião ancestral da cultura. É outra representação, há respeito. Logo, temos de aprender com esses mestres. O Renê fica bravo porque as professoras o chamam de oficineiro. Ele não é oficineiro. Ele é mestre. Aí ele perguntou à professora: “a senhora é auleira?” Porque eu sou mestre, não sou oficineiro. Então, ele tem pedagogia, um saber para ensinar aos ditos acadêmicos que doutor, gente que se formou na universidade, é superior aos outros. O mestre de capoeira, ainda mais o Renê, não tem curso superior. Um cara da favela, cujo saber é inferior, é coisa de negro. Afinal, com que pedagogia trabalhamos? Como vamos construir a paz se estranhemos o aluno que faz capoeira? O nosso pensamento é estragado mesmo, é desintegrado, é desarticulado. Então, a paz é o espaço do diálogo, da aprendizagem conjunta, coletiva. O que se discute na capoeira, na aula de História, na aula de Geografia, como a gente se complementa e se contradiz, porque a vida é dialógica, a gente se complementa e se antagoniza o tempo todo internamente, e externamente também. Logo, a pedagogia tradicional, que veio do mundo europeu ocidental, colonial, é quadrada. É que nem essa sala, linear. E a pedagogia africana, a indígena, é circular, é olho no olho, é horizontal. Não tem essa hierarquia: tem respeito, respeito ao mestre. Tanto que na capoeira há um verso que diz: “sou discípulo que

aprendo, sou mestre que dou lição, na roda de capoeira não dou meu golpe em vão”. Então, existe humildade. A expressão ser humano vem de húmus, que significa terra. A terra é fértil. Queremos ficar longe da terra. Por isso há gente tão louca, tão violenta. A palavra humildade vem de húmus também. E uma coisa que a capoeira tenta ensinar é humildade. Somos muito arrogantes! Temos de ouvir os jovens. A Helena Bramo, que é uma pesquisadora sobre violência, injustiça, desigualdade da juventude no Brasil, reproduziu a seguinte frase de Freud: “a violência ocorre quando não é possível mais conversar”. Se queremos uma cultura da paz, tem de ser a cultura do diálogo, da conversa, da participação, de sentar em círculo. “Roubou meu celular?” Não é o momento de chamar a polícia. É um momento educativo. Vamos sentar em círculo, todo mundo vai ter de dizer o que pensa disso. Quem foi “roubado” vai falar. Quem “roubou” vai falar. Por que aconteceu isso? Todos vão dizer, e vamos refletir. No caso do Cotec, refletimos que se tem um celular de mil reais para pertencer a um grupo, isso realmente é amizade. Se a sociedade prega, temos de ter para ser. Num momento reflexivo é que se discutem as diferenças, a desigualdade, o consumismo, as injustiças, o mundo artificial e materialista em que vivemos. A modernidade rompeu com o sagrado, e caímos no vazio. Nós nos realizamos é pelo material: ter, comprar. É o vazio. E essas culturas cultivam o sagrado, têm respeito aos rituais, aos elementos da natureza, da qual faz parte Deus. Isso tudo tem a ver com a paz. Uma cultura pela paz ultrapassa o ser humano, vai muito além. Espiritualmente, precisamos de evoluir muito. Um mundo materialista, egoísta, individualista, competitivo dificulta a paz. Quando fui educador de rua, que passou a se

chamar depois do Estatuto educador social, sempre defendi a pedagogia social. Proponho que os educadores façam assembleias na sala de aula, na escola, sentem em círculo. Se eles têm quinhentos, mil alunos, reúnam as comissões tiradas das salas de aula, tragam o que se discutiu para a sala, voltem de novo. Ah, mas isso vai tomar muito tempo, e as disciplinas ficarão descontextualizadas do que está acontecendo no cotidiano. O Paulo Freire defendia que o conhecimento vem da prática, da experiência, e a teoria ajuda a compreender e a avançar a prática. Nenhuma prática avança sem a teoria, e nenhuma teoria avança sem a prática. E os estudantes vão encontrar muito mais sentido no que aprendem. Se um vidro da escola se quebra, não é problema do diretor apenas. Toda a comunidade educativa vai indagar por que quebrou, se há alguém insatisfeito com alguma coisa, quem vai pagar aquilo ou se será usado o dinheiro público. O sujeito pertence àquele lugar, com o qual assumiu compromisso e é reconhecido como importante ali. E esses jovens, principalmente da periferia, são invisíveis. Invisíveis porque não queremos ver, mas que também são o nosso espelho. Certa hora o fantasma aparece à frente com o revólver 38 que quer esconder, mas não adianta. Precisamos sair dos muros, ocupar as praças, ter encontros de reflexão, eventos culturais e festivos, religiosos. Domingo, por exemplo, na Praça Sete, há um encontro do black soul e roda de capoeira. De vez em quando eu vou. São movimentos de origem e matriz africanas. Eles são da periferia e ocupam o centro da cidade para serem vistos. O problema é que constantemente os lojistas querem retirá-los de lá, o que gera sempre uma tensão. Uma cultura pela paz deve discutir a diversidade, a intolerância. É preciso haver um espaço de

conversação, assembleias pelo menos a cada 15 dias a fim de discutir o cotidiano, programar com os estudantes atividades fora da escola, sentar em círculo. Todo conflito é um momento pedagógico. Pedagogo ou educador que tem medo de conflito, por favor, abandone a educação porque a vida sem conflito não existe. Crescemos é na diferença, no questionamento, no diálogo, na reflexão. Tomamos consciência de que trabalhar em rede é fundamental para integrar escola ao Creas, ao Cras, ao serviço de saúde, aos grupos culturais, às famílias, à comunidade, a instâncias como o Ministério da Justiça, Promotoria, Defensoria, porque todos lidamos com problemas comuns. O pessoal responsável por políticas de saúde não vai promover saúde sozinho. A escola não vai promover educação sozinho. A educação abrange as relações na família, no trânsito, na religião, na rua, na praça, no trabalho, no lazer. Enfim, a educação está presente em todos os momentos, acontece em outros espaços, em outros territórios. Vejo que aqui na mesa, e também na plateia, há gente com muita experiência, colegas do tempo em que trabalhei na Febem, para compartilhar essa preocupação de construir uma cultura pela paz na escola e na sociedade.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: O professor Walter tocou em alguns temas que foram retratados num texto dele chamado *Juventude, redes sociais e políticas públicas*, o qual pode ser encontrado na internet. Na fala dele aqui se destaca a frase: “o grupo toma como ponto de partida a seguinte referência: isolados somos frágeis”. Essa constatação, que pode parecer óbvia, reflete a necessidade de construção de um trabalho em rede. No primeiro colóquio de educação em direitos

humanos no Ministério Público, o grupo nacional de direitos humanos que coordeno, junto com os movimentos sociais, sugeriu exatamente oferecer aos professores e aos membros do Ministério Público, no curso de formação, uma disciplina sobre pedagogia social. Neste Auditório Vermelho do MPMG podemos sentados, numa roda de conversa, discutir questões da educação. A Neide levantou no primeiro encontro o fato de eu ser coordenadora da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação dentro do contexto do Ministério Público, uma instituição muito mais formada por homens, ao passo que a educação é um setor em que predominam mulheres. Venho coordenando e colocando a instituição como agente de transformação social. A gente também vem mudando essa fala do Ministério Público na sociedade. O Ministério Público quer ter no seu curso de formação a disciplina, a fala da pedagogia social. Precisamos também pensar nessa cultura de paz em rede. O professor Walter e eu fomos a vários eventos de política pública da Secretaria Estadual da Educação. A preocupação de trazer vários agentes do sistema de justiça, do sistema educacional, do sistema social para trabalhar e discutir a educação como promotora de paz nas escolas é positiva diante da possibilidade de diálogo. O problema é quando não há mais essa possibilidade. Na crise, no conflito, vamos sentar e conversar, porque o mundo perfeito não existe. E essa proposta também pode ser estendida ao Ministério Público nacional.

ELIANE: É muito significativo pensarmos amplamente os desafios da escola. Todas as vezes que encontro o professor Walter Ude aprendo muito. Olho para ele e vejo uma mandala colorida que tem a ver com toda uma me-

todologia. A mandala com que ele trabalha nos dá consciência das redes internas e externas que temos que ativar dentro da escola para que possamos enfrentar os desafios como escola. Lembro que ele trabalha as cores, o mais articulado, o menos articulado. Vem-nos uma reflexão da necessidade efetiva de pensar os desafios da cultura de paz do ponto de vista interno à escola e aos seus vários segmentos, evitando as estragadas situações que vivemos por resistência, dificuldades de concepção, de articulação dos processos com parceiros importantes para o enfrentamento dessa questão específica da implantação de uma cultura de paz nas escolas. Na rede municipal houve duas situações bem características de esforço para consolidá-la. Os fóruns família--escola e o fórum regionalizado família-escola reuniram entre 150 e 200 famílias nas várias regionais. Sob o tema “família e escola juntos na construção de possibilidades de uma escola mais humana” dialogamos com as famílias sobre a implicação de uma cultura de paz nas escolas e a responsabilização de todos em relação a essa construção. Outro evento significativo nesse esforço foi o primeiro seminário “Construindo plano de convivência escolar”, cujo tema foi racismo institucional e ações afirmativas na escola. Não dá para pensar em cultura de paz, em plano de convivência escolar, sem que enfrentemos claramente um diálogo sobre o racismo e as dificuldades advindas de uma visão colonialista impregnada na nossa cultura. O seminário também tratou da concepção de mediação de conflitos na escola, a fim de que se busquem relações adequadas no ambiente escolar. Quando se fala em paz nas escolas é porque estamos em contexto de violência. Na maioria das vezes, as dificuldades passam pelas diferenças de etnia, de gênero, de classe social e de

como devemos enfrentar isso. No plano de segurança escolar, os conceitos estruturadores da intervenção preveem multiculturalismo, cultura de paz, educação em direitos humanos. Quero aqui fazer um convite público ao professor Walter Ude de que nos ajude nos desafios de fazer o melhor, de sair de um lugar de só encontrar as dificuldades para um lugar de efetivar processos e conseguir articulação adequada entre os parceiros internos e externos. A ação do Ministério Público é muito favorável para que tenhamos essa articulação mais ampla com a sociedade no enfrentamento de questões que vão além da escola, mas que estão pipocando lá e o professor, às vezes, vem-se sentindo isolado, vem adoecendo, etc.

ANDERSON: Sou professor de História da rede municipal de Belo Horizonte e de Contagem, mas estou emprestado para o estado, compondo a equipe da professora Macaé. Estamos reorganizando a estrutura da Secretaria de Estado. Existia uma subsecretaria que cuidava de toda a política de educação básica. Nós vamos organizar a Subsecretaria da Diversidade de Inclusão e nela haverá a Superintendência de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania, da qual serei o superintendente. Nessa fase de transição, sou o coordenador. Além da educação prisional, da educação para adolescentes e jovens em medidas socioeducativas, da discussão de gênero e diversidade, discute-se convivência democrática. Evitamos falar de violência na escola para que não se dê ênfase à palavra violência, embora tenhamos de usar porque a demanda é diária em Minas Gerais. Daí o Programa de Convivência Democrática, sobre o qual já fizemos duas rodas de conversa. Na primeira, o Walter esteve presente.

Na última, estiveram a Miriam Abramovay e o professor Luciano Campos, da Ufop. Constituiu-se o comitê intersetorial do estado, de onde foram tirados os membros para discutir essa questão. Só no âmbito da Secretaria de Estado de Educação não dá. Temos, aliás, é de ampliar, na perspectiva da intersectorialidade, a discussão da prevenção à violência, da cultura de paz nas escolas. Inclusive convidamos o Ministério Público. Sempre usei a expressão “cultura de paz”. Houve polêmica se ela seria adequada para falar desses processos na escola e aí, por coincidência, não a usei na minha apresentação. Falava, mas não estava escrito. Que bom, disseram, “você não usou a expressão cultura de paz, não foi nem pensado. A ideia da cultura de paz era de um contexto pós-Segunda Guerra ligada à pacificação dos povos e dos países em guerra e também à questão da paz. Lembrei-me da música do Rappa: “paz sem voz não é paz, é medo”. Não estou nem fazendo uma defesa se deve ou não usar porque estou provocando da mesma forma. Nesse contexto do fenômeno da violência na escola, falar de uma cultura de paz seria uma expressão adequada? De toda forma, no estado estamos trabalhando com a ideia de convivência democrática. Estamos dialogando e mantendo proximidade com a rede municipal de Belo Horizonte. Lançamos os pilares do que vai ser esse programa, mas as pessoas têm um imediatismo muito grande quando se trata da violência. Localiza-se a violência naquele que viola, nunca se coloca no lugar do violador. Esse debate é muito difícil inclusive com os educadores, porque eles falam o tempo inteiro de uma violência física às vezes imediata. Quando, porém, se pensa em como são produzidas essas violências, a da escola obviamente é no âmbito escolar, mas também tem

relação com a sociedade. A violência vem do outro, e o outro é violador. E quando se pensa que em Minas Gerais boa parte dos jovens nem está matriculada no ensino médio, há distorção. Como ainda estão no ensino fundamental, é preciso fazer pesquisas mais qualitativas para saber o porquê. Se esses jovens evadiram ou estão fora da escola é porque a escola é violenta com eles, o modelo de escola é uma violência para o ideário que esses jovens têm, e aí se cria um tipo ideal de estudante que responda a uma escola com a qual não dialoga. Isso é uma violência. Fazer com que as pessoas se coloquem no lugar dos outros é imprescindível para se discutir qualquer processo de prevenção à violência, de pensá-la. Ainda que eu compartilhe a ideia de que democracia mesmo não vai existir no marco do capitalismo, que não vá viver num mundo sem o capitalismo ainda, eu até gostaria, temos de pensar nas brechas de sobrevivência nessa barbárie e também que estamos construindo algo que não será para nós, mas para as outras gerações, o que serve de alento, senão nada fazemos. Mas estamos num momento de muita efervescência nessa discussão na secretaria. As iniciativas anteriores são importantes, mas estamos trazendo elementos novos de uma concepção de educação em que acreditamos. Não dá para pensar na escola como um espaço único da aprendizagem, não discutir esse outro saber, que é o saber das relações. Não é só o saber específico da área de conhecimento e do conteúdo. Precisamos compreender melhor o saber das relações humanas, que é entender o ser humano e olhá-lo nas suas múltiplas dimensões. Não é só o cognitivo que temos de aprender a fim de alcançar

metas de aprendizagem das nossas avaliações sistêmicas. Sei que é polêmico falar isso, inclusive como gestor, mas tem de ter posições firmes acerca do nosso pensamento sobre a educação. Eu teria muito mais a dizer sobre o programa de convivência democrática, da experiência da Virada da Educação em Minas, mais conhecida pela sigla “VEM”. São rodas de conversa que estamos realizando em territórios de desenvolvimento de Minas Gerais. As escolas inscrevem professores e estudantes para a nossa dinâmica. Eu estou coordenando a maior parte das rodas com professores. Já estive em Juiz de Fora, estou indo a Varginha. Nas rodas de conversa usamos pelo menos um pouco a pedagogia africana, que consiste em momentos de conversa com os professores, com os jovens. Depois se junta todo mundo numa grande roda, e a ideia é trazer de volta essa juventude que, por conta dessa violência institucional, está fora da escola. O VEM tem o objetivo de trazer esses estudantes de volta, graças a uma campanha publicitária a partir de setembro. Pela primeira vez os professores reconhecem que a Secretaria está dando voz para que expressem aquilo que pensam sobre a política educacional e os caminhos da educação em Minas Gerais. O que parece ser o mínimo, para os educadores do estado já é um avanço muito grande em relação ao que acontecia. Discute-se a violência pautada muito nesse imediatismo da agressão física, e não pensada na sua complexidade.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, vai se realizar o Quinto Congresso Internacional de Educação Social, Educação Comunitária e Educação Popular.

Um dos organizadores é Roberto da Silva, professor da USP. Ele é pedagogo, fez supletivo dentro da prisão e mais tarde concluiu doutorado. De menino de Febem em São Paulo, Roberto da Silva é um defensor, um lutador pelo reconhecimento da pedagogia social, pela educação social no Brasil. Portanto, existe uma luta nesse campo teórico da educação que se precisa divulgar mais.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

A Segunda Conane, que é a conferência nacional da educação alternativa, pela primeira vez vai ser na comunidade Heliópolis, bairro Educador, em São Paulo. Vamos ter uma Mesa do Ministério Público. Estarei lá com mais quatro colegas de outros estados, que fazem parte da Cooeduc, uma comissão nacional que estou coordenando para que a fala do Ministério Público fique inserida na questão da pedagogia social.

MARIA LUIZA: Meu nome é Maria Luiza. Trabalho na 23ª Promotoria da Infância e da Juventude Infrafracional. Sou oficiala, formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFMG há 30 anos, psicóloga pela Newton Paiva.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

A propósito, na 23ª Atos Infracionais, a minha amiga Carla Lafeté e eu estamos gestando uma cartilha, uma semente para um mundo melhor, um trabalho de atualização da Proeduc com a 23ª. A Carla Lafeté, promotora lá, e eu vamos também lançar essa cartilha.

MARIA LUIZA: Pela primeira vez participo do encontro. Minha contribuição se baseia na observação do meu trabalho diário. Atendo a adolescentes sozinha porque são

diligências sobre violência sofrida por família, por policiais, por agente socioeducativo, e geralmente o assunto é sigiloso. Tenho prática de conversar com adolescente olhando nos olhos, e isso lhe causa muito incômodo porque naquele instante ele está preocupado é com a infração cometida, o que para mim não é muito importante. Importa é o relato que o garoto faz quando está ali sozinho comigo e não se sente pertencente a lugar nenhum, e uma das exigências de cumprimento das medidas socioeducativas é que ele volte à escola, a qual não reconhece que aquele menino precisa voltar ao lugar de onde ainda não saiu, mas não se sente inserido. Não sei qual denominação dar a esse menino que está voltando para a escola, a que grupo pertence. Às vezes, a família não o reconhece. O que o Ministério Público pode fazer por ele na escola?

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

Há até uma resolução do Conselho Nacional de Educação sobre o pertencimento quando o aluno precisa ser matriculado e os pais não sejam necessariamente ciganos e estão numa itinerância. Como existem outras formas de itinerância, o que fazer quanto ao pertencimento desses meninos àquela escola a que estão chegando e como os professores os estão recebendo.

NELMA: Meu nome é Nelma. Represento aqui a Superintendência Metropolitana B da Educação. Ouvi o professor falar sobre o centro de formação humana, mas por que tudo volta para a escola? Porque a juventude está lá, e é dessa nova geração que sempre se espera um futuro melhor. Só que essa formação humana não deve ser só colocada para o jovem. Ela deve ser levada a seus forma-

dores, ao professor, aos gestores, à sociedade, ao estado na criação de políticas públicas. Tentar uma formação humana só para os jovens sem incluir também aqueles que estão à frente deles não vai trazer tanto resultado porque a geração que já passou está malformada, negligenciada. O que acontece na escola? O jovem que está lá leva o conflito da família absorvida por essa sociedade capitalista formada por ela. Com políticas públicas ainda precárias, precisa-se trabalhar a intersetorialidade. Mas que isso seja transformado em rotina, hábito, não somente cultura, palavra meio estranha para mim. Para a cultura de paz, há de se criar hábito de paz. Mudança de mentalidade é a proposta daqueles que já estão fechados na teoria. Somos muitas vezes teóricos de paz, e paz não é uma teoria. Paz é hábito cotidiano. O sistema prisional é uma réplica do sistema medieval, é calabouço. Quando visitei um centro socioeducativo, fiquei até meio chocada. Tinha sido o meu primeiro contato. A juventude nunca foi muito bem compreendida. Tempos atrás era transviada, rebelde. Agora é infratora. Depois vai virar juventude virtual. Mas e a formação humana nessa juventude? Vejo que as ideias estão aparecendo. São importantíssimos esses encontros para que consigamos gradativamente, pelas rodas de conversa, agregar mais pessoas para tentar mudar a mentalidade e ganhar força na prática.

ANTONIETA: Sou Antonieta e vou completar a fala da Nelma. Não é a juventude só; a educação infantil também. Os pequenininhos estão totalmente sem direitos, apesar de 25 anos de comemoração do ECA. Hoje temos na educação infantil gente que nem é habilitada, foi botada lá goela abaixo, e estão falando que estamos reclamando

porque é disputa de classe. Começa por aí. Tenho muito orgulho de ser chamada de professora, como imagino que o senhor tenha de ser chamado de mestre. As políticas e a falta de diálogo adoecem as professoras e os professores, infelizmente. Percebo um movimento da mídia de valorizar crianças e adolescentes de aglomerados, que prefiro chamar de favelas mesmo. Na novela da Globo, diga-se de passagem, em vez de Morumbi, Paraisópolis é o melhor lugar do mundo. Estou escutando falar em pedagogia social, pedagogia africana. Vou pesquisar o assunto. A teoria complementa a prática. Recentemente, o município de Belo Horizonte diagnosticou, professor, para o Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, que a violência aumentou assustadoramente e vejo a colega falar da roda de conversa. Estou na rede há 11 anos, e desde então só vejo falar em roda de conversa. Quando é que vamos efetivar essa cultura cidadã por que ansiamos? Quando é que os direitos das crianças às vagas vão ser respeitados? Quando é que a criança vai ter dentro da escola integrada realmente uma escola integral? Combater a violência sem combater essas políticas cruéis é o desânimo do professor. Ele finge que ensina, a criança finge que aprende, e essa coisa está virando uma bola de neve. Veem-se as prisões sempre cheias, o analfabetismo aumentando, há descrédito com o ensino fundamental. Ninguém mais quer escola. Escola para quê? Para descrever naquela criança que ainda tem algum desejo de ser inserida dentro de uma sociedade solidária? O movimento estudantil Tarifa Zero veio acionar a Polícia Militar botando bala de borracha. Desculpe-me, professor, o desabafo, mas àquelas três perguntas gostaria que o senhor respondesse.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: O sofrimento do educador social, e imagino também que de todo educador escolar, é como se dará o retorno do jovem a uma escola que já o rejeitou e, portanto, à qual não se sente pertencendo. Não há como mudar os jovens sem mudar a sociedade, a escola e a nós também. O Paulo Freire dizia que ninguém educa o outro sozinho. A gente se educa ao mesmo tempo. Em um debate no final do semestre passado na FAE sobre a redução da maioria penal um jovem em medida judicial falou à plateia que a língua é o nosso chicote. Se me chama de bandido, olhe lá o que vai acontecer com você, com a sua família, com o seu filho, porque a sua língua é a sua condenação. Os jovens estão fugindo da escola? Não, é o contrário. A escola que está fugindo de nós. Então, esse jovem é um anúncio e uma denúncia de todo o processo de desigualdade, de invisibilidade que ele enfrenta. Em 2007, quando fiz uma pesquisa no sistema de semiliberdade, lá na Casa Santa Terezinha, um jovem declarou: “entro na casa de vocês não é só para roubar não. É para vocês saberem que eu existo”. Logo, a maior dor para o ser humano é a invisibilidade. Segundo Freud, “não é nascimento biológico do ser humano que determina o nascimento do ser humano; o ser humano nasce quando ele é simbolizado, reconhecido, diferenciado, nomeado”. A morte civil desses jovens invisíveis para a sociedade é muito violenta. Esses jovens estão a nos dizer que esses modelos de sociedade, de pedagogia são inviáveis e que precisamos pensar junto com eles essa mudança, reinventar um outro ser humano, uma outra sociedade, uma outra pedagogia. Por isso é tão rico trabalhar com essa gente jovem. Estava um dia na PAC, que é um sistema prisional, fiquei pensando por que a religião ali no presídio é tão forte? Eu posso

interpretar que é uma alienação, uma fuga do sofrimento. Pode ser sim, mas nunca existe uma única explicação para nada. Existem múltiplas explicações, já que o mundo é complexo. Cristo foi condenado e morto como um bandido. Ele incomodava o poder ao lado de dois ladrões. Concluí que não estou perto do diabo. Estou muito mais perto de Deus do que imagino. Isso é hermenêutica, interpretação das ideologias que estão por trás das imagens. A população é o nosso espelho. Quem tem coragem de olhar nos olhos dele está olhando no próprio olho, mirando o seu reflexo. Somos bandidos porque o mesmo sistema que vende o carro, rouba o carro e vende seguro. Quem é bandido? Quem compra o carro, quem o vende, quem vende seguro? São todos. É um sistema só. É esse tipo de autocrítica, de responsabilidade social que temos de ter. Às vezes me sinto violento, principalmente se oprimido. Vou engolindo sapo e na hora em que o solto fico descontrolado. Por isso é que temos de aprender a falar, a nos defender no momento adequado. Paulo Freire e Freud divulgaram que temos de trabalhar, de falar do opressor que há dentro de nós, mas somos também oprimidos que oprimem, já que também vivemos numa sociedade opressora. Temos de ter coragem de falar com esses jovens que, às vezes, oprimimos e nos sentimos violentos, que precisamos nos transformar, porque a nossa língua é o nosso chicote mesmo. Precisamos romper esse modelo hierárquico, vertical, e criar relações horizontais, ter mais humildade, aprender com o outro os outros saberes, como disse o Anderson, não só a intersetorialidade mas também os intersaberes. Aprender com o saber popular, com os saberes religiosos, com o saber do jovem, com o saber das famílias, com o saber comunitário, e construir uma sociedade democrática.

Realmente, as políticas têm de ser repensadas com a participação de educadores e de educadoras, das famílias, dos jovens, sem essa sobrecarga e desvalorização do professor. Parem de fingir que existe uma política educativa. Existem muitos programas interessantes, mas de estrutura muito precária, poucos funcionários. Há um Conselho Tutelar que funciona na garagem do conselheiro sem telefone, sem computador, para atender dez mil casos. Criticamos o conselheiro, condenamos o conselheiro tutelar, mas quando se vai lá ver as condições de trabalho que ele tem. Precisamos nos sentar em círculo e tornar essa roda de conversa uma prática constante na nossa família. Carecemos de resgatar esse círculo, que é um círculo planetário, um círculo das culturas antigas. A Justiça teria de ser mais agressiva, não violenta, mas mais agressiva, porque agressão não é problema. O problema é a violência, a raiva. Não somos só amor. Isso é muito romântico. A gente tem raiva também. O problema é quando a raiva fica reprimida e ao se expressar o faz de forma violenta. A Justiça tem que ser mais incisiva. A violência se tornou um grande espetáculo, é a naturalização da violência. No caso das novelas, a mídia tratou sempre o africano, o indígena, o pobre como o erótico, o exótico, e a favela é lugar de gente ingênua, que só dança samba, funk e mostra a bunda. A própria Regina Casé passa esse estereótipo do negro que é exótico, erótico, primitivo, animal. Aquilo não é cultura. Cultura é coisa do branco, do europeu, o que reforça o estereótipo de que é colonial, tem uma visão romântica, ingênua. Há a história da censura contra a mídia, mas uma regulação tem de ter, por exemplo, dos alimentos que comemos, uma regulação dos medicamentos que tomamos, porque senão podemos tomar coisa que nos mata. Logo, a mídia

tem de ter uma regulação. Muita gente fala assim: “deixa ter coisa violenta, e quem quiser, assista”. Mas o pobre não tem opção, só tem aqueles canais ali. Faz-se apologia à violência porque a violência é um espetáculo? Isso é grave, porque acontece em processos de subjetivação, de internalização. A psicóloga Jane Correia, pesquisadora da UERJ, entrevistou uns jovens sobre as cenas de violência que eles estão vendo na televisão e nos jogos. E falaram o que sentem quando um jovem mata o outro. Nos jogos é que nem na televisão: morre uma imagem. Guy Debord (1968) no livro *A sociedade do espetáculo* vaticina que vai chegar um dia na sociedade moderna em que o mundo será imagético, sem conviver mais com pessoas, mas com imagens. Quem está morrendo ali não é um ser humano. É uma imagem, um mundo insensível, um mundo que não é mais humano, que produz processos de subjetivação. Num debate na UFMG acerca da estrutura de estudos avançados e transdisciplinares, o professor de informática citou um livro dele que se chama *Sociedade sem rosto*. Imagine: sem rosto, só de imagem, que se está tornando desumana. Então, a roda de conversa tem essa riqueza de olhar nos olhos, horizontal. Um dia, numa assembleia com jovens com história de rua, o jovem interpelou-me assim: “você é folgado, véi”. Por quê?— perguntei. Está cobrando aí de limpar o refeitório, você come aqui e não limpa, não ajuda. Aí ponderei: “Você está certo, realmente estou errado. A partir de hoje, vou ajudar a limpar o banheiro, o refeitório”. E foi a grande revelação para mim, porque vi algo que Dom Bosco já fazia no século XIX. A propósito, o Antônio Carlos Gomes da Costa, um educador social mineiro, concluiu que a pedagogia da presença não é uma pedagogia de gabinete de universidade, de gabinete de

secretaria. É ficarmos junto com o jovem o tempo todo, estar presente com ele lavando banheiro, limpando o refeitório, varrendo a sala de televisão. Aí ele começa a contar toda a história da família e da vida dele, os projetos. E eu também falo da minha casa, da minha vida. É dessa pedagogia da presença que precisamos, porque estamos criando um mundo de imagem, um mundo virtual, um fundo frio. A gente é muito global, como diz o barman, e pouco local. Comunicamo-nos com o Japão, com a China, em segundos, mas não olhamos nos olhos do nosso filho, do nosso vizinho, do nosso estudante, da nossa companheira, do nosso companheiro. Precisamos de uma coisa real, prática, presencial.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não usei a expressão roda de conversa, mas a defendo. A roda de conversa é uma estratégia importantíssima do enfrentamento da indisciplina e dos atos infracionais na escola. Entendo que é preciso uma relação de respeito e horizontalidade para que a qualidade das relações seja redefinida como uma estratégia da justiça restaurativa. Defendo assembleias escolares por turma nas quais o aluno possa ser entendido como um elemento fundamental do processo ensino-aprendizagem. Reforço que, nessas várias estratégias de diálogo, a relação família-escola também constitui compromisso no enfrentamento das questões. Na nossa busca de uma cultura de paz nas escolas, a roda de conversa, segundo Júlio Groppa Aquino, professor da USP, é fundamental. Ele dá o passo a passo para que se busque nas assembleias escolares dar voz também ao estudante de posicionar-se a fim de o professor entender também o outro lado e aí resignificar a relação antes de chamar a

polícia, por exemplo. A rede municipal de educação busca sempre estratégias diversas para o enfrentamento dos desafios, por exemplo, de uma política de inclusão da pessoa com deficiência. Utilizamos o auxiliar de apoio à educação dessas crianças e, recentemente, o auxiliar de apoio à educação infantil. Não sou a secretária de Educação, mas defendo que o diálogo pode pautar no momento certo o enfrentamento dos limites impostos.

ANDERSON: Estou coordenando educação para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Às vezes, eles ficam 45 dias e, eventualmente, veem-se privados de liberdade por até seis meses longe da família fora do território de pertencimento. Mas é possível pensar-se em alguma coisa que signifique algo para eles. A intenção de fazer com que o jovem retorne à sua escola é sempre aquela ideia de que mais próximo do seu território ele está mais perto da sua comunidade e das suas identidades, mas, como o próprio Walter já falou, a própria escola o negou, violentou-o. O desafio é ter um olhar para cada sujeito, para a história que tem com o lugar onde ele vive, a relação tida com aquela escola. É impossível pensar num procedimento que sirva para todo mundo. Sobre a questão da violência, deve-se tomar cuidado com a ideia de que aumentou ou diminuiu. Há determinadas coisas caracterizadas como violência e são meras sensações. O Walter falou numa das rodas de conversa de que participei que a indústria fomenta a violência e, de alguma forma, também a mídia. Quase diariamente tenho de dar entrevista para rádio, para jornal, para TV ao descobrir que escola foi até a Superintendência, entender todo o caso para ir lá responder por que chega primeiro à Record do que

pra gente. A violência é uma pauta que eles adoram, ainda mais quando é o professor o agredido. O que a Secretaria fará? Vai mandar prender o estudante? Percebe-se como é complexo, o quanto isso alimenta a indústria do aumentar e do diminuir, a sensação de violência, os interesses. Tomemos um pouco de cuidado. Nas rodas de conversa cobram que na teoria é tudo muito bonitinho. Mas não dá pra ficar só na discussão teórica. Temos de equilibrar isso com a prática. As ações têm de ser refletidas, refletidas de novo sobre como estão sendo construídas, embasadas. Quatro meses atrás eu atuava na EJA em Contagem. Lidava com jovens de 15 a 17 anos em escola periférica. A sensação de violência é muito grande na região. É claro que ninguém aqui vai deixar de reconhecer a ausência ou a fragilidade das políticas públicas, a condição do docente sobre a questão da materialidade, da carreira. Tudo tem importância. Não dá para falar de prevenir violência se não se pensar na política de uma forma mais ampla. O educador tem de entender qual é o lugar dele na escola, o papel social. Existe uma série de carências em determinados territórios. As escolas, em geral, dificultam pensar numa política dessas. Às vezes, é o próprio profissional, por achar que a escola é só lugar de ministrar conteúdo, e ele está lá para ensinar. Um professor de História vai ensinar História e não tem mais responsabilidade com nada? O sujeito deve ser reconhecido em suas especificidades e continuar a fazer as exigências das políticas públicas integradas. A responsabilidade não deve ser só da escola ou do educador, mas compartilhada entre a instituição, a sociedade, a comunidade.

ANA PAULA: Meu nome é Ana Paula. Já fui professora e hoje estou aqui mais como a mãe de uma criança da educação infantil municipal. Em casa não se vê o que está

acontecendo nos bastidores escolares. Levamos e buscamos a criança e, muitas vezes, criticamos ou elogiamos determinadas ações dentro da escola. Em relação à violência, quando eu estava na ativa, logo no meu início mesmo de sala de aula, uma situação difícil e complicada marcou a minha vida profundamente. Numa turma de sexta série eu entrava e não conseguia lecionar Geografia porque no colégio, como não havia mais sala, fizeram uma outra unidade em que ficávamos praticamente isolados. Não houve um respeito em relação à estrutura. Não se preocupou com o aluno que iria estar ali. Entrava para dar aula e não conseguia porque o Eliseu, o líder da turma, juntava as crianças bem como os adolescentes e saíam. Eu entrava, eles saíam. E ameaçava: “quem assistir à aula dela vai ter comigo”. Muitas vezes eu sentava e chorava na minha mesa. “Meu Deus, não vou conseguir: ele é muito mais forte do que eu”. Eliseu era um negro muito simpático, mas, por ser alto e corpulento, intimidava. Até mesmo quem quisesse ficar, não ficava na sala por conta disso. Naquela época, jovem, imaginava que poderia ao mesmo tempo dar aula, ter um programa de rádio no meu município lá no interior, e escrever para um jornal. Antes de chegar à emissora de rádio, pensei naquele menino. “Eu não o conheço. Conheço o Eliseu que tira todo mundo da sala”. Morava em uma cidade de interior. Não estou falando de Belo Horizonte. E aí fui procurar saber a história do garoto. Eliseu tornou-se arrimo de família porque a mãe era prostituta e o pai havia sido assassinado. Daí, a mãe vivia bêbada e ele sustentava os irmãos menores. Eliseu tinha entre 13 e 14 anos. Na escola, era hiper-repetente. Ele não se chamava Eliseu. Ele se chamava Problema. Então, coloca o Eliseu, coloca o problema na sala. E o que ele fa-

zia? O garoto ia de noite a um posto de gasolina, montava uma banca de café e acionava caminhoneiros para arrumar prostituta para eles. Era um cafetão, um menino de 13 anos de idade que sustentava os irmãos também menores. Que duplicidade de situação num mesmo ser humano: ele era uma criança e um adolescente. Aí voltei para casa e chorei mesmo, de pena. “Meu Deus, não estou lidando com um rebelde. Estou lidando com um rapaz que não sabe o que fazer da vida”. Essa era a verdade, e tomei uma decisão. Chamei-o e falei: “estou precisando de um ajudante lá na rádio, pode me ajudar?” Ele respondeu: “Não sei mexer com isso. Procure outra pessoa”. Fiz questão de envolvê-lo em minha vida. A sala era problemática porque os meninos eram repetentes, nunca estavam interessados em nada. Resolvi chamar a turma para comparecer à feira. Esse menino me acordava às seis horas da manhã. “Vamos embora, professora. Levante da cama, que preguiça!”. Resultado: quem fazia barulho na sala quando eu estava dando aula era advertido por ele: “Cala a boca. A professora está falando”. E aí eu tinha moral com ele porque o trouxe para perto de mim, e eu fui para perto dele. Não estou dizendo que isso é possível sempre. Existem situações em que não dá para se aproximar mesmo. A violência já tomou conta de tudo, mas, professor Walter, foi um prazer ouvi-lo falar sobre Cristo. Cristo foi o primeiro a pregar a inclusão social. Ele foi o primeiro pedagogo. Eu até brinco que no ensino a distância o apóstolo Paulo foi o primeiro porque ele ensinou por cartas, ou melhor, por epístolas. A Bíblia nos ensina, e aí a religião entra e destrói o amor, que é entender o outro. O professor Anderson falou que escola violenta é a escola que não dialoga. Fala-se da violência do aluno, mas não se fala da violência da

escola, da instituição. E hoje estou aqui representando o meu filho de cinco anos de idade, que está no ensino infantil e que violentamente está perdendo o direito de cursar um segundo período porque existe uma normatização, ou uma não normatização, uma adequação de lei que o proíbe de cursar esse segundo período, impelindo-o a ir para o ensino fundamental, tirando-lhe o direito de concluir essa educação infantil. E aí entra o que o professor Anderson falou: “a violência tem vários aspectos”. Não é violência pegar uma criança despreparada e antecipá-la? Minha família não é perfeita, mas é uma família que dialoga, que conversa. A maioria não é assim. Aí a criança lá na quarta ou na quinta série vai trazer inúmeros problemas para um professor dentro da sala de aula, e ele nunca vai entender por que essa criatura não se sente adaptada. Ela teve de cumprir regras, mas não foi respeitada como indivíduo. A política pública tenta adequar o indivíduo ao que é público, e não o contrário. As leis, as normas, a escola e o próprio professor que está dentro da sala de aula não pensam dessa forma. Não se faz greve para olhar para o aluno. Ela é feita inclusive para apoiar o sindicato e estar na rua. De Volta ao assunto violência, violência é não olhar para a base, para o que está acontecendo na educação infantil. O livro do professor fala de ócio criativo, do lazer. Como mãe, estou pedindo o olhar de vocês para os pequenos que estão lá.

ÉRICA: Meu nome é Érica, graduanda em Pedagogia na FAE/UFMG, professora no município de Betim. Faço parte do Fórum Mineiro de Educação Infantil e, para confortar essa mãe, continuamos na luta porque queremos as crianças na educação infantil. Não concordamos com essa

idade de corte. É uma briga nacional. Estive em Cuiabá em novembro representando o Fórum e fiquei surpresa ao ver que só em Minas Gerais a matrícula é em 30 de junho. No Paraná e em Pernambuco é em 30 de dezembro. No Rio Grande do Sul é em 31 de março. A lei está uma bagunça. Por causa do Conselho, a maioria segue a data de 31 de março. Tudo passa na frente da educação infantil. O antropólogo Tião Rocha trabalha no norte de Minas a pedagogia da roda, a pedagogia do pé de manga. Na educação infantil se faz rodinha todo dia. Na faculdade se faz roda. Por que isso acaba quando vai para o fundamental? No fundamental não se faz roda nem na educação física. A aula tem que ser de 50 minutos, nos quais se faz a chamada, dá a matéria, mas não há tempo de fazer roda. Isso é uma coisa importante. As crianças se expressam, falam do fim de semana, contam que a mãe e o pai brigaram. Entendo que auxiliar, atendente para criança deficiente deveria ser um professor também formado, específico, mas deve ser devido ao dinheiro o que acontece com a educação infantil em Belo Horizonte e em Betim. O descaso com professores é um absurdo. Pela lei, quem deve estar dentro da sala com alunos, mesmo que seja criança, é o profissional do magistério ou da pedagogia. Ninguém está sucateando o fundamental, só está sucateando a educação infantil. O PME está aí, temos de atender a demanda, ou seja, a todos. Nós professores fizemos greve este ano foi por causa das atendentes, dessa questão do corte. O Fórum está nessa luta há cinco anos. Querendo ou não, é uma violência contra o professor, contra o aluno, contra o PME.

CLAUS: Espero que muita gente tenha aprendido os princípios filosóficos e pedagógicos trazidos. Eu não aprendi

nada porque o que foi novidade para alguém aqui, eu tive como novidade no fim da década de 60 do século passado. Na fazenda do Rosário, com dona Helena e com os ensinamentos daquele que foi o mais novo general da história inglesa. Aliás, a dona Helena era filha de general do império russo. Era novidade naquela época para nós no Brasil, mas já acontecia na Bélgica havia 40 anos. Consulte na internet o índice de alfabetização na década de 80 no Chile e no Uruguai. Passava de 80%. Mas não é nos anos 80 no século passado. É do século XIX. O Brasil vive só de hipocrisia. Estamos falando aqui de violência na escola. É possível acabar com a violência onde o professor, o profissional principal de uma escola, é violentado o tempo todo? Estamos aqui diante de representantes de duas secretarias de educação que violentam o professor o tempo todo, violentam a democracia, violentam a pedagogia, violentam a política pedagógica. Numa pretensa democracia na escola, tudo é feito de cima para baixo. Chegou ontem à Câmara Municipal de Belo Horizonte um plano municipal de educação integralmente feito pelo governo, enfiado goela abaixo da sociedade belo-horizontina, e vai passar porque todo mundo sabe que vereador é comprado, como o deputado é comprado, como o governador é comprado, como o prefeito é comprado. E falamos de violência contra o menino? Como é que vamos trabalhar não violência se estamos sendo violentados o tempo todo pelo governo?

NEIDE: Sou Neide, professora em Belo Horizonte há quase 30 anos. Maria Elmira, você prometeu um encontro sobre EJA e precisamos fazer com urgência, porque senão a EJA vai acabar. Em relação ao PME, o PME ignora totalmente a diversidade, não aparece nada, subtraíram toda

a discussão que se fez na conferência de educação. A discriminação e a falta de acolhimento à diversidade geram muita violência. A Eliane disse que existe uma política de combate ao racismo, e quando se faz um plano de educação para os próximos dez anos a palavra nem aparece.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Há um Plano de Segurança Escolar, sobre o qual tenho controle.

NEIDE: O Plano de Segurança Escolar teoricamente é uma coisa menor em relação ao Plano Municipal de Educação. Faz um plano, Maria Elmira.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: O plano municipal é essa lei, essa política educacional.

NEIDE: Aí você faz uma política municipal divulgada para a cidade. Teoricamente, tem de ser debatida, e se cria na sociedade uma expectativa. Não aparecem as palavras violência, racismo, gênero. Faz-se um plano municipal onde não aparece nada disso e você vem para um lugar pequeno, para um público restrito, dizer: “temos documento, estamos trabalhando”. Não sei; mas, enfim...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para não sair como mentirosa, acho que a minha honra está em jogo.

NEIDE: Custa-me crer que o município tenha uma política de trabalho e se recuse a pôr no plano municipal. Eu sou um ser político. O que faço lá no sindicato ponho tudo para a galera ver. Só não exponho mais rápido porque o sindicato não tem a estrutura e o dinheiro que a prefeitura

tem para divulgar. Quanto à violência, é muito engraçado o enfoque dado a ela. A Prefeitura de Belo Horizonte a comete com os trabalhadores na área da educação. O estado também. Da janelinha do banheiro vi a manifestação dos trabalhadores da Superintendência. O prefeito foi inaugurar a Umei Maldonado, no Barreiro. A televisão está veiculando uma propaganda linda a respeito da educação infantil belo-horizontina, etc. e tal. Na Semana da Educação Infantil, o SindRede colocou vários carros de som na cidade dando a nossa versão sobre a falta de legislação específica para o corte etário, a colocação de pessoa não habilitada para cuidar das crianças de até dois anos. Aí o prefeito e o secretário de Educação estavam inaugurando a Umei Maldonado. Não podia estar lá porque estava numa reunião do Conab. O que fiz? Liguei para o carro de som e ordenei: “para na porta da Umei Maldonado para que as pessoas não escutem o prefeito e escutem o carro de som do sindicato”. De repente, houve quem protestasse. Neide, não faça isso. Você está causando constrangimento ao prefeito. Como vocês do Sind--Rede são agressivos, violentos! Nós do Sind-Rede percebemos que a violência está no contexto da sociedade brasileira, as relações não são democráticas, e elas chegam para dentro da escola assim. Na rede municipal ninguém discute isso porque podem achar que estamos querendo mais violência. Em todos os bairros, os índices de ocorrências policiais de invasão são crescentes. A escola é o lugar menos depredado, menos invadido, menos roubado. Preferem a associação de bairro à escola, por exemplo. A escola tem respeito da sociedade, tem respeito do aluno. Dentro da escola o estudante faz menos coisas do que ele faz quando está fora dela. Há roubo na escola? Sim, mas o índice é bem menor

quando se pega a quantidade de pessoas que estão ali e as oportunidades. O professor deixa a bolsa, e os meninos são relapsos com as coisas deles. A escola, portanto, é um ambiente que oferece condição de fazer um trabalho bom de combate à violência porque se percebe que existe respeito da sociedade pela escola, pelos professores. A criança ser bem acolhida nos ajuda muito nisso. Em Belo Horizonte, o aluno não pode escolher a escola porque há o problema de se transportar, sobretudo à noite. No Barreiro, há o movimento pró-metrô. No meio dessa juventude nos sentimos meio vovó. Nas reuniões, os alunos dizem que são obrigados a ficar numa escola da qual não gostam. Mas como não há transporte, eles acabam tendo de ficar no colégio mais perto de casa para depois ir a pé. Em suma, eles se sentiriam melhor em outras escolas por causa de colegas, por haver ouvido falar, por desejo mesmo de frequentar o que consideram que seria melhor para eles. Anderson, dirijo--me a você, que é representante do estado, para dizer que a situação no ensino médio é muito preocupante. Quem conclui o ensino fundamental não tem escola, e essa falta gera violência a um direito. Quanto ao quadro docente, em Belo Horizonte, 831 pessoas que fizeram concurso para ser professores não estão na sala de aula. Passaram, assumiram o cargo e ficam pulando de gerência em gerência, depois vão para o estado ou para outras redes. Por quê? Como eu cuido do meu quintal, acho que é um problema porque o dinheiro da educação é casado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Estado, não o ente federativo estado de Minas Gerais, é opressor mesmo. Não discordo de nada que os colegas disseram. Mas o Es-

tado burguês foi pensado para isso. Não é o Estado que tem inclusive a prevalência da violência? Não é isso que caracteriza conceitualmente o Estado? Eu sonho com outro marco de sociedade. Mas participo da estrutura que existe, ainda que saiba, no fundo, que é uma contradição participar. E aí se acirram as contradições, as lutas políticas por aquilo em que se acredita. Neide, precisamos nos colocar no lugar do outro. O estudante deve colocar-se no lugar do professor, o professor no lugar do aluno. Esse exercício de vestir a pele do outro é importante até para que possamos compreender a complexidade das relações. Tive a oportunidade de passar pela gestão em Contagem e depois voltei para a sala de aula lá e em Belo Horizonte, coordenando programa de escola integrada no Barreiro. Mas quero voltar para a sala de aula porque é disso que gosto. Temporariamente ocupo espaço de gestão no estado, mas essas experiências são fundamentais para compreender todo o processo de educação. É necessário, contudo, tomar cuidado ao só ficar em cargos de comissão e nunca voltar para a sala. Passar pela gestão é uma experiência importantíssima. Imagine se todos os professores tivessem a oportunidade de pelo menos por algum tempo passar pela complexa experiência da gestão de uma escola, pela gestão de secretarias. Estou licenciado lá porque assumi no estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Hoje à noite vamos discutir teoria e ideologia de gênero nos planos municipais de educação. O fórum da EJA vai ser às 18h30 no auditório da UFMG, para o qual estão convidados.

ELIANE: Vou aproveitar parte da reflexão do Walter Ude sobre hùmus e humildade. Fiz anotações sobre a educação

infantil, área sobre a qual não consigo articular nenhuma forma de reflexão. O que registrei vou encaminhar para um fórum específico. A educação infantil apresenta falhas não é só em Belo Horizonte. No país inteiro é preciso acertar aquilo que ainda está em processo. No encontro anterior estava na plateia. Na ocasião se discutiu a violência nas escolas. Sou de opinião que temos de estabelecer uma parceria institucional significativa na qual devem entrar Ministério Público, Promotoria da Infância, Faculdade de Educação, secretarias de Educação numa rede específica capaz de fazer os enfrentamentos necessários. Para o meu doutorado fiz um estudo, uma reflexão. Aposto que há condições de garantir qualidade nas relações em ambiente escolar, e para isso me coloco à disposição na construção, reconstrução, articulação de um conjunto de propostas para que isso possa ser efetivado na rede municipal onde atuo.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Em alguns momentos temos de falar o óbvio. Nós também somos natureza, somos animais diante da situação do planeta, da violência que está aí. Na nossa faculdade há um grupo de estudos da Helena Antipoff, da professora Regina Helena. Estudei junto com cubanos em Moscou. Estudamos Vygotsky, Leontief, Luria. Aprecio muito a teoria histórico-cultural. Inclusive, a professora Regina Helena fala que quem introduziu a teoria histórico-cultural no Brasil foi Helena Antipoff. Você foi violento comigo, Claus. Está a me desqualificar. Você faz isso com os colegas, com os alunos? Vim aqui para qualificar a conversa. Tenho 44 anos de capoeira. Não sei se conhece capoeira. Já que estamos falando de violência em roda de conversa, não admito que me desqualifique, entendeu? Respeite seu colega. Você fa-

lou: “O professor veio aqui falar coisa que a gente já sabe, que não vale de nada. Isso é violência, amigo. É violência. Estou com raiva, mas está perdoado. Sou doutor, porém sou lutador, sou capoeirista.

CLAUS: Não sou doutor...

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Tome cuidado. Estou lhe mostrando a sua incoerência ao afirmar que o Estado é violento. Você, Claus, vem e me desqualifica. Então, você foi violento comigo. Está gravado. O ser humano é húmus.

CLAUS: Eu não o estou desqualificando. Doutor, o senhor está prestando atenção a minha fala? O que disse é: “isso é novidade para vocês, não pra mim”. Em relação à cultura de paz ou ao hábito de paz, eis nosso diálogo aqui no encontro de educação.

WALTER ERNESTO UDE MARQUES: Não tenho medo de conflito. Não podemos ficar nesse maniqueísmo de falar dos movimentos sociais, de organização da categoria, sem discutir as condições de trabalho. Ah, agora o Anderson está lá na secretaria. Ele é contra nós. Sou da universidade e estou contra vocês. Não é nada disso. O Estado somos nós. Não pode ficar nessa situação de vítima. Eu já trabalhei com o Anderson em Contagem. Discutíamos muito a escola integrada, mas de forma integrada mesmo, de envolver a comunidade. O Anderson está de parabéns, a Eliane, a Maria Elmira também, e as tensões fazem parte da vida.

MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK:

E os conflitos se resolvem. Em relação ao corte etário falado aqui, o assunto é recorrente nos nossos encontros. A Rita Coelho, do MEC, lembrou que o MEC, por intermédio do Conselho Nacional de Educação, escolheu o 31 de março para isso, mas as posturas legislativas são diversas: no Paraná, em Pernambuco e no Rio de Janeiro é 31 de dezembro. Em Minas Gerais, por lei, o corte é em 30 de junho, caso único no Brasil. Um ministro validou em um acórdão da Justiça Federal de Pernambuco que a data do corte é 31 de março por ser exatamente uma organização do MEC que não pode ser afastada. Esse é um acórdão do STJ, e precisa esperar a decisão do STF. Há no STF ação proposta pelo Ministério Público Federal para afastar o corte. Contudo, um parecer do Dr. Janot, então procurador-geral da República, revalidou o corte. Existem duas posturas do MP federal de defesa da necessidade de corte como organização de sistema. O Grupo Nacional de Direitos Humanos trouxe em 6 de agosto o professor Jamil Cury para falar com os promotores sobre o Sistema Nacional de Educação. Entendemos que essa questão do corte etário precisa ser disciplinada dentro desse sistema. Dentro do Ministério Público há divergência quanto à necessidade do corte. Organizar o sistema é primordial para que a prefeitura não venha colocar 31 de março, como está no CNE, e ponha em xeque a lei estadual que estabeleceu o 30 de junho. A educação básica é obrigatória e universal dos quatro aos 17 anos, o que dá à criança o direito subjetivo de frequentar dois períodos de educação infantil. Então, se houver divergência quanto ao corte, tal divergência não poderá afetar o direito de essa criança ter os dois períodos completos entre a idade de quatro e cinco anos. Discute-se

se a criança pode ir para o ensino fundamental sem estar com esse período de educação infantil básico, obrigatório, completo. A universalização, o corte e questões sobre atendente, monitor, profissional da educação infantil e da educação especial também motivam discussão. Está previsto que em setembro haverá um outro encontro sobre educação. Queremos inclusive, a pedido de promotores do interior, que nossos encontros sejam regionalizados a fim de que possamos discutir com colegas do interior a cultura de paz, o hábito de paz, o enfrentamento da violência. Até lá.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Ceaf, Escola Institucional do MPMG, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação - PROEDUC e a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, e apoio do Movimento “Conspiração Mineira pela Educação”, tem a satisfação de recebê-los no Sexto Encontro Pela Educação.

O tema da palestra é “Educação Infantil - Direito de Todas as Crianças - Diversas abordagens pelo Ministério Público”.

A proposta é de um ciclo de debates e de palestras voltado para reflexão acerca da realidade educacional brasileira, visando desenvolver estudos e ações para o aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos à educação.

TRANSCRIÇÃO DO 6º ENCONTRO PELA
EDUCAÇÃO: Educação Infantil - Direito
de Todas as Crianças - Diversas abordagens
pelo Ministério Público. EM 20 DE NOVEMBRO

DE 2015

Os encontros fazem parte das comemorações do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que chegou aos 25 anos no dia 13 de julho de 2015.

Para a abertura desse encontro, convidamos para compor a mesa: a Coordenadora Estadual de Defesa de Educação, Promotora de Justiça, Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, representando o Procurador-Geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais que atua na Comarca de Uberlândia, Epaminondas da Costa; a Gerente de Coordenação da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Mayrce Terezinha da Silva Freitas, representando a Secretária Municipal de Educação, Sueli Maria Baliza Dias.

Fará a abertura deste encontro a Coordenadora Estadual de Defesa da Educação, Promotora de Justiça, Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick.

SRA. MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: É um prazer recebê-los mais uma vez para a discussão, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre educação. Temos feito várias palestras e debatido sobre vários temas na área da educação, exatamente em razão da importância que ela assume no âmbito do Ministério Público nacional. Temos posturas de comissões permanentes da educação, principalmente da Comissão Permanente de Educação - COPEDUC, a qual coordeno atualmente, no sentido de que temos Promotorias de Justiça da Educação em todos os Ministérios Públicos do Brasil.

Escolhemos alguns temas da educação, de nível nacional, com o qual o Brasil todo possa trabalhar. Um deles, que nos é muito caro, é o tema da Educação Infantil. Por quê? Porque a meta um do Plano Nacional de Educação - PNE recomenda que o país alcance a universalização da pré-escola até 2016 e a ampliação das vagas em creches na pré-escola básica obrigatória. A ampliação das vagas em creches, no enfoque da Educação Infantil básica, ainda não é obrigatória para a idade de zero a três anos.

Para tratar sobre a Educação Infantil, do ponto de vista também do Ministério Público, tenho a honra de apresentar para vocês o meu colega e amigo Epaminondas da Costa, que é referência na área da Infância e da Juventude e, também, na do Patrimônio Público. Com a palavra, o Promotor Epaminondas.

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: Bom dia a todos. Saúdo a Promotora Maria Elmira Evangelina. A minha proposta é trazer ideias que sejam, de certo modo, interessantes e consistentes, com fundamentação nas reflexões feitas pelos membros do Ministério Público, por profissionais de outras áreas e, mais do que isso, que tenham relação com experiências já colocadas em prática. Não adianta trazer muitas ideias se elas não têm aplicabilidade na prática. Por isso, eventualmente farei menção a algum texto de lei, mas o objetivo não é exatamente tratar da legislação, até porque certamente a maioria já conhece bem a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e os artigos da Constituição Federal relacionados com a educação. Em seguida, trarei algumas questões de ordem bastante prática, como a instrução normativa, que é bastante interessante. Ela surgiu recentemente em Uberlândia em uma audiência pública, que contou com a participação de vários atores, entre os quais a Defensoria Pública, preocupada, principalmente, com a população que não tem acesso à Justiça.

Essa instrução normativa trata da inclusão escolar das crianças de zero a cinco anos, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social. Ela engloba todas as crianças, mas especialmente aquelas portadoras de necessidades especiais ou cujos pais sejam portadores de necessidades especiais, além de crianças em situação de exclusão social.

A proposta é de estabelecer muito mais o diálogo e, por essa razão, tenho a honra de contar com a Doutora Maria Elmira, não só como debatedora, mas como uma pessoa que vai dividir o tempo comigo nos esclarecimentos.

Primeiro ponto para chamar a atenção é o alcance da expressão legal de Educação Infantil. A própria Constituição traz, de maneira expressa, que ela diz respeito às crianças com até cinco anos, ou seja, de zero a cinco anos, do ensino público ou privado.

É interessante que o art. 30 da LDB define a creche como sendo aquele espaço que recebe crianças com até três anos. A pré-escola, é de quatro a cinco anos, pela nova redação dada pela Lei 12.796/2013. É muito importante definir isso, porque o leigo fica em dúvida: “O que é creche? Creche é para o pai que trabalha? Para a mãe que trabalha? Só essas pessoas que têm direito?”. No passado era assim, tanto que as creches estavam no âmbito da assistência social e, principalmente, no sentido de atender a população pobre. Hoje, a creche não se destina apenas aos alunos cujos pais trabalham. As crianças, filhas de pais que não trabalham ou que ficam em casa, também têm direito de ir para a creche. Como o direito é da criança, e não dos pais, é uma forma de integração na sociedade, de preparação para a vida ou para o ingresso no ensino fundamental. Por essa razão que houve também a mudança de postura com relação à inclusão escolar de crianças menores.

A Constituição Federal, quando trata da educação, diz que: “O dever do Estado com a educação será efetivado, mediante a garantia de Educação Infantil em creche e em pré-escola, para as crianças até cinco anos de idade. Redação dada pela Emenda Constitucional n. 53/2006. Dever do Estado”. Há dupla dimensão, ou seja, a educação é direito da criança de zero a cinco anos e, ao mesmo tempo, um dever do Estado de ofertar, na escola pública e gratuita, o acesso para toda criança dessa idade.

Chamando a atenção para esse primeiro aspecto, é direito da criança e, ao mesmo tempo, um dever. Ao refletir sobre o dever, vemos que ele tem caráter subjetivo, no que diz respeito à família. Os pais têm a obrigação, sob pena de serem responsabilizados civil e criminalmente, de promover a inclusão da criança com quatro anos ou mais na educação básica. Antes disso, é faculdade dos pais. É direito de toda criança ter acesso à educação pública e gratuita, independentemente de os pais trabalharem ou não e independentemente de eles terem condições socioeconômicas privilegiadas ou não.

E o caráter objetivo dessa obrigação é o dever do Estado de garantir educação para todas as crianças de zero a cinco anos.

O Poder Público também é obrigado a garantir o acesso à escola pública e gratuita, nas proximidades da residência do aluno.

O Plano Nacional de Educação afirma que há previsão de que 100% das crianças de quatro a cinco anos estarão incluídas na escola até 2016, como também que 50% das crianças com até três anos estarão matriculadas em creches nos próximos 10 anos. Essa é uma meta proposta pelo Plano Nacional de Educação.

Em relação ao plano, entendo que ele entra em choque com a Constituição Federal. Esta previu, no artigo 60 dos Atos das Disposições Transitórias, a edição do Plano Nacional de Educação. Ela fala da obrigação do legislador infraconstitucional de observar as garantias fixadas no art. 208, *caput*, I a IV.

O inciso IV trata, especificamente, da inclusão escolar da criança com até cinco anos de idade. O Plano Nacional de Educação não poderia dispor dessa maneira. Ele prevê a progressividade da inclusão escolar da criança de zero a cinco anos, mas, principalmente na faixa de zero a três anos, não nesse período de dez anos.

Ora, o art. 208, II, da Constituição Federal, estipulou a progressividade da universalização do acesso apenas em relação à educação no Ensino Médio.

O direito ao Ensino Fundamental e à Educação Infantil, pelo texto constitucional, deve ser garantido de imediato.

Então, o Plano Nacional, instituído pela Lei n. 13.005/2014, é, na verdade, um pacto político que fixa um conjunto de metas, no sentido de que o Poder Público invista na melhoria da qualidade da educação nacional, que promova o acesso, de maneira mais ampla possível, de crianças e adolescentes à escola pública.

O art. 5º da Constituição Federal, como também os tribunais, entenderam que a aplicabilidade ou eficácia dos direitos fundamentais é imediata. Não é necessária a edição de outra norma para que os cidadãos possam exigir do Estado a implementação imediata daquele direito.

Tal artigo constitucional fala em “acesso universal e prioridade no amparo aos necessitados”. No que diz respeito à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e à Educação Básica, se o princípio é de acesso universal, é possível estabelecer prioridade no amparo aos necessitados? Ou as crianças que estejam em situação de vulnerabilidade social, principalmente quando há fila de espera, teriam prioridade garantida pelo Poder Público, principalmente nos Municípios, já que a Educação Infantil é de responsabilidade das Prefeituras?

Na maioria dos Municípios brasileiros, há carência muito grande de vagas, principalmente na Educação Infantil. Até então, não tem sido prioridade, na visão dos gover-

nantes, apesar de a Constituição Federal falar do princípio da prioridade absoluta dos investimentos na área da criança e do adolescente.

Numa situação concreta, se não houver possibilidade de o Município efetuar a inclusão imediata de todas as crianças na educação e se ele ingressar com Ação Civil Pública para garantir esse acesso, o Município poderá estabelecer a prioridade na inclusão de forma emergencial?

A Ação Civil Pública, como sabemos, é aquele pedido que o Ministério Público faz, perante o Poder Judiciário, para sensibilizar a Justiça, no sentido de que o Poder Público seja obrigado a investir prioritariamente na inclusão escolar.

Apesar de ter conhecimento de que, em algumas comarcas de São Paulo, o Ministério Público tenha chamado a Prefeitura para que esta, por meio da celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta, assumisse o compromisso de promover prioritária e emergencialmente, a inclusão de crianças em situação de miserabilidade, no meu entendimento, não caberia ao Ministério Público. Isso envolve ato de gestão, de administração. O administrador público é que deve, diante de uma situação como essa, buscar alternativas para que a inclusão ocorra de imediato ou, não sendo possível, que haja o

estabelecimento de critérios justos e transparentes para questionamento público, se for o caso.

Numa audiência pública realizada em Uberlândia, numa Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público dessa comarca, para que o Município fosse obrigado a garantir a inclusão de todas as crianças na escola, sugeri que a Secretaria Municipal de Educação expedisse emergencialmente uma instrução normativa para fixar critérios técnicos, mas sem perder de vista a obrigação de promover a inclusão o quanto antes.

Essa Ação Civil Pública ainda não foi julgada. A Defensoria Pública insiste na idéia de que o Município deveria, sim, baixar uma instrução normativa em razão da demanda incessante de famílias que recorriam a essa instituição e à Promotoria, muitas vezes em situação de desespero, porque a mãe estava desempregada.

Recentemente, deparei com uma situação como essa, em que a mãe, desempregada e doente, estava passando fome, juntamente com uma criancinha de menos de dois anos. Depois de colher as declarações dela, ingressei com um mandado de segurança, com pedido de liminar. O juiz imediatamente deferiu a liminar, determinando que o Município promovesse a inclusão integral em 48 horas, o que efetivamente ocorreu.

A Constituição Estadual de Minas Gerais e outros textos legais garantem que toda criança tenha acesso à Educação Infantil, inclusive em período integral. Sob esses fundamentos, fizemos esse pedido e, comprovadamente, a criança agora está incluída na escola, enquanto a mãe está fazendo tratamento psiquiátrico.

Em muitos momentos, mães trabalhadoras nos procuram na Promotoria, indignadas, dizendo que foram à Prefeitura para fazer a inscrição para conseguir vaga para o filho, pois a licença-maternidade já havia vencido e teriam que voltar a trabalhar, mas não tinham com quem deixar os filhos, etc. Essas situações acabavam fazendo com que as crianças ficassem fora da escola e as mães, revoltadas.

Defendo, com cautela, a idéia da emergencialidade, embora o legal seja que a garantia de acesso ocorra desde logo, contanto que isso não sirva de comodismo para a Administração Pública.

Caberá ao Ministério Público fiscalizar as situações e ajuizar as ações competentes, para que não haja acomodação por parte do Poder Público e falta de acesso a todas as crianças.

É possível estabelecer emergencialmente a prioridade, por meio de critérios estabelecidos, para que os cidadãos tenham acesso à educação, inclusive com a possibilidade de questionamento.

O fundamento para isso está no art. 6º, da Constituição Federal, que trata dos direitos fundamentais sociais, da educação como um desses direitos e da assistência aos desamparados como um direito fundamental social. Então, se há, em sede de Constituição Federal direitos que, aparentemente, estão em conflito, há de se fazer a uniformização ou a compatibilização no caso concreto.

O art. 203, da Constituição Federal, fala da Assistência Social como um direito dos cidadãos que dela necessitem. E, entre os objetivos da Assistência Social, está o amparo a crianças e adolescentes carentes. Se a própria Constituição garante o acesso das crianças e de adolescentes, em caráter universal, à educação pública básica, da mesma forma, ela garante também a assistência, a proteção aos necessitados, aos desamparados.

Assim, de um lado, há a educação como direito educacional e, do outro lado, o direito educacional com feição assistencial. Então, é importante a compatibilização entre um direito e outro.

Vejamos o exemplo de Uberlândia. A instrução normativa, publicada no Diário Oficial do dia 29 de outubro, diz o seguinte: “Instrução normativa, Secretaria Municipal de Educação n. 5/2015. Estabelece os procedimentos para a realização de inscrição escolar via internet e a efetivação

de matrícula para o ano de 2016 na Educação Infantil e Ensino Fundamental das unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Uberlândia, revoga as instruções normativas tais, tais e tais”.

No art. 7º, ela traz alguns princípios muito interessantes: “Na seleção para posterior efetivação da matrícula, de acordo com a legislação vigente, serão contemplados, na seguinte ordem: 1) os candidatos com deficiência; 2) os candidatos filhos de pessoa com deficiência; 3) os candidatos que possuam irmão já matriculado em continuidade no ano de 2016 na escola pretendida, condicionada à oferta do nível e grupo, período e/ou ano de escolaridade para o qual ou para a qual concorre o candidato; 4) candidato em situação de vulnerabilidade social, comprovada por meio dos documentos descritos nos incisos VI, VII e VII, do art. 5º, desta instrução normativa”.

A própria instrução normativa disse como caracterizar a situação de vulnerabilidade social. Em situação de vulnerabilidade social estão: “5) candidato cuja família tenha a menor renda *per capita*, soma da renda bruta de todas as pessoas residentes no mesmo endereço, dividida pelo total de pessoas residentes”. É muito importante o art. 12 dessa resolução, que salienta: “será anulada a matrícula obtida por meios fraudulentos, sem prejuízo das medidas legais cabíveis”.

Infelizmente, alguns espertalhões descumprem determinados critérios, que são justos ou igualitários, procurando burlá-los. Por essa razão, a resolução, de maneira expressa, já deixou destacado que, se isso ocorrer, a matrícula poderá ser cancelada.

O art. 20 aponta que: “os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação, deverão ser matriculados no ensino regular e frequentar o Atendimento Educacional Especializado no contraturno”.

Quanto à tese da reserva do possível, o grande problema relativo à inclusão na Educação Infantil, principalmente de zero a três anos, é que, normalmente, o Poder Público sempre arranja como desculpa a falta de dinheiro, ou de insuficiência de investimentos devido à grande demanda. Se o Poder Público investisse com prioridade conforme mandam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no atendimento à criança ou ao adolescente, muitas questões que são postas na ordem do Dia, não mais existiriam. Infelizmente, há dinheiro para a construção de viadutos e de praças públicas, mas não para isso. As prioridades acabam não sendo atendidas. O gestor público tem que atender as prioridades, já que elas não podem esperar. O tempo da criança é rápido. Falta o cumprimento do princípio da prioridade absoluta.

O Procurador de Justiça do Estado do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, é uma das referências nacionais no tema de proteção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ele participou, inclusive, das discussões que precederam a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com outros atores sociais. Ele defende a prioridade absoluta para a infância e juventude e os Tribunais de Contas.

Vou ler uma pequena introdução, depois a fundamentação da tese e o alcance prático desse ponto de vista que, na verdade, não tem sido implementado. É preciso que a sociedade saiba, para cobrar, por meio de vários mecanismos de proteção, a atuação efetiva dos Tribunais de Contas.

Segundo ele: “Quando da Assembleia Nacional Constituinte, mediante emenda popular, com mais de dois milhões de assinaturas e, buscando traduzir a máxima do superior interesse da criança, contida nos documentos internacionais ratificadas pelo Brasil, inscreveu o legislador pátrio princípio constitucional, no sentido de que o atendimento aos interesses da infância e juventude deve ocorrer com absoluta prioridade (art. 227 da Constituição Federal), traduzindo-se a regra, além dos deveres da família e sociedade, princípio da prioridade absoluta, na obrigatoriedade para o Estado, Prefeitura, Governo Estadual, Governo Federal, para o Estado de maneira preferencial,

formular e executar políticas públicas capazes de garantir às crianças e adolescentes proteção integral, isto é, a possibilidade do exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana e, também, daqueles especiais e inerentes à condição de pessoas em peculiar fase de desenvolvimento, bem como, de forma privilegiada, destinar os recursos necessários à consecução dos programas e ações estabelecidas em favor de tal população”.

Seguem as conclusões, que mais nos interessam: “Os integrantes dos Tribunais de Contas devem intervir para o efetivo cumprimento pela Administração Pública do princípio constitucional da prioridade absoluta, especialmente no que é pertinente à materialização do direito à educação e à destinação privilegiada de recursos para a área da infância e juventude, levando-se aqui em consideração a política deliberada pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, adotando as medidas necessárias à sua garantia. O princípio constitucional da prioridade absoluta, somado ao da democracia participativa, são limitadores e condicionantes do poder discricionário do administrador público, cabendo, também, nesse aspecto, aos Tribunais de Contas, a verificação da regular e legal gestão dos recursos públicos”. Isso é muito importante porque os Tribunais de Contas anualmente verificam as contas dos prefeitos muni-

pais, de todo gestor público, do Procurador-Geral de Justiça, de todo aquele que administra recurso público e é obrigado a fazer a prestação de contas anualmente. O Governo do Estado é obrigado a fazer prestação de contas, a qual é encaminhada ao Tribunal de Contas. Este faz a análise técnica com total independência para subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo. Então, se os Tribunais de Contas cumprirem mesmo a função de cobrarem do gestor público, de verificarem se realmente os gastos estão sendo feitos com observância do princípio da prioridade absoluta, com certeza, haverá garantia de acesso qualitativo à educação básica por parte de crianças e de jovens.

Enfim, essa é a tese que o Doutor Olympio tem sustentado em vários dos congressos. Como ela trata de questão cultural, é necessário que as pessoas assimilem para que a mudança seja implementada. De qualquer maneira, é muito importante que haja discussão porque, com isso, vai havendo mudança de postura, por parte dos cidadãos e dos próprios membros do Ministério Público. Se o Tribunal de Contas fiscaliza verdadeiramente as contas dos prefeitos municipais, descobre que eles estão mesmo é preocupados com a pavimentação de vias públicas. Embora isso também seja importante, primeiro é preciso cuidar da educação, porque ela é a base do desenvolvimento

de qualquer nação. Os Tribunais de Contas, ao fazerem a fiscalização, poderão constatar que o Prefeito estará incorrendo em crime de responsabilidade, podendo, inclusive, ser condenado à perda do cargo, pena de detenção, reparação civil, inclusive o dano moral, pelo mal causado à sociedade, pela falta de investimento em caráter prioritário na educação básica.

Pelo que falamos até agora, podemos concluir que, em primeiro lugar, como cabe ao Poder Público, principalmente aos Municípios, promover a inclusão escolar da criança de zero a cinco anos, ele deve destinar a maior parte dos recursos anuais para a área da infância e juventude. Em segundo lugar, trata-se de um direito público subjetivo de todas as crianças de zero a cinco anos. Aquela criança que não tem o direito efetivamente assegurado de acesso à educação básica, tem a possibilidade de, por meio de advogado ou, dependendo da situação, por meio do Ministério Público, ajuizar ação própria para garantir a sua inclusão. Ao falar em direito subjetivo público, fala-se da possibilidade de a criança de zero a cinco anos, representada pelos seus pais ou por responsável legal, vir a juízo pleitear que o seu direito seja garantido custe o que custar. Ademais, há dupla dimensão do dever: há o dever da família, que começa de quatro a cinco anos, de promover a inclusão na Educação Infantil, e também a

dimensão do dever do ponto de vista objetivo, ou seja, da obrigação do Estado, no sentido amplo, incluindo os Municípios, de garantir a todas as crianças de zero a cinco anos este acesso. E mais: a possibilidade de concessão de prioridade de acesso aos necessitados de modo emergencial. Embora este ponto seja bastante polêmico, porque há entendimento de que, se o acesso é universal, não se pode pensar em inclusão paulatina, mas sim em inclusão emergencial. São essas as ideias que trago para reflexão.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Caro amigo Epaminondas, muito obrigada por suas brilhantes contribuições. Gostaria apenas de fazer uma complementação. Em nível nacional, o Ministério Público já vem pensando há muito tempo na questão educacional. A observância da educação como prioridade pelo Ministério Público baseia-se na necessidade de se pensar sob uma perspectiva para além do direito subjetivo. E é importante que o Ministério Público atue e participe do aperfeiçoamento do sistema educacional.

Nesse sentido, é que as Promotorias de Justiça da Educação são tão necessárias em todos os Ministérios Públicos de âmbito nacional. E também dos escritórios da educação no Ministério Público Federal, que hoje estão adstritos à área da Procuradoria, especialmente da Procuradoria Federal dos Direitos da Cidadão - PFDC, ou da PRDC. Além dos

direitos de certidão, dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, deve haver uma área própria à educação. Isso é ponto pacífico no Ministério Público nacional e está sendo implementado pelos Ministérios Públicos estaduais. Há uma recomendação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG, a Carta de Recife de 1998, uma carta própria, como também o Encontro de Aracaju, de 2013, para que essas Promotorias e Ofícios da área da educação possam ser implementados.

Com relação à área da Educação Infantil, no dia 2 de setembro de 2014, no Ministério Público do Rio de Janeiro, foi feita uma ação estratégica nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público, pela Educação Infantil. Nesse encontro, sessenta Promotores de Justiça debateram sobre pontos necessários para a Educação Infantil, principalmente motivados na universalização da pré-escola até 2016 e na ampliação das vagas em creches, como diz a Meta Um do Plano Nacional de Educação. Com base nesse projeto, elaborado pelos promotores integrantes da COPEDEC, que coordeno atualmente, da área da infância e da educação inclusiva, foi elaborada, em 22 de setembro de 2015, uma recomendação pelo atual Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Essa recomendação, direcionada para o Ministério Público nacional da área da educação, defende a obrigato-

riedade e a pertinência de que os promotores atuem em prol da Educação Infantil.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais já tem uma recomendação conjunta do Corregedor e do Procurador-Geral de Justiça, de 29 de outubro de 2014. Então, estamos à frente na fiscalização, conforme orientação da Corregedoria do MPMG, para que ocorra o trabalho concomitante dos promotores e dos gestores municipais em prol da ampliação das vagas da Educação Infantil.

Com base na previsão presente no dispositivo do Plano Nacional de Educação, que, até 2024, deve haver a ampliação das vagas em creche num patamar de 50%, porcentagem essa repetida na Recomendação emanada pelo Procurador-Geral da República, no Congresso do Ministério Público Nacional, o Grupo de Trabalho da Educação elaborou um encaminhamento para que esse dispositivo fosse considerado inconstitucional, ou, caso assim não fosse entendido, que a porcentagem de 50% nele prevista seja interpretada como patamar.

Em outubro de 2015, o Município que tiver cumprido 50% das vagas em creche, não pode alegar atendimento pleno do dispositivo legal, ou seja, o gestor terá que avançar para ir progressivamente aumentando essas vagas em razão da demanda real daquele Município.

Então, isso é piso, não teto. Há, portanto, dois requisitos a serem atendidos. Um, a universalização da pré-escola até 2016 outro, a ampliação das vagas em creches no patamar de 50% até 2024.

Se um prefeito fez uma promessa de campanha de ampliação das vagas em creche, jamais poderá se imiscuir de ir buscar, além de 50%, porque ele já declarou, quando candidato, que iria aumentar essas vagas. Se aquele gestor já cumpriu a ampliação das vagas para 50%, ele cumpriu o piso. Ele tem que ir além, sob pena de responsabilização. Isso na etapa de zero a três anos, que é uma etapa da educação básica não obrigatória.

Com relação à pré-escola, o MPMG inova, pois é um dos três estados (além de São Paulo e Paraná), que já fez ação coordenada para alertar os gestores municipais para que a própria lei orçamentária de 2015 verificasse a possibilidade da reserva orçamentária em 2016 para a universalização da pré-escola.

Elaboramos um ofício conjunto das três instituições, a ser enviado, por meio do Tribunal de Contas, para os 853 Municípios e para os 853 presidentes das Câmaras Municipais, a fim de verificar o alerta de reserva e de acompanhamento orçamentário em prol da universalização da pré-escola.

Paralelamente a isso, o conselheiro Fábio Jorge Cruz da Nóbrega, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, em audiência pública, entendeu que há necessidade de o Ministério Público nacional acompanhar as audiências públicas de caráter orçamentário, pois isso é de extrema importância para a Educação Básica. Segundo ele, não podemos desvincular a fiscalização da verificação orçamentária. É por isso que, em Minas Gerais, há parceria firmada com o Ministério Público de Contas, no que tange à Educação Infantil.

Ele expediu um ofício para todos os procuradores-gerais de Justiça para que os membros do Ministério Público acompanhem as audiências públicas a fim de assegurar a previsão de recursos orçamentários suficientes ao cumprimento das metas do PNE.

A obrigatoriedade da Educação Infantil inclusiva já acontece em Belo Horizonte, que oferece uma política muito interessante na área da educação especial. A matrícula para a criança com deficiência é prioritária. Assim, todas têm que estar incluídas na rede pública.

Para essa etapa educacional da Educação Infantil, todos os equipamentos têm que ser acessíveis. Os equipamentos da Educação Infantil são as UMEIs ou as EMEIs, não importa o nome que tenham. Eles precisam é ter acessibilidade.

de garantida para as crianças com deficiência. A Martinha Clarete, do MEC, em um evento nosso, parceria MEC/Ministério Público Nacional, apontou que, para a Educação Infantil, o Atendimento Educacional Especializado - AEE, tem que ser integrado, e não no contraturno, para a criança não ter que ficar mais tempo nessa escola. Essa é uma proposta que o MEC vem desenvolvendo. De qualquer modo, temos que ter esse Atendimento Educacional Especializado garantido para as crianças da Educação Infantil, com espaços realmente acessíveis para as crianças e, além disso, precisamos de dispor de profissionais capacitados.

É preciso ter uma integração também do projeto político-pedagógico com as escolas particulares. Esteve em andamento no Congresso, durante muitos anos, o desenvolvimento e a discussão do Estatuto dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a nossa LBI. Ele entra em vigor em 6 de janeiro de 2016. Art. 28, não é?

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Exatamente. Temos posturas que foram debatidas, porque tínhamos questões inconstitucionais no projeto. Após várias interferências e várias pressões, apesar de uma ou outra necessidade de adequação, a situação ficou favorável para implementar, com status de emenda constitucional, os direitos por equipes, que são tão preconizadas na Convenção dos Direitos das Pessoas

dom Deficiência. O Ministério Público enfrenta, há longo anos, o problema da inclusão da criança com deficiência na rede particular. Como coordenadora da Comissão Nacional de Defesa da Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, pelos enunciados, a educação é um serviço público. Há duas redes: a rede privada e a rede particular. O art. 209, I, diz muito bem que a questão da escola particular é uma questão de autorização. Então, no meu ponto de vista, considerado por muitos como um pouco radical, a escola particular que não cumpre a inclusão escolar tem que perder essa autorização, porque ele oferece um serviço público necessário e de qualidade. As crianças com deficiência não podem estar apenas em escolas especiais. Isso é inconstitucional. As escolas especiais precisariam ser transformadas em centros de referência de Atendimento Educacional Especializado. Isso é um aperfeiçoamento do sistema educacional inclusivo. As escolas particulares entraram com uma ação, propuseram uma ação em agosto, no Supremo Tribunal Federal, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 28 e 30 da nova Lei Brasileira de Inclusão - LBI, para que elas não fossem obrigadas a receber os alunos com deficiência nas suas escolas. Há muito tempo, como coordenadora do Centro de Apoio de Defesa da Pessoa com Deficiência, eu sabia da existência de posturas no sentido de que a não aceitação, é crime previsto no artigo 8º da Lei n. 7.859/1989. Também

é crime não receber aluno com deficiência na rede regular de ensino na rede privada. Cobrar taxas extras de aluno com deficiência é também uma forma de violação. Esse custo precisa ser dicotomizado, porque é um serviço público relacionado à educação, direito público de natureza constitucional. Então, não é apenas uma iniciativa privada. Eu tive acesso aos autos dessa ação e, em todas as laudas, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos Educacionais de Ensino Particular, evidentemente, utiliza sempre as palavras “custo, custeio, iniciativa, financiamento”. Ela pediu a declaração da inconstitucionalidade dessa inclusão, alegando não ter condições financeiras de receber essas crianças. O Ministério Público do setor de Direitos Humanos, juntamente com a vice-coordenadora do Ministério Público Federal, posicionaram-se manifestamente contrários a essa postura da Confederação Nacional. Várias instituições entraram como *amicus curia'*, de um lado ou de outro, para elucidar essa questão. O Ministro-Relator da ação, Edson Fachin, indeferiu a liminar pleiteada, mantendo a vigência dos artigos da LBI, numa postura nacional da inclusão da criança com deficiência também na rede privada.

Além disso, ele pediu pauta para julgamento imediato. Nós temos forças políticas, não institucionais, que não aceitam a inclusão da criança com deficiência na escola

comum, pública ou privada. Algumas instituições filantrópicas têm inclusive alvará de funcionamento para serem escolas, o que é inconstitucional, pois escola tem que contemplar a diversidade. O Ministério Público nacional tem evoluindo para que o Promotor de Justiça possa ser parceiro do aperfeiçoamento do sistema educacional. Ele deve atuar muito, não só na questão individual, mas principalmente na questão coletiva.

SRA. MAYRCE TEREZINHA DA SILVA FREITAS: É bom perceber que o Ministério Público tem pensado sobre os direitos da criança pequena e sobre a Educação Infantil, sem esquecer o diálogo com a Saúde e com a Assistência, porque esse atendimento é totalmente inter-setorial. Enquanto o Promotor Epaminondas discorria, eu pensava na história de Belo Horizonte. Uma grande capital que, até 2003, não tinha atendimento integral e nem atendimento público de zero a dois anos. A primeira escola de Educação Infantil, que era de pré-escola, era de 1957. Até 2003, nós tivemos 13 escolas. Hoje, há uma demanda enorme. A demanda cresce na proporção que aumenta a oferta do atendimento. Os pais, hoje, entendem que a Educação Infantil é um direito da criança, porque vai promover o desenvolvimento delas. Em 2003, começou a expansão; as primeiras UMEIs começaram a funcionar em 2004. Como havia o desafio da distribuição

das vagas, começamos um diálogo com todos os setores da sociedade que discutiam a Educação Infantil: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de Educação, a Secretaria de Saúde, a de Assistência, a de Políticas Sociais, universidades, o Fórum Mineiro de Educação Infantil. Há matrícula compulsória para criança com deficiência, para aquela que esteja sob medida de proteção, para aquelas que estão abrigadas, mas que estão sendo exploradas na mendicância ou no trabalho infantil, para filhos de adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa, para aquelas que correm risco de vida e para aquelas exploradas sexualmente. Para essas, a matrícula é obrigatória e imediata em qualquer época do ano, mesmo que se extrapole o número de duas crianças por turma. Do restante das vagas, 70% são destinados para o público mais vulnerável, que é definido por quatro Secretarias: Saúde, Assistência, Políticas Sociais e Educação. A Educação Infantil é um direito. Assim sendo, criamos critérios priorizando os mais necessitados. A universalização está assegurada em Belo Horizonte. Essa cidade tem um déficit histórico e, apesar da Constituição e das legislações posteriores sempre reforçarem o direito da criança, somente a partir de 2004 passou-se a garantir efetivamente esse direito. Então, eram essas as considerações.

SRA. ANTONIETA: A criança com deficiência tem direito de escolher a escola onde quer estudar em Belo Horizonte? A UMEI? Quem definiu os critérios? Como dito pela Mayrce, esses critérios de vulnerabilidade de Belo Horizonte foram feitos entre Secretarias, sem a participação da população. O pedido de vaga baseado na situação de da mãe que precisa trabalhar não é observado. Há outros critérios também. Gostaria de pedir ao Promotor que incluía as mães analfabetas ou semianalfabetas, pois elas sabem muito pouco sobre os próprios direitos. Isso é critério de vulnerabilidade. E por que na Prefeitura o critério é cumulativo? Se a mãe tem um, dois, três filhos, aí ela consegue a vaga. Se ela tem só um, não consegue vaga. É assim que é feito. Além disso, a Prefeitura alega que o custo da Educação Infantil é muito alto. Até hoje, temos uma discussão entre professor da Educação Infantil diferenciado de professor municipal. Geralmente, colocam uma pessoa não habilitada para trabalhar com criança de zero a três anos, sendo que, pela lei, é obrigação da professora cuidar e educar. A alegação da Prefeitura é de que o Conselho Municipal normatizou isso, o que não é verdade. Venho demandando isso aos Ministérios Públicos, Maria Elmira, pois é uma questão inconstitucional. Os Tribunais de Contas têm visto a não aplicabilidade dos 25% na educação. A Prefeitura de Belo Horizonte não foge à regra. Última pergunta: se a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte já falava da universalização da

Educação Infantil, por que a Prefeitura não é penalizada?

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: Doutora Cristina, é uma honra conhecê-la. Essa parceria que o Ministério Público do Estado mantém com o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas é importante. Fico muito incomodado com a ideia de gasto mínimo, pois ela entra em choque com o princípio da prioridade absoluta. Vários prefeitos usam exatamente esse argumento, mas o mínimo não é suficiente: primeiro, para promover a inclusão de todas as crianças de zero a cinco anos; segundo, não significa que os profissionais que vão lidar com essas crianças são aqueles preconizados pela legislação como os mais qualificados para esse atendimento. Essa ideia é bastante equivocada e a Constituição não quer apenas o gasto mínimo. É preciso ir muito além, valendo de outro princípio previsto na Constituição Federal, que é o princípio da prioridade absoluta. Alguns estudiosos falam que isso é tão sério que o legislador quis usar até um pleonasma, ao dizer que a prioridade é absoluta. Assim, os investimentos têm que traduzir o cumprimento da prioridade absoluta, o que vai ser verificado oportunamente pelo Tribunal de Contas.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Complementando. O mínimo deve ser garantido com qualidade. Em um acórdão do Tribunal

de Justiça, vi que a Prefeitura utilizou um dinheiro em uma festa popular, que era para ser usado na área da educação. Isso não está certo, mesmo que a festa esteja cumprindo a finalidade social. O investimento tem que ser destinado exatamente conforme a Constituição prevê, ou seja, para a educação. Além disso, temos uma missão antiga vinda do MEC, que é de obter o CAQ. O chamado Custo Aluno Qualidade, que ainda não surgiu, é o financiamento da educação. Cabe a nós discutirmos sobre o Sistema Nacional de Educação, que está previsto no art. 214 da Constituição Federal, e como cidadãos, cobrarmos o parâmetro do CAQ. Hoje nós temos o CAQi, que é o Custo Aluno - Qualidade Inicial. Então, tudo converge para a questão da educação de qualidade.

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: A Constituição quer o mínimo com qualidade e, mais do que isso, que haja investimento, atendendo ao princípio da prioridade absoluta. Tal princípio só vai ter visibilidade pública e social a partir do momento em que os orçamentos públicos mostrarem isso.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Se comprometer a qualidade, não dá. Para ampliar tem que ter qualidade. Se está havendo ampliação de vagas, deve haver qualidade dos prédios públicos. Também não adianta querer universalizar Educação Infantil, colocando 40 alunos na

mesma sala. Não há qualidade aqui. Há universalização a toque de caixa. Isso não pode ocorrer.

Outra questão que não tem relação direta com a questão da Educação Infantil propriamente dita, mas pode vir a ter. Há uma lei estadual de 1990, que permitia ao Estado de Minas Gerais a designação de professores na área da educação. O Tribunal de Justiça a considerou inconstitucional. Os professores são designados temporariamente. O contrato é temporário, ou seja, não é eterno. Houve, em 2015, a propositura de uma ação direta de inconstitucionalidade pelo PGR contra essa lei, porque o Estado tem feito designações *'ad aeternum'*. A qualidade do serviço educacional também tem relação, como diz a meta do PNE, com esse vínculo empregatício. Estamos alerta quanto a essa meta, para analisar a questão dos vínculos que os profissionais mantêm com as secretarias municipais e estadual de educação.

SRA. MAYRCE TEREZINHA DA SILVA FREITAS: Gostaria de fazer dois esclarecimentos. Para criança com deficiência, a matrícula é compulsória. Há uma recomendação do MEC, que estabelece que o número de crianças com deficiência na turma deveria ser, aproximadamente, de 16%. E que, se muitas crianças com deficiência fossem colocadas numa turma, a escola passaria a ser caracterizada como especial. Hoje, há um cuidado

com a criança com deficiência. Outro esclarecimento: a pessoa do apoio exerce atividades que extrapolam as do professor. Os professores estão assegurados pela legislação. O auxiliar de apoio à Educação Infantil é, como o nome diz, um apoio dos professores. Ele não é o professor. Ele o auxilia em tudo aquilo que o professor precisar: na organização da turma, da mochila, das agendas, na locomoção das crianças, no parquinho.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Vou fazer uma complementação à fala dela, pois essa discussão é de extrema importância. O Ministério Público age com base na análise crítica. A questão do quantitativo de alunos com deficiência na sala de aula é relevante. Há escolas particulares de Educação Infantil, por exemplo, que recebem todos os alunos com deficiência, ao passo que a vizinha não recebe nenhum, porque não está preparada. E a situação das escolas que recebem mais alunos deficientes mostra quase uma configuração de salas especiais. É preciso verificar quantos alunos sem deficiência estão naquela sala, porque se a escola abre vagas para pessoas com deficiência e, depois, desmente isso, alegando que as vagas estão preenchidas, há algo errado. Por que vai haver 30 alunos sem deficiência para um aluno com deficiência? Essa é a porcentagem da sociedade. O Censo de 2010 identificou a existência

de 24% de pessoas com deficiência na sociedade. Então, essa porcentagem poderia valer também na sala de aula. A questão do quantitativo de alunos com deficiência é uma discussão nacional de extrema importância. Cada escola deve receber todas as crianças com quaisquer tipos de deficiência. Todas as crianças com deficiência têm direito de estar na escola.

SRA. NILMA LINO GOMES: Na realidade, não é isso que acontece. Não é possível inscrever os filhos deficientes em todas as UMEIs pretendidas. A UMEI oferece só uma opção: que seja próximo de casa. Quanto aos auxiliares, enfrentamos vários problemas. É preciso qualificá-los. A realidade da educação é muito cruel. É muito bom quando existem as leis. E fico feliz ao saber que, no Ministério Público, existe um setor para a educação. Há crianças próximas a mim que estão com cinco anos e nunca entraram na escola, porque tentaram vaga na UMEI próximo de casa, e não conseguiram, nem por sorteio, nem pela lista. Outro detalhe. Se os pais não tiverem Bolsa Família, fica mais difícil de colocar os filhos na Educação Infantil. Então, precisamos buscar mais a realidade. Por isso, fiz questão de vir e de acompanhar essas questões junto ao Ministério Público.

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: A senhora tratou de aspectos muito importantes. Estou aprendendo muito. É

importante que nós, cidadãos, manifestemos as nossas indignações, porque é isso que permite o aperfeiçoamento. Nesse sentido, recordo de uma obra muito importante, do filósofo alemão Von Ihering, chamada “A Luta Pelo Direito”. Ele dizia que o direito não se impõe por si mesmo. A eficácia do direito, isto é, a realização dele no mundo da vida, ocorre na luta diária. A norma é importante no sentido de direcionar as ações da sociedade, como membros de um corpo social. É nisso que o direito é importante. Só que, para ele se tornar realidade na vida social, depende dessa luta diária. O que todos nós estamos fazendo, ao manifestarmos a indignação, a inquietação, a perplexidade, é contribuir para que esse estado de coisas mude para melhor. A qualidade do ensino e o investimento público qualitativo no aumento das vagas são critérios que, muitas vezes, acabam promovendo a exclusão em lugar da inclusão. Caso contrário, a discussão quanto à educação nacional certamente não existiria, ou, até mesmo existiria, mas em outro patamar. O Ministério Público brasileiro está se empenhando para que esse acesso seja garantido a todas as crianças, independentemente das condições socioeconômicas. A postura dessa instituição é de garantir não só o mínimo, mas a qualidade. Se o Município já conseguiu esse mínimo há muito tempo, ele não pode se acomodar. Atualmente, há ainda a se vencer a questão da malsinadas filas de espera.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: E que as listas de filas de espera sejam públicas e transparentes. A Educação Infantil é uma fase muito cara, pois se o tempo passou, acabou. A partir do momento que a etapa da Educação Infantil é perdida, há perda também daquele momento de lúdico pedagógico, de maturação próprio daquela fase.

SRA. NEIDE: Promotor, tem um filósofo em Belo Horizonte que fala assim: “as leis não nascem em árvores”. Desde que ele me ensinou isso, eu vivo falando essa frase para os pais dos meus alunos, para os meus alunos de EJA. Além disso, comento que, como as leis não nascem em árvores, cabe a nós, membros da sociedade, construirmos essas leis, fazendo pressão para que aquelas que não nos atendam, sejam substituídas, e para que existam leis que realmente nos atendam. A escola pública é um direito de todo mundo, não para pobre. Sucateia-se a educação pública, para que ela seja para pobre. A escola pública tem que ser boa qualidade e para todo mundo. Acho muito importante a questão da inclusão. Educação não é para dar lucro. Então, por que é preciso ter uma escola pública de qualidade se não é para ela dar lucros? Em Belo Horizonte, a inclusão tem muito problema com relação a forma como ela é feita. Deve haver preparação para os professores da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental e de um

profissional do serviço público para fazer o cuidado com a criança, o chamado monitor de inclusão. Ele deve atender qualquer idade, inclusive o adulto de inclusão do EJA. Quero fazer uma cobrança à Maria Elmira. A Sind-REDE apresentou um pedido de investigação sobre a questão do monitor, mas até hoje o Ministério Público não se posicionou. O sindicato pediu para a Câmara Municipal também. Percebemos duas irregularidades claríssimas. Pedimos então para o Ministério Público da Educação e para o Ministério Público do Patrimônio. A primeira irregularidade é que tem um trabalhador, que não é concursado, fazendo serviço de ponta da educação e contribuindo para quebrar o princípio da dissociação de cuidar e de educar. Nós não aceitamos isso. A segunda irregularidade é que o dinheiro público está sendo gasto irregularmente, porque o dinheiro público da educação de Belo Horizonte deve ser gasto com trabalhador concursado. Há um problema muito grave na Educação Infantil de Belo Horizonte, que é a questão do corte etário. O corte etário na Educação Infantil é diferente do corte etário do Ensino Fundamental. O Município alega que está cumprindo a legislação estadual, mas, enfim, há crianças que não gostariam de sair da Educação Infantil, mas têm tido de sair antes da hora. O Ministério Público precisa muito se posicionar com relação a isso, para que haja uniformização da legislação. Gostaria também de falar de algo muito grave, que são as

parcerias público-privadas na educação, especialmente a política para construção de escolas e de UMEIs. Há vários problemas quanto a isso. Um problema de projeto, que tem a ver com a concepção de educação. São feitas escolas sem espaço físico externo, salas que não estão arejadas. Ainda há um problema mais grave ainda, que é o da baixa qualidade na construção das escolas. qual espaço eu ocupo. O tipo de atividade que o educador vai desenvolver depende diretamente do espaço onde ele está. Bom, era isso. Obrigada.

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: A criança deficiente quer horário integral. A grande maioria das UMEIs não oferece esse tipo de horário. No entanto, ela tem o direito de escolher uma escola que tem horário integral.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Na verdade, o Ministério Público é um só. Firmar parcerias na educação e trocar ideias para pautar a sua atuação são de extrema importância. Gostei da fala da Neide, quando ela disse que escola pública é para todo mundo, não é para pobre. A criança de classe média alta matriculada num equipamento de educação pública tem direito público subjetivo de estar ali. Ela não está violando direito algum só por causa de conta bancária ou de certa postura adotada. No Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em outubro de 2014, no Rio de Janeiro, num evento ocorreu um

debate com 500 alunos da rede pública. Foi necessário para que escutássemos o aluno da escola pública e para bem desempenhar o nosso papel na educação. O auxiliar de apoio não pode realizar tarefa de docência. Quanto à PPP, o primeiro projeto era arquitetônico, mas não pedagógico. A pedagogia é própria da Secretaria. É óbvio que não pode ter uma interferência do administrador na área pedagógica. E deve haver acessibilidade.

SR. EPAMINONDAS DA COSTA: Estou muito satisfeito de participar desse encontro, principalmente como Promotor de Justiça. Ao que parece, vocês se sentiram em casa e expuseram claramente suas opiniões. O Ministério Público é a instituição do povo, da sociedade. É o advogado da população. Esse é o papel do Ministério Público. Todos nós precisamos de instituições fortes, que nos respeitem como cidadãos. Dra. Maria Elmira, agradeço-lhe muito pelo convite. Espero que tenhamos outros encontros, para que eu possa aprender como hoje.

SRA. PRESIDENTE MARIA ELMIRA EVANGELINA DO AMARAL DICK: Para encerrar o nosso encontro sobre Educação Infantil, quero dizer que o Ministério Público está de portas abertas para construir as propostas da educação. E, para podermos discutir sobre o tema, a interface e o inter-relacionamento com outras áreas do Ministério Público é essencial. Nós temos de conversar para poder construir as nossas bases. Enfim, agradeço a presença de todos.